FADISMA
Faculdade de Direito de Santa Maria

PPC

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Santa Maria, 2020

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL 6

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 8

2.1. Contexto Educacional 8

2.2. Políticas institucionais no âmbito do curso 12

2.2.1. Política de Ensino 12
2.2.2. Política de Educação a Distância 14
2.2.3. Política de Pesquisa 15
2.2.4. Política de Extensão 17
2.2.5. Política de integração e desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da prática jurídica 19
2.2.6. Política de integração dos cursos de graduação e da pós-graduação lato sensu da Faculdade de Direito de Santa Maria 27
2.2.7. Política cultural 28

2.3. Objetivos do curso 29

2.4. Perfil profissional do egresso 31

2.5. Acompanhamento dos egressos 32

2.6. Estrutura curricular 34

2.6.1. Critérios inspiradores da organização curricular 34
2.6.2. Grade curricular - sequência aconselhada e pré-requisitos 39
2.6.3. Disciplinas Optativas 41
2.6.4. Extensão e estrutura curricular – detalhamento 42
2.6.5. Prática Jurídica e estrutura curricular – detalhamento 44
2.6.6. Disciplinas articuladoras de aproveitamento entre o Curso de Direito e o Curso de Ciências Contábeis 45
2.6.7. Resumo da grade curricular 46

2.7. Conteúdos curriculares 47

2.8. Implementação da estrutura curricular e transição 48

2.9. Metodologia: fundamentação teórico-metodológica do Curso 54

2.9.1. Ensinar e avaliar continuamente 55
2.9.2. Discernir o contexto do estudante autônomo e transpor as quatro paredes da sala de aula 57
2.9.3. Integrar o conhecimento, as ações e os espaços 73
2.9.4. Profissionalizar o docente 77
2.9.5. Considerações finais sobre a metodologia – flexibilidade e acessibilidade 79

2.10. Estágio curricular supervisionado 80

2.11. Atividades complementares 81

2.12. Trabalho de Curso 81

2.13. Ações decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso..... 83

2.13.1. Autoavaliação do Curso de Direito..... 83
2.13.2. Avaliação Externa – ENADE 84
2.13.3. Avaliações Externas - In Loco..... 85
2.13.4. Reuniões com Representantes de Turmas 85

2.14. Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem..... 85

2.14.1. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem - AVEA..... 86
2.14.2. Google for Education..... 87
2.14.3. Minha FADISMA..... 87
2.14.4. Minha Biblioteca Digital 88
2.14.5. Site Institucional e Redes Sociais Virtuais 88
2.14.6 Mirante 88

3. CORPO DOCENTE 90

3.1. Do Núcleo Docente Estruturante – NDE..... 90

3.2 Da Coordenação 91

3.2.1. Atuação do Coordenador..... 91
3.2.2 Regime de trabalho do Coordenador do curso..... 92

3.3 Do Corpo Docente 92

3.3.1. Titulação do Corpo Docente do Curso 93
3.3.2 Percentual de doutores..... 93
3.3.3. Regime de trabalho do Corpo Docente do curso 94
3.3.4 Experiência profissional na área de formação 94
3.3.5. Experiência no magistério superior 95
3.3.6 Produção científica, cultural, artística e/ou tecnológica 95
3.3.7. Programa Institucional de Capacitação Pedagógica e corpo docente. 97

3.4. Do Colegiado do Curso 99

3.5. Tutores 100

3.5.1 Atribuições dos Tutores..... 101
3.5.2 Titulação e formação do corpo de tutores do curso 101

3.6 Monitores..... 101

3.7 Coordenador de Educação a Distância..... 102

3.8 Equipe Multidisciplinar para Educação a Distância 102

4. INFRAESTRUTURA..... 104

4.1. Gabinetes de trabalho para professores 104

4.2. Espaço de trabalho para Coordenação do curso e serviços acadêmicos ... 105

4.3. Sala coletiva de Professores 105

4.4. Sala de Reuniões 106

4.5. Estúdio de Gravação 106

4.6. Salas de aula 106

4.7. Laboratório de Informática 106

4.8 Biblioteca 108

4.8.1. Critérios de atualização e expansão do acervo 109

4.9. Bibliografia básica 110

4.10. Bibliografia complementar 110

4.11. Periódicos especializados 111

4.12. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas 111

4.13. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de Mediação, Conciliação e Justiça Restaurativa 112

ANEXO A – PLANOS DE ENSINO DO CURSO DE DIREITO 115

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 1º SEMESTRE 115

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 2º SEMESTRE 138

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 3º SEMESTRE 166

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 4º SEMESTRE 187

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 5º SEMESTRE 207

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 6º SEMESTRE 236

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 7º SEMESTRE 257

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 8º SEMESTRE 273

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 9º SEMESTRE 291

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 10º SEMESTRE 308

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS OPTATIVAS..... 324

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA) escolheu levar “Santa Maria” até no nome e, isso, não foi ao acaso. O cenário, a vocação local para a Educação e a característica de pioneirismo na interiorização do Ensino Superior foram as molas propulsoras.

A FADISMA nasceu e vem se consolidando com a missão de “EDUCAR SEMPRE”, através de uma prática educacional aberta, integrada e inovadora, atenta às potencialidades regionais e sem perder de vista a complexidade do mundo globalizado. Contudo, justamente ao ingressar no seu processo de maturidade acadêmico-institucional, sobretudo, no contexto de autopercepção de organização estudantil, é que a Instituição pretende, todos os dias, impactar, direta ou indiretamente, a vida das pessoas, auxiliando-as nas mais diversas possibilidades de tomadas de decisão.

A IES legitima a intenção de perpetuar a sua missão de “Educar Sempre” através da busca por possibilitar ao futuro profissional o desenvolvimento e a potencialização de habilidades e, especialmente, a aplicação abrangente de suas competências, também vinculadas à ética e à responsabilidade social.

Nesse caminho, o destaque fica por conta do projeto pedagógico atual e inovador, dirigido especialmente a metodologias e, por conseguinte, práticas didático-pedagógicas ativas e imersivas, não só aliando a formação teórica com a prática profissional, abalizadas pela transposição das quatro paredes da sala de aula, suscitada, por sua vez, pelo protagonismo e autonomia discente.

Para concretizar os nortes metodológicos, com tecnologias cada vez mais presentes, a FADISMA desenvolveu, a partir da comunicação de relacionamento[1], da troca de ideias e colaboração, seu modelo de sala de aula, a despeito de qualquer ambiência ou estrutura física. Oferece, fomenta e acompanha infraestrutura de ponta, mas principalmente oportuniza subsídio teórico-prático e motivação às pessoas que habitam os espaços de aprendizagem, para que seja estimulada, verdadeiramente, a liberdade e a autonomia, com os desafios da vida real e um formato compatível com o mercado de trabalho.

[1] Trata-se de uma característica do marketing de relacionamento institucional, a partir da qual é possível dizer que a IEs, a partir de um sistema de atendimento que cativava e conquistava seu principal público-alvo, utiliza-se de Tecnologias da Informação e Comunicação, valendo-se principalmente de redes sociais virtuais, alimentação de sítio eletrônico institucional, portal acadêmico etc.

Complementarmente, a Faculdade redefiniu o papel docente e discente, numa relação não hierárquica, embora curricular, mas de troca. O professor não é mais uma figura de “autoridade”, no quesito referência de conteúdo na aula, mas um facilitador da construção do conhecimento, que é feita em parceria. Nós, da FADISMA, estamos empenhados em ofertar aos estudantes caminhos promissores e um futuro de oportunidades, sem olvidar de os acompanhar efetivamente ao longo de sua trajetória acadêmica.

No Curso de Graduação em Direito, através das trilhas de (re)conhecimento e de experienciação, em nível curricular e extracurricular, preparamos o aluno para o mercado de trabalho emergente, oportunizando um perfil de egresso multifacetado e preparado para os desafios sociais e jurídicos contemporâneos, colaborando para o acesso ao amplo leque de carreiras jurídicas.

E, ainda, promovemos uma técnica e criativa construção do conhecimento, assim como a legitimação da vocação e a busca pela justiça, sem deixar de lado a pesquisa científica, o perfil investigador, a prática profissional e a extensão, potencializados de forma integrada para provocar no graduando a adoção de uma postura ativa, cidadã e democrática capaz de, efetivamente, contribuir para a transformação social.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. Contexto Educacional

A Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA localiza-se no município de Santa Maria, região centro do Estado do Rio Grande do Sul, a 286 km da capital Porto Alegre.

Em relação às características municipais, Santa Maria tem uma população estimada, segundo o IBGE (2019), de 280.505 pessoas[2]. No último censo, realizado em 2010, tinha 261.031 habitantes, sendo a 5ª mais populosa do Estado, depois de Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas e Canoas. Destes habitantes, os maiores grupos da pirâmide etária, respectivamente, eram: 20 a 24 anos; 25 a 29 anos; e 15 a 19 anos[3].

É a maior cidade da região, com uma área de 1.780 km², sendo a mais urbanizada e a mais populosa, concentrando 36,40% da população regional, com uma densidade de 145,98 habitantes/km². O município concentra na zona urbana em torno de 87,7% da população e na zona rural o equivalente 12,3%. Possui IDH de 0,784 e PIB per capita de R$ 24.596,22[4].

Em razão destas características, o Município possui grande poder de atração populacional, que a transformou em importante centro regional e forte centro de polarização, sendo a maior de todas as regiões polarizadas do Rio Grande do Sul, pois nela estão envolvidos diretamente 27 centros urbanos, além dos 35 municípios.

A vocação econômica do município é voltada para a prestação de serviços e o comércio, segundo estudo realizado pelo SEBRAE, que analisou o perfil das cidades do Rio Grande do Sul[5]. Os dados disponíveis relativos a 2019, apontam que 47% das empresas do Município são do setor de serviços e 38% são do setor do Comércio.

---

[2] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama dos Municípios.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em 11 de set. de 2019.

[3] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama dos Municípios.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em 11 de set. de 2019.

[4] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama dos Municípios.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em 11 de set. de 2019.

[5] SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Perfil das cidades gaúchas**: Santa Maria, 2019. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Santa_Maria.pdf>. Acesso em: 11 de set. de 2019.

Dentre os serviços públicos, Santa Maria destaca-se na região, no estado e no país como cidade estratégica, na seara da Saúde, Forças Armadas, Segurança Pública, do Sistema de Justiça e especialmente da Educação:

> No VAB do setor de serviços, a administração pública representa 28,7% do total, seguida pelo comércio e serviços de manutenção e reparação, com 21,6%. O município de Santa Maria se destaca em todos os segmentos dos serviços, alcançando 93,6% do total do Corede em Saúde e Educação Mercantil e 80,8% em atividades imobiliárias e aluguéis. A centralidade exercida por Santa Maria sobre os outros municípios do Corede Central levou Alonso (2009) a definir a região como Aglomeração Descontínua de Santa Maria, centrada principalmente nos serviços, com a especificidade de possuir importância a administração pública, o ensino público superior e as atividades de segurança nacional. Segundo Alonso (2009), essa centralidade deveu-se à sua posição estratégica no Estado, tendo sido um importante nó do transporte ferroviário. Nesse sentido, concentrou grandes investimentos nas áreas de educação, saúde, segurança e comércio, tornando-se um polo de desenvolvimento. Assim, quando o papel do transporte ferroviário arrefeceu, a economia da cidade já havia se consolidado. Em 2014 a região possuía 8.524 estabelecimentos no segmento comércio e 8.552 no segmento serviço, sendo Santa Maria responsável por 75% dos estabelecimentos de comércio e 76% dos estabelecimentos de serviço. No mesmo período, o volume de empregos formais na região era de 21.992 no segmento de comércio e 40.874 no segmento de serviços, de modo que Santa Maria representava 83,6% do total dos empregos no comércio e 87,6% do total dos empregos no serviço. [6]

Percebe-se que o município tem como uma de suas principais características ser um centro de saber e de formação profissional, o que repercute em um potencial de atuação significativo no Ensino Superior. Ademais, a taxa de analfabetismo é baixa (segundo a IBGE, 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 98,1%) e a análise de escolaridade da população (de 10 anos ou mais), em 2010, evidenciava que 67.880 indivíduos (30%) haviam concluído o Ensino Médio, mas não o superior.

Ainda no que atine ao contexto educacional, salienta-se inicialmente que o Município pertence à área de abrangência da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), a qual, conforme delimitações estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, abrange os seguintes municípios: Dilermando de Aguiar, Faxinal do Soturno, Agudo, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Vila Nova do Sul, Cacequi.

---

[6] RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Central 2015-2030.** Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144203-plano-central.pdf>. Acesso em: 11 de set. de 2019.

Segundo dados oferecidos pela Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul de 2017[7], a 8ª CRE apresentou um total de 25.476 alunos matriculados nas seguintes modalidades de ensino, que interferem diretamente no acesso ao ensino superior:

Dependência Administrativa	**Ensino Médio**	**Ensino Médio Integrado**	**Educação Profissional**	**Educação de Jovens e Adultos**	Total
Estadual	10.652	113	363	5.704	16.832
Federal	467	1.457	2.634	39	4.597
Municipal	0	0	0	757	757
Particular	1466	0	1.660	164	3.290
Total	**12.585**	**1.570**	**4.657**	**6.664**	**25.476**

Nesse ponto, importante referir que de modo articulado com esta potencialidade local e regional, a FADISMA aderiu ao Programa Universidade para Todos – ProUni e ao Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, mantendo no Curso de Direito o compromisso de "Educar sempre", derrubando as barreiras de natureza econômica, social, pedagógicas e atitudinais, que impossibilitam o acesso a um ensino superior de qualidade para todos os cidadãos. Ao mesmo passo, a Instituição conta com um sistema próprio de financiamento para o pagamento do valor da semestralidade destinado aos alunos que não foram contemplados com nenhum outro benefício e/ou programa governamental de incentivo ao ensino superior.

Prosseguindo, importante salientar alguns aspectos relevantes constantes do Planejamento Estratégico Municipal e Regional que se articulam com o presente Projeto Pedagógico do Curso e seus elementos estruturantes.

Em Santa Maria, o Movimento "A Santa Maria Que Queremos", fruto de significativa participação social e esforço coletivo de diversos atores, resultou em um Plano Estratégico de Desenvolvimento que objetiva orientar o desenvolvimento local[8]. Nesse, destaca-se a seguinte visão de futuro: "A Santa Maria que queremos é um

[7] RIO GRANDE DO SUL. **Estatísticas da Educação.** Disponível em: <https://servicos.educacao.rs.gov.br/pse/srv/estatisticas.jsp?ACAO=acao1>. Acesso em: 11 de set. de 2019.

[8] AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA MARIA. **Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria.** Disponível em: <http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Doc_Base_Plano_Estrategico_de_Desenvolvimento_SM.29.10.pdf>. Acesso em 11 de set. de 2019.

município unido pelo bem comum, inovador, próspero e sustentável."[9]. Ademais, os valores e anseios da sociedade compreendem: união, solidariedade, felicidade, criatividade, prosperidade, qualidade de vida, consciência ambiental e compromisso social.

A FADISMA desenvolveu o presente Projeto Pedagógico do Curso observando estes elementos, almejando contribuir para que o desenvolvimento local se concretize baseado nestes valores e nesta visão de futuro. Prova disso são os objetivos do curso e o perfil do egresso, em que se observa o objetivo de formação de um profissional com formação humanística pluralista, preparado para o exercício da prática jurídica e da cidadania de forma ética, com responsabilidade social e com capacidade de conjugar seu conhecimento com outros saberes, articular sua atuação com as necessidades locais e regionais e agir de modo inovador, comunicativo, criativo e colaborativo, pessoalmente e com auxílio tecnológico.

Este egresso tem função de construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento por meio de uma atuação efetivamente transformadora em organizações públicas e privadas, observando o bem comum, a inovação, a prosperidade e a sustentabilidade.

Salienta-se que a partir dos objetivos do curso e do perfil do egresso, outros reflexos também são observados, como a estrutura curricular do curso, com a forte presença da prática jurídica e da extensão, em áreas de responsabilidade social e as políticas institucionais de ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica, bem como sua articulação através das trilhas de (re)conhecimento e experienciação e dos Núcleos Temáticos, estes nas áreas do Direito Internacional, do Direito Ambiental e Urbanístico, da Webcidadania, da Segurança Cidadã e dos Direitos Humanos, do Empreendedorismo, da Inovação e da Prática Profissional em Direito.

Outro referencial importante é o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Central, para o período 2015-2030. Tal Plano conta com diversas dimensões em relação às quais a FADISMA visa contribuir diretamente. Na dimensão ambiental, a estratégia é "Promover a preservação, o melhor

[9] AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA MARIA. **Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria.** Disponível em: <http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Doc_Base_Plano_Estrategico_de_Desenvolvimento_SM.29.10.pdf>. Acesso em 11 de set. de 2019.

aproveitamento e o adequado manejo dos recursos naturais" [10], tendo uma Diretriz para a qual a FADISMA visa contribuir, através de ensino e extensão, no que tange à promoão da educação ambiental. Na dimensão social, a estratégia é "Melhorar a qualidade de vida da população, criando condições à fixação na região" [11]. Nesse ponto, a FADISMA, igualmente contribuirá para a inclusão a partir das ações extensionistas curriculares e extracurriculares. Na dimensão econômica, a estratégia é "Gerar condições favoráveis ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao aumento da competitividade da produção." [12], tendo a FADISMA contribuição no que tange ao desenvolvimento a partir de inovação tecnológica, pesquisas etc.

Evidente, pois, que é preciso que os profissionais sejam qualificados, empreendedores, comunicativos, com capacidade de liderança e inovação em seus setores, bem como que tenham ações que reflitam na qualidade de vida, seja no âmbito ambiental quanto social. Estas competências estão presentes no perfil de egresso almejado, impactando as trilhas de (re)conhecimento e experienciação.

Em suma, a Faculdade de Direito de Santa Maria compreende e executa sua missão "Educar sempre". Através de uma prática educacional aberta, integrada e inovadora, atenta às potencialidades e necessidades locais e regionais, sem perder de vista a complexidade do mundo globalizado e as modificações advindas na seara jurídica e na ordem social. Nesse aspecto, destaca-se o acelerado avanço tecnológico e a permanência de problemáticas sociais que desafiam o desenvolvimento sustentável da humanidade.

2.2. Políticas institucionais no âmbito do curso

2.2.1. Política de Ensino

A política de ensino da FADISMA está concentrada em desenvolver e solidificar atividades de ensino em nível de graduação, pós-graduação *lato sensu* e

[10] RIO GRANDE DO SUL. Plano **Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Central 2015-2030.** Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144203-plano-central.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2019.
[11] RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Central 2015-2030.** Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144203-plano-central.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2019.
[12] RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Central 2015-2030.** Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144203-plano-central.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2019.

atualização profissional, que atendam à demanda local, regional e estadual de qualificação, em conformidade com padrões nacionais e internacionais de excelência, engajando professores especializados, dotados de aptidão didático-pedagógica.

“Aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver juntos e a viver com os outros” e “aprender a ser”: assim a UNESCO definiu os quatro desafios da educação, que ela mesma qualificou como um tesouro a descobrir, e é nessa perspectiva que se pauta a política de ensino da FADISMA.

Nesta perspectiva, o ensino está norteado pela aprendizagem mediante metodologias centradas no aluno, enquanto protagonista de sua própria aprendizagem, pelo princípio da avaliação contínua, que tem por objetivo a avaliação constante dos estudantes de modo a averiguar os resultados e corrigir os problemas da aprendizagem e pelo incentivo à autonomia discente e transposição das quatro paredes da sala de aula, mediante a conexão das atividades de aprendizagem e avaliação com a dinâmica realidade contemporânea e a integração entre teoria e prática.

Igualmente, o ensino da FADISMA é organizado de modo a dialogar com as atividades relacionadas à prática profissional, à pesquisa e à extensão, a partir das atividades realizadas no âmbito das próprias disciplinas (pesquisa como metodologia de ensino e avaliação, prática jurídica transversal e extensionalização do currículo), bem como dos projetos e programas coordenados por seus variados Núcleos temáticos.

Também há constante preocupação em proporcionar experiências nacionais, através da participação em projetos de extensão, pesquisa ou prática jurídica, bem como internacionais, na via do intercâmbio ou da participação de atividades nesse âmbito. A Faculdade considera e oportuniza essas vivências a despeito das fronteiras on e offline, preconizando as distintas formas de comunicação e relacionamento em prol da construção colaborativa de conhecimento. Ademais, importante ter presente que experiências desta ordem visam contribuir para a consolidação de um conhecimento globalizado, que privilegie uma perspectiva comparatista, socialmente responsável e de acordo com o mercado de trabalho e com as mais diversas culturas.

Logo, em termos principiológicos, a FADISMA busca desenvolver no estudante uma consciência humanística e pluralista tendo por base saberes que respeitem a pluri, a multi, a inter, a transdisciplinaridade e a transversalidade, transcendendo os conteúdos curriculares obrigatórios de modo a propiciar competências, que contemplam conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para adoção para a

adoção de uma postura ativa, cidadã e democrática capaz de efetivamente contribuir para a transformação social.

Para atender a essa multiplicidade de culturas e saberes, a FADISMA privilegia um corpo docente diversificado no que se refere à atuação profissional, especialidade, ideologias e âmbito de interesse na vida acadêmica, todos dotados de aptidão didático-pedagógica.

Assim, o ensino está sob o encargo especialmente da Coordenação Geral do Curso de Direito, auxiliada pela Coordenação Institucional de Pesquisa, Monografia e Extensão e pela Coordenação de Ingresso e Permanência.

2.2.2. Política de Educação a Distância

Diante do rompimento de barreiras de tempo e espaço, a FADISMA se propõe a um ensino “sem distâncias”, como forma de garantir uma constante manutenção da missão institucional de “Educar Sempre”. Neste sentido, as políticas de Educação a Distância da FADISMA buscam estabelecer os seguintes pilares e valores:

- Educação de qualidade no processo de educação a distância;
- Expansão de projetos de extensão aos cursos EAD;
- Garantir uma eficiência operacional nos segmentos administrativos/operacionais;
- Apoio constante a professores/tutores e discentes.

Enquanto objetivos estratégicos principais, visa promover a inserção de tecnologias educacionais em rede (tanto no processo de ensino presencial como a distância), com base no processo pedagógico envolto de metodologias ativas, objetivando uma retenção discente e, consequentemente, um ambiente próprio à inovação.

Objetiva, também, ser um facilitador de comunicação institucional, através de inserção de vídeos educativos utilizando como suporte as redes sociais virtuais. E, ainda, uma ferramenta de legitimação dos diferenciais dos Cursos de Graduação da Instituição. Isso porque serão rompidas as barreiras do on e off-line, tendo o aluno além das aulas presenciais e não presenciais que contempletem a faceta do off-line, também, atividades, aulas etc que serão desenvolvidas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.

Esta decisão implica na adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem (melhor descritos no item 2.13) e na

oferta de todas as disciplinas com conciliação de metodologias presenciais e a distância (modelo parcial), respeitado o limite de carga horária total do curso presencial constante do regulamento vigente (conforme discriminado no plano de ensino de todas as disciplinas).

2.2.3. Política de Pesquisa

A política de pesquisa e iniciação científica da FADISMA está inserida no diálogo estabelecido entre ensino-pesquisa-extensão-prática jurídica, atenta à formação integral do aluno, visando à consolidação da IES no contexto local, regional, nacional e internacional, o que se opera pelas temáticas exploradas, que são afetas à área de concentração e às linhas de pesquisa, bem como pelos convênios e parcerias firmados com outras instituições, que oferecem suporte para o desenvolvimento de atividades de pesquisa. Assim, a prática da pesquisa científica e sua ação pedagógica objetivam, para além da concentração e consolidação da produção científica e acadêmica do corpo docente e discente da FADISMA, retroalimentar as atividades de ensino, extensão e prática jurídica.

Nesse sentido, cumpre destacar que a Área de Concentração da pesquisa é “Cidadania, Políticas Públicas e Diálogo entre Culturas Jurídicas”. Dessa forma, espera-se não só abarcar todo o Direito normatizado, como também as culturas internas e externas ao território pátrio, atentando-se às transformações do mundo contemporâneo. Evidente, pois, que se busca intensificar os laços transnacionais, o que contribui para a formação multicultural, o que se faz possível por meio das Novas Tecnologias de forma instantânea e eficaz na profusão de perspectivas comparadas.

Ao lado disso, confere-se ênfase à importância da cidadania, que carreia consigo diversos outros direitos, e das políticas públicas como forma de o Estado atender às demandas sociais emergentes e os direitos positivados. Dentro dessa área de concentração, encontram-se cinco linhas de pesquisa, quais sejam:

1. Multiculturalismo e Transnacionalização do Direito – Tem por intuito enfatizar o Direito enquanto fenômeno transnacional, na medida em que regula a convivência tanto de comunidades locais quanto de espaços globais, e em constante movimento e transformação;
2. Constitucionalismo e Concretização de Direitos – Objetiva enfatizar o papel da Constituição Federal enquanto fundamento de validade de todo o ordenamento

jurídico, bem como a necessidade, de por meio da legislação infraconstitucional, políticas públicas e/ou demandas judiciais, concretizar os direitos previstos constitucionalmente diante da atual sociedade globalizada e das Novas Tecnologias;

3. Sustentabilidade - Busca apresentar o conceito multifacetado de sustentabilidade, em que se deve estudar as facetas da sustentabilidade - cultural, ambiental, social etc. - de forma integrada, a fim de que seja atendido ao denominado desenvolvimento sustentável frente às emergentes demandas que surgem no âmbito local e global;
4. Controle Social, Segurança cidadã e Justiça Criminal - Objetiva debater alternativas possíveis de controle social, afora o modelo repressor da Justiça Criminal e suas sanções penais, por meio da participação das diferentes instituições públicas e da sociedade civil para o enfrentamento da questão da (in)segurança pública;
5. Direito Privado e Repersonalização do Direito Civil - Tem como desiderato difundir temáticas relevantes no âmbito do direito privado, mormente no que tange ao Direito Civil e aos seus novos influxos referentes à preocupação com a pessoa humana e sua intrínseca relação com os direitos humanos.

Por fim, é importante referir que as atividades de pesquisa desenvolvidas são supervisionadas pela Coordenação de Pesquisa, Monografia e Extensão, a qual busca criar, estimular, orientar e fortalecer os projetos de pesquisa. Isso se opera, em especial por meio da FADISMA EntreMentes (Semana Acadêmica de Ensino e Pesquisa), onde trabalhos acadêmicos de pesquisa são apresentados a uma banca avaliadora e publicados em Anais; da Revista Jurídica da FADISMA, de publicação anual; e dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos Núcleos da Instituição.

Ademais, existem disciplinas específicas em que os alunos trabalham a pesquisa, como é o caso da disciplina de Metodologia e das disciplinas de Trabalho de Curso I e II. Ao lado disso, transversalmente, os professores nas demais disciplinas também fomentam a pesquisa, sendo que o resultado destas, inúmeras vezes, resultam em trabalhos acadêmicos.

Frise-se que essas atividades são desenvolvidas de acordo com o Regimento de Pesquisa da IES e se realizam tanto de forma presencial quanto virtual.

2.2.4. Política de Extensão

A extensão é a forma acadêmica de interação sistematizada da instituição com o social, buscando contribuir para o desenvolvimento da comunidade por meio de um processo de intercâmbio e transformação mútua, sendo princípio educativo indissociável das atividades de ensino, pesquisa e prática jurídica da FADISMA. Assim, a extensão constitui-se numa prática permanente de ligação instituição-sociedade, dando-se prioridade a iniciativas voltadas para a comunidade externa, devendo garantir a qualidade científica e a interação com o meio através de ações de promoção e garantia de valores democráticos de igualdade, de responsabilidade e de desenvolvimento sociais.

Muitos projetos extensionistas já são tradicionais na IES e são desenvolvidos pelos próprios Núcleos da FADISMA, como é o caso do Núcleo de Estudos de Direito Internacional (NEDI), Núcleo de Direto Ambiental e Urbanístico (NUDAU), Núcleo de Estudos em Webcidadania (NEW), Núcleo de Segurança Pública Cidadã (NUSEC) e Núcleo de Prática Profissional e Empreendedorismo (NUPPE). Ademais, a FADISMA, também, busca exercer a extensão mediante participação do Projeto RONDON.

Com efeito, a extensão tem lugar na FADISMA a partir da identificação das demandas sociais para, com base nelas, tecer convênios, organizar eventos e desenvolver projetos que possibilitem atividades de cooperação com órgãos e instituições governamentais e não-governamentais, a partir dos quais será possível o intercâmbio de conhecimentos e práticas com a comunidade. Referidos projetos vislumbram-se tanto no âmbito das atividades extracurriculares quanto curriculares.

A política de extensão acima discriminada é baseada nas vigentes Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e dirigida pela Coordenação Institucional de Pesquisa, Monografia e Extensão, que promove e orienta atividades tais como:

- Os projetos de extensão, que são desenvolvidos em parceria com o ensino de graduação e pós-graduação e com a pesquisa, com o intuito de auxiliar a comunidade loco-regional;

- Os programas de extensão, que se caracterizam por atividades e serviços permanentes, institucionais e comunitários;

- Os eventos, que são atividades que atendem à demanda da Instituição e da comunidade;

- Os serviços, que se caracterizam por atividades profissionais com objetivo de desenvolver o conhecimento e oportunizar assessoria e referência à comunidade loco-regional.

A FADISMA incorpora em sua missão e no PPI - de acordo com o Sistema de Avaliação de Ensino Superior (SINAES) - a dimensão Responsabilidade Social, integrada com o trinômio Ensino, Pesquisa e Extensão.

Desenvolvem-se, portanto, nessa perspectiva, formas de atuação que possibilitem ao futuro profissional da área jurídica e das ciências sociais aplicadas e humanas, um gradativo comprometimento com a cidadania, ética e desenvolvimento sustentável em suas práticas profissionais.

Da mesma forma, a FADISMA traz consigo o nome de sua cidade, o que denota o sério comprometimento com as comunidades, culturas e potencialidades regionais, desenvolvendo, assim, ações que se norteiam pela atenção aos nós críticos das regiões envolvidas e incentivos à criação de mecanismos social e ambientalmente responsáveis no setor público, sociedade civil, indústria e comércio regionais.

Os assuntos de Responsabilidade Social da FADISMA têm, intrinsecamente à extensão universitária, o intuito de (res)significação da formação acadêmica pelo impacto na sociedade e no aluno em formação enquanto agente de transformação. Isso, dada a criação e o desenvolvimento de ações integradas, sustentadas por um espiral sistêmico que permite a constante produção de inovações no setor e aplicação nas comunidades loco-regionais, em torno de:

- Responsabilidade Socioambiental-Urbanística;
- Desenvolvimento Econômico e Social;
- Inclusão Digital;
- Preservação da Memória e do Patrimônio Cultural;
- Auxílio a Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais;
- Inclusão Social, Ética e Direitos Humanos;
- Cultura, Cidadania e Concretização de Direitos;
- Terceira Idade;
- Criança e Adolescente;

- Assessoria, Consultoria e Licenciamento Ambiental, Urbanístico e Empresarial;
- Relações Internacionais e Ajuda Humanitária.

Cumpre referir, ainda, que assim como a IES desenvolve, anualmente, um evento pautado no ensino e na pesquisa, também, promove um evento destinado ao debate e à apresentação de trabalhos que envolvem a extensão.

Dentro do panorama exposto, cabe à IES, acompanhando veementemente resoluções e considerações, não só práticas de extensão, mas a efetiva curricularização pela interconexão disciplinar em prol de uma nova possibilidade conferida aos alunos: o exercício convergente das competências desenvolvidas nos seus respectivos cursos, visando ao bem comum das pessoas para promover mudanças na sociedade e na Faculdade.

2.2.5. Política de integração e desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da prática jurídica

As políticas de pesquisa e extensão acima retratadas se entrelaçam não somente entre elas, mas, igualmente, com o ensino e a prática profissional, desde o ingresso do discente no curso, seguindo até mesmo após a sua colação de grau.

Nesse norte, cumpre referir que a IES oferece para o aluno diversas possibilidades, que são norteadas primordialmente por quatro pilares, contemplados, de forma conectada, pelos Núcleos da FADISMA, cabendo a cada discente, com apoio da Coordenação de Ingresso e Permanência, (re)conhecer-se e escolher as habilidades e competências que pretende aprimorar de forma mais apurada, podendo, inclusive, percorrer todos os quatro eixos por meio da experienciação.

Dessa forma, a integração das políticas de ensino, pesquisa e extensão materializa-se por meio das Trilhas de (re)conhecimento e experienciação e pela ação dos Núcleos da FADISMA, que pensam no coletivo, mas principalmente, no aluno individualmente considerado, tendo como intuito acompanhar o discente ao longo de sua jornada acadêmica e, posteriormente, profissional.

2.2.5.1. Do ingresso ao exercício da atividade profissional: o apoio ao discente e a construção de Trilhas de (re)conhecimento e experienciação.

A integração entre as políticas em questão se opera desde o ingresso do discente na IES. Isso porque a partir de um processo de (re)conhecimento vivenciado nas disciplinas curriculares, cada aluno irá traçar a sua trilha de experienciação, que perpassa as disciplinas optativas, projetos, ações e iniciativas extracurriculares que residem em quatro pilares enquanto potencial percurso: a) Prática Profissional; b) Internacionalização; c) Produção acadêmica e; d) Desenvolvimento Humano e Gestão Pessoal. Pilares, estes, frise-se, que se intercruzam e penetram em diversos aspectos.

Para operacionalizar todo esse processo sistêmico e convergente, tem-se o Plano de Vida Acadêmica (PVA), que garante a personalização e a pessoalização. Trata-se de um instrumento de coleta de dados, aplicado pessoalmente, em que o estudante delimita os seus objetivos, anseios, aponta suas fragilidades, dificuldades etc.

Tal instrumento é aplicado quando do ingresso do estudante no curso, o que permite formar um banco de dados que, tabulados e interpretados, subsidiam coordenações de cursos com o perfil macro de turmas e peculiaridades individuais para que essas façam a socialização geral e singular aos professores correspondentes. Frise-se, que, por vezes, a própria Coordenação de Ingresso e Permanência atua diretamente, informando ao professor as respectivas peculiaridades individuais ou da turma, o que possibilita uma agilidade no processo. Ao lado disso, permite que sejam apresentadas aos alunos as possibilidades de ensino, pesquisa e extensão que melhor atendem aos seus interesses ou desafiam os seus receios. Por fim, a partir dos dados coletados, se possibilita que se desenvolva o apoio e a promoção de atividades que proporcionem a integração de ingressantes e veteranos, bem como do corpo discente e docente de forma efetiva.

Essas possibilidades são apresentadas, em regra, no momento da devolutiva. Nesse momento, remete-se, digitalmente, aluno por aluno, a apreciação do PVA e diretrizes sugestivas para, sobretudo, conforme o resultado dos indicadores, o discente encontrar caminhos curriculares e extracurriculares complementares. Ao lado disso, novos encontros, periodicamente são marcados para o acompanhamento e o aconselhamento.

Verifica-se, pois, que além de integrar ensino, pesquisa, extensão e prática profissional, tem-se uma integração de todas estas práticas que são desenvolvidas intrinsecamente relacionadas com o apoio discente. Ademais, é importante ter presente que a partir desse entrelaçamento, buscam-se duas importantes metas: a) potencializar a aprendizagem discente considerando inclusive as habilidades socioemocionais dos alunos; b) avaliar o bem-estar do aluno e sua felicidade na Instituição.

Com o objetivo de cumprir referidas metas, bem como a frente da aplicação do PVA, da realização das devolutivas e desse processo de (re)conhecimento e experienciação, criou-se a Coordenação de Ingresso e Permanência (CINPER). Coordenação esta que visa garantir o processo de gestão do ingresso, da permanência e, por conseguinte, da trajetória acadêmica, no viés teórico e prático institucional, coordenando, institucionalmente, ações corretivas e/ou ações preditivas.

Nesse viés, atrelado à CINPER, tem-se o Programa de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (PAPI), que é abalizado por serviço profisional de psicologia no sentido de ofertar um espaço de acolhimento, reflexão, intervenção e/ou encaminhamento, de forma colaborativa e prevendo incentivar a autonomia. Em suma, referido programa possui como objetivo auxiliar na identificação e superação de questões psicológicas que podem afetar o aprendizado do discente. Assim, o PAPI visa estimular a permanência do aluno na Instituição, proporcionando o desenvolvimento de suas potencialidades cognitivas. Por outro lado, o Programa também contempla orientações aos docentes acerca de problemas como preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações vivenciadas em sala de aula, a fim de que os direitos humanos sejam sempre observados.

Nesse aspecto, vale ressaltar que, também em atenção aos preceitos legais, se faculta aos alunos transgêneros, o uso do nome social, cuja a identificação civil não reflita com a sua identidade de gênero, para fins de tratamento oral, registros internos e emissão de documentos.

Ao lado da CINPER outras instâncias também auxiliam nessa construção do caminho individual de cada aluno a partir do entrelaçamento do ensino, da pesquisa, da extensão e da prática profissional, não apenas de forma profissional, mas, igualmente, pessoal, pensando-se sempre no apoio discente. Nesse aspecto, pode-se ressaltar, ainda, a atuação dos NDE dos Cursos, das Coordenações Gerais dos Cursos, das Coordenações de apoio, bem como da Direção Acadêmica e colaboradores

especializados necessários para a efetivação de um programa específico atento as necessidades de cada Curso.

Cabe, assim, ressaltar algumas ações: 1. atendimento pedagógico, por parte da Coordenação, mediante reunião com representantes de turma e/ou corpo discente; 2. programa geral de nivelamento, especialmente para os alunos dos semestres iniciais, executado pelos NDEs e pelas Coordenações Gerais da Graduação; 3. programa específico de nivelamento, por meio de apoio e promoção de atividades que proporcionem apoio didático e acadêmico, seja no que se refere à exploração/reforço de temáticas, seja no que se refere às técnicas de redação e oratória ou elaboração de projetos; 4. programa de nivelamento, executado pela Coordenação de Pesquisa, Monografia e Extensão, por meio de apoio e promoção de atividades extensionistas e de pesquisa, que visem suprir deficiências específicas em determinadas áreas do conhecimento, bem como possibilite o reforço do conteúdo ministrado nas diversas disciplinas ofertadas ao longo do curso; 5. em atenção aos alunos com necessidades especiais, as instalações da FADISMA são dotadas de todos os recursos para o acesso, locomoção e utilização, como: acesso principal ao nível do passeio público; elevadores com acessibilidade a todos os andares do prédio; banheiros dotados de espaço especial e suportes de apoio para o acesso de cadeirantes e salas de aula com mobiliário adequado, piso antiderrapante, escadarias protegidas por portas corta fogo; 6. política de concessão de bolsas de monitoria acadêmica, bolsas de pesquisa, bolsas de extensão e de bolsas de trabalho, definidas pelo Conselho Superior e executadas pela Direção Geral da FADISMA; 7. Crédito educativo; 8. Participação da Instituição no PROUNI e FIES; 9. Organização Estudantil através do Diretório UNEJURIS; 10. Desenvolvimento de projetos, programas que entrelaçam ensino, pesquisa e extensão, podendo-se citar: a organização de eventos; palestras; oficinas; seminários; semana acadêmica; intercâmbios; projetos de pesquisa e extensão.

Estes projetos e atividades, que perpassam os quatro pilares acima traduzidos e que visam atender aos anseios dos alunos preparando-os para a vida e para o mercado de trabalho são, igualmente, pensados e desenvolvidos pelos Núcleos Temáticos da FADISMA.

.2.5.2. Os Núcleos Temáticos da FADISMA

Nesse contexto de implementação das trilhas acima apontadas, os Núcleos já existentes há muitos anos na FADISMA possuem papel de suma importância, pois será principalmente por meio deles que as ações previstas nas trilhas serão promovidas e/ou potencializadas. Nesse norte, cumpre referir que embora alguns núcleos tenham maior compatibilidade e destaque em relação a determinadas trilhas, conforme restará evidenciado, todos os núcleos transitarão por todas as trilhas, permitindo ao discente uma visão humana, integrada e completa. São eles:

a) Núcleo de Prática Profissional e Empreendedorismo (NUPPE) - NUPPE

O Núcleo de Prática Profissional e Empreendedorismo (NUPPE) foi criado em 2008, a partir do Serviço de Assistência Jurídica e tem o propósito de capacitar os estudantes à ação profissional e/ou empreendedora. O NUPPE se articula principalmente através do Serviço de Assistência Jurídica (SAJ), do Escritório Modelo (EM) e da cultura crescente de empreendedorismo, todos visando fomentar a prática profissional, a realização de estágios e o empreendedorismo.

O SAJ promove atividades reais de prática jurídica e judiciária, mediante o atendimento gratuito da população carente, sob a responsabilidade de professores-orientadores. Vinculado ao SAJ está o Centro de Mediação e Práticas Restaurativas (CEMPRE), que pretende habilitar os alunos em formas alternativas de resolução de conflitos e restauração das relações, mediante atividades simuladas e também reais, estas através convênios com outras instituições, encaminhamentos do SAJ e atendimento à população que demonstre interesse nas práticas de Mediação e Justiça Restaurativa.

O EM, por sua vez, gere e promove atividades reais de prática jurídica e/ou profissional, através de estágio profissional curricular ou extracurricular, fora da sede da Instituição, mediante Convênios realizados entre a Instituição e Organizações específicas.

Complementarmente, destaca-se que a prática jurídica não se centra exclusivamente nos últimos semestres e através do SAJ e do CEMPRE, ocorrendo também de modo transversal, em outras disciplinas, tais como as de Direito Processual Civil, Penal e de Trabalho, em conexão com outros conteúdos de formação.

Outro programa pertencente ao NUPPE é o Advogue, que proporciona aos estudantes uma melhor preparação para o Exame de Ordem da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Ao lado disso, o empreendedorismo e a prática profissional são incentivados por meio de oficinas, palestras, olimpíadas e da possibilidade de realização de estágio no próprio SAJ fora das disciplinas obrigatórias, em projetos extracurriculares. A título exemplificativo de atividades e projetos já desenvolvidos pelo NUPPE pode-se citar o UpGrade NUPPE e o SAJ nas férias.

b) Núcleo de Estudos de Direito Internacional - NEDI

O Núcleo de Estudos de Direito Internacional (NEDI) surgiu em 2010, com o intuito de desenvolver um trabalho que insira o aluno em uma dinâmica de problematização, questionamento e reflexão de assuntos da seara nacional articulada com a dinâmica internacional. Isso se faz de extrema relevância se observado o fenômeno da globalização e contribui para a formação humanística pluralista almejada pela Faculdade.

O NEDI aposta nos intercâmbios, de curta e longa duração, com Instituições de Ensino Superior estrangeiras, como forma de enriquecer cultural e juridicamente os estudantes e egressos da FADISMA. Para tanto, a FADISMA possui parceria com instituições de ensino superior e centros de pesquisa, públicas e privadas, do Brasil, da Argentina, do Chile, do Peru, da Colômbia, dos Estados Unidos, de Portugal e da Espanha, com os quais mantém acordos de mútua cooperação e mobilidade acadêmica. Ao lado dos referidos intercâmbios, igualmente, se busca propiciar, através, das novas tecnologias, uma eliminação das barreiras de espaço, o que permite a troca de conhecimento entre os membros das instituições, fazendo com que o discente seja protagonista de um saber não apenas local.

Nesse sentido, cumpre destacar que a FADISMA foi a primeira Faculdade brasileira a integrar a Rede Latino-americana de Faculdades de Direito, hoje Rede Ibero-americana de Faculdades e Escolas de Direito. Entre os principais objetivos da Rede estão a troca de experiências, o intercâmbio de alunos, a participação de professores em palestras e seminários, eventos em conjunto, colaboração mútua em revistas e outras publicações, cursos de pós-graduação, entre outros.

Ademais, formam-se com as Instituições com as quais se possui convênio, assim como as demais integrantes da referida Rede, conexões propícias ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, publicações conjuntas e cursos de pós-graduação mas, substancialmente e, até inclusivamente, potencializa atividades complementares de graduação com hangouts, módulos internacionais, pasantías virtuais e outros elementos que têm gerado contemporaneidade na profusão de perspectivas comparadas.

c) Núcleo de Direito Ambiental e Urbanístico - NUDAU

Também, em 2010, foi criado o Núcleo de Direito Ambiental e Urbanístico (NUDAU). Este Núcleo visa proporcionar a utilização dos conhecimentos produzidos na FADISMA através do assessoramento, consultoria e prestação de serviços a órgãos públicos e privados, de forma pluri, inter, multi e transdisciplinar, bem como transversal.

Assim, a partir deste Núcleo Faculdade contempla primordialmente a extensão e a prática profissional na área ambiental, urbanística, histórica e cultural, sem deixar de lado o ensino e a pesquisa, que norteiam a atuação prática e a troca com a sociedade. Quanto ao Núcleo em questão, podem-se citar como expoentes as seguintes atividades:

- Realização de Regularização Fundiária por Interesse Específico, a partir de projetos em área pertencentes a particulares e onde cada trabalho possui peculiaridades que geram uma série de enfrentamentos nas áreas do direito, da engenharia e do urbanismo;
- Desenvolvimento de Projetos e Pesquisas Sociais Aplicadas, com cadastramentos e diagnósticos socioeconômicos afetados por empreendimentos públicos e privados; serviços de capacitação em matéria de Direito Ambiental (Licenciamento ambiental, Cadastro ambiental rural, dentre outros), Urbanístico (Regularização Fundiária, Legislação urbanística, Patrimônio Cultural, dentre outros) e áreas afins.

Latente, pois, que além de perpassarem por diversas áreas do Direito, conhecimentos de outras áreas do conhecimento, igualmente, se fazem necessários. Assim, essa integração entre os saberes e a formação de atuação do Núcleo permitem ao aluno desenvolver aptidões atinentes às relações interpessoais e referentes a trabalho em equipe.

d) *Núcleo de Segurança Cidadã - NUSEC*

O hoje denominado Núcleo de Segurança Cidadã (NUSEC) igualmente se constituiu em 2010, a partir da importância dos temas da segurança pública e dos direitos humanos no cenário global e local.

Tal Núcleo dedica-se ao desenvolvimento de projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo de estudos da segurança e da justiça. Está, nesse norte, mais especificamente focado em contribuir com o aprimoramento e o aperfeiçoamento dos profissionais, das instituições e das políticas públicas de segurança e justiça.

Ao lado disso, o Núcleo firmou importantes parcerias técnicas e científicas com entidades de importância nacional e internacional, realizando consultorias para órgãos públicos, que compõem o Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, em âmbito municipal, estadual e/ou federal, e está habilitado a prestar serviços de extensão universitária a entidades de classe e setoriais, de natureza privada, no bojo do seu foco de atuação.

A título exemplificativo das atividades e resultados obtidos pelo Núcleo em questão, pode-se citar: a) a Implantação de Observatórios Locais de Segurança Cidadã; b) a implementação de Planos Municipais Integrados de Segurança Cidadã; c) o desenvolvimento de grupos de estudo; d) a publicação de diversas obras envolvendo a temática sempre com o olhar sobre a proteção dos direitos humanos.

e) Núcleo de Estudos em (Web)cidadania - NEW

O Núcleo de Estudos em (Web)cidadania emergiu, em 2013, da necessidade de promover a postura crítica e reflexiva perante as sempre novas tecnologias da informação e comunicação; oportunizar e potencializar a democratização do conhecimento e; de fomentar uma postura docente e discente ativista e criativa tendo como pano de fundo conceito e prática de (web)cidadania. Assim, desde muito cedo, a IES destaca e aprofunda a importância e o impacto do virtual na sociedade atual.

O Núcleo em questão trabalha com a consciência de pensar global e agir local, focando no campo da Educação para Participação Cidadã, contribuindo com a legitimidade do contexto tecnologicamente responsável da IES. Busca, nesse contexto,

dentre outros, que o aluno possa lidar de forma criativa e construtiva a partir e diante da realidade social.

Desenvolve, assim, para atingir tais objetivos, tanto projetos de pesquisa, quanto projetos de extensão ou de prática profissional, tendo seus resultados divulgados em eventos, revistas e livros. Dentre estas atividades, cumpre destacar o desenvolvimento do Programa de Inovação e Cultura Educacional (PIC), que abarca, a Formação para Liderança e Colaboração Discente e o FADISMA Futuro.

O primeiro é direcionado prioritariamente aos alunos de semestres iniciais e, aliando, ensino, pesquisa, extensão e prática profissional, busca-se que estes desenvolvam projetos e sensibilizem colegas para a implementação das atividades e ações inerentes ao projeto. Para o desenvolvimento do projeto, os alunos trocam ideias e experiências, via plataforma digital e, sobretudo, têm orientações focais de planjamento estratégico. Por meio do emprego de metodologias ativas, também têm o processo de ensino e aprendizagem caracterizado pela hibritude, em função de calendário regular de enconros focais colaborativos on e offline.Também é estimulada a curadoria informaconal de todo processo criativo e ativista a partir de conexão com docentes mentores.

Já o segundo é desenvolvido em parceria com o NUPPE e caracteriza-se por ser um curso voltado para alunos em fase final de graduação, dirigido a potencializar o desenvolvimento pessoal com foco na carreira de cada um e em sua ação transformadora. Tal curso é composto de diversas pílulas de conteúdo sobre marketing pessoal, relacionamentos e atitude, gestão de conflitos, planejamento estratégico e gestão de tempo, entre outros temas atrelados ao perfil do futuro profissional.

2.2.6. Política de integração dos cursos de graduação e da pós-graduação lato sensu da Faculdade de Direito de Santa Maria

Ao lado da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e prática profissional, igualmente, vige uma política de integração na graduação, dos cursos entre si, e destes com os cursos de pós-graduação da IES. Em relação à integração dos cursos entre si, ocorre primordialmente através de eventos acadêmicos desenvolvidos conjuntamente, da possibilidade de disciplinas comuns, bem como da possibilidade do aproveitamento de disciplinas tanto dos cursos na modalidade presencial quanto na modalidade EaD[1].

No que tange à integração com a pós-graduação, a instituição investe esforços na educação continuada, buscando que o aluno ao concluir a graduação possa seguir estudando no âmbito da pós-graduação. Para tanto, a FADISMA oferta cursos de pós-graduação *lato sensu* vinculados às suas linhas de pesquisa e possuem aderência direta aos núcleos acima mencionados - exemplo disso, é a pós-graduação em justiça restaurativa, que se relaciona intrinsecamente com o CEMPRE. Ressalta-se que são oferecidos descontos para alunos e egressos da Faculdade.

Além disso, o aluno da graduação poderá se inscrever em disciplinas isoladas dos cursos de pós-graduação da FADISMA, de acordo com as vagas disponibilizadas no respectivo edital, na condição de aluno especial, desde que tenha 80% de integralização curricular. Posteriormente, poderá aproveitar essa atividade como atividade complementar da graduação e como antecipação de disciplina do próprio curso de pós-graduação, incentivando que o aluno tenha contato com os cursos antes mesmo da formação. A integração entre a graduação e a pós-graduação, igualmente, se observa através de atividades de ensino, pesquisa, extensão e de prática profissional que são oferecidas para ambos os segmentos em conjunto.

2.2.7. Política cultural

A implementação da Política Cultural visa promover a) a formação contínua e humanista do aluno, b) a aptidão para lidar de forma criativa e construtiva com a realidade social, os valores democráticos e os Direitos Humanos e c) a capacidade de problematizar e realizar a ligação de conhecimentos por meio de várias atividades de cunho pluri, multi, inter e transdisciplinar, bem como transversal, primando-se pela inserção de atividades que explorem além dos conhecimentos jurídicos, arte, cinema, teatro e literatura. Nesse aspecto, destaca-se o oferecimento de disciplinas como direito e literatura; direito e teatro; direito e cinema; felicidade e auto-conhecimento, bem como a realização de atividades extracurriculares, tais como oficinas de teatro, oficinas que visam desenvolver a oralidade tendo em vista as apresentações orais que ocorrem, por exemplo, no âmbito do TC e o desenvolvimento do programa diversidade, que, entre suas atividades, traz para os alunos filmes para posterior debates sobre os direitos humanos.

A Política Cultural pretende ser desenvolvida a partir da promoção de: 1) atividades que estimulem o debate e a troca de experiências não apenas jurídicas; 2) canais virtuais de divulgação e compartilhamento de informações (site institucional,

moodle e redes sociais virtuais); 3) projetos que aproximem os estudantes e professores das comunidades; 4) espaços para o desenvolvimento da oratória e escrita, como a semana acadêmica, revistas científicas, livros e blogs; 5) momentos para a conexão entre o direito e o cinema, o teatro, a literatura e a música, na via de disciplinas optativas e em atividades curriculares e extracurriculares, através de metodologias diversas; 6) Espaços de lazer e integração entre discente, professores e funcionários, oportunizando o engajamento de todos em atividades artístico-culturais, bem como esportivas, atentando à formação integral e plural do ser humano; 7) eliminação de qualquer espécie de ato discriminatório ou atentatório a culturas, formas de viver ou ser diversas da cultura hegemônica.

2.3. Objetivos do curso

Os objetivos do curso estão totalmente conectados com proposta educacional institucional de essencialmente transformar sujeitos em seu próprio desenvolvimento, operando como um verdadeiro agente multiplicador da capacidade individual e coletiva de produção de novos conhecimentos e práticas aplicáveis na realidade social em que está inserida e de onde seu aluno e aluna advêm. Ademais, se articulam com o contexto educacional local e regional e expressam uma visão de mundo contemporâneo e o entendimento sobre o papel da educação superior nesta nova conjuntura globalizada e tecnológica. São eles:

- Fomentar a formação de um profissional-cidadão que seja capaz de saber fazer, saber conhecer e também de saber ser e viver com os outros, com formação humanista e democrática calcada nos valores do pluralismo, da ética e da responsabilidade social, mostrando-lhe as diferenças jurídico-culturais que revelam a negação de uma identidade absoluta, valorizando a diferença em prol do reconhecimento do outro, e, por conseguinte, revelando-lhe a importância da compreensão da realidade do outro, permitindo um profissional focado no bem-estar coletivo e participante do processo global de humanização da sociedade;
- Ampliar a visão crítica para além da ordem interna, pautando-se num universo plural, contemporâneo e diversificado, pois o ensino não deve se filiar a nenhuma teoria em específico, mas sim lidar com as diferenças, variar enfoques,

questionar as teorias que têm o próprio Direito como objeto, tecer vínculos constantes com a realidade e nortear-se pelo conceito de formação contínua;

- Oferecer um ensino jurídico pluri, multi, trans e interdisciplinar, bem como transversal, alicerçado na ampla e sólida formação do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, oportunizando aptidão para interpretar, argumentar, desenvolver técnicas de raciocínio jurídico e resolver problemas.
- Contribuir para a inovação na área das Ciências Sociais Aplicadas e em processos e práticas sociais e organizacionais (públicos e privados), a partir das características locais e regionais.
- Formar profissionais polivalentes para atuação na sociedade contemporânea, oferecendo um contexto de ensino-aprendizagem que considera as transformações e as novas práticas emergentes pelas relacionadas ao Direito, inserindo-o e potencializando o seu papel em convergência às tecnologias de informação e comunicação, aos meios consensuais de solução de conflitos, à sustentabilidade e aos demais direitos emergentes;
- Desenvolver oportunidades para descoberta e desenvolvimento de habilidades e competências, considerando que cada aluno do curso carrega um infinito escopo de potencialidades;
- Preparar o aluno para o mercado de trabalho contemporâneo e emergente, capacitando-o para atuar em toda e qualquer atividade jurídica no ambiente judicial ou extrajudicial, de modo individual e coletivo, crítico, comunicativo e criativo, tornando-o apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos;
- Aplicar o conceito de *lifelong learning* (formação contínua), ensinando o aluno a aprender, preparando-o para o domínio de fontes de informação e qualificando-o para uma postura crítica, de modo a garantir que a formação pessoal e profissional do aluno mantenha-se atualizada;
- Implementar projetos de pesquisa e extensão no âmbito das seguintes linhas: Multiculturalismo e Transnacionalização do Direito; Constitucionalismo e Concretização de Direitos; Sustentabilidade; Controle Social, Segurança cidadã e Justiça Criminal e Direito Privado e Repersonalização do Direito Civil, concretizando o tripé pesquisa, ensino e extensão;
- Desenvolver projetos e programa de extensão, dotando o ensino de um vínculo efetivo com a realidade social local e regional;

- Tecer e manter uma rede de convênios para incrementar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica, proporcionando, inclusive, intercâmbios de longa e curta duração no país e no exterior.
- Ofertar respostas às demandas sociais, políticas e'' culturais, a partir de um adequado e não catedrático espaço para a pesquisa, raciocínio e novas formas de solução de conflitos, desenvolvimento humano, gestão pessoal e coletiva.

2.4. Perfil profissional do egresso

O Curso de Graduação em Direito da FADISMA visa formar um profissional polivalente e protagonista, conectado na realidade da sociedade contemporânea e transformador da mesma, substanciando por competências cognitivas e sociemocionais, conforme os estágios elencados abaixo:

a) Aprender a conhecer

- Formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico;
- Formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada, com o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros;
- Formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

b) Aprender a fazer

- Formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

- Formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos;
- Formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas.
- Formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica;
- Formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

c) Aprender a ser e viver juntos

- Formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo;
- Formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora;

2.5. Acompanhamento dos egressos

Assim como há o acompanhamento do aluno desde o seu ingresso no Curso, a fim de que haja o (re)conhecimento e experienciação, para que este se torne um futuro profissional, a IES busca, ainda, acompanhar o ex-aluno após a sua colação de grau. Isso objetiva tanto verificar se se está alcançando, de fato, o perfil de egresso almejado, bem

como tem como intuito prestar auxílio especial aos egressos, no âmbito de um mercado de trabalho altamente competitivo, desafiador e globalizado.

Dessa forma, com o respectivo objetivo implementou-se o Programa Synergia, o qual possui os seguintes objetivos:

- Proporcionar um processo de transição (do acadêmico ao profissional) consciente e integrado com as novas realidades e tendências do mercado de trabalho na área jurídica;
- Oportunizar a participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, intercâmbios e atividades e eventos das mais variadas naturezas junto à instituição;
- Construir e manter redes sociais e de atuação profissional durante e após o Curso de Graduação e Pós-graduação (*lato sensu*) para a efetiva inserção no mercado de trabalho;
- Permitir a acessibilidade do egresso, por meio de descontos, em cursos de Pós-Graduação da FADISMA.

Assim, para cumprir referidos objetivos, o Synergia, enquanto Programa, abarca diversos projetos e atividades específicas, assim como se insere em atividades realizadas pelas Coordenações e Núcleos. A título exemplificativo, podem-se citar: a) os editais de intercâmbio que, em regra, prevêm vagas para egressos; b) a existência de vagas específicas para egressos em projetos de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidos pela IES; c) a abertura de editais de eventos que abarcam apenas alunos e egressos; d) o convite para que egressos participem, conjuntamente, com professores da IES de bancas de Trabalho de Curso, bem como avaliando trabalhos da Semana Acadêmica da FADISMA – EntreMentes e no Salão de Extensão; e e) convite para eventos de diálogo com os graduandos, compartilhando com estes suas experiências e aprendizados.

Nesse momento, é possível verificar o desenvolvimento profissional dos egressos e de que forma a IES contribuiu para tanto. Ao lado disso, é possível aferir se, na prática, está-se alcançando o perfil de egresso almejado e acima descrito.

Ainda, buscando realizar um acompanhamento da situação do egresso, bem como aferir se o perfil de egresso buscado está, de fato, se concretizando, periodicamente, aplica-se instrumento, mais especificamente questionário, via plataforma digital a todos os egressos. Referido instrumento faz parte da Missão “Volver” e é composto de diversos questionamentos, destacando-se perguntas relativas à sua colocação no mercado de trabalho, ao desenvolvimento do campo acadêmico, à

realização de atividades que exijam conhecimentos não apenas jurídicos, ao desenvolvimento de atividades em grupo, que exijam uma boa relação interpessoal etc.

Tem-se, ainda, o Programa Advogue, que se constitui em ferramenta de grande importância quando o assunto é auxiliar os egressos a se inserirem no mercado de trabalho da advocacia. Aos estudantes e egressos habilitados a realizar o Exame de Ordem é ofertado curso gratuito, que é realizado de forma presencial e EAD, bem como intercala aulas expositivas com metodologias ativas. O propósito do programa é enfatizar aos alunos a lógica do Exame, bem como orientar os estudos a partir das deficiências e habilidades de cada um.

Importante referir, ainda, que todas as atividades das quais os egressos participam são respectivamente certificadas, podendo, pois, serem inseridas como um diferencial no seu currículo.

2.6. Estrutura curricular

A Estrutura Curricular ora apresentada tem como objetivo precípuo instrumentalizar o perfil do egresso anteriormente traçado, de forma coerente com os objetivos do curso, com a proposta pedagógica inovadora da IES, constante do PPI, e com as Políticas Institucionais aplicáveis ao Curso. Por essa razão, foram traçados critérios nítidos para escolha das disciplinas e para a distribuição dessas disciplinas ao longo da sequência aconselhada.

2.6.1. Critérios inspiradores da organização curricular

O currículo do Curso de Direito foi elaborado considerando os seguintes aspectos:

- Consonância com o contexto educacional, os objetivos do curso e o perfil do egresso almejado, primando não apenas pelas competências cognitivas, mas também pelas instrumentais e interpessoais;

- Regime acadêmico de oferta baseado no modelo de matrícula por disciplina (RMD);

● Respeito ao elenco de conteúdos obrigatórios previsto pelas diretrizes curriculares editadas através da Resolução CNE/CES nº 5, de 17.12.2018, inclusive conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas, tais como as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, assim como aos padrões de qualidade elaborados no âmbito do INEP e recentemente aprovados pelo Conselho Nacional de Educação

● Observância da seguinte carga horária, considerando também atividades à distância: a) 4 horas de atividades/dia; e b) total de 3.900 horas-aula, aí compreendidos b.1) disciplinas obrigatórias (3.384 horas-aula), b.2) disciplinas optativas (216 horas-aula) e as b.3) atividades complementares de graduação (ACGs) (300 horas-aula).

● Capacitação do aluno, nos semestres iniciais, para desenvolvimento de competências necessárias para aproveitamento das potencialidades do Projeto Pedagógico do Curso, com especial preparação para atividades de pesquisa, de aprendizagem, de extensão e de prática jurídica (ou seja, de desenvolvimento através das Trilhas de (re)conhecimento e experienciação).

● Atenção às Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, editadas através da Resolução CNE/CES nº 7, de 18.12.2018, compondo a matriz curricular com atividades de extensão no percentual de 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular do curso (390 horas-aula), através de: a) disciplina própria para formação do aluno em nível de conhecimento e competências essenciais para as práticas extensionistas – Extensão: caminhos para a experienciação; b) atividades de extensão (programas, projetos, cursos, oficinas, clínicas, eventos e prestação de serviços) nas disciplinas de Direitos Humanos e Democracia, Direito do Consumidor, Direito do Idoso, Criança e Adolescente, Sustentabilidade e Direito Ambiental, Direito Previdenciário e Estágio Supervisionado I, II e III; c) exigência de 100 horas de atividades complementares de graduação como extensão. Ressalta-se que os critérios de escolha das disciplinas, bem como que a carga horária atinente à extensão está descrita na seção 2.6.4. A descrição das atividades possíveis ocorre no Plano de Ensino das disciplinas indicadas acima (ANEXO I).

● Valorização da Prática Jurídica para além das disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e III, mediante a previsão de prática simulada nas disciplinas de Direito Processual Constitucional, Direito Processual Civil (I, II, III e IV), Direito Processual

Penal (I, II e III) e Direito Processual do Trabalho (I e II), já a partir do terceiro semestre, e a integração entre teoria e prática nas demais disciplinas, a partir das Metodologias ora adotadas, capacitando o aluno com competências cognitivas, instrumentais e interpessoais necessárias para as atividades de estágio e para o exercício profissional. Ressalta-se que a carga horária atinente à prática jurídica está descrita na seção 2.6.5.

- Organização das disciplinas em 03 (três) grupos, de acordo com as competências preponderantes que contribuem ao percurso de formação do discente, através das Trilhas de (re)conhecimento. Estas são trilhas cumulativas e não alternativas, eis que somadas conferem ao discente o seu (re)conhecimento enquanto profissional da seara de graduação escolhida, em consonância com os objetivos do curso e o perfil do egresso. Ademais, frise-se, verifica-se que nas disciplinas é possível identificar elementos de mais de uma das trilhas, porém se indica qual é a trilha preponderanete em relação àquela disciplina. Nesse norte, cumpre referir quais são os grupos: Aprender a conhecer; Aprender a fazer e Aprender a ser e viver juntos. O primeiro reúne disciplinas que tenham como função preponderante a formação de competências cognitivas em relação aos conteúdos curriculares; o segundo, as disciplinas que tenham como função preponderante a formação em competências instrumentais para a prática profissional; e o terceiro, as disciplinas que tenham como função preponderante a formação em competências interpessoais, que se relacionam às capacidades do profissional se desenvolver e estar presente no mundo e na sociedade, percebendo-se como ser humano e cidadão ativo, pensante e transformador.
- Implementação de Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem e na oferta de todas as disciplinas com conciliação de metodologias presenciais e à distância (modelo parcial), respeitado o limite de carga horária total do curso presencial constante do regulamento vigente (conforme discriminado no plano de ensino de todas as disciplinas).
- As estratégias de flexibilização do currículo concentram-se no eixo ensino-pesquisa-extensão-prática jurídica, fomentado pela área de concentração do curso, objetivando a ampliação do conhecimento e desenvolvendo competências específicas.
- Adoção de flexibilização curricular, no ensino, através das disciplinas optativas, das Atividades Complementares de Graduação (ACGs) e da previsão de através de disciplinas aproveitáveis entre os cursos presenciais de graduação da FADISMA. As primeiras são oferecidas na grade curricular no oitavo, novo e décimo semestres, preferencialmente em horários concomitantes, nos mesmos dias, permitindo a escolha dos alunos pelas disciplinas que mais contribuam com sua trilha de

(re)conhecimento e com seu planejamento enquanto futuro profissional, dentro de sua ótica de propósito de vida, afinidade e descoberta, dado ensejo e acompanhamento do Plano de Vida Acadêmica. As ACGs, igualmente, integralizam o currículo, visando a formação humana e profissional do acadêmico através de participação em palestras, simpósios, colegiados, monitorias, atuação em núcleos temáticos, atividades de pesquisa e extensão, intercâmbios, estágios extracurriculares, publicação de trabalhos e participação em atividades forenses (Norma 006). Por fim, na estrutura curricular, percebem-se disciplinas com conteúdo programático e carga horária compatíveis com disciplinas do curso de Ciências Contábeis, de modo suficiente ao aproveitamento recíproco, permitindo que os alunos cursem disciplinas do outro curso sem prejuízo da integralização curricular (indicadas em Tabela da seção 2.6.6). Esta estratégia permite ao aluno o convívio e aprendizado com outros saberes, bem como a realização de atividades com futuros profissionais de outra área.

- Na pesquisa, a flexibilização efetiva-se por meio de projetos de iniciação científica e outras atividades de pesquisa que visam refinar a formação e conhecimento de competências específicas, vinculadas à produção científica. A FADISMA possui projetos de pesquisa e grupos de estudos com a participação de docentes e discentes.
- Destaca-se ainda a flexibilidade apresentada pelo curso para a realização do Trabalho de Curso, eis que deverá ser elaborado considerando a modalidade do trabalho que o aluno pretende desenvolver: Iniciação Científica (Monografia e Artigo Científico), Extensão (Artigo Científico) e Prática Profissional (Artigo Científico).
- Na extensão, o emprego de estratégias de flexibilização vale-se, em especial, pela possibilidade de participação dos discentes na construção e reconstrução das atividades que serão desenvolvidas com a comunidade externa nas disciplinas que contenham atividades de extensão no Plano de Ensino e nos projetos extracurriculares, permitindo uma visão integrada do social, bem como o confronto com a complexidade social e com as problemáticas contemporâneas.
- Na prática jurídica, a flexibilização se dá primeiramente pela possibilidade do acadêmico em optar por realizar o estágio supervisionado II ou III junto às dependências do Serviço de Assistência Jurídica sediado na Instituição ou junto a escritórios de advocacia, ou ainda em outras Instituições jurídicas ou judiciárias, desde que estes estejam devidamente conveniados com a Faculdade.
- Estímulo à transversalidade, bem como a interdisciplinaridade tanto em sua face horizontal quanto vertical em disciplinas obrigatórias e optativas, mediante atividades de ensino-aprendizagem e avaliações em conjunto.

- Acessibilidade pedagógica e atitudinal contemplada na estrutura curricular da FADISMA por meio das disciplinas de Libras, Sociologia Geral e Jurídica, Didática do Ensino Jurídico, Ética Geral e Profissional, Bioética e Cidadania, Direitos Humanos e Democracia, Ecologia e Política, Ciência Política, Justiça Restaurativa, Psicologia Aplicada ao Direito, Mediação e Arbitragem, Direito e Teatro, bem como nas atividades complementares de graduação através de programas institucionais, como o Programa Diversidades, que promove um espaço de discussão de temáticas que vão ao encontro da questão da acessibilidade. Através destas atividades curriculares e complementares da graduação é possível inserir o discente e o docente em searas do conhecimento que contribuem para transpor preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, assim como eliminar barreiras pedagógicas. Visando alcance dos objetivos do curso, as atividades devem prever o grupo discente do momento.
- Possibilidade de oferta de disciplinas em regime intensivo, nos termos do que determina a Resolução 10 da FADISMA[2].

---

[1] Inclusão da última parte do parágrafo, conforme Ata Nº 077 de 2021 do Núcleo Docente Estruturante e Ata Nº 203 de 2021 do Colegiado de Graduação do Curso de Direito.
[2] Incluído, conforme Ata Nº 077 de 2021 do Núcleo Docente Estruturante e Ata Nº 203 de 2021 do Colegiado de Graduação do Curso de Direito.

2.6.2. Grade curricular - sequência aconselhada e pré-requisitos

Aprender a conhecer		Aprender a fazer		Aprender a ser e viver juntos
1º Semestre				
	Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Pré-requisitos**
1	DIR0101	Teoria Geral do Estado e da Constituição	72 h	
2	DIR0102	Introdução ao Estudo do Direito	72 h	
3	DIR0103	História do Direito	36 h	
4	DIR0104	Filosofia Geral e Jurídica	72 h	
5	DIR0105	Metodologia	36 h	
6	DIR0106	Linguagem e Comunicação	36 h	
7	DIR0107	Aprendizagem e Desenvolvimento Pessoal	36 h	
	Total		**360 h**	
2º Semestre				
	Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Pré-requisitos**
7	DIR0201	Direito Constitucional I	72 h	1
8	DIR0202	Direito Penal I	36 h	1 – 2
9	DIR0203	Direito Civil Parte Geral	72 h	2
10	DIR0204	Economia Política	36 h	
11	DIR0205	Teoria Geral do Processo	36 h	1 – 2
12	DIR0206	Hermenêutica e Argumentação Jurídica	36 h	4 – 6
13	DIR0207	Prática de Negociação	36 h	
14	DIR0208	Fluência Tecnológica e Inovação	36 h	
	Total		**360 h**	
3º Semestre				
	Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Pré-requisitos**
15	DIR0301	Direito Constitucional II	72 h	7
16	DIR0302	Direito Penal II	72 h	8
17	DIR0303	Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil	72 h	9
18	DIR0304	Sociologia Geral e Jurídica	36 h	
19	DIR0305	Direito Processual Civil I (Teoria e Prática)	72 h	11
20	DIR0306	Extensão: Caminhos para a Experienciação	36 h	
	Total		**360 h**	
4º Semestre				
	Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Pré-requisitos**
21	DIR0401	Direito Penal III	72 h	16
22	DIR0402	Direito Internacional Público	72 h	1 – 2
23	DIR0403	Direito Contratual	72 h	17
24	DIR0404	Direito Processual Civil II (Teoria e Prática)	72 h	19
25	DIR0405	Direitos Humanos e Democracia	72 h	20
	Total		**360 h**	
5º Semestre				
	Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Pré-requisitos**
26	DIR0501	Direito do Trabalho I	72 h	7
27	DIR0502	Direito Penal IV	72 h	21
28	DIR0503	Direito das coisas	72 h	23
29	DIR0504	Direito Processual Civil III (Teoria e Prática)	72 h	24
30	DIR0505	Direito Processual Penal I (Teoria e Prática)	72 h	11 – 21
	Total		**360 h**	

6º Semestre				
	Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Pré-requisitos**
31	DIR0601	Direito do Trabalho II	72 h	26
32	DIR0602	Direito das Famílias	72 h	28
33	DIR0603	Direito Administrativo I	72 h	15
34	DIR0604	Direito Processual Civil IV (Teoria e Prática)	72 h	29
35	DIR0605	Direito Processual Penal II (Teoria e Prática)	72 h	30
	Total		**360 h**	
7º Semestre				
	Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Pré-requisitos**
36	DIR0701	Direito das Sucessões	72 h	32
37	DIR0702	Direito Administrativo II	72 h	33
38	DIR0703	Direito Processual Constitucional (Teoria e Prática)	72 h	15 – 24
39	DIR0704	Direito Processual Penal III (Teoria e Prática)	72 h	35
40	DIR0705	Direito Processual do Trabalho I (Teoria e Prática)	72 h	24 – 31
	Total		**360 h**	
8º Semestre				
	Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Pré-requisitos**
41	DIR0801	Direito Tributário I	72 h	15
42	DIR0802	Direito Empresarial I	72 h	9
43	DIR0803	Direito do Consumidor	36 h	20 – 23
44	DIR0804	Direito Processual do Trabalho II (Teoria e Prática)	36 h	40
45	DIR0805	Estágio Supervisionado I (Solução Consensual de Conflitos)	36 h	14
46	DIR0806	Ética Geral e Profissional	36 h	
47		Disciplina Optativa	36 h	
48		Disciplina Optativa	36 h	
	Total		**360 h**	
9º Semestre				
	Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Pré-requisitos**
49	DIR0901	Direito Tributário II	72 h	41
50	DIR0902	Direito Empresarial II	72 h	42
51	DIR0903	Trabalho de Curso I	36 h	5
52	DIR0904	Estágio Supervisionado II (Assistência Jurídica)	72 h	34
53	DIR0905	Sustentabilidade e Direito Ambiental	36 h	20
54		Disciplina Optativa	36 h	
55		Disciplina Optativa	36 h	
	Total		**360 h**	
10º Semestre				
	Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Pré-requisitos**
56	DIR1001	Direito Previdenciário	72 h	
57	DIR1002	Direito Internacional Privado	36 h	
58	DIR1003	Estágio Supervisionado III (Assistência Jurídica)	72 h	34
59	DIR1004	Trabalho de Curso II	36 h	51
60	DIR1005	Direitos do Idoso, da Criança e do	72 h	

		Adolescente		
61		Disciplina Optativa	36 h	
62		Disciplina Optativa	36 h	
	Total		**360 h**	
Disciplinas Obrigatórias (3.384 hs) + Disciplinas Optativas (216hs) + ACGs (300hs) = 3900 horas				

2.6.3. Disciplinas Optativas

Aprender a conhecer	**Aprender a fazer**		**Aprender a ser e viver juntos**
Código da Disciplina	Nome da Disciplina	C. H.	Pré-requisitos
DIR0001	Antropologia Jurídica	36 h	
DIR0002	Ciência Política	36 h	
DIR0003	Criminologia	36 h	
DIR0004	Contratos Internacionais	36 h	23
DIR0005	Cultura, Política e Sociedade Contemporânea	36 h	
DIR0006	Direito Aduaneiro	36 h	22
DIR0007	Direito Agrário	36 h	23
DIR0008	Direito Comunitário e da Integração	36 h	22 07
DIR0009	Os impactos da Sociedade em Rede no Direito	36 h	
DIR0010	Direito da Propriedade Intelectual	36 h	
DIR0011	Direito e Cinema	36 h	
DIR0012	Direito e Literatura	36 h	
DIR0013	Direito e Teatro	36 h	
DIR0014	Direito Econômico e da Concorrência	36 h	07 10
DIR0015	Direito Eleitoral	36 h	15
DIR0016	Direito Internacional do Desenvolvimento	36 h	22
DIR0017	Direito Municipal	36 h	33
DIR0018	Direito Notarial e Registral	36 h	32
DIR0019	Direito Penal Econômico	36	16
DIR0020	Direito Penal Militar	36 h	16
DIR0021	Direito Romano	36 h	
DIR0022	Direito Urbanístico	36 h	15
DIR0023	Economia do Trabalho	36 h	
DIR0024	Finanças Públicas	36 h	41
DIR0025	Fundamentos de Direito Público e Privado	36 h	
DIR0026	Imputação Objetiva	36 h	
DIR0027	Introdução a Sociologia da Segurança Pública e da Justiça Criminal	36 h	
DIR0028	Juizados Especiais	36 h	19

DIR0029	Leis Penais Especiais	36 h	16
DIR0030	Medicina Legal	36 h	27 30
DIR0031	Mercado de Capitais	36 h	
DIR0032	Organizações Internacionais	36 h	22
DIR0033	Psicologia Aplicada ao Direito	36 h	
DIR0034	Registros Públicos	36 h	32
DIR0035	Relações Internacionais	36 h	22
DIR0036	Advocacia Empresarial	36 h	42
DIR0037	Constituição e Legalização de Pessoas Jurídicas	36 h	42
DIR0038	Didática do Ensino Jurídico	36 h	
DIR0039	Gestão de Empresas	36 h	
DIR0040	Gestão de Pessoas	36 h	
DIR0041	Inglês Jurídico	36 h	
DIR0042	Justiça Restaurativa	36 h	
DIR0043	Lógica Jurídica	36 h	
DIR0044	Mediação e Arbitragem	36 h	
DIR0045	Português Jurídico	36 h	
DIR0046	Psicologia Aplicada aos Negócios	36 h	
DIR0047	Retórica	36 h	
DIR0048	Sistemas Gerenciais de Informação	36 h	
DIR0049	Libras	36 h	
DIR0050	Ecologia e Política	36 h	53
DIR0051	Direito, Diversidade Cultural e Inclusão	36 h	
DIR0052	Direito dos Animais	36 h	
DIR0053	Bioética e Cidadania	36 h	
DIR0054	Autoconhecimento e Felicidade	36 h	

2.6.4. Extensão e estrutura curricular – detalhamento

A adoção da extensão na estrutura curricular é uma medida que não apenas atende as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, editadas através da Resolução CNE/CES nº 7, de 18.12.2018, mas que se revela essencial para que sejam concretizados parte dos objetivos do curso e do perfil do egresso da FADISMA, especialmente a formação de um profissional-cidadão ético, humanista, com respeito à pluralidade e capaz de ser protagonista nas transformações sociais que resultem em desenvolvimento social, político e econômico.

A opção foi extensionalizar o currículo e curriclarizar a extensão, potenializando a supremancionada capacidade e protagonismo. Se previu atividades de

extensão em diversas disciplinas ao longo da grade curricular. A primeira, no terceiro semestre, permite formação e experiência inicial para as práticas extensionistas das disciplinas dos semestres posteriores. Nestas, a extensão ocorre de modo alinhado ao conteúdo das disciplinas, sem excluir a transdisciplinaridade, através de projetos, eventos, clínicas, prestação de serviços, dentre outros.

As disciplinas foram escolhidas a partir da articulação da estrutura curricular com os assuntos de responsabilidade social definidos no PPI como orientadores da Política de Extensão, conforme a seguir indicado:

- Direitos Humanos e Democracia (Relações Internacionais e Ajuda Humanitária; Auxílio a Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais; Inclusão Social, Ética e Direitos Humanos; e Inclusão Digital);
- Sustentabilidade e Direito Ambiental (Responsabilidade Socioambiental-Urbanística; e Assessoria, Consultoria e Licenciamento Ambiental, Urbanístico e Empresarial);
- Direito do Consumidor (Desenvolvimento Econômico e Social);
- Direito Previdenciário (Auxílio a Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais; Inclusão Social, e Ética e Direitos Humanos; e Terceira Idade);
- Direito do Idoso, da Criança e do Adolescente (Criança e Adolescente; e Terceira Idade);
- Estágio Supervisionado I, II e III (Cultura, Cidadania e Concretização de Direitos);

Nestas, a extensão ocorre de modo alinhado ao conteúdo das disciplinas, sem excluir a transdisciplinaridade, através de projetos, eventos, clínicas, prestação de serviços, dentre outros. Nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e III, a extensão decorre da prestação de serviços à sociedade, no âmbito do Serviço de Assistência Jurídica e do Centro de Mediação e Práticas Restaurativas. Nas demais, o professor fará o planejamento das atividades e previsão da mesma em seu plano de aula, observando a carga horária mínima prevista, registrando o projeto e seus relatórios através de Formulário Único.

Ademais, complementarmente, dentre às 300 horas de Atividades Complementares de Graduação, o aluno deverá realizar 100 horas em atividades de extensão, que não podem se confundir com as atividades realizadas no âmbito das disciplinas acima indicadas. A FADISMA oferece tais oportunidades através das trilhas de experienciação e dos Núcleos Temáticos, anteriormente abordados.

Em relação à carga horária das disciplinas, a Tabela a seguir detalha a carga horária mínima distribuída:

Disciplinas com Atividades de Extensão			
Código da Disciplina	Nome da Disciplina	Carga horária Total	Carga horária extensão
DIR0805	Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado I (Solução Consensual de Conflitos)	36 h	18 h
DIR0904	Estágio Supervisionado II (Assistência Jurídica)	72 h	72 h
DIR1003	Estágio Supervisionado III (Assistência Jurídica)	72 h	72 h
DIR0306	Extensão: Caminhos para a Experienciação	36 h	36 h
DIR0405	Direitos Humanos e Democracia	72 h	36 h
DIR0803	Direito do Consumidor	36 h	10 h
DIR0905	Sustentabilidade e Direito Ambiental	36 h	10 h
DIR1001	Direito Previdenciário	72 h	18 h
DIR1005	Direito do Idoso, da Criança e do Adolescente	72 h	18 h
Soma parcial			290 h
Extensão no âmbito das ACGs			
		Carga horária Total	Carga horária extensão
	ACG	300	100 h
Soma parcial			100 h
Total			**390 h**

2.6.5. Prática Jurídica e estrutura curricular – detalhamento

A prática jurídica na estrutura curricular também se revela essencial para que sejam concretizados parte dos objetivos do curso e do perfil do egresso da FADISMA, especialmente a formação profissional adequada para exercer o raciocínio jurídico, a interpretação, a argumentação jurídica e a solução consensual de conflitos.

A opção foi prever atividades de prática jurídica para além das disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e III, através da utilização da prática simulada como metodologia obrigatória de integração entre teoria e prática nas disciplinas a seguir elencadas:

Disciplinas com atividades de Prática Jurídica Simulada e Real

Código da Disciplina	Nome da Disciplina	Carga horária Total	Carga horária prática
DIR0805	Estágio Supervisionado I	36 h	36 h
DIR0904	Estágio Supervisionado II	72 h	72 h
DIR1003	Estágio Supervisionado III	72 h	72 h
DIR0703	Direito Processual Constitucional (Teoria e Prática)	72 h	36 h
DIR0305	Direito Processual Civil I (Teoria e Prática)	72 h	12 h
DIR0404	Direito Processual Civil II (Teoria e Prática)	72 h	12 h
DIR0504	Direito Processual Civil III (Teoria e Prática)	72 h	12 h
DIR0604	Direito Processual Civil IV (Teoria e Prática)	72 h	36 h
DIR0505	Direito Processual Penal I (Teoria e Prática)	72 h	12 h
DIR0605	Direito Processual Penal II (Teoria e Prática)	72 h	12 h
DIR0704	Direito Processual Penal III (Teoria e Prática)	72 h	12 h
DIR0705	Direito Processual do Trabalho I (Teoria e Prática)	72 h	20 h
DIR0804	Direito Processual do Trabalho II (Teoria e Prática)	36 h	16 h
Total			360 h

O Estágio Supervisionado I tem como foco as práticas de solução consensual de conflitos, combinando atividades simuladas e reais, através do Centro de Mediação e Práticas Restaurativas (CEMPRE) da FADISMA, que presta tais serviços à sociedade, mediante atendimento e convênios.

No Estágio Supervisionado II e III as atividades de prática jurídica são reais, através do Serviço de Assistência Jurídica, inclusive com prática do processo judicial eletrônico, considerando a adoção do mesmo nos processos em que as atividades são desenvolvidas.

Nas demais disciplinas acima indicadas, o docente irá realizar a integração entre teoria e prática mediante atividades simuladas em que o aluno seja protagonista, com apoio nas metodologias presentes neste projeto pedagógico, relacionando os conteúdos de direito processual com outros conteúdos curriculares que os discentes tenham desenvolvido, como de direito material e interpretação e argumentação jurídica, a título exemplificativo. Nesta perspectiva, destaca-se que as práticas de tutela coletiva estão contempladas na disciplina de Direito Processual Constitucional.

2.6.6. Disciplinas articuladoras de aproveitamento entre o Curso de Direito e o Curso de Ciências Contábeis

Considerando que a instituição visa a formação completa do sujeito, que as Ciências Jurídicas e Ciências Contábeis tem íntima ligação e que a IES possui ambos os

cursos, foram organizadas um rol de disciplinas compatíveis com a finalidade de dar ao egresso a melhor possibilidade de prosseguir com os estudos, caso seja esse seu interesse. Nesse norte, existe a possibilidade de serem oferecidas disciplinas comuns, bem como poderá o aluno cursar disciplinas do Curso de Ciências Contábeis, utilizando estas como optativas no âmbito do Curso de Direito, conforme quadro que discrimina as disciplinas optativas (item 2.6.6.)

2.6.7. Resumo da grade curricular

Currículo obrigatório

Disciplinas obrigatórias	3.384 horas
Disciplinas optativas	216 horas
Atividades complementares de graduação (ACGs)	300 horas
Total	3.900 horas

2.7. Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares do Curso de Direito da FADISMA possibilitam a formação de profissionais aptos a atuar na sociedade contemporânea de forma ativa e construtiva, com sólida formação cognitiva em Direito (Aprender a conhecer), mas também dotados das necessárias competências instrumentais (Aprender a fazer) e interpessoais (Aprender a ser e viver juntos), sem deixar de atender à articulação entre ensino-pesquisa-extensão-prática jurídica.

Permitindo também compreensão da perspectiva internacional, na sequência aconselhada e nas disciplinas optativas, há disciplinas que contemplam conteúdos de Direito e interesse interno, bem como as disciplinas que contemplam o Direito e interesse internacional, sem olvidar da abordagem de fenômenos sociais globais em diversas disciplinas.

Como o curso também objetiva a formação interdisciplinar, o currículo prevê as disciplinas que abordam outras áreas do saber, a fim de realizar a conexão entre essas com o Direito, se utilizando de bibliografia adequada e atualizada.

A implementação da flexibilização e a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão-prática jurídica, permitem imprimir no estudante (futuro egresso) o desenvolvimento de competências e habilidades técnico-jurídicas e práticas, indispensáveis a adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e da complexidade social.

Com base nesses pressupostos, ressalta-se que o curso encontra-se estruturado em três eixos formativos, atendendo aos conteúdos necessários:

(I) O eixo de formação geral contempla os conteúdos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, envolvendo saberes de outras áreas formativas, tais como: Teoria Geral do Estado e da Constituição, Metodologia, História do Direito, Filosofia Geral e Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Economia Política, Sociologia Geral e Jurídica, Ética Geral e Profissional, além de disciplinas optativas.

(II) O eixo de formação técnico-jurídico, que contempla, além da formação dogmática, dá atenção especial ao desenvolvimento/aprofundamento da capacidade crítico e reflexiva do aluno, contrapondo-o a complexidade social e a emergência das

novas demandas sociais, por meio dos conteúdos explorados nas disciplinas relacionados à Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos e;

(III) O eixo de formação prática, estabelecendo-se a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos eixos anteriores, mediante conteúdos e atividades realizadas nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e III, Direito Processual Constitucional (Teoria e Prática), Direito Processual Civil I, II, III e IV (Teoria e Prática), Direito Processual Penal I e II (Teoria e Prática), Direito Processual do Trabalho I e II (Teoria e Prática) e nas Atividades Complementares de Graduação, bem como no Trabalho de Curso. Destaca-se ainda, neste ponto, que as atividades de caráter prático-profissional e de resolução de problemas estão presentes de forma transversal a partir do princípios metodológicos do presente curso e das atividades de extensão que ocorrem em inúmeras disciplinas.

Somando-se a isso está pontualmente contemplada a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, nas disciplinas de “Bioética e Cidadania”, “Direitos Humanos e Democracia”, “Direito, Diversidade Cultural e Inclusão”, “Antropologia Jurídica”, “Ecologia e Política”, “Direito Urbanístico”, “Direito Ambiental”.

2.8. Implementação da estrutura curricular e transição.

A implementação da estrutura curricular constante do presente PPC irá ocorrer a partir do primeiro semestre do ano de 2020, para alunos ingressantes neste semestre. Já os alunos ingressantes na Instituição em semestres anteriores, até 2019.2, irão permanecer no currículo antigo. Estes alunos, assim, permanecerão vinculados à estrutura curricular anterior, mas serão beneficiados com as alterações ocorridas em nível de políticas institucionais aplicáveis (como a integração entre ensino, pesquisa, extensão e prática, através das trilhas de experienciação e dos núcleos temáticos, bem como o apoio ao discente), e especialmente com a implantação de metodologias à distância em todas as disciplinas.

Neste caso, a evolução ora afirmada será implementada na estrutura curricular anterior tal qual ora preconizado para a nova estrutura curricular, exatamente nos mesmos moldes, em relação à metodologias aplicáveis, tecnologias e infraestrutura disponíveis, apoio educacional e formas de previsão e integralização das atividades à distância.

Ainda sobre a implementação da nova estrutura curricular, insta apresentar a equivalência curricular considerando os alunos que já estão em curso e serão impactados pela mesma:

Nova Estrutura Curricular			**Estrutura Curricular anterior**		
1º Semestre					
Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Código**	**Disciplina**	**C.H**
DIR0101	Teoria Geral do Estado e da Constituição	72 h	EST0011	Teoria Geral do Estado	72 h
DIR0102	Introdução ao Estudo do Direito	72 h	TDI0011	Introdução ao Estudo do Direito	72 h
DIR0103	História do Direito	36 h	TDI0041	História do Direito	36 h
DIR0104	Filosofia Geral e Jurídica	72 h	TDI0081	Filosofia Geral e Jurídica	72 h
DIR0105	Metodologia	36 h	TDI0031	Metodologia da Pesquisa e do Direito	54 h
DIR0106	Linguagem e Comunicação	36 h	DIR0106	Linguagem e Comunicação	36 h
DIR0107	Aprendizagem e Desenvolvimento Pessoal	36 h	DIR0107	Aprendizagem e Desenvolvimento Pessoal	36 h
2º Semestre					
Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Código**	**Disciplina**	**C.H**
DIR0201	Direito Constitucional I	72 h	EST0022	Direito Constitucional I	72
DIR0202	Direito Penal I	36 h	EST0042	Direito Penal I	72
DIR0203	Direito Civil Parte Geral	72 h	PRI0022	Direito Civil I	72
DIR0204	Economia Política	36 h	TDI0062	Economia Política	36
DIR0205	Teoria Geral do Processo	36 h	PRO0013	Teoria Geral do Processo	36
DIR0206	Hermenêutica e Argumentação Jurídica	36 h	TDI0090	Hermenêutica	36
DIR0207	Prática de Negociação	36 h	PRJ0013	Prática de Negociação	36
DIR0208	Fluência Tecnológica e Inovação	36 h		-	
3º Semestre					

Código	Disciplina	C. H.	Código	Disciplina	C.H
DIR0301	Direito Constitucional II	72 h	EST0033	Direito Constitucional II	72 h
DIR0302	Direito Penal II	72 h	EST0053	Direito Penal II	72
DIR0303	Direito das Obrigações e Resposanbilidade Civil	72 h	PRI0033	Direito Civil II	72 h
DIR0304	Sociologia Geral e Jurídica	36 h	TDI0072	Sociologia Geral e Jurídica	36 h
DIR0305	Direito Processual Civil I (Teoria e Prática)	72 h	PRO0024	Direito Processual Civil I	72 h
DIR0306	Extensão: Caminhos para a Experienciação	36 h		-	
4º Semestre					
Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Código**	**Disciplina**	**C.H**
DIR0401	Direito Penal III	72 h	EST0064	Direito Penal III	72 h
DIR0402	Direito Internacional Público	72 h	INT0022	Direito Internacional Público	72 h
DIR0403	Direito Contratual	72 h	PRI0054	Direito Civil III (Contratos I)	90 h
DIR0404	Direito Processual Civil II (Teoria e Prática)	72 h	PRO0035	Direito Processual Civil II	72 h
DIR0405	Direitos Humanos e Democracia	72 h	EST9204	Direitos Humanos e Democracia	36 h
5º Semestre					
Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Código**	**Disciplina**	**C. H.**
DIR0501	Direito do Trabalho I	72 h	EST0044	Direito do Trabalho I	72 h
DIR0502	Direito Penal IV	72 h	EST0075	Direito Penal IV	72 h
DIR0503	Direito das coisas	72 h	PRI0076	Direito Civil V (Coisas)	72 h
DIR0504	Direito Processual Civil III (Teoria e Prática)	72 h	PRO9068	Procedimentos Especiais	36 h
DIR0505	Direito Processual Penal I (Teoria e Prática)	72 h	PRO0065	Direito Processual Penal I	72 h
6º Semestre					
Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Código**	**Disciplina**	**C. H.**
DIR0601	Direito do Trabalho II	72 h	EST0055	Direito do Trabalho II	72 h
DIR0602	Direito das Famílias	72 h	PRI0087	Direito Civil VI (Família)	72 h
DIR0603	Direito Administrativo I	72 h	EST0088	Direito Administrativo I	72 h
DIR0604	Direito Processual Civil IV (Teoria e Prática)	72 h	PRO0046 PRJ0028	Direito Processual Civil III Estágio Supervisionado II	72 h 72 h

DIR0605	Direito Processual Penal II (Teoria e Prática)	72 h	PRO0066	Direito Processual Penal II	72 h
7º Semestre					
Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Código**	**Disciplina**	**C. H.**
DIR0701	Direito das Sucessões	72 h	PRI0098	Direito Civil VII (Sucessório)	72 h
DIR0702	Direito Administrativo II	72 h	EST0099	Direito Administrativo II	54 h
DIR0704	Direito Processual Penal III (Teoria e Prática)	72 h	PRO0077	Direito Processual Penal III	72 h
DIR0705	Direito Processual do Trabalho I (Teoria e Prática)	72 h	PRO0056	Direito Processual do Trabalho	72 h
DIR0703	Direito Processual Constitucional (Teoria e Prática)	72 h	PRO0076	Direito Processual Constitucional	36 h
8º Semestre					
Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Código**	**Disciplina**	**C. H.**
DIR0801	Direito Tributário I	72 h	EST0098	Direito Financeiro	72 h
DIR0802	Direito Empresarial I	72 h	PRI0097 PRI0108	Direito Empresarial I Direito Empresarial II	36 h 36 h
DIR0803	Direito do Consumidor	36 h	EST0067	Direito do Consumidor	36 h
DIR0804	Direito Processual do Trabalho II (Teoria e Prática)	36 h	PRJ0017	Estágio Supervisionado I	72 h
DIR0805	Estágio Supervisionado I (Solução Consensual de Conflitos)	36 h		-	
DIR0806	Ética Geral e Profissional	36 h	TDI0093	Ética Geral e Profissional	
9º Semestre					
Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Código**	**Disciplina**	**C. H.**
DIR0901	Direito Tributário II	72 h	EST0110	Direito Tributário	72 h
DIR0902	Direito Empresarial II	72 h	PRI0109	Direito Empresarial III	54 h
DIR0903	Trabalho de Curso I	36 h	TDI0139	Trabalho de Conclusão de Curso I	36 h
DIR0904	Estágio Supervisionado II (Assistência Jurídica)	72 h	PRJ0039	Estágio Supervisionado III	72 h
DIR0905	Sustentabilidade e Direito Ambiental	36 h	EST0077	Direito Ambiental	36 h
10º Semestre					
Código	**Disciplina**	**C. H.**	**Código**	**Disciplina**	**C. H.**
DIR1001	Direito Previdenciário	72 h	EST0109	Direito Previdenciário	54 h
DIR1002	Direito Internacional Privado	36 h	INT0059	Direito Internacional Privado	54 h

DIR1003	Estágio Supervisionado III (Assistência Jurídica)	72 h	PRJ0040	Estágio Supervisionado IV	90 h
DIR1004	Trabalho de Curso II	36 h	TDI0140	Trabalho de Conclusão de Curso II	36 h
DIR1005	Direitos do Idoso, da Criança e do Adolescente	72h	EST0120	Direitos do Idoso, da Criança e do Adolescente	54 h
Optativas					
DIR0001	Antropologia Jurídica	36 h	TDI9112	Antropologia Jurídica	36 h
DIR0002	Ciência Política	36 h	EST9225	Ciência Política	36 h
DIR0003	Criminologia	36 h	EST9205	Criminologia	36 h
DIR0004	Contratos Internacionais	36 h	INT0070	Contratos Internacionais	36 h
DIR0005	Cultura, Política e Sociedade Contemporânea	36 h		-	
DIR0006	Direito Aduaneiro	36 h	INT9140	Direito Aduaneiro	36 h
DIR0007	Direito Agrário	36 h	PRI9146	Direito Agrário	36 h
DIR0008	Direito Comunitário e da Integração	36 h	INT0044	Direito Comunitário e da Integração	36 h
DIR0009	Os impactos da Sociedade em Rede no Direito	36 h	PRI9178	Direito da Informática	36 h
DIR0010	Direito da Propriedade Intelectual	36 h	PRI9150	Direito da Propriedade Intelectual	36 h
DIR0011	Direito e Cinema	36 h	TDI9160	Direito e Cinema	36 h
DIR0012	Direito e Literatura	36 h	TDI9150	Direito e Literatura	36 h
DIR0013	Direito e Teatro	36 h	TDI9140	Direito e Teatro	36 h
DIR0014	Direito Econômico e da Concorrência	36 h	EST9118	Direito Econômico e da Concorrência	36 h
DIR0015	Direito Eleitoral	36 h	EST9177	Direito Eleitoral	36 h
DIR0016	Direito Internacional do Desenvolvimento	36 h	INT9014	Direito Internacional do Desenvolvimento	36 h
DIR0017	Direito Municipal	36 h	EST9180	Direito Municipal	36 h
DIR0018	Direito Notarial e Registral	36 h	EST9198	Direito Notarial e Registral	36 h
DIR0019	Direito Penal Econômico	36 h	EST9208	Direito Penal Econômico	36 h
DIR0020	Direito Penal Militar	36 h	EST9229	Direito Penal Militar	36 h
DIR0021	Direito Romano	36 h	TDI9111	Direito Romano	36 h
DIR0022	Direito Urbanístico	36 h	EST9227	Direito Urbanístico	36 h
DIR0023	Economia do Trabalho	36 h	EST9502	Economia do Trabalho	36 h
DIR0024	Finanças Públicas	36 h	EST9201	Finanças Públicas	36 h
DIR0025	Fundamentos de Direito Público e Privado	36 h	EST9231	Fundamentos de Direito Público e Privado	36 h
DIR0026	Imputação Objetiva	36 h	EST9217	Imputação Objetiva	36 h
DIR0027	Introdução a	36 h	EST9230	Introdução a	36 h

	Sociologia da Segurança Pública e da Justiça Criminal			Sociologia da Segurança Pública e da Justiça Criminal	
DIR0028	Juizados Especiais	36 h	PRO9086	Juizados Especiais	36 h
DIR0029	Leis Penais Especiais	36 h	EST9215	Leis Especiais Penais	36 h
DIR0030	Medicina Legal	36 h	EST9163	Medicina Legal	36 h
DIR0031	Mercado de Capitais	36 h	CTB9014	Mercado de Capitais	36 h
DIR0032	Organizações Internacionais	36 h	INT0033	Organizações Internacionais	36 h
DIR0033	Psicologia Aplicada ao Direito	36 h	TDI9050	Psicologia Aplicada ao Direito	36 h
DIR0034	Registros Públicos	36 h	EST9199	Registros Públicos	36 h
DIR0035	Relações Internacionais	36 h	INT9013	Relações Internacionais	36 h
DIR0036	Advocacia Empresarial	36 h	PRI9147	Advocacia Empresarial	36 h
DIR0037	Constituição e Legalização de Pessoas Jurídicas	36 h		-	
DIR0038	Didática do Ensino Jurídico	36 h	TDI9131	Didática do Ensino Jurídico	36 h
DIR0039	Gestão de Empresas	36 h		-	
DIR0040	Gestão de Pessoas	36 h		-	
DIR0041	Inglês Jurídico	36 h	INT9105	Inglês Jurídico	36 h
DIR0042	Justiça Restaurativa	36 h	PRJ9017	Justiça Restaurativa	36 h
DIR0043	Lógica Jurídica	36 h	TDI9120	Lógica Jurídica	36 h
DIR0044	Mediação e Arbitragem	36 h	TDI9113	Mediação e Arbitragem	36 h
DIR0045	Português Jurídico	36 h	TDI9130	Português Jurídico	36 h
DIR0046	Psicologia Aplicada aos Negócios	36 h		-	
DIR0047	Retórica	36 h	TDI9110	Retórica	36 h
DIR0048	Sistemas Gerenciais de Informação	36 h		-	
DIR0049	Libras	36 h	TDI9024	Libras	36 h
DIR0050	Ecologia e Política	36 h	EST9209	Ecologia e Política	36 h
DIR0051	Direito, Diversidade Cultural e Inclusão	36 h	EST9232	Direito, Diversidade Cultural e Inclusão	36 h
DIR0052	Direito dos Animais	36 h	EST9240	Direito dos Animais	36 h
DIR0053	Bioética e Cidadania	36 h	EST9008	Bioética e Cidadania	36 h
DIR0054	Autoconhecimento e Felicidade	36 h	TDI9170	Autoconhecimento e Felicidade	36 h
DIR0055	Direito Digital & LGPD: aplicações e desafios	36 h		-	
DIR0208	Fluência Tecnológica e Inovação	36h		-	
DIR0306	Extensão: Caminhos para a Experienciação	36h		-	

DIR0805	Estágio Supervisionado I (Solução Consensual de Conflitos)	36h		-	
DIR0059	Direito, Gênero e (Des)igualdades	36h		-	
DIR0060	Leitura e Produção de Gêneros Acadêmicos	36h		-	
DIR0061	Direito Processual Penal Militar	36h		-	
DIR0062	Espanhol Jurídico	36h		-	

2.9. Metodologia: fundamentação teórico-metodológica do Curso

Considerando o contexto social e jurídico contemporâneos, interno e externo, destaca-se a necessidade de uma formação geral e profissional não idealista, fortemente vinculada à realidade brasileira e global, que desenvolva nos acadêmicos de direito da FADISMA, para além do conhecimento do Direito e do senso crítico, a capacidade instrumental de agir construtiva e criativamente, conforme preconizado no perfil de egresso abordado no presente Projeto Pedagógico.

Na atualidade, o viés colaborativo e resolutivo tem sido destacado como um diferencial do profissional nas organizações públicas e privadas, tornando relevante o incentivo à autonomia, à inovação e ao crescimento dos graduandos nas relações interpessoais, no compartilhamento do conhecimento, na interação digital e nos trabalhos em equipe.

Ainda neste contexto, as Tecnologias da Informação e Comunicação “exigem transformações não apenas nas teorias educacionais, mas na própria ação educativa e na forma como a escola e toda a sociedade percebem sua função na atualidade”[13]. Assim, adequando a forma de ensinar à realidade social contemporânea, a qual se encontra permeada por essas tecnologias.

Para tanto, a metodologia de ensino e avaliação ora proposta é flexível, atendendo aos requisitos da acessibilidade pedagógica, possibilitando ao professor adequá-la às necessidades de cada turma ou até mesmo de cada estudante, alinhada

[13] KEINSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologia**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007, p. 101.

aos nortes metodológicos principais, a seguir expostos, que conduzirão a ação educativa em direção ao perfil do egresso idealizado neste instrumento.

2.9.1. Ensinar e avaliar continuamente

Tanto os alunos como os professores percebem os momentos de ensino-aprendizagem e de avaliação como etapas estanques. Na primeira, os estudantes permitem-se a ausência ou a desatenção, imaginando que o estudo posterior – normalmente a memorização que precede o exame – compensará a atividade de ensino que não acompanhou.

Tal divórcio resulta de uma incompreensão sobre a avaliação que não é nem medir um objeto, nem observar uma situação, nem pronunciar incisivamente julgamentos de valor. É pronunciar-se, isto é, tomar partido, sobre a maneira como as expectativas são realizadas; ou seja, sobre a medida na qual uma situação real corresponde a uma situação desejada. Isso implica que se saiba o que se deve desejar (para pronunciar um julgamento sobre o valor, desse ponto de vista, daquilo que existe); e que se observe o real (será preciso coletar observáveis) no eixo do desejado. A avaliação é uma operação de leitura orientada da realidade.[14]

Esse marco conceitual torna nítida a necessidade de fixar os objetivos da avaliação no próprio processo de ensino-aprendizagem. Não se trata de preparar os alunos para os exames,[15] mas de submeter às atividades de ensino e de avaliação aos mesmos objetivos, pautados pela formação desejada.

Assim, os métodos de acompanhamento dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem estão disponíveis na formação e avaliação continuada dispostos neste PPC.

Neste modelo, as avaliações não são realizadas apenas no término dos semestres letivos, mas de forma contínua ao longo do mesmo, a partir de metodologias avaliativas diversas (avaliações orais, escritas, individuais, em grupo, de pesquisa, de

---

[14] HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 129.

[15] "O exame moderno (com seu sistema de notas) se converteu de fato num instrumento adequado para a perversão das relações pedagógicas. Estas não se prendem mais ao desejo de saber. Freqüenta-se a escola para obter notas. O surgimento das notas modificou os eixos do trabalho da pedagogia. A teoria técnica do exame construiu uma pedagogia centrada nele próprio", Ángel DIAZ, "Uma polêmica em relação ao exame", in *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*, Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 77.

resolução de problemas, dentre outras). Possibilitam o desenvolvimento individual e coletivo, permitem a evolução autônoma do acadêmico e a implementação de ações de ensino personalizadas, bem como garantem a natureza formativa. Ainda, em sendo necessário, são adotadas as ações concretas para a correção e realinhamentos, tanto dos conteúdos como para a (re)forma do método.

A aprovação em disciplina dependerá do resultado obtido pelo aluno nas avaliações realizadas ao longo do período letivo, segundo o plano de ensino da disciplina, divulgado aos alunos no início do semestre letivo, sendo o resultado global expresso por meio de graus numéricos de zero (0) a dez (10).

Toda disciplina deverá ter, no mínimo, 2 (duas) avaliações formais por período letivo, com peso não inferior a 6,0 (seis). Entende-se por avaliação formal aquela que é realizada a partir de divulgação prévia.

Além das avaliações formais, o processo avaliativo também poderá ser composto das “avaliações contínuas”, as quais integralizarão a totalidade da nota bimestral e visam construir e efetivar o sistema de avaliação contínua. Esse sistema também permite que o aluno constantemente seja desafiado e motivado a estudar, refletir, pesquisar. Por outro lado, esse sistema também oferece ao professor um importante mecanismo de verificação da aprendizagem do aluno, viabilizando ainda formas de aperfeiçoamento da disciplina.

Ainda, o processo avaliativo deve contemplar a oralidade e a redação dissertativa e argumentativa, a fim de despertar, exercitar e aperfeiçoar a expressão oral e escrita, indispensáveis ao profissional do Direito.

Todo aluno regularmente matriculado terá direito de vista às provas escritas devidamente corrigidas pelos professores ministrantes, a fim de esclarecer, tanto questões de conteúdo, quanto das formas de avaliação e correção. Será assegurado aos alunos o direito à revisão do resultado das avaliações.

Será considerado aprovado por média o aluno que alcançar, no total do período letivo, frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) da carga horária presencial prevista para a disciplina, tal como descrita e definida no projeto de cada curso, e obtiver média de, no mínimo, 7 (sete).

Os alunos que não obtiverem a média definida acima, mas tenham alcançado a frequência mínima, poderão se submeter a exame final, considerando-se aprovado o aluno que obtiver 6 (seis) como média aritmética entre o grau obtido no exame final e a

média das avaliações realizadas na disciplina.

Em casos de índices anormais de reprovação na disciplina sob sua responsabilidade, deverá o professor ministrante comunicar o Coordenador do Curso respectivo para, em conjunto, estabelecerem medidas capazes de melhorar o rendimento pedagógico dos alunos.

Nas disciplinas de natureza especial, que contemplem estágios, pesquisas e Trabalho de Curso, poderá caber forma especial de avaliação.

Terá direito à segunda chamada nas avaliações o aluno que porventura não tenha comparecido à avaliação regularmente prevista. Não comparecendo a essa, o aluno só poderá realizar a avaliação nos seguintes casos de impedimentos: os previstos na Lei 4375/64 (manobras ou exercícios militares), comprovados por documento da respectiva unidade militar; internamento hospitalar devidamente comprovado; doença impeditiva do comparecimento, confirmada por atestado médico reconhecido na forma da lei; luto por parentes ou afins em linha reta, ou colaterais até o segundo grau, comprovável pelo respectivo atestado de óbito; convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente; impedimentos gerados por atividades previstas e/ou autorizadas previamente pela Coordenação do respectivo Curso.

Ao final de cada período letivo, nos prazos estabelecidos no Calendário Escolar, o resultado final de cada disciplina será informado pelo professor ministrante através de recurso *intranet* (Minha FADISMA), bem como os Relatórios de Notas e de Diário de Classe serão impressos, assinados e protocolados junto à Coordenação.

2.9.2. Discernir o contexto do estudante autônomo e transpor as quatro paredes da sala de aula

O discente de hoje é ativo, além de um consumidor do ensino, na medida em que tem a sua disposição diversos e generalizados recursos de mídia e de informação, os quais apresentam a ele novas realidades, locais, regionais e globais, possíveis de serem utilizadas no processo educativo.

Por outro lado, a sociedade, por vezes, transforma a educação em treinamento, igualando a pedagogia à didática. Desse modo, a pedagogia deixa de ser

reflexão ou teoria da educação para reduzir-se à formulação de regras para obtenção de performances, cujo núcleo não é nem o professor nem o estudante, mas os recursos didáticos, como manuais, cartilhas, slides ou meios eletrônicos.[16]

Empiricamente, pode se afirmar que grande parte das vezes o estudante traz dentro de si dois objetivos, um que é meramente consumidor e outro que é a busca pela qualificação pessoal e profissional, e que, a depender do método empregado, um objetivo pode prevalecer sobre o outro.

O graduando, apesar do perfil herdado do ensino médio, não é nem um peso a ser carregado, nem um estopim prestes a explodir diante de uma centelha. É pela constância de uma metodologia concertada, contextualizada, ativa, inovadora e reproduzida no conjunto das disciplinas, que ele pode chegar ao protagonismo almejado, com um leque diversificado de conhecimento e competências formadoras[17] e capaz de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, social e economicamente[18].

Logo, o graduando deve ser o centro da atividade metodológica e principal agente no aprendizado e desenvolvimento dos conteúdos. O papel do docente também se modifica. Estes passam a ter o poder de orientação, de curadoria e mediação. Com as TICs cada vez mais presentes no dia a dia do estudante, o docente já não possui acesso exclusivo ao conteúdo. Por isso, é importante que ele exerça essa função de orientação no processo de ensino-aprendizagem.

Para tanto, propõe atividades de ensino e avaliação inovadoras, contextualizadas e ativas, discernindo o contexto do aluno autônomo e transcendendo as quatro paredes da sala de aula, com integração entre teoria e prática.

De forma propositiva e exemplificativa, esta Instituição apresenta alguns métodos nesse viés, os quais podem ser utilizados inclusive em conjunto:

---

[16]GHIRALDELLI Jr, Paulo. **O que é Pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2002. p.42-43.

[17] MORGADO, Sofia et al**. Ensino orientado para a aprendizagem baseada na resolução de problemas e ensino tradicional**: um estudo centrado em "transformação de matéria e de energia". *Revista Ensaio*. *Ens. Pesqui. Educ. Ciênc.* vol.18 no.2 Belo Horizonte mai./ago. 2016 Epub 21-Jul-2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172016000200073&lng=pt&tlng=pt Acesso em 1º de março de 2018.

[18] SOUZA, Samir Cristino de; DOURADO, Luis. **Aprendizagem baseada em problemas (abp):** um método de aprendizagem inovador para o ensino educativo. *HOLOS, [S.l.],* v. 5, p. 182-200, out. 2015. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2880>. Acesso em: 01 mar. 2018.

a) Aprendizagem baseada em problemas (ABP):

O método Aprendizagem baseada em Problemas é centrado no aluno e tem foco na compreensão e resolução de problemas de forma significativa, por meio da investigação individual e grupal, com possibilidades pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal[19].

Os estudantes são convidados a analisar um problema real ou fictício e propor soluções com base na análise teórica e prática, as quais estão alinhadas, não em concorrência. O método permite o desenvolvimento social dos estudantes, já que pode ser realizado em grupo.

Coloca os estudantes como protagonistas do processo, dando voz e oportunidade de resolução. O professor indica os casos e leituras complementares bem como o objetivo da atividade, cooperando com os estudantes individualmente e/ou nos grupos. Salienta-se que nesse cenário ou possibilidade, a aprendizagem baseada em problemas, conectada ou tangenciada com os conteúdos da disciplina, pode ser levada para a sala de aula pelo próprio estudante (ativo) ou pelo professor (facilitador), ponto inicial para adquirir novos conhecimentos.

Os problemas/casos devem ser analisados tanto na adequação geral da disciplina e momento metodológico, bem como na questão cognitiva, levando em conta a complexidade e as motivações para o desenvolvimento da tarefa, sendo um método inovador.

> Na vida real, os problemas podem ter uma ou mais soluções ou podem não ter solução [...] por isso, os alunos devem desenvolver o hábito de analisar as soluções obtidas, a fim de averiguarem se elas são, ou não, as mais adequadas ao problema em causa, pois, caso não sejam, deverão reiniciar e rever o processo de resolução. [...] deverá ser promovida uma avaliação do processo de aprendizagem que conduziu a essa conclusão, tanto ao nível individual como ao nível do grupo, a fim de o tornar consciente e explícito e de, assim, reforçar o desenvolvimento de competências de resolução de problemas, por parte dos alunos[20].

---

[19] SOUZA, Samir Cristino de; DOURADO, Luis. **Aprendizagem baseada em problemas (abp):** um método de aprendizagem inovador para o ensino educativo. *HOLOS, [S.l.],* v. 5, p. 182-200, out. 2015. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2880>. Acesso em: 01 mar. 2018.

[20] MORGADO, Sofia et al. Ensino orientado para a aprendizagem baseada na resolução de problemas e ensino tradicional: um estudo centrado em “transformação de matéria e de energia”. **Revista Ensaio. Ens. Pesqui. Educ. Ciênc**. v.18 n. 2 Belo Horizonte mai./ago. 2016 Epub 21-Jul-2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172016000200073&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 1 mar. 2018.

A atividade pode se apresentar sob a forma de uma consulta, escrita ou oral, inclusive através de situações de simulação, como, por exemplo, a elaboração de pareceres e comunicações entre clientes e consultor. Ademais, pode ser solicitado ao graduando uma peça processual, uma sustentação oral, ou outra atividade típica da prática profissional que seja compatível com a metodologia.

Diferentes respostas e enfoques devem ser aceitos pelo professor. O problema apresentado serve para fazer emergir soluções, mas o importante é o raciocínio desenvolvido pelo estudante. Tanto as controvérsias jurisprudenciais e doutrinárias como as suas incertezas devem ser mencionadas em eventual texto ou apresentação final.

Para além, da visão punitiva ou classificatória da avaliação, nesta metodologia, o erro não condena, rotula ou exclui o estudante do processo, mas é um resultado que possibilita uma análise rica para a forma de pensar, de operar e de sintetizar a teoria na prática. Nessa situação o docente tem a oportunidade de verificar se o estudante usou de meios ou teorias inadequadas, se faltou aprimorar os conhecimentos ou se precisa efetivar uma maior e melhor fixação[21].

Assim, esta metodologia coloca o estudante no centro do seu método de aprendizagem, refuta a rasa memorização, alia a teoria à prática, promove reflexões reais, faz conexões com outras disciplinas e conteúdos e emerge competências proveitosas na resolução de problemas, visto ser uma predominante na vida profissional do futuro egresso.

Além da capacitação do raciocínio jurídico, a aprendizagem baseada em problemas pode tornar-se um meio privilegiado para desnudar os limites do próprio sistema jurídico. Finalmente, pela diversidade de soluções que podem ser encontradas, ele estimula no estudante o respeito pela diversidade e pela posição do outro, além da consciência da necessidade de desenvolver tanto o rigor analítico como uma imensa criatividade para vir a ser um bom profissional.

b) Aprendizagem baseada em Projetos

O método de Aprendizagem baseada em Projetos tem como objetivo a atuação dos estudantes ativamente na construção do seu mundo real, atuando com

[21] LIRA, Bruno Carneiro. **Práticas pedagógicas para o século XXI:** a sociointeração digital e o humanismo ético. Petrópolos: Vozes, 2016. p. 45.

pessoas reais, problemas existentes, situações que fazem parte da sua rotina de vida. Ao trabalhar com esse método, os estudantes se tornam mais confiantes ao se verem capazes de realizar algo prático e útil para seu contexto. O mais importante neste método são as experiências.

O estudante tem a chance de experimentar a profissão escolhida por meio deste método. Ele coloca em prática a teoria estudada e tem a oportunidade de aproximar-se do seu futuro meio de trabalho. A aprendizagem se torna mais dinâmica, significativa e atraente para os estudantes, já que eles veem no método a utilidade dos conceitos estudados previamente e a aplicabilidade dos conteúdos no contexto real do trabalho.

Alinhar teoria e prática é um desafio para os novos profissionais. Por isso, ao atuarem com os projetos reais da realidade social, eles percebem, dentro das instituições de ensino, quais os desafios da área de atuação que escolheram e podem debater em conjunto essas vivências, ao invés de saírem das instituições e se sentirem perdidos ao terem dificuldade de colocar em prática o que aprenderam. Nesse método, o aprendizado ocorre na troca, com pessoas e com o ambiente de trabalho.

c) Sala de aula invertida

Nesta metodologia, do docente é exigida uma preparação antecipada dos conteúdos, das pesquisas e dos materiais propostos ao estudo. O material didático e as orientações são repassados e estudados antes do estudante estar presente na sala de aula. O emprego das Tecnologias pode ser de extrema importância neste processo:

> É uma abordagem ao processo de ensino-aprendizagem na qual se emprega a tecnologia para inverter o papel tradicional do tempo de aula, aqui os alunos são expostos a conceitos fora da sala de aula, geralmente através da observação e análise de vídeos. O tempo de sala de aula é então utilizado para fazer o difícil trabalho de assimilar esses novos saberes, através de estratégias como a resolução de problemas, discussão ou debates, sendo integralmente dedicado a experiências de aprendizagem ativas[22].

[22] CARVALHO Ricardo Jorge Oliveira; RAMOS Maria Altina da Silva. Flippedclassroom centrar a aprendizagem no aluno recorrendo a ferramentas cognitivas. In: **Challenges 2015: Meio Século de TIC na Educação, Half a Centuryof ICT in Education.** Universidade do Minho, Centro de Competência TIC do Instituto de Educação Instituto de Educação, Campus de Gualtar, Braga, Portugal. Disponível em:

No momento da sala aula emergem os conhecimentos adquiridos, através do compartilhamento com os demais colegas, cabendo ao professor acompanhar e dirigir a construção dos conceitos na interação entre discente e docente.

d) Gamificação no ensino

Essa metodologia abrange mecanismos e dinâmicas de jogos (computadorizados/digitais bem como aquelas atividades em que o docente utiliza de atividades lúdicas) para o desenvolvimento dos conteúdos ou avaliações em sala de aula. A ênfase necessária para esta metodologia está em motivar a ação do estudante em resolver problemas e potencializar sua aprendizagem.

> Atualmente, a gamificação encontra na educação formal uma área bastante fértil para a sua aplicação, pois lá ela encontra os indivíduos que carregam consigo muitas aprendizagens advindas das interações com os games. Encontra também uma área que necessita de novas estratégias para dar conta de indivíduos que cada vez estão mais inseridos no contexto das mídias e das tecnologias digitais e se mostram desinteressados pelos métodos passivos de ensino e aprendizagem [...][23]

A passividade do acadêmico deixa de existir, na medida em que o mesmo assume maior participação em razão do caráter competitivo da proposta, que pode ser organizada em equipes, incentivando também a atuação colaborativa. O foco não se apresenta apenas na pontuação do jogo, mas no incremento do conhecimento e nas estratégias utilizadas, que ocasionam a apreensão do conteúdo.

f) Comentário de decisões judiciais

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35245/1/FLIPPED%20CLASSROOM%20%E2%80%93%20CENTRAR%20A%20APRENDIZAGEM%20NO%20ALUNO.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

[23] FARDO, Marcelo Luiz. A gamificação aplicada em ambientes de aprendizagem. In: **Renote - Novas Tecnologias na Educação.** v. 11, n. 1 (2013). CINTED-UFRGS. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/41629/26409. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

A tarefa de comentar uma decisão judicial desperta no graduando a consciência de que ele necessita uma rigorosa compreensão da jurisprudência em sua ação cotidiana. Além disso, revela nitidamente os limites do Poder Judiciário e o quão relativa é a efetividade das normas, desenvolvendo, além disso, o espírito crítico em relação à magistratura.

Um bom comentário repousa precipuamente sobre a análise completa da decisão a comentar. A metade do tempo destinado ao exercício deve ser consagrada à elaboração de uma ficha da decisão. Essa ficha pode ser estruturada do seguinte modo:

Quadro 2 – Ficha de decisão judicial

Questões preliminares	Questionar: Qual é a jurisdição cuja decisão está sendo estudada? Como se formou esta decisão? Qual é a data da decisão estudada?
Fatos	Reunir o conjunto de fatos que deram origem ao litígio, evocando de maneira sucinta mas precisa os eventos que se produziram e considerando as datas envolvidas
Qualificação dos fatos	Identificar e classificar as normas jurídicas aplicadas ao suporte fático antes apontado
Procedimento	Traçar o percurso do processo desde a primeira instância, se for o caso, indicando a qualidade das partes em cada uma das fases (por exemplo, autor na ação, recorrido no recurso, etc.) Questionar: Quais foram as jurisdições provocadas antes da que proferiu a decisão? Quais foram as datas de pronunciamento das decisões precedentes?
Pretensão das partes	Questionar: Quais são as partes presentes? Quais são as pretensões das partes? Quais são os argumentos das partes?
Questão de direito	Formular uma questão imediatamente compreensível, a partir da confrontação dos argumentos precedentes.
Resposta da jurisdição	Qual foi a solução adotada pela jurisdição em espécie? Em favor de qual parte se pronunciou a jurisdição?

	Quais são os motivos acolhidos pela jurisdição para justificar sua decisão?

Depois de fichar a decisão, o estudante deve elaborar o seu plano de redação ou de discurso. O plano deve estar relacionado ao problema jurídico encontrado, articulando-se em torno desse eixo de reflexão. Não se espera do discente uma resposta definitiva sobre o caso. Na verdade, o objeto do comentário é a decisão em si, portanto a posição tomada pela jurisdição, mantendo um certo recuo em relação aos interesses que estão em jogo *in casu*.

Em se tratando de um acórdão, largamente recomendável para esse exercício, especialmente se ele reforma a decisão da instância recorrida, os elementos constitutivos da reflexão devem ser de duas ordens. Primeiramente, a lógica argumentativa desenvolvida pelo acórdão em comparação ao raciocínio da decisão recorrida. Em segundo lugar, a análise dos motivos da decisão do tribunal de recurso em espécie.

f) Dissertação

Não se deve confundir o exercício denominado dissertação e as chamadas questões dissertativas, forma de avaliação ordinária. A dissertação ora proposta visa desenvolver no aluno a capacidade de pesquisa e argumentação, estruturando-se logicamente a partir de três etapas: introdução, desenvolvimento e conclusão.

A introdução é a parte essencial desse exercício. Ela permite determinar o significado do tema, de precisar sua natureza e de justificar o eixo de reflexão escolhido para o texto. Deve constituir uma progressão coerente e homogênea que justifique a desembocadura da problemática apreciada. Pode conter quatro elementos: uma remissão à atualidade, o interesse jurídico do tema, a problemática e o anúncio do plano – ou seja, a apresentação da estrutura escolhida para o texto.

O desenvolvimento do tema repousa sobre a escolha do problema e não do plano. O plano é apenas a resposta ao problema, não tendo nesse caso existência e valor próprios. Um plano forma um conjunto orgânico onde cada desenvolvimento corresponde a uma ideia, no sentido lato do termo. Uma vez definidas as partes, o estudante deve tratar o tema numa perspectiva analítica ou sintética, conforme a natureza do objeto.

A conclusão traduz um raciocínio indispensável para coroar a reflexão empreendida pelo autor. Ela permite sintetizar – e não resumir – duas ou três ideias fortes do texto, desembocando em perspectivas, próximas e realistas, relativas ao tema tratado. É altamente desejável que o discente formule uma opinião pessoal – isso de modo expresso, porque indiretamente a escolha do plano já é a expressão de uma opinião – mas ele não deve fazê-lo de forma enfática nem panfletária, habituando-se ao respeito da diversidade e à linguagem acadêmica.

g) Nota de síntese

A nota de síntese destina-se ao uso profissional cotidiano, requerendo para tanto eficiência e concisão. Trata-se de um texto breve e conciso que, quando usado em sala de aula, desenvolve no graduando a capacidade de sintetizar um volume de informações sobre um determinado tema ou um tema a determinar.

Em sala de aula, como na realidade, o estudante age a partir de um conjunto de documentos ou mesmo dos autos de um processo. O primeiro passo é, portanto, a extração de informações do *dossiê* proposto, depois de pelo menos três leituras com objetivos diversos: reter uma visão do todo, identificar o alcance de cada documento e finalmente tomar nota de detalhes em relação a cada peça.

A redação deve compreender uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. A introdução deve ser breve e ir diretamente ao fulcro do tema, apresentando o plano da forma mais simples possível. O desenvolvimento usar o mínimo de citações possível. Aqui não se trata de expressar opiniões, mas de sintetizar as informações do processo ou documento. A conclusão é análoga à da dissertação, desde que ponderada a peculiaridade da nota de síntese, eis que ela visa a preparar o acadêmico para a entrada no mundo profissional, especialmente em departamentos jurídicos de empresas ou em situações extrajudiciais.

h) Atuação Profissional: alinhando teoria e prática

Objetivando contextualizar a teoria na prática profissional, a FADISMA incentiva a possibilidade de Profissionais convidados participarem das aulas ou outros

eventos, relatando suas experiências e ações, desde que alinhados aos conteúdos programáticos.

Esta metodologia permite ao docente mostrar ao estudante as áreas de atuação profissional que utilizam dos conhecimentos teóricos ensinados, a importância destes para a prática jurídica, bem como um olhar mais concreto e amplo do campo profissional.

A atividade pode ser conduzida como uma palestra, com formulação de questionamentos ao final, ou como um diálogo informal entre os convidados, o docente e os alunos, em sala de aula, na Biblioteca ou em outros espaços institucionais.

i) Aula expositiva dialogada

A aula em sala constitui apenas um dos elementos de desenvolvimento do contexto da graduação. A FADISMA não acredita no monólogo como forma única, imperativa ou majoritária no ensino e na aprendizagem do Direito. Ocorre sim que os docentes em tipos de cursos díspares e em disciplinas diversas, justificam espontaneamente o seu sucesso no magistério através de uma mesma família de argumentos. Resta precisar as relações entre estes contextos da motivação dos indivíduos (i) e da organização das atividades que promovem (ii).

Primeiramente, o magistério é visto como como uma arte, no sentido de que se trata de um talento bruto a ser desenvolvido através de sua própria expressão continuada. O fato dessa aptidão constituir-se um dom inato, aduz-se que foram estimulados por elementos externos ao desenvolvê-la.

Em segundo lugar, os docentes mencionam a importância do domínio do conteúdo. Ou seja, o grau de conhecimento, a profundidade de seus estudos. Nesse particular, esses professores opõem-se de modo claro àqueles que conhecem apenas superficialmente a matéria que devem transmitir e o justificam por falta de tempo, pela precariedade das condições de trabalho, pelo salário insatisfatório ou por uma incorreta distribuição de encargos didáticos pela instituição.

Em terceiro lugar, e provavelmente como o elemento definitivo de sua performance, os professores utilizaram expressões similares para explicar como lecionam: Que “se divertem” tanto preparando aulas como ministrando-as; que “têm

prazer” em reconhecer nos olhos dos alunos a admiração pelo seu modo de transmitir o “gosto pela matéria”; que “sentem a vibração” dos alunos a partir de seu estímulo; que ao “brilho nos olhos” do professor, o aluno corresponde com o próprio brilho.

Em consequência o professor transmite ao graduando a sua própria motivação[24]. Tratam-se dos aspectos físicos do docente, ditos meios não-verbais no sentido estrito do termo, e também os verbais através dos quais o professor mantém a atenção e a partir disso traz o exemplo de postura e oralidade tão necessárias ao bacharel em direito.[25]

Inicialmente, destaca-se o tom de voz do docente em situação didática. Suas diferentes tonalidades, o ritmo, o volume, identificando o tipo de liame que vai se estabelecer entre professor e aluno (leveza ou rigor, calor ou frieza etc.), assim como na relação entre mãe e filho a voz é necessária à construção da identidade do bebê e o espaço sonoro considerado o “primeiro espaço psíquico”[26].

Ademais, a integração entre o rosto e o olhar transmite a “base de confiança” através da expressão facial e é especialmente importante para os alunos que possuem maior dificuldade de acompanhamento. Um olhar de confiança possibilita uma integridade narcísica e reafirma sua identidade como aluno. Já a ausência de olhar marca negativamente o aluno, que se sente isolado ou irrelevante para o professor. Os estudantes se dizem “suspensos” no discurso do professor, ligados a ele pelo olhar e pelo “fio” do seu discurso.[27]

Por fim, os gestos do professor desempenham um papel igualmente importante na atmosfera da classe, considerando que o estudante percebe o corpo do professor como um “corpo em expansão”. Ou seja, com tendência a ocupar o espaço

---

[24] “A motivação pode ser considerada como um requisito, uma condição prévia da aprendizagem. Sem motivação, não há aprendizagem. Mesmo havendo motivação, talvez ainda não haja aprendizagem e, nesse caso, acabará por se perder também a motivação. Uma vez motivado o aluno, necessita-se ativar outros processos para se conseguir uma aprendizagem eficaz”, Juan Ignacio POZO. **Aprendizes e Mestres** – A nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 146

[25] O desenvolvimento ora exposto segue as proposições de Claudine BLANCHARD-LAVILLE, adepta da pedagogia psicanalítica, na obra *Lesenseignants entre plaisir et souffrance*. BLANCHARD-LAVILLE, Claudine. ***Lesenseignants entre plaisir et souffrance***, Paris: Univ. Paris X/ PUF, 2001.

[26] BLANCHARD-LAVILLE, Claudine. ***Lesenseignants entre plaisir et souffrance***, Paris: Univ. Paris X/ PUF, 2001.

[27] BLANCHARD-LAVILLE, Claudine. ***Lesenseignants entre plaisir et souffrance***. Paris: Univ. Paris X/ PUF, 2001.

ambiente sem perder contato com seu ponto de partida, o que cria no imaginário do aluno a ideia de que, assim como a voz, o corpo do professor está em toda a sala.[28]

Além da atitude física e mental do professor, adquire extrema importância a atitude metodológica que ele adota diante da classe. A ação que se passa em sala de aula não é novidade histórica. O professor pauta-se pelo conteúdo e pelo interlocutor que encontra, adaptando o primeiro ao segundo, levando em conta as particularidades dos alunos.

A atenção é uma espécie de "combustível" do sistema cognitivo. Com esse escopo, a primeira escolha que deve ser feita pelo professor diz respeito à estrutura da aula que pretende ministrar: formatada a partir de uma nova visão pedagógica que suceda ou afeita ao iter expositivo tradicional.[29] [30]

Um elemento importante em qualquer tipo de aula preparada é a utilização de exemplos práticos. Trata-se da apreensão na realidade de situações nas quais poderiam aplicar-se as normas jurídicas estudadas, consolidando o conhecimento transmitido, e indicando as vantagens e inconvenientes, ao analisar criticamente o caso exemplificado, do tratamento emprestado à matéria pelo ordenamento pátrio.

Outra técnica que pode igualmente quebrar o monólogo do professor, é a indução do erro através de perguntas. Trata-se de uma forma de precipitar o fluxo cognitivo do estudante. Romper o monólogo expositivo através de perguntas e respostas incita, portanto, ao pensamento reflexivo e ao desejo de participar do próprio processo cognitivo.[31]

---

[28] BLANCHARD-LAVILLE, Claudine. ***Lesenseignants entre plaisir et souffrance***. Paris: Univ. Paris X/ PUF, 2001.

[29] POZO, Ignacio. **Aprendizes e Mestres** – A nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

[30] Isso não quer dizer que reter a atenção dependa apenas de técnica didática, do mesmo modo que "falar bem" depende mais do que se tem a dizer do que da forma como se diz. De fato, "o debate entre explicar e compreender é antigo e se refere ao mesmo tempo à epistemologia e à ontologia. Mais precisamente, é um debate que começa como uma simples análise de nossa maneira de pensar e de falar sobre as coisas, mas que, através do movimento do argumento, dirige-se às próprias coisas que requerem nossas concepções sobre elas". RICOEUR, Paul. ***Del texto a laacción.*** 2 ed.. México: Fondo de Cultura Econômica, 2002. p. 149.

[31] "Podemos refletir sobre a ação, pensando retrospectivamente sobre o que fizemos, de modo a descobrir como nosso ato de conhecer na ação pode ter contribuído para um resultado inesperado. Podemos proceder dessa forma após o fato, em um ambiente de tranqüilidade, ou podemos fazer uma pausa no meio da ação para fazer o que Hannah Arendt (1971) chama de 'parar e pensar'. Em ambos os casos, nossa reflexão não tem qualquer conexão com a ação presente. Como alternativa, podemos refletir no meio da ação, sem interrompê-la. Em um *presente da ação*, um período de tempo variável com o contexto, durante o qual ainda se pode interferir na situação em desenvolvimento, nosso pensar serve para dar nova forma ao que estamos fazendo, enquanto ainda o fazemos. Eu diria, em casos como este, que refletimos *na* ação", SCHÖN, Donald.

Essas técnicas conduzem a uma aula expositiva dialogada, com maior potencial de atenção e aproveitamento pelos alunos, dotando-os da capacidade de participação na construção do conhecimento almejada no plano de aula e da compreensão de que não são apenas sujeitos passivos de uma transmissão unilateral, mas partícipes de um processo educacional colaborativo.

j) Incentivo à oralidade

Inegavelmente, a oralidade é uma das competências essenciais ao exercício profissional do Direito, nas mais diversas áreas de atuação. Por conseguinte, é fundamental que sejam utilizados métodos de ensino e avaliação que fomentem a oralidade. Alguns destes já foram referidos no presente instrumento, como a sala de aula invertida e aula expositiva dialogada. Neste contexto, compreendendo a relevância dessa competência, a FADISMA determina a seus professores que realizem pelo menos uma avaliação oral durante o semestre, através da apresentação de trabalhos orais, da prova oral tradicional e outros.

Alguns motivos justificam a realização de trabalhos orais. Em primeiro lugar, o docente deseja que os demais acadêmicos partilhem o conteúdo do trabalho realizado pelo estudante ou pelo grupo de estudantes, ampliando o seu conhecimento da matéria e elevando a autonomia.

Em segundo lugar, ele pretende dar ao graduando a ocasião de expressar-se em público, situação nem sempre fácil que o acompanhará em toda a vida profissional e para a qual ele deve estar preparado.

Em terceiro lugar, o professor imagina que o conteúdo apresentado suscitará a curiosidade e o senso crítico dos colegas, que poderão fazer perguntas, intervir e criticar. Ora, o exercício escrito jamais permitiria esse intercâmbio e essa possibilidade de "treinamento" para o contraditório que o estudante pode fazer ao apresentar o trabalho.

Em quarto lugar, o docente que sabe escutar os estudantes, além de mostrar-se aberto e pluralista, põe por terra a ideia de que escutando o professor e fazendo provas escritas ao longo de cinco ou seis anos o acadêmico estará preparado para a

---

Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 32.

profissão. Ao ver-se levado a falar em público, o aluno confronta-se com suas próprias dificuldades e com as dificuldades que a atitude dos outros pode trazer a ele.

Também pode o professor conciliar a apresentação em questão com a realização prévia de uma pesquisa acadêmica que seja abordada em artigos ou resumos simples e expandidos, o que prepararia o aluno para as atividades acadêmicas futuras.

Por outro lado, orienta-se o uso da prova oral tradicional a partir da definição prévia dos pontos que serão sorteados na data da avaliação. Esses pontos devem corresponder à matéria dada. Mas os pontos não devem ser divulgados com muita antecedência para evitar que sejam divulgados "modelos" de resposta. Três dias de antecedência são o tempo ideal.

Se eles forem diretamente ligados ao programa – por exemplo: "Ponto 1 – A classificação dos limites constitucionais" ou "Ponto 2 – O poder reformador" –, essa prova tenderá a reproduzir os problemas das questões dissertativas tradicionais, ou seja, a memorização do conteúdo pelo estudante.

Por essa razão, é altamente desejável que os pontos para sorteio sejam transversais – por exemplo: *"Ponto 1 – há limites materiais ao poder de emenda constitucional?"* ou *"Ponto 2 – A norma constitucional pode ser inconstitucional?"*. Isso faz com que, ao estudar para a prova, o acadêmico já exercite sua capacidade reflexiva e crítica.

É altamente recomendável que essa discussão já tenha ocorrido em sala de aula, pois a noção de que o debate prepara para a prova engendra um perfil acadêmico mais atento e menos conformista, bem como que o discente tenha alguns minutos para organizar sua fala. Ele preparou-se para 15 ou 20 pontos pré-definidos. O ideal, então, é que o ponto seja sorteado quinze minutos antes da apresentação. O professor pode sortear um ponto após cada arguição.

Outra alternativa, que mescla a oralidade e a gamificação é a atividade denominada "Olimpíada Jurídica da FADISMA", evento propõe ao desafio de oferecer aos estudantes desta e de outras instituições de ensino a oportunidade de exercício da oralidade e argumentação jurídica a partir de processos simulados, nas mais diversas áreas do direito, podendo variar a temática de acordo com cada Edição. Proporciona igualmente espírito de competição saudável, de networking com futuros profissionais do Direito, do estreitamento de laços com professores desta e outras Faculdades e o consequente relacionamento institucional.

Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) e atividades possíveis

Conforme já abordado neste instrumento, a sociedade do século XXI é conectada e a FADISMA, mantendo-se atualizada, acompanha essa realidade, tanto na interação como, em especial, na aplicação das tecnologias educacionais em rede, na legitimação no processo didático-pedagógico ocorrido de forma presencial.

Ademais, atendendo ao disposto na legislação vigente, a instituição possibilita ao Curso de Direito oferta presencial, com parcela da carga horária integralizada a partir de atividades não presenciais.

Para concretização do ensino neste contexto, o AVEA utilizado pela IES é configurado para oferecer recursos e atividades que apoiem metodologias diversas. Os recursos são hiperlinks, vídeos, animações, simulações, podcasts, arquivos etc. A construção desses conteúdos, dos recursos e objetos educacionais necessários não fica adstrita aos docentes, eis que contam com o apoio de equipe multidisciplinar, para contemplar os aspectos pedagógicos e tecnológicos essenciais para o melhor aproveitamento das atividades de ensino propostas.

Já as atividades são compostas por: a) Fóruns de discussão; b) Fórum de pergunta e resposta; c) Wiki; d) Questionário - perguntas objetivas ou dissertativas; e) Laboratório de avaliação; f) Tarefa.

O Fórum de discussão é um espaço que potencializa o debate, no qual o professor pode preparar um questionamento e solicitar a participação dos estudantes. As discussões ficam disponíveis para consulta para que os discentes possam consultar e aperfeiçoar sua participação, oportunizando a reflexão sobre as ponderações já existentes no Fórum. Esse tipo de atividade pode ser de caráter avaliativo ou não.

O Fórum de pergunta resposta é similar ao Fórum de Discussão. No entanto, o objetivo é enviar a resposta mais adequada possível e não apenas debater com os colegas. A atividade pode ser avaliativa ou não. O espaço de debate é deixado um pouco de lado, já que os(as) estudantes devem primeiro fazer um post com sua resposta para então serem autorizados a acessar os outros posts de outros estudantes. Esse Fórum é interessante, pois evita que haja uma linha de raciocínio padronizada e que, porventura, alguns estudantes acabem se aproveitando das respostas dos colegas para criar as suas.

A ferramenta Wiki permite aos estudantes e aos professores criar e editar textos colaborativamente dentro da Plataforma Educacional. Nas configurações, é

possível decidir se a Wiki será colaborativa, com participação de todos da turma ou dividida em grupo, bem como se será individual, sendo uma colaboração do estudante e do professor. Um histórico de versões anteriores de cada página do Wiki é mantido, listando as edições feitas pelo participante.

A ferramenta tem muitas utilidades, tais como: a) agrupar anotações ou guias de estudo; b) planejar um esquema de trabalho; c) criar colaborativamente um livro online, gerando conteúdo em um tópico definido pelo seu tutor; d) revista pessoal para notas de exame ou revisão (usando um wiki individual).

A atividade de Questionário permite ao professor criar e configurar testes com perguntas objetivas de múltipla escolha, verdadeiro ou falso e dissertativas, sendo, portanto, uma ferramenta de avaliação. Cada tentativa é corrigida automaticamente (perguntas objetivas) e o professor pode optar por mostrar as respostas corretas e/ou estipular um tempo limite para que cada estudante responda ao questionário.

A atividade Laboratório de Avaliação permite a coleta, a revisão e a avaliação por pares de trabalhos. Estudantes podem enviar qualquer conteúdo digital (arquivos), como documentos de texto ou planilhas e também podem digitar um texto diretamente em um campo utilizando o editor de texto.

Os envios são avaliados por um formulário de avaliação com critérios definidos pelo docente. O processo de avaliação por pares e a compreensão do formulário de avaliação podem ser praticados antecipadamente com exemplos de envios fornecidos pelo docente, juntamente com uma avaliação de referência. Os estudantes recebem a oportunidade de avaliar um ou mais trabalhos enviados de seus colegas, sendo que essa avaliação pode ser anônima, se necessário.

Os estudantes obtêm duas notas em uma atividade de laboratório de avaliação - uma nota para seu trabalho e outra pela avaliação dos trabalhos dos colegas.

A atividade de envio de tarefa permite que uma ação estipulada (escrever um artigo, por exemplo) seja enviada e recebida através de arquivo externo, sendo visualizada apenas pelo professor. Os estudantes podem apresentar qualquer conteúdo digital (arquivos), como documentos de texto, planilhas, imagens ou áudio e videoclipes. Alternativamente, o professor pode solicitar aos estudantes a digitação do conteúdo diretamente no editor de texto da Plataforma Educacional, sendo que os estudantes podem submeter trabalhos individualmente ou como membros de um grupo.

Ao analisar os trabalhos, os professores podem deixar comentários e fazer upload de arquivos, como marcar apresentações dos estudantes, documentos com comentários ou feedback de áudio.

2.9.3. Integrar o conhecimento, as ações e os espaços

Por mais aberto aos elementos da realidade que possa ser, e por mais que procure trazê-los para o seio da classe, através das metodologias abordadas no item anterior, o coletivo de docentes não pode assegurar sozinho, sobretudo no interior da sala de aula, a formação geral e profissional completa do graduando. Assim, a metodologia de ensino e avaliação da FADISMA privilegia a integração de disciplinas e conteúdos, de ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como entre o universo interno e externo da sala de aula.

a) Interação disciplinar

A visão crítica do direito já faz parte do acervo das novas gerações de professores, inspirou critérios quantitativos e qualitativos de avaliação dos cursos. Hoje, sabendo da evolução e modificações ocorridas nos últimos anos, se reflete num modo de ensinar e avaliar a um só tempo eficiente, inovador e que possibilite a construção crítica do conhecimento.[32]

Um dos critérios de medição de eficiência, no âmbito desse Projeto Pedagógico, atine ao cumprimento dos objetivos do ensino dedicado à formação global do estudante, uma vez que o exercício da atividade profissional é apenas um dos elementos da sua vida, pela razão óbvia de que o ser humano não se aparta de suas características gerais, especialmente psicológicas, morais e culturais.

> [...] é pela informação e pelo conhecimento que as pessoas conseguem ser autônomas e participativas, fazendo valer a sua condição de membro efetivo da sociedade e que, independente de sua condição. Podem

[32] "O Direito, no campo educacional, continua sendo utilizado como técnica de formalização e não como forma de concepção da sociedade". RANIERI, Nina Beatriz. **Educação Superior, Direito e Estado.** São Paulo: FAPESP/Edusp, 2000. p. 261.

> buscar melhorias para si, para suas famílias, sua comunidade e com isto, toda a sociedade evolui e cresce[33].

Como consequência, contemplam-se na estrutura curricular disciplinas propedêuticas, de Formação Fundamental, como história humana, meio ambiente, étnico-raciais e culturais, o que induz, por sua manipulação cotidiana em sala de aula, um diferencial contextualizado e que possibilita uma ampla e justificável visão social e humana entre teoria e prática.

Contudo, não se restringe a isso. Nas disciplinas do Eixo de Formação Profissional as metodologias aplicadas não podem prescindir de elementos de formação geral, permitindo o pensamento reflexivo sobre o contexto no qual estão inseridas e as consequências das práticas em espécie.[34]

Complementarmente, a interação entre todas as disciplinas é sugerida através de metodologias de ensino e avaliação conjuntas, especialmente nos semestres iniciais, para que os alunos entendam que o conhecimento não é isolado e fragmentado e que os conteúdos são relacionados, o que é essencial para a prática profissional futura.

Por fim, é oportunizado aos alunos que aproveitem disciplinas realizadas nos demais Cursos da FADISMA, como obrigatórias ou optativas, observados os parâmetros estabelecidos na Norma institucional, bem como podem ser ofertadas disciplinas comuns para todos os cursos. Com isso, objetiva-se a compreensão da relevância da pluri, multi, trans, interdisciplinariedade, bem como da transversalidade, mediante a comunicação com alunos e docentes de outras áreas, contemplando também a flexibilização curricular e a coparticipação do aluno na sua formação.

b) Pesquisa e Extensão

Na FADISMA, as ações de pesquisa e extensão estruturam-se a partir da Coordenação de Pesquisa e Monografia, de Extensão, com atuação do Núcleos, quais sejam, o Núcleo de Prática Profissional e Empreendedorismo (NUPPE), o Núcleo de

---

[33] SANTOS, Leila Maria Araújo. **Integração regional e educação profissional em espaços de extensão.** Santa Maria: UFSM, 2014. p. 13.

[34] "Hoje, a dialógica análise-síntese, a dialógica entre conhecimento especializado e conhecimento global, embora encontrando-se mais do que nunca solicitada pelos grandes problemas, choca-se com as devastações da hiper-especialização, com a disjunção entre ciência e filosofia, assim como com a disjunção entre um empirismo sem pensamento e um pensamento sem experiência". MORIN, Edgar. **O Método 4**. As ideias. Porto Alegre: Sulina. 1998, p. 119-120.

Direito Internacional (NEDI), o Núcleo de Segurança Cidadã (NUSEC), o Núcleo de Direito Ambiental e Urbanístico (NUDAU) e o Núcleo de Estudos em Web Cidadania (NEW), todos anteriormente abordados.

Periodicamente, são selecionados alunos para participarem dos projetos de pesquisa, extensão e grupos de estudo a eles vinculados, de acordo com suas temáticas, proporcionando um aprofundamento dos estudos conduzidos nas disciplinas a partir de novas perspectivas de pesquisa e de experiências próximas da sociedade.

Além disso, é possível aos docentes aproveitarem o conhecimento produzido pelos pesquisadores e extensionistas na preparação de suas atividades. Entre outras alternativas, isso pode ser feito através das ações conjuntas de diferentes competências – por exemplo, avaliações orais sobre temática desenvolvida em projetos de pesquisa da FADISMA; ou casos práticos a partir de experiências vivenciadas nos projetos de extensão.

Essa interação pressupõe a participação da Coordenação do Curso de Direito, Coordenação de Pesquisa e Monografia, de Extensão e dos Núcleos, no sentido de manter os professores informados a respeito da totalidade das iniciativas desenvolvidas na casa, fomentando igualmente a parceria entre atores.

c) Atividades Complementares

A autonomia individual do aluno não ocorre somente pelo método utilizado nas disciplinas, mas também pela possibilidade oferecida ao estudante de compor ele mesmo o mosaico de sua formação, na parte flexível do currículo. Além das disciplinas optativas contempladas no presente instrumento, o aluno deve realizar outras atividades pertinentes para sua formação humana e profissional, as quais são definidas como Atividades Complementares de Graduação.

A FADISMA mantem norma institucional para definir tais atividades e os critérios de seu aproveitamento, contemplando, exemplificativamente, a realização de estágios extracurriculares, a participação em intercâmbios e eventos acadêmicos, a atuação no programa de monitoria e a publicação de trabalhos. Nesse particular, a orientação pedagógica fornecida pela FADISMA torna-se primordial, especialmente nos primeiros semestres do Curso.

Dentres as atividades anteriormente citadas, o intercâmbio é incentivado a partir de alianças legitimadas por acordos de mútua cooperação acadêmica da FADISMA com instituições de ensino da América Latina e da Europa. Ocorre em modalidades, de curta e longa duração, a primeira em período inferior a um semestre e a última em prazo igual a este (permitindo o aproveitamento das disciplinas correspondentes), com a concessão de bolsas para parte dos participantes. Objetiva propiciar aos alunos, tanto aos que realizam a viagem, bem como aos que recepcionam os intercambistas estrangeiros, o conhecimento de fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos que ocorram em nível global, aliando à sua formação a experiência estrangeira e comparada, inclusive com o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros.

Os estágios extracurriculares são viabilizados a partir de organizações públicas e privadas que sejam conveniadas com a FADISMA, bem como com entidades não conveniadas, em ambos os casos com supervisão do Núcleo de Prática Profissional e Empreendedorismo (NUPPE). São essenciais para a formação do aluno na medida em que possibilitam experiências de prática profissional supervisionada que proporcionam a melhor compreensão dos aspectos teóricos trabalhados em aula, ao mesmo tempo em que desafiam o pensamento reflexivo a partir dos problemas enfrentados. Contribuem igualmente para a formação de profissionais comunicativos e capacitados para atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, cientes de sua responsabilidade social e profissional.

Sobre os eventos acadêmicos, é importante ressaltar que a instituição, além de promover sua própria pauta, especialmente no âmbito de sua política cultural, deve fomentar incessantemente a participação nas demais IES locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais, a fim de que o acadêmico tenha despertado seu interesse pelos diferentes contextos e sinta-se como um sujeito capaz de agir no mundo nessas diferentes dimensões.

Por fim, o programa de Monitoria é implementando semestralmente conforme critérios de seleção definidos em norma própria. Objetiva despertar no aluno que apresenta rendimento acadêmico satisfatório a vocação para a carreira docente, através de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prática profissional, que se realizam através da colaboração com o professor responsável. Dentre as atribuições, consta: auxiliar aos professores em tarefas didáticas, inclusive na preparação de aulas e trabalhos escolares, através da realização de tarefas de pesquisa e extensão, compatíveis com o seu grau de conhecimento; auxiliar aos professores, assim como aos

encarregados de trabalhos dirigidos nas áreas compatíveis, nas realizações de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência na disciplina; facilitar o relacionamento entre alunos e professores na execução dos planos de ensino da disciplina; e transmitir aos demais alunos do Curso a sua experiência discente, a fim de facilitar a integração dos acadêmicos, especialmente os calouros, à FADISMA.

2.9.4. Profissionalizar o docente

O corpo docente do curso de Direito da FADISMA é plural, composto por profissionais das mais diversas áreas de formação e atuação, proporcionando ao aluno a construção do saber a partir de diversos contextos e práticas. Entretanto, para se alcançar o perfil de egresso almejado não basta, por evidente, tais experiências, eis que a metodologia ora proposta não se baseia exclusivamente no sistema expositivo de aula, como se a única possibilidade de pensamento fosse a transmitida pelo docente.

O docente da FADISMA não é, portanto, quando de sua atuação na IES, um profissional estritamente do Direito, mas também da educação. A profissionalização do ofício de professor é, entretanto, uma transformação estrutural que ninguém pode dominar sozinho:

> Por isso, ela não se decreta, mesmo que as leis, os estatutos, as políticas da educação possam facilitar ou frear o processo. O que significa que a profissionalização do ofício é uma aventura coletiva, mas que se desenrola também, largamente, através das opções pessoais dos professores, de seus projetos, de suas estratégias de formação. Tal é a complexidade das mudanças sociais: elas não são a simples soma de iniciativas individuais, nem a simples consequência de uma política centralizada. A profissionalização não avançará se não for deliberadamente estimulada por políticas concertadas que digam respeito à formação dos professores, a seu contrato, à maneira como eles prestam conta de seu trabalho.[35] [36]

---

[35] PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 178.

[36] Philippe Perrenoud elaborou um “referencial de competências” para o ofício de professor que compreende dez diferentes famílias de aptidões, assim resumidas: 1. Organizar e dirigir situações de aprendizagem; 2. Administrar a progressão das aprendizagens; 3. Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; 4. Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; 5. Trabalhar em equipe; 6. Participar da administração da escola; 7. Informar e envolver os pais; 8. Utilizar novas tecnologias; 9. Enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão; 10. Administrar sua própria formação contínua. PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

Nesse sentido, os professores são selecionados a partir de Seleção Pública via Edital, possibilitando, antes da contratação, auferir o currículo, o exercício profissional e a sua aptidão para a docência, mediante avaliação perante uma banca de professores acerca das competências didático-pedagógicas propugnadas no presente instrumento.

Após tal processo, estimula-se a contínua capacitação docente, tanto no viés metodológico (ensino, pesquisa e extensão) e tecnológico, o que ocorre através do Programa de Inovação e Cultura Educacional (abordado na seção 3.3.7), quanto na qualificação mediante pós-graduação stricto sensu, existindo norma institucional para tanto.

Oferecer-lhe um arsenal metodológico e recursos diferenciados para aplicação teórica e prática constitui, portanto, uma medida fundamental para sua contínua profissionalização. Dessa forma, se busca trazer ao ensino jurídico o acervo de conhecimento reflexivo e aplicado da pedagogia[37]/educação, bem como das equipes multidisciplinares quando se trata de atividades tradicionais e virtuais de ensino-aprendizagem.

Ainda, o docente deve ser um sócio-interacionista, um parceiro da pluri, multi, trans, interdisciplinariedade e transversalidade, aberto a vários contextos e situações, indo em busca de inter-relacionar os saberes. Em consequência, tem o olhar interativo, relacional e global da realidade ao que vai possibilitar as transformações, a colaboração e a comunicação permanente, o que torna os recursos tecnológicos imprescindíveis para a prática pedagógica atual:[38]

> A relação professor-aluno pode ser profundamente alterada pelo uso das TIC's [...] na resolução de um problema, na realização de um projeto, na coleta e análise de dados sobre um determinado assunto, o professor realiza um mergulho junto com os alunos [...] as TIC's proporcionam um novo tipo de interação do professor com os alunos [...][39].

---

[37]"A ideia, sem dúvida iluminista, de que é possível ensinar tudo a todos, talvez não tenha feito tanta história quanto a de que a didática é como uma arte, ou seja, algo que oscila entre uma disposição genial do mestre e um conjunto de regras e técnicas de ensino. Sob essa segunda acepção é que ela se tornou um campo de atuação no interior da pedagogia. Assim, a pedagogia, tomada como utopia educacional, ciência ou filosofia da educação, diz respeito, em geral, à teoria da educação, enquanto a didática diz respeito aos procedimentos que visam fazer a educação acontecer segundo os princípios extraídos da teoria", GHIRALDELLI Jr, Paulo.**O que é Pedagogia.** São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 26-27.

[38] LIRA, Bruno Carneiro. **Práticas pedagógicas para o século XXI:** a sociointeração digital e o humanismo ético. Petrópolos: Vozes, 2016, p. 49.

[39]KEINSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologia:** o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007, p. 103.

Esse processo poderia ser definido como a recuperação da consciência de que ensino superior de Direito é, essencialmente, atividade de ensino; reconhecendo-se que a experiência profissional é um instrumento de suma importância para a educação, mas que esta, por si só, não garante o resultado almejado pela FADISMA para a formação do aluno.

2.9.5. Considerações finais sobre a metodologia – flexibilidade e acessibilidade

O presente referencial metodológico deve inspirar, e não limitar, a elaboração dos planos de aula dos professores da FADISMA. Este não pretende ser, de modo algum, um inventário exaustivo de técnicas de ensino e avaliação, mas sim um guia de princípios e nortes.

Trata-se de um documento de síntese, afinado com as leituras e os debates realizados entre os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante e destes com os demais docentes e discentes (através dos instrumentos de avaliação). Esse referencial somente poderá evoluir a partir da participação ativa de cada docente e os mecanismos de avaliação servirão especialmente ao desenvolvimento de nossa capacidade autocrítica e reativa.

Até que a prática pedagógica inspire a indispensável evolução desse referencial metodológico, os docentes da FADISMA deverão apresentar planos de aula provisórios ou tentativos. Os planos de aula são dinâmicos e disponibilizados digitalmente via portal Minha FADISMA. Isso significa que o professor lançará, através da rede de informações interna da IES, o seu plano de aula no início do semestre. Ao longo das aulas, o professor pode acessar o seu plano e modificá-lo, ficando evidentemente registradas comparativamente a atividade planejada e a que foi efetivamente realizada.

Salienta-se também que visando o alcance dos objetivos do curso, as atividades devem ser planejadas considerando o grupo discente do momento e suas potencialidades.

Neste sentido, em um primeiro aspecto, a Coordenação de Ingresso e Permanência (CINPER), através da ação do Plano de Vida Acadêmica e em diálogo com a Coordenação de Curso, elabora um relatório geral da turma acerca das características da turma e das atividades que teriam melhor proveito, observando o perfil do egresso

almejado. O relatório em questão é compartilhado com os professores, para que avaliem seus Planos de Aula e eventualmente implementem novas práticas metodológicas.

Em outro aspecto, a atenção é individual, para adaptações metodológicas necessárias caso algum aluno tenha algum tipo de necessidade especial para potencializar sua aprendizagem. A identificação dos alunos e suas necessidades ocorre em sede de apoio discente, através do trabalho conjunto de professores, Coordenação do curso e da Coordenação de Ingresso e Permanência, gerando-se um Processo de Atendimento Educacional Especializado, com participação de profissional com formação especial para tanto.

2.10. Estágio curricular supervisionado

A Coordenação do Núcleo de Prática Profissional e Empreendedorismo (NUPPE), integrado pelo Serviço de Assistência Jurídica (SAJ) e pelo Escritório Modelo (EM) é o órgão encarregado de coordenar, gerir e supervisionar a realização do estágio curricular e extracurricular, obrigatório ou não, que deve ser cumprido pelo corpo discente da Instituição, através de atividades realizadas de forma simulada e real, de acordo com o Regimento Geral da Instituição e a legislação vigente.

Vinculado ao NUPPE está o Centro de Mediação e Práticas Restaurativas (CEMPRE), que pretende habilitar os alunos em formas alternativas de resolução de conflitos e restauração das relações. O objetivo do CEMPRE é a aproximação dos litigantes, chegando-se a solução do conflito de uma maneira mais célere e eficaz, buscando-se o Poder Judiciário apenas para a homologação dos resultados obtidos (quando for possível). Ademais, através do CEMPRE busca-se estimular os acadêmicos na prática das novas soluções dos conflitos.

Ademais, a prática profissional, que tem a finalidade de capacitar os acadêmicos para o exercício profissional, inicia no terceiro semestre e prossegue ao longo do curso, de forma simulada, nas disciplinas de Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Processual do Trabalho. Posteriormente, ocorre também de forma real, nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e III, através do Centro de Mediação e Práticas Restaurativas e do Serviço de Assistência Jurídica.

As disciplinas de Estágio Supervisionado somam uma carga horária total de 180 h/a, com conteúdo eminentemente prático, de atividades simuladas e reais, visando

levar aos estagiários um conhecimento adequado dos diferentes procedimentos processuais.

Através da disciplina de Estágio Supervisionado I, são oferecidas atividades simuladas e reais de formas consensuais e alternativas de solução de conflitos, especialmente de arbitragem, negociação, conciliação e mediação

Por sua vez, através das disciplinas de Estágio Supervisionado II e III são oferecidas atividades reais de prática jurídica e judicial, junto ao Serviço de Assistência Jurídica (SAJ) e através do Escritório Modelo (EM) da FADISMA.

A realização do estágio supervisionado é apenas um dos elementos do Núcleo, associado à realização de visitas guiadas, participação em sessões do tribunal do júri, audiências, sustentação oral perante tribunais, dentre outras atividades.

2.11. Atividades complementares

É condição indispensável à integralização curricular a realização de trezentas (300) horas de Atividades Complementares de Graduação (ACG), conduzidas de acordo com norma própria (Norma 006), sendo que deste total, cem (100) horas precisam ser atinentes a atividades de extensão, conforme já indicado anteriormente. Cada modalidade de atividade complementar de graduação poderá ser registrada até o máximo de cem (100) horas.

Tais atividades visam à formação humana e profissional do aluno, que se efetiva também extraclasse, através da participação em palestras, simpósios, órgãos colegiados, monitorias, atuação em núcleos temáticos, atividades de extensão, estágios extracurriculares, atividades de iniciação científica e pesquisa, publicação de trabalhos, intercâmbios.

2.12. Trabalho de Curso

O Trabalho de Curso é requisito obrigatório para conclusão do Curso e é preparado e elaborado no decorrer de duas disciplinas específicas que possuem este objetivo: Trabalho de Curso I e Trabalho de Curso II. Tais disciplinas estão alocadas,

respectivamente, no penúltimo e último semestre do Curso, considerando a matriz curricular e a sequência aconselhada.

A disciplina de Trabalho de Curso I visa, em termos gerais, a elaboração do projeto de pesquisa, extensão ou prática profissional, que será desenvolvido no âmbito do Trabalho de Curso II, o qual tem como desiderato o desenvolvimento do Trabalho de Curso, com base nos ditames já estabelecidos no projeto. Frise-se que a disciplina de Trabalho de Curso I é ministrada por um professor responsável pela disciplina. Já no Trabalho de Curso II, cada aluno possui o acompanhamento do professor orientador escolhido pelo próprio discente, bem como o acompanhamento da Coordenação de Pesquisa, Monografia e Extensão, que presta ao acadêmico o aporte presencial necessário, bem como, posta, via ambiente virtual, todas as informações importantes para o desenvolvimento do trabalho.

Ademais, a Coordenação de Pesquisa, Monografia e Extensão, também, gere a Área de Concentração e as Linhas de Pesquisa do Curso, controla o processo de elaboração das monografias ou artigos, organiza as bancas de defesa, além de promover a integração entre a graduação e os Cursos de Pós-Graduação promovidos pela FADISMA em áreas de conhecimento correlatas.

As regras sobre os trabalhos de conclusão de curso estão previstas no Regimento da Coordenação de Pesquisa e Monografia, bem como no Manual de Trabalhos Acadêmicos (MTA) FADISMA. Destaca-se, ainda, a flexibilidade apresentada pelo curso para a realização de Trabalho de Curso, que poderá se apresentar no formato de artigo ou monografia, bem como desenvolver projeto de pesquisa, extensão ou prática profissional.

Após a elaboração do trabalho e protocolo do mesmo na Instituição, o aluno será submetido a uma banca de avaliação, a qual será composta, em regra, por três membros, dentre eles o professor orientador. A banca irá avaliar a qualidade do trabalho do ponto de vista material e formal, podendo fazer os apontamentos que entender pertinente. Nesse viés, importante ressaltar que a Instituição preocupa-se com a questão atinente aos direitos autorais e possui uma política para combater o plágio, conforme é possível verificar da Norma 026 da FADISMA.

A partir da avaliação da banca, muitos trabalhos de conclusão de curso acabam sendo publicados na modalidade de livro, em coletâneas, em periódicos, em anais de eventos etc. Frise-se a Instituição conta com a Revista Jurídica da FADISMA, bem como com a Entrementes, que são meios em que, desde que aprovado pelos

avaliadores respectivos, os Trabalhos de Conclusão de Curso desenvolvidos poderão ser publicados. Há, pois, diversos incentivos e mecanismos para a publicação dos trabalhos produzidos.

2.13. Ações decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso

As ações acadêmico-administrativas da FADISMA são orientadas pelas autoavaliações e pelas avaliações externas. Neste sentido, pode-se mencionar que as ações envolvendo o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano Pedagógico Institucional e Plano Pedagógico do Curso de Direito, bem como a gestão administrativa do grupo de professores e funcionários, das instalações físicas e de planejamento, estão intimamente ligadas a uma minuciosa análise das autoavaliações, avaliações externas e reuniões com os representantes discentes.

2.13.1. Autoavaliação do Curso de Direito

A FADISMA tem no processo permanente de autoavaliação institucional um instrumento fundamental da elaboração de suas políticas, assim como da ação cotidiana de seus atores.

O processo de autoavaliação do Curso é realizado por uma Comissão Permanente de Autoavaliação (CPA), composta por representantes dos segmentos da comunidade acadêmica, técnicos-administrativos e representantes da comunidade externa. Assim, a autoavaliação visa fornecer uma visão global da Instituição sob duas perspectivas básicas. A primeira, diz respeito ao objeto de análise que será o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da Instituição, relacionadas com o tripé ensino-pesquisa-extensão. A segunda refere-se aos sujeitos envolvidos no processo de avaliação.

A autoavaliação é composta por cinco Eixos: eixo 1 – planejamento e avaliação institucional; eixo 2 – desenvolvimento institucional; eixo 3 – políticas acadêmicas; eixo 4 – políticas de gestão e eixo 5 – infraestrutura que contemplam as antigas 10 dimensões (Organizando-se as dimensões da seguinte forma: (i) Missão Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional; (ii) política de ensino, pesquisa e

extensão; (iii) responsabilidade social da Instituição; (iv) comunicação com a sociedade; (v) políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo; (vi) organização e gestão da instituição; (vii) infraestrutura física, recursos de informação e comunicação; (viii) planejamento e avaliação; (ix) políticas de atendimento a discentes e egressos; e (x) sustentabilidade financeira).

Semestralmente os alunos avaliam as disciplinas nas quais esta matriculado (Eixo 3 - Ensino de graduação) e a cada dois anos são avaliados todos os eixos pelos alunos, técnicos-administrativos e professores.

Ao lado da avaliação nos moldes acima referida, a CPA participa das reuniões de representantes de turmas que acontecem mensalmente junto às Coordenações de Curso, na qualidade de observadora.

Após sensibilização dos agentes envolvidos e da coleta das informações a CPA realiza a discussão dos resultados, confecção de relatório, balanço crítico, planejamento, gestão de melhorias bem como a divulgação das informações entre a comunidade interna e externa. Salienta-se que além desta publicização, a CPA realiza reunião com a Coordenação de Curso para apresentação de suas conclusões, sendo que, posteriormente, as Medidas da Coordenação tomadas a partir da Avaliação são enviadas para a CPA, sendo publicadas no próximo relatório.

Os resultados das autoavaliações servem de subsídio direto para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano Pedagógico Institucional e Plano Pedagógico do Curso de Direito, bem como a gestão administrativa do grupo de professores e funcionários, das instalações físicas e de planejamento Institucional.

2.13.2. Avaliação Externa – ENADE

A FADISMA, na realização de suas ações acadêmico-administrativas, leva em consideração as informações captadas pelo Questionário do Estudante do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. Este questionário é aplicado de três em três anos para alunos ingressantes e concluintes do curso de Direito, sendo a finalidade compor o perfil dos estudantes e as suas percepções sobre a Instituição.

Assim, a instituição assimila informações sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes e a percepção dos mesmos sobre o ambiente de ensino-aprendizagem e a organização do curso, do currículo e da atividade docente.

2.13.3. Avaliações Externas - In Loco

A Instituição, na realização de suas ações acadêmico-administrativas, leva em consideração as sugestões e orientações apontadas pelos avaliadores do MEC, quando da autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso, bem como da avaliação institucional da FADISMA.

2.13.4. Reuniões com Representantes de Turmas

Por fim, a FADISMA também considera as sugestões dos alunos oriundas de reuniões periódicas com os representantes de turmas e Diretório Acadêmico. As reuniões ocorrem mensalmente, permitindo uma ligação entre a Instituição e seus alunos em um espaço de tempo mais breve do que as autoavaliações que tem por finalidade a discussão, a geração de propostas e a prestação de contas acerca das ações acadêmico-administrativas a serem implantadas no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e prática profissional.

Nessas reuniões, além da participação das Coordenações de Curso, de Ingresso e Permanência, Administrativa e de Tecnologia da Informação, há a participação de representante da Comissão Permanente de Autoavaliação (CPA) na qualidade de observador, afim de levantar subsídios à confecção do relatório da Comissão.

2.14. Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem

A utilização das TICs, no processo de ensino-aprendizagem, agrega à educação recursos tecnológicos e comunicacionais que promovem a construção do conhecimento. Aplicadas ao campo da educação, as TIC potencializam as relações

profissionais, pessoais e culturais, as novas formas comportamentais e de compartilhamento. Ademais, é notável que a sociedade do século XXI é conectada e a tecnologia passa a ser instrumento relevante para a prática profissional e jurídica, de modo que a fluência tecnológica torna-se uma habilidade imprescindível ao graduando.

Assim, além de ofertar uma disciplina específica de Fluência e Inovação Tecnológicas, no âmbito do Curso de Direito, a FADISMA utiliza de ferramentas/instrumentos e práticas atreladas às TICs tanto para aproximar a sociedade da comunidade acadêmica, favorecendo o estreitamento de laços informacionais entre a própria, diminuindo a distância entre colaboradores, docentes e discentes, criando um canal de comunicação colaborativo e eficiente, como também para suas ações curriculares e extracurriculares de ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica.

Os docentes da FADISMA são incentivados a manter-se atualizados com relação às TIC e as utilizarem efetivamente, recebendo capacitações com o objetivo de prepará-los aos novos ambientes de aprendizagem.

2.14.1. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem - AVEA

O Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) é nomeado de Plataforma Educacional da FADISMA, estando ela alicerçada, atualmente, no software livre de apoio à aprendizagem Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle). O AVEA está integrado com o sistema acadêmico da IES e comporta diversas funcionalidades, desde a interação docentes, discentes e tutores, provendo assim o relacionamento entre os sujeitos.

O AVEA atende aos processos de ensino-aprendizagem estipulados nas políticas institucionais para Ensino e Educação a Distância (EaD) da Instituição, possibilitando dessa forma o desenvolvimento de habilidades e competências.

Além disso, o AVEA possui inúmeros recursos, dentre eles estão: fóruns de interação, espaço para construção de textos colaborativos, enquetes, questões de múltipla escolha e dissertativas, chats, ferramentas de avaliação contínua e feedbacks. Também é possível inserir diferentes objetos de aprendizagem, que integram apoios de texto, áudio e vídeo.

Frise-se que embora exista a referida Plataforma Educacional, a Instituição fomenta, igualmente, a utilização de outros recursos de ensino e aprendizagem, que envolvam as TICs.

2.14.2. Google for Education

Como suporte e armazenamento do conteúdo pedagógico disponibilizado no âmbito do Curso de Direito, foi adotado a plataforma *GSuite* da *Google For Education*, potencializando a colaboração no desenvolvimento e o compartilhamento desses materiais. Dentre os principais recursos adotados, estão os Documentos Google, Planilhas, Apresentações, Desenhos e Formulários.

2.14.3. Minha FADISMA

A FADISMA sempre teve por objetivo diminuir a circulação de papel e documentos dentro da Instituição, facilitando ao máximo a comunicação entre professores e estudantes. Nesse cenário, foi concebido e desenvolvido o portal Minha FADISMA, uma ferramenta eletrônica própria de acesso *online* através da Internet, a qual possibilita a comunicação rápida e precisa entre docentes e discentes.

O mesmo possui várias ferramentas que facilitam o dia a dia, tanto do professor, quanto do aluno, tais como: a) Comunicação através de e-mail interno, estreitando a relação docente-discente; b) Disponibilização de notas, em que somente o próprio estudante tem acesso ao seu desempenho; c) Históricos de períodos letivos anteriores; d) Realização de matrículas; e) Consulta a requerimentos realizados junto a Secretaria; f) Relatório da Comissão Permanente de Avaliação (CPA); g) Relatório de medidas tomadas pelas coordenações em função de relatório da CPA; h) Acesso ao acervo da Minha Biblioteca Digital; i) Acesso a Regimentos, Normas e informações sobre a Instituição.

2.14.4. Minha Biblioteca Digital

Todos alunos e professores da FADISMA, independente do semestre ou disciplina, podem contar com um acervo que vai muito além da biblioteca física. A Minha Biblioteca representa um consórcio formado por diversas editoras de livros acadêmicos do Brasil, podendo-se citar por exemplo: Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva. É com a Minha Biblioteca que complementamos o nosso trabalho, oferecendo à comunidade acadêmica acesso prático e em formato inovador a um conteúdo técnico e científico de qualidade.

2.14.5. Site Institucional e Redes Sociais Virtuais

O Site Institucional da FADISMA[40] é o veículo de comunicação oficial da IES. Através dele, é possível ter acesso às informações de ingresso, ensino e núcleos. O site conta com notícias referentes a eventos, publicações científicas, calendário acadêmico, editais etc.

A IES também está presente nas redes sociais, buscando uma aproximação com os estudantes e a comunidade. É possível acompanhar as novidades pela página do Facebook[41], Twitter[42], Instagram[43], Youtube[44] e Linkedin[45].

2.14.6 Mirante

O projeto é alicerçado num sítio eletrônico, que contempla um sistema georreferenciado do mapa do Município, que permite ao usuário, comumente membros da comunidade acadêmica e, sobretudo, sociedade local, identificar problemas, propor ideias que fomentem soluções e criar ações que visem mobilizar os santa-marienses a atuar em diversas áreas, como cidadania, cultura, educação, esportes, lazer e bem-estar, meio ambiente, saúde e urbanismo, entre outros campos.

---

[40] Disponível para consulta em: <www.fadisma.com.br>
[41] Disponível para consulta em: <www.facebook.com/FadismaOficial>
[42] Disponível para consulta em: <www.twitter.com/fadisma>
[43] Disponível para consulta em: <www.instagram.com/fadismaoficial/>
[44] Disponível para consulta em: <www.youtube.com/user/faculdadededireitosm>
[45] Disponível para consulta em: <www.linkedin.com/company/fadisma---faculdade-de-direito-de-santa-maria/>

Lançando mão do conceito de Tecnologia Social, o site é um exemplo que confirma um contexto favorável à Ciberdemocracia, representando um conjunto de técnicas e metodologias desenvolvidas e/ou aplicadas por meio da interação com a população e apropriadas para uma perspectiva de solução e/ou contribuição para a resolução.

É utilizado na implementação da Política institucional de extensão, especialmente nas disciplinas que possuem previsão de ações extensionistas, como referencial de pesquisa de perspectivas de projetos para docentes e alunos, ocasião em que assume viés instrumental essencial para a solução de problemas reais.

3. CORPO DOCENTE

3.1. Do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito da FADISMA está estruturado, a partir da Resolução CONAES nº. 01, de 17 de junho de 2010, em Regimento próprio, que está disponibilizado no portal Minha FADISMA.

O NDE constitui-se em um elemento potencializador da qualidade do curso, sendo formado por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. Essa importante função faz com que o Núcleo seja o responsável pela identidade do curso, fruto desse contínuo processo de (re)construção do PPC.

O NDE, juntamente com a Coordenação da Graduação, visa projetar e concretizar um ensino de qualidade. Para tanto, possui como compromissos:

- Apontar e efetivar ações acadêmicas visando à implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso;
- Avaliar continuamente o Projeto Pedagógico do Curso a fim de projetar sua atualização consoante legislação MEC/INEP/DAES/CONAES;
- Contribuir para a consolidação e construção do perfil do egresso do curso, inclusive analisando a adequação do mesmo, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho.;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

O NDE é composto pelos seguintes membros: I. Coordenador da Graduação; II. Vice-Coordenador da Graduação; III. Coordenador de Pesquisa; IV. Coordenador de Extensão; V. Coordenador do Núcleo de Prática Profissional e Empreendedorismo; e VI. Quatro representantes do corpo docente do Curso de Direito da FADISMA.

Da totalidade dos docentes que compõem o NDE, obrigatoriamente 60% (sessenta por cento) possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* e mais de 20% dos integrantes do NDE estão enquadrados em regime de tempo integral. A indicação dos “Representantes Docentes” é feita pelo Colegiado de Curso para um mandato de três anos, com possibilidade de recondução por igual período.

3.2. Da Coordenação

3.2.1. Atuação do Coordenador

A Coordenação Geral do Curso de Direito é composta por um Coordenador Geral e um Vice-Coordenador Geral, indicados pela Direção Geral. A Coordenação Geral é o pilar indispensável do Curso de Graduação, articulando os corpos docente e discente, mas, sobretudo, sendo guardiã do Projeto Pedagógico do Curso.

A Coordenação Geral deve oferecer o espaço necessário às demandas dos alunos e professores, participando ativamente da vida da Instituição, especialmente dos órgãos colegiados, e assegurar amplo apoio pedagógico aos corpos docente e discente.

A Coordenação Geral está regulamentada pelo Regimento Geral da Instituição, que prevê as respectivas competências.

Preferencialmente, o Coordenador e o Vice-Coordenador Geral do Curso terão titulação mínima de mestre e experiência docente e de gestão. Da mesma forma, importante fator a ser considerado diz respeito à experiência dos mesmos no âmbito das profissões jurídicas. Sempre que possível aos próprios titulares dos cargos, o Coordenador e o Vice-Coordenador serão contratados sob regime de trabalho de tempo integral.

3.2.2 Regime de trabalho do Coordenador do curso

O Coordenador e Vice serão contratados em regime parcial de trabalho, salvo quando houver necessidade de carga horária maior.

3.3. Do Corpo Docente

O perfil docente dos professores do Curso de Direito da Instituição está baseado nos termos da Norma 015 da FADISMA, que prevê a forma de ingresso no quadro permanente de docentes. Neste sentido, o ingresso dar-se-á mediante seleção, realizada através do exame de provas, de títulos e entrevista.

Para a participação da seleção é exigido: diploma de graduação em curso superior, para a classe de Professor Auxiliar; grau de Mestre, para a classe de professor Assistente; grau de Doutor, para a classe de Professor Adjunto. A titulação é um dos critérios mais importantes utilizados pela FADISMA para o recrutamento de professores, além da experiência acadêmica, profissional e o potencial pedagógico.

Poderá haver a contratação de professor eventual, a título de visitante ou colaborador por prazo determinado, ambos sob a forma da legislação trabalhista vigente. Será considerada nesta modalidade de contratação a titulação e a experiência acadêmica, profissional e o potencial pedagógico do contratado.

Importante considerar, também, que os professores são avaliados institucionalmente pelos alunos a cada semestre. São objeto da avaliação aspectos formais dos professores, como é o caso da pontualidade, postagem do plano de ensino e notas; práticas didático-pedagógicas e formas e critérios de avaliação do professor. A partir de tal avaliação, a Coordenação Geral do Curso toma as providências que forem necessárias para a qualificação do ensino-aprendizado na instituição.

A FADISMA possui política de qualificação acadêmica, sendo a manutenção da remuneração do docente, durante o afastamento, um dos incentivos à titulação. É assegurado ao docente, mediante critérios previstos nas Normas da Instituição, em especial a Norma 018, o afastamento do mesmo para a realização de aperfeiçoamento e capacitação em instituição de ensino nacional ou estrangeira, sem prejuízo da sua remuneração e mediante compromisso formal de permanência na FADISMA.

Da mesma que ocorre com os cursos de pós-graduação, a Instituição financia a participação dos docentes em eventos e cursos de curta e média duração, relativos às disciplinas lecionadas ou às linhas de pesquisa das quais participa. Isto porque a FADISMA considera fundamentais a constante formação, atualização e aperfeiçoamento pedagógico dos seus professores.

Como centro de excelência de ensino, a IES desenvolve metodologias de ensino e avaliação inovadoras no contexto nacional e internacional, o que exige significativa e permanente atenção à qualificação dos professores, assim como o acompanhamento periódico dos resultados dessas atividades e a análise da evolução qualitativa das práticas pedagógicas adotadas.

3.3.1. Titulação do Corpo Docente do Curso

A titulação é um dos critérios mais importantes utilizados pela FADISMA para o recrutamento de professores, além da experiência acadêmica, profissional e o potencial pedagógico.

A FADISMA possui política de qualificação acadêmica, sendo a manutenção da remuneração do docente, durante o afastamento, um dos incentivos à titulação. As consequências da titulação refletirão sobre a carreira do docente, conforme previsto no Plano de Carreira dos Docentes da FADISMA.

Assim, a FADISMA se compromete a manter ou, quando não for o caso, a atingir a proporção da contratação de docentes em no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do corpo docente com Pós-Graduação stricto sensu, posto que pretende ser um centro de excelência no ensino nos âmbitos regional, nacional e internacional.

3.3.2. Percentual de doutores

Dificuldade comum no interior do país é a de contratar bons professores que tenham titulação de Doutor. Por conta disso, a FADISMA estimula e apoia os seus professores a darem seguimento aos estudos e qualificação. É assegurado ao docente, conforme consta na Norma 018 já referida, o afastamento do mesmo para a realização de aperfeiçoamento e capacitação sem prejuízo da sua remuneração.

Constituem prioridade da FADISMA as constantes atualizações e aperfeiçoamento dos docentes. Por essa razão, a Instituição financia a participação dos docentes em eventos e cursos de curta e média duração, relativos às disciplinas lecionadas ou às linhas de pesquisa das quais participa.

3.3.3. Regime de trabalho do Corpo Docente do curso

Quanto ao Plano de Carreira do Corpo Docente, devidamente registrado no Órgão Competente atinente às fiscalização do cumprimento das normas trabalhistas, a FADISMA prioriza a isonomia salarial através de uma remuneração uniforme do trabalho prestado por empregados do mesmo nível, da mesma classe, da mesma titulação e do mesmo regime de trabalho.

Os docentes permanentes da FADISMA são contratados em regime de tempo integral, em regime de tempo parcial ou como horistas, através da legislação trabalhista vigente.

Aplicam-se aos docentes da FADISMA todas as regras trabalhistas, previdenciárias e acidentárias da legislação comum vigente no que diz respeito aos demais direitos e deveres empregatícios dos mesmos.

Os docentes em regime integral de 40 horas ocupam, no mínimo, a metade deste tempo em atividades de pesquisa, extensão, orientação, preparação de aulas, correção de trabalhos e acadêmico-administrativas. Os docentes em tempo parcial ocupam 25% ou mais deste tempo nestas atividades.

3.3.4. Experiência profissional na área de formação

A experiência profissional na área de formação é outra dimensão considerada na avaliação da seleção de ingresso na carreira do corpo docente permanente da FADISMA.

Dentre os itens considerados para quantificar esta dimensão estão: atividades técnico-profissionais na área jurídica e/ou áreas afins; trabalhos jurídicos e/ou áreas afins apresentados em eventos; coordenação ou colaboração em eventos na área jurídica e/ou áreas afins; participação como expositor ou palestrante em mesas redondas, painéis,

conferências, seminários, cursos, oficinas dentre outros assemelhados; monitorias decorrentes de curso de graduação em áreas afins ao Direito; distinções profissionais na área jurídica e/ou áreas afins, comendas, medalhas, honrarias acadêmicas; publicações jurídicas ou áreas afins; serviços à comunidade ou de extensão na área jurídica e/o áreas afins.

Cabe destacar que a Instituição apresenta uma pluralidade em seu corpo docente, na medida que os professores ministram disciplinas que tenham relação com as suas respectivas áreas de atuação profissional.

3.3.5. Experiência no magistério superior

A experiência profissional acadêmica e técnico-administrativa, em qualquer nível de ensino, é uma importante dimensão considerada na avaliação da seleção de ingresso na carreira do corpo docente permanente da FADISMA. A experiência no magistério no ensino superior, por sua vez, agrega ainda mais valor aos candidatos à docência.

Dentre os itens considerados para quantificar esta dimensão estão: docência em graduação; docência em pós-graduação; função ou assessoramento na administração em qualquer nível de Ensino; participação em órgãos colegiados de instituição de ensino superior; docência no ensino fundamental e médio; Participação em bancas de defesa de curso de graduação e pós-graduação “lato sensu” e “stricto sensu”; participação em outros colegiados ou comissões permanentes de ensino; tutoria ou monitoria decorrente de curso de Graduação e Pós-graduação em áreas afins ao Direito.

3.3.6. Produção científica, cultural, artística e/ou tecnológica

A FADISMA estimula e busca oportunizar ao seu quadro docente todas as condições para o desenvolvimento de uma vida acadêmica produtiva. Além do apoio financeiro que é dado aos docentes para que participem de eventos e cursos de curta e média duração, relativos às disciplinas lecionadas ou às linhas de pesquisa das quais participa, a FADISMA investe na criação de espaços, ferramentas e parcerias que contribuam para a realização de pesquisas e outras variadas atividades.

Num primeiro momento, cumpre ressaltar os espaços de publicação disponibilizados pela Instituição. A Revista Jurídica da FADISMA é uma publicação anual que busca concentrar, dentre outros, a produção docente e discente.

Também de frequência anual, a Semana Acadêmica da FADISMA, intitulada EntreMentes, oferece espaço para os professores apresentarem trabalho, publicarem, uma vez que os trabalhos apresentados são publicados em Anais. Os professores, igualmente, são convidados a participar das bancas de avaliação de trabalho. Sem falar nas palestras e demais atividades promovidas em tal semana.

Outro projeto que oportuniza aos professores atividades acadêmicas é o Projeto RONDON-FADISMA: por uma educação humanística e cidadã. Referido projeto oportuniza aos professores participar da seleção de um dos maiores projetos de extensão do Brasil, que é o Projeto RONDON. Ademais, havendo a seleção, os professores atuarão efetivamente, conforme já ocorreu em diversas edições. Referido projeto também possui um blog, onde os professores e estudantes podem publicar suas percepções e críticas. Trata-se do blog: <rondonfadisma@blogspot.com>.

Por fim, cumpre destacar que a FADISMA possui cinco Núcleos Temáticos e as Trilhas de (re)conhecimento e experienciação, cujas atividades visam promover e integrar o ensino, a pesquisa, a extensão e a prática jurídica, o que reflete em ainda mais oportunidades aos docentes.

O Núcleo de Estudos de Direito Internacional (NEDI) teve como uma das suas primeiras missões o Projeto Brasil-Haiti. Deste projeto resultaram duas publicações: o livro “A Cooperação Sul-sul em ação” e Revista Jurídica da FADISMA de 2011 (v. 6), com a denúncia feita à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a ONU em virtude da epidemia de cólera que tomou conta do Haiti. Através do NEDI, a FADISMA também firmou convênios para que fossem oportunizados estágios de pesquisa, congressos e publicações internacionais. Ainda, a cada intercâmbio realizado pelos alunos com uma das instituições parceiras, um livro internacional é publicado com artigos de professores e estudantes. Por fim, a FADISMA integra a Rede Ibero-americana de Faculdades e Escolas de Direito, o que propicia aos professores a participação em seminários e a colaboração mútua em revistas.

O Núcleo de Direito Ambiental e Urbanístico (NUDAU) desenvolve inúmeras atividades relacionadas ao seu tema, oportunizando a professores e a estudantes o desenvolvimento de atividades de extensão, pesquisa, bem como, em parceria com a

Prefeitura Municipal de Santa Maria, o desenvolvimento de atividades técnicas relativas ao processo de regularização fundiária, atendimentos e registro dos lotes.

O Núcleo de Segurança Cidadã (NUSEC) tem por objetivos a pesquisa, ensino e extensão na área de Segurança Cidadã e de Direitos Humanos. Os docentes da FADISMA frequentemente são convidados a ministrar aulas nos cursos promovidos pelo NUSEC, bem como a pesquisar e publicar em livros e revistas coordenados pelo Núcleo, como o "Dossiê do 1º Censo sobre as ações municipais de segurança pública no RS".

O Núcleo de Estudos em Webcidadania (NEW) se constitui num espaço de produção acadêmica para os professores, uma vez que eles terão oportunidade de desenvolver pesquisa e extensão relacionadas à webcidadania. No que se refere à pesquisa, o NEW se dedica à produção de conteúdo acadêmico a partir de uma plataforma local georreferenciada conhecida como Mirante. Vinculada à plataforma está uma Revista virtual e um Blog. Quanto à extensão, o NEW investe no planejamento, promoção e condução de oficinas, palestras, mini-cursos e grupos de estudo, bem como no Ativismo Social.

O Núcleo de Prática Profissional e Empreendedorismo (NUPPE) oportuniza o exercício de atividades técnicas e de extensão, na medida em que os professores orientam e acompanham os estudantes no atendimento à população carente, na elaboração de petições, no acompanhamento a audiências etc.

Por fim, considerando a pluralidade do corpo docente da IES, vale destacar a robusta produção científica, cultural, artística e tecnológica vinculada a outras áreas de atuação profissional de grande parte dos docentes.

3.3.7. Programa Institucional de Capacitação Pedagógica e corpo docente.

Considerando o contexto social de inovações tecnológicas e suas repercussões na produção do conhecimento e na Educação, a IES desenvolve, na seara da Inovação e Cultura Educacional, o Programa Institucional de Capacitação Pedagógica, que compreende

- Estímulo ao desenvolvimento empreendedor, o networking e o aprimoramento de competências tecnológicas dos docentes;

- Suporte, com metodologias e ferramentas, de conceitos e práticas de metodologias ativas e de reinvenção didática, contribuindo com a aceleração do desenvolvimento da visão institucional;
- Articulação, com áreas internas, instituições, organizações e/ou empresas e novos modelos de negócios, a aproximação docente e discente com o mercado e/ou atuação (n)da inovação;
- Multiplicação do time de mentores com experiência em áreas fundamentais para aconselhar e direcionar o aluno para o perfil resolutivo, conquista ou potencialização de habilidades comportamentais e competências subjetivas, requisitos para ingresso, permanência e crescimento no mercado;
- Alinhamento das Políticas Pedagógicas Institucionais para a aprendizagem disruptiva;
- Adequação do Plano de Desenvolvimento Institucional e fomento regular à cultura da inovação.

No âmbito deste Programa, a capacitação docente tem, cada dia mais, especial atenção da gestão. A despeito da (re)volução digital - e, por conseguinte, de todos os impactos da Comunicação Social, da vigente e latejante Era Digital e de uma então Sociedade da Informação, onde o tempo docente e discente são (ou estão sendo) ressignificados – a FADISMA acredita que nada substitui um bom professor.

Pelo contrário: a Instituição detém a crença de que são valiosos os professores apaixonados pela profissão, com grande bagagem de conhecimentos - teóricos e práticos, insta constar. Eles são, indubitavelmente, mediadores na relação institucional de confiança, respeito e cumplicidade que vão, invariavelmente, curricular e extracurricularmente, determinar um aprendizado efetivo e afetivo que, por sua vez, são, atualmente, pilares importantes daquilo que consideramos como valor no âmbito de ingresso e permanência institucional.

Mas seu crescimento e conexão com o discente estão alicerçados na própria crença no contexto, papel e significado das potencialidades dos estudantes, assim como em um consistente repertório cultural, pedagógico, metodológico e, inevitavelmente, dada a (r)evolução já citada, na fluência tecnológica. Com isso, a FADISMA preconiza a ideia de que não há excelência acadêmica sem a lógica da qualificação dos profissionais.

Assim, no âmbito deste Programa, aos docentes, ocorre continuamente a capacitação pedagógica institucional, fundamentado na hibritude para a formação docente. Enquanto plano de ação e em toda sua execução, investe na interação e na

avaliação dos partícipes para a manutenção do constante olhar analítico e, sobretudo, repaginação nos seguintes aspectos:

- Imersão e trocas sobre o Futuro do Presente, a partir do (re)conhecimento do perfil discente para a devida postura e planejamento de ensino e aprendizagem;
- Profissão Docente da FADISMA e Pertencimento, a partir do contínuo olhar perante os instrumentos institucionais e as novas possibilidades no cenário educacional;
- Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, a partir do acompanhamento dos desafios e oportunidades da era digital, apresentação e novas funcionalidades de redes sociais virtuais, oficiais e não oficiais no contexto de interação;
- Didática no Ensino Superior, a partir de tipologias de aulas na seara da aprendizagem significativa, conceito, contexto e dicas para Sala de Aula Invertida, Design Thinking, Dramatização em Sala de Aula, aplicabilidade do Estudo e Método de Caso, Cinema e Educação, Introdução à Aprendizagem Baseada em Problemas, Projetos e Equipes, Pesquisa-Ação x Pesquisa Aplicação, Jogos Virtuais e Não Virtuais na Educação e, entre outros elementos, Apresentações de Alto Impacto;
- Google na Educação, a partir do (re)conhecimento do Google suite para a educação, do processo prático de aprendizado docente e estímulo a certificações extraclasse e cultura da democratização da informação e conhecimento, além da colaboratividade.

3.4. Do Colegiado do Curso

Como bem demonstra o Regimento Geral da FADISMA, os órgãos colegiados desempenham papel crucial na estrutura da Instituição, cujo órgão máximo é precisamente o Conselho Superior. Além do Conselho Superior, existe o Colegiado da Graduação, que é peça chave da organização acadêmica do Curso de Direito da FADISMA.

A competência do Colegiado do Curso está disposta no Regimento Geral da IES.

O Colegiado da Graduação da FADISMA é composto pelos seguintes membros: Coordenador Geral da Graduação, que o preside; Vice-Coordenador Geral da Graduação, que o preside em caso de ausência ou impedimento do Coordenador Geral da Graduação; Diretor Geral da FADISMA, ou o Vice-Diretor Geral da FADISMA em caso

de ausência ou impedimento do Diretor Geral; Secretário Geral; Secretário da Graduação; Os Coordenadores do Núcleo de Prática Jurídica e Empreendedorismo e de Pesquisa, Monografia e Extensão; Os Chefes dos Departamentos de Ensino; Dois representantes do corpo docente, eleitos diretamente por seus pares; Dois representantes do corpo discente da graduação, eleitos diretamente por seus pares; Um representante do pessoal técnico-administrativo, eleito diretamente por seus pares.

O mandato dos representantes do corpo docente, corpo discente e pessoal técnico-administrativo é de um ano, impossibilitada a recondução subsequente. O funcionamento e a forma das deliberações do Colegiado da Graduação da FADISMA são regulamentados em Regimento próprio.

3.5. Tutores

Os tutores são partes de fundamental importância no processo de ensino-aprendizagem online, que ocorre no presente curso, seja pela implementação de todas as disciplinas na modalidade à distância (parcialmente, no limite autorizado pelo regulamento vigente e aplicável), seja pela utilização instrumental de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, ainda que na carga horária presencial das disciplinas. Mais do que servir de elo com o professor da disciplina, são a referência diária do discente na disciplina. Além de eventuais dúvidas, o tutor é responsável pelo acompanhamento da trilha de conhecimento do discente, estimulando-o quando necessário e atentando para prazos e avaliações a serem desenvolvidas.

Da mesma forma, o tutor tem a habilidade de instruir o discente quanto às atividades regulares, orientando quanto ao correto uso da plataforma, bem como quanto ao uso adequado das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC’s).

Destaca-se que a tutoria das disciplinas realizadas pela FADISMA, no âmbito das metodologias à distância, ocorrerá no formato online. Nesse sentido, os estudantes que tiverem a necessidade de tutoria podem procurar os tutores de disciplinas na Plataforma Educacional, através de seus recursos tecnológicos particulares (notebooks, tablet ou smartfone).

3.5.1 Atribuições dos Tutores

• Atuar, de maneira presencial ou online, enquanto agente dinamizador da construção do conhecimento do estudante;

• Apropriar-se das tecnologias e mídias da Plataforma Educacional EAD FADISMA, dando suporte ao estudante no uso adequado;

• Instigar o diálogo e o debate que despertem atitudes críticas e reflexivas;

• Monitorar e estimular os estudantes à realização das atividades propostas pelo professor titular da disciplina;

• Analisar e acompanhar o desenvolvimento individual dos estudantes e propor procedimentos que melhorem o seu rendimento, quando necessário;

• Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes e participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação dos professores responsáveis.

3.5.2 Titulação e formação do corpo de tutores do curso

O perfil dos tutores do curso de Direito da Instituição está baseado em uma mescla de titulação, experiência acadêmica, profissional e o potencial pedagógico do colaborador em questão, haja vista a afinidade teórico-prática com a temática em tela. Vale a pena destacar que a maioria dos tutores são egressos da IES, em um comprometimento constante às políticas de acompanhamento aos Egressos .

3.6. Monitores

A FADISMA implementa Programa de Monitoria no curso de Direito, com base em Regimento próprio, objetivando fomentar a cooperação entre corpos discente e docente nas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de prática profissional, inclusive agregando interação e proporcionando auxílio na Plataforma Educacional.

Os monitores são selecionados a partir de seleção semestral, iniciada por publicação de Edital, e devem ser estudantes da IES, matriculados no curso, desde que tenham cursado as disciplinas pretendidas e obtido aprovação com média final igual ou superior a 9,0 (nove).

As atribuições dos monitores encontram-se elencadas no Regimento do Programa de Monitoria.

3.7. Coordenador de Educação a Distância

O Coordenador de Educação a Distância é responsável por garantir que os termos dispostos no PDI sejam fielmente cumpridos, utilizando-se de todos seus recursos, tecnológicos e operacionais, para promover as atividades de apoio pedagógico.

Cabe ao Coordenador conduzir as atividades da Unidade de Educação a Distância, que é o departamento institucional que tem como objetivo a definição das estratégias e o gerenciamento das rotinas referentes à essa modalidade, sejam elas complementares ao ensino presencial quanto totalmente a distância. Estão alocados profissionais de competências multidisciplinares, responsáveis pela gestão de cursos, materiais didáticos e de tecnologias educacionais.

3.8. Equipe Multidisciplinar para Educação a Distância

A Coordenação de Educação a Distância é o departamento institucional que tem como objetivo a definição das estratégias e o gerenciamento das rotinas referentes à modalidade, sejam elas complementares ao ensino presencial ou totalmente a distância.

A Unidade é composta por uma Equipe Multidisciplinar, na qual estão alocados profissionais de competências múltiplas, responsáveis pela gestão de cursos, materiais didáticos e de tecnologias educacionais. Possuem como atribuições:

• Colaborar no processo de curadoria de conteúdo, contribuindo e aplicando conhecimentos relacionados ao Design Instrucional para o aperfeiçoamento e elaboração das melhores práticas educacionais em disciplinas presenciais e na modalidade à distância;

• Auxiliar os professores na escolha dos Objetos de Aprendizagem na Plataforma Educacional;

• Desenvolver e aprimorar a Plataforma Educacional;

• Oferecer suporte técnico a tutores e professores;

• Capacitar tutores e professores no AVEA Plataforma Educacional;

• Elaborar os Objetos de Aprendizagem audiovisuais a serem incorporados no processo de ensino-aprendizagem online.

4. INFRAESTRUTURA

A Faculdade de Direito de Santa Maria está localizada na Rua Duque de Caxias, nº 2319, Bairro Medianeira, na cidade de Santa Maria, RS, CEP 97060-210.

As instalações possuem segurança contra incêndio, de conformidade com a legislação e normas do Corpo de Bombeiros, apresentando equipamentos em quantidade e recursos exigidos (extintores de incêndio, mangueiras de combate a incêndio, portas corta-fogo, recuo para cadeirantes, escadarias apropriadas para incêndio, terraço para resgate, luminárias de emergência, hidrante externo, piso antiderrapante, caixa d'água com capacidade de 15.000 litros, dentre outros). Além disto, as instalações da Instituição estão sobre monitoramento de câmeras de vigilância, para a segurança dos usuários.

Todas as instalações são dotadas de acesso para portadores de necessidades especiais, incluindo acesso à edificação sem barreiras no piso (degraus ou deformidades), cadeira de rodas na portaria para acesso à edificação, sinalização em braile nos elevadores, e sanitários especialmente adaptados.

A Instituição possui área interna e externa de convivência e lazer para os alunos, professores e técnico-administrativos. Além disto, a Instituição possui lanchonete para a comunidade acadêmica e cantina para funcionário e professores.

O prédio possui estação e subestação de energia elétrica localizada na parte externa do mesmo, sem acesso à comunidade acadêmica. A FADISMA possui estacionamento para veículos de seus usuários, serviço de reprografia e auditório para 400 pessoas terceirizados.

O curso de Direito da Instituição possui infraestrutura acadêmica própria e faz uso compartilhado de toda a estrutura disponibilizada pela FADISMA.

4.1. Gabinetes de trabalho para professores

A infraestrutura do curso de Direito compreende salas para todos os docentes de tempo integral, salas para docentes de tempo parcial, salas para pesquisadores e estagiários, cabendo destacar que esta infraestrutura tem acessibilidade, está devidamente mobiliada, climatizada, com ampla iluminação, aeração, ótima acústica,

limpeza e conservação, com disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores e coberta por sistema wireless.

4.2. Espaço de trabalho para Coordenação do curso e serviços acadêmicos

A infraestrutura curso de Direito para a Coordenação do curso e de serviços acadêmicos apresenta gabinete individual para a Coordenação de curso, sala para Coordenador de Pesquisa, Monografia e Extensão, sala para a secretaria da coordenação, sala para a Direção, sala para o Núcleo Estruturante Docente (NDE), sala para a Comissão de Avaliação Permanente (CPA), salas de estudo individuais e em grupo, sala para a Coordenação de Ingresso e Permanência, salas de reunião, sala para as secretarias acadêmicas, sala de registro acadêmico, sala para apoio psicopedagógico, sala para o setor de comunicação, sala para o Diretório Acadêmico de Direito, salas para os núcleos de pesquisa, salas para setores administrativos e recepção, cabendo destacar que esta infraestrutura tem acessibilidade, está devidamente mobiliada, climatizada, com ampla iluminação, aeração, ótima acústica, limpeza e conservação, com disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de coordenador, professores, funcionários e alunos, sendo toda ela coberta por sistema wireless. Outro diferencial institucional é o número de funcionários a disposição para atendimento de professores e alunos.

4.3. Sala coletiva de Professores

A IES disponibiliza de uma sala coletiva para professores que está devidamente mobiliada com cadeiras confortáveis, com fácil acessibilidade, climatizada, com ampla iluminação, areação e limpeza, que permite o descanso, integração e lazer, estando à disposição dos professores café e água mineral. Existe ainda o apoio técnico-administrativo específico para a sala.

A sala possui recursos de tecnologias de informação e comunicação com disponibilidade de equipamentos de informática com cobertura de sistema wireless, viabilizando o trabalho do docente. Ainda existem escaninhos próprios para cada professor deixar seus materiais.

4.4. Sala de Reuniões

A IES conta com sala de reuniões, onde é possível agendar previamente para uso dia e horário. As salas contam com climatização, mesa, cadeiras, computador e projetor.

4.5. Estúdio de Gravação

A IES possui um estúdio de gravação para produção própria do material didático audiovisual. O estúdio está localizado na sede da FADISMA, no segundo andar, na sala EaD.

4.6. Salas de aula

As salas de aula da FADISMA estão devidamente mobiliadas com cadeiras confortáveis, tem fácil acessibilidade, climatizadas, com ampla iluminação, aeração, limpeza, sendo que todas possuem equipamentos de multimídia (projetores/data show), computador do professor e cobertura por sistema wireless. A Instituição ainda disponibiliza equipamento de áudio e vídeo conforme a necessidade dos docentes e discentes.

4.7. Laboratório de Informática

O Laboratório de Informática disponibiliza serviço de internet e impressão. Há também bolsistas ou colaboradores que auxiliam os alunos junto as suas necessidades. Existe Protocolo para utilização do Laboratório de Informática e setor de Informática. O laboratório apresenta acessibilidade aos seus usuários tendo em vista que o acesso ao mesmo ocorre sem barreiras no piso (degraus ou deformidades). Destaca-se ainda a Sala de Informática que disponibiliza acesso aos alunos a computadores

Na Política de Atualização de Equipamentos a atualização de estações de trabalho (PC´s) é feita periodicamente a cada três anos atendendo uma demanda global

da Instituição, podendo este período diminuir ou aumentar considerando as necessidades específicas de cada setor bem como sua finalidade.

A atualização de servidores é regida de acordo com estatísticas de gerenciamento de rede que monitoram os gargalos específicos de cada serviço disponível. Dentre eles se encontram Servidores de E-mails, Minha FADISMA, Sites, Sistemas Web, Banco de Dados, Segurança de Rede, Sistema de Gestão (ERP TOTVS), Storage de Dados. Não há uma periodicidade estabelecida para estas atualizações, pois elas ocorrem por demanda e as tecnologias atualmente utilizadas nos permitem operar com Clusters de Servidores (conjunto de servidores para atender uma e/ou várias demandas distintas) que permitem uma melhor utilização dos recursos disponíveis.

Na atualização de equipamentos e dispositivos, incluem-se dispositivos wireless, telefonia, equipamentos de rede (switch, fibra ótica, roteadores, voip; impressoras, scanners, copiadoras) é feita de acordo com demandas específicas, qualitativas e quantitativas, para atender com excelente qualidade seus devidos fins.

Na Política de Atualização de Softwares a instituição tem contrato de parceria com as maiores empresas do mundo no segmento: Microsoft, Symantec e TOTVS. Todos os contratos são estabelecidos anualmente e com renovação online. Somos parceiros desde 2003.

Junto a este panorama é importante salientar o crescente número de usuários que utilizam o acesso wireless (internet sem fio) dentro da Instituição, os quais possuem equipamentos próprios (notebooks e netbooks).

Atualmente o número de alunos que se beneficiam com o acesso a internet wi-fi de alta velocidade passa de 80% do total de discentes da FADISMA. Todo o prédio conta com cobertura integral de internet sem fio (sistema wireless).

A FADISMA sempre teve por objetivo diminuir a circulação de papel e documentos dentro da Instituição e facilitar ao máximo a comunicação entre professores e alunos. E dentro deste cenário que foi concebido e desenvolvido o portal Minha FADISMA, uma ferramenta eletrônica própria de acesso on line através da internet, a qual possibilita a comunicação rápida, precisa e sigilosa entre docentes e discentes.

Este possui várias ferramentas que facilitam o dia-a-dia, tanto do professor, quanto do aluno, tais como: Comunicação através de e-mail interno, estreitando a relação docente-discente; Disponibilização de arquivos de professores aos alunos, tais como: aulas ministradas, artigos para estudo, conteúdos futuros, planos de aula, dentre outros;

Disponibilização de notas e faltas, onde somente o próprio aluno tem acesso ao seu desempenho; Acesso à grade de horários, planos de ensino e históricos de períodos letivos anteriores; Realização de matrículas; Consulta a requerimentos realizados junto a Secretaria; Relatório da Comissão Permanente de Avaliação (CPA); Relatório de medidas tomadas pelas coordenações em função de relatório da CPA; Acesso ao acervo da biblioteca e realização de reservas de livros; Acesso a biblioteca digital; Acesso a Regimentos, Normas e informações sobre a Instituição.

4.8 Biblioteca

A Biblioteca Ministro Eros Roberto Grau da Faculdade de Direito de Santa Maria foi inaugurada no ano de 2004, está diretamente voltada para a assessoria e suporte técnico-informacional da comunidade acadêmica. Reúne um acervo selecionado e especializado na área jurídica, bem como disponibiliza um conjunto de obras complementares, capazes de proporcionar aos alunos uma formação interdisciplinar.

O acervo da Biblioteca conta também com obras raras, com os principais periódicos especializados do Direito – impressos e em cd-roms, com assinaturas de jornais diários e obras de referência (dicionários em geral e jurídicos, enciclopédias). Todo o acervo é tombado junto ao patrimônio da IES.

Por meio do seu catálogo informatizado, a biblioteca oferece aos usuários pesquisa por autor, título, assunto e palavra-chave, em todos os materiais bibliográficos, inclusive em artigos de periódicos, facilitando assim a recuperação e disseminação da informação.

A Biblioteca da FADISMA funciona de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 22h. A Biblioteca da FADISMA está sob a gerência e responsabilidade de biblioteconomista, inscrita no CRB. Existe Protocolo para a utilização da Biblioteca da FADISMA (Regulamento da Biblioteca, Guia do Usuário e Guia do Professor).

A Biblioteca da FADISMA possui uma estrutura física com salas para estudo individual e em grupo. Possui sala para a gerência e para o processamento técnico.

O local é climatizado, devidamente mobiliado, possuindo equipamentos de informática para consulta do acervo, impressoras, controle e sistema antifurto em todo o acervo, sistema antimofo. O acesso ao acervo é feito diretamente pelos usuários.

Complementarmente, a IES conta com a biblioteca virtual da plataforma Minha Biblioteca, já mencionada anteriormente. Nela, os estudantes têm acesso a milhares de títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização. O acesso na plataforma ocorre pelo login disponibilizado aos estudantes.

O acervo da Biblioteca da FADISMA conta com 7.475 títulos e é composto por mais de 26.000 exemplares. Além disto, cumpre destacar que a plataforma Minha Biblioteca Digital conta com mais de 8.500 títulos, que pode ser acessada individualmente em qualquer lugar através do portal Minha FADISMA, pelos alunos da Instituição.

4.8.1. Critérios de atualização e expansão do acervo

A Biblioteca organiza diferentes listagens semestrais que pautam a atualização e expansão do acervo da FADISMA:

- Listagem disciplinas: a Secretaria Geral deve apresentar à responsável pela Biblioteca, ao final de cada semestre, a relação das bibliografias básicas e complementares atualizadas de cada disciplina.
- Listagem projetos: os professores que desenvolvem projetos de pesquisa e de extensão devem apresentar à responsável pela Biblioteca, ao final de cada semestre, a relação das bibliografias atualizadas necessárias à realização de suas atividades.
- Listagem Coordenação: a Coordenação Geral dos Cursos deve apresentar a listagem das obras necessárias à ação pedagógica empreendida junto aos corpos docente e discente da IES, assim como o rol bibliográfico atinente à formação geral dos alunos e à Política Cultural da FADISMA.
- Listagem de impacto de utilização: a Biblioteca deve organizar, semestralmente, uma listagem dos livros mais procurados e utilizados pelos usuários, que se tenha percebido que o número de exemplares ainda não é suficiente, bem como dos livros solicitados e que ainda não existam no acervo, a fim de atender as reais necessidades, expectativas e sugestões dos usuários.

A expansão do acervo de livros se dará de acordo com as atualizações dos planos de ensino, conforme modificações substâncias que certas áreas venham a sofrer, devido às alterações nas legislações vigentes, bem como por meio de sugestões e indicações de bibliografias pelos docentes e discentes que, porventura, não estejam contempladas nos planos de ensino.

Ressalta-se também a realização do Projeto de atualização do acervo, com participação discente. Neste projeto, a cada início de mês, a biblioteca divulgará lista com títulos de três obras solicitadas pelos alunos no cotidiano das atividades do setor. Os alunos poderão votar em qual obra gostariam que fosse adquirida naquele mês. Assim, no final do mesmo, a obra mais votada será adquirida com o valor arrecadado com as multas.

Com relação ao plano de atualização da plataforma Minha Biblioteca Digital, ocorrem duas atualizações anuais, uma a cada semestre. A IES recebe uma lista com as obras que serão substituídas, excluídas e/ou que entraram novas no catálogo. Dessa forma, o docente tem o papel de analisar o Plano de Ensino e verificar a necessidade de atualizações.

4.9. Bibliografia básica

Constam na bibliografia básica do curso de Direito um mínimo de 3 títulos por unidade curricular, estando acessíveis de modo virtual, na Minha Biblioteca Digital, ou no acervo físico, na proporção média de 1 exemplar para menos de 5 vagas semestrais autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo.

Cabe destacar que a Instituição adota o método da listagem impacto de utilização, através do qual a biblioteca organiza, semestralmente, uma listagem dos livros mais procurados e utilizados pelos usuários. Caso seja constatado que o acervo da Minha Biblioteca Digital ou o número de exemplares de cada título não esteja adequado à demanda dos alunos, é providenciada a compra de exemplares extras.

4.10. Bibliografia complementar

Constam na bibliografia complementar do curso de Direito em média 5 títulos por unidade curricular, estando acessíveis de modo virtual, na Minha Biblioteca Digital, ou no acervo físico, com média de 2 exemplares, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo.

Cabe destacar que a Instituição adota o método da listagem impacto de utilização, através do qual a biblioteca organiza, semestralmente, uma listagem dos livros mais procurados e utilizados pelos usuários. Caso seja constatado que o acervo da Minha Biblioteca Digital ou o número de exemplares de cada título não esteja adequado à demanda dos alunos, é providenciada a compra de exemplares extras.

4.11. Periódicos especializados

Existe um total de 29 (vinte e nove) assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa, distribuídos entre as principais áreas do Curso de Direito, com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.

Ao todo a Instituição tem em seu acervo na área do Curso de Direito um total de 11.219 (onze mil, duzentos e desenove) exemplares de periódicos.

4.12. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas

O Núcleo de Prática Jurídica, intitulado, na FADISMA, como Núcleo de Prática Profissional e Empreendedorismo (NUPPE), concretiza o importante papel de realizar atividades de prática jurídica profissional, sendo que a prática jurídica é um componente indissociável do ensino, fazendo parte da formação contínua do aluno. O NUPPE está implantado e é regulamentado pelo Regimento da Coordenação do NUPPE e pela Norma 017 – Serviço de Assistência Jurídica.

A prática jurídica profissional também está associada à prática da Mediação, Conciliação e Justiça Restaurativa, assim como à realização de visitas guiadas, juris simulados, audiências, sustentação oral perante tribunais superiores, dentre outras atividades, reais e simuladas.

O NUPPE é composto pelo Serviço de Assistência Jurídica (SAJ) e pelo Escritório Modelo. Ao SAJ, instalado na Instituição, compete promover atividades reais de prática jurídica e judiciária, mediante o atendimento gratuito da população carente, sob a responsabilidade de professores-orientadores do corpo docente da FADISMA.

O Escritório Modelo (EM) proporciona atividades reais de prática jurídica, através de estágio profissional curricular e extracurricular realizado em escritório(s) de advocacia conveniado(s) com a Instituição, mediante o acompanhamento de professores-orientadores do corpo docente da FADISMA, na forma da legislação vigente e dentro de variadas áreas de conhecimento e de atuação jurídica. Dessa forma, o Escritório Modelo incrementa a atividade prática, além de já vislumbrar a inserção dos alunos no mercado de trabalho.

O NUPPE igualmente coordena a realização dos Convênios para prática de estágio curricular e extracurricular em outras Instituições jurídicas e judiciárias, fora da sede da Instituição, mediante acompanhamento de professores-orientadores do corpo docente da FADISMA.

Por último, destaca-se que a atividade prática não se centra exclusivamente nos últimos semestres, mas sim é um componente presente na formação contínua do aluno, em todas as disciplinas, a partir dos nortes metodológicos do Curso, especialmente o uso de metodologias ativas e a transposição das quatro paredes da sala de aula - seja através do comentário de sentença, da elaboração de peças processuais, simulações de audiências, dentre outras.

Ressalta-se que em termos de infraestrutura o Serviço de Assistência Jurídica apresenta 9 (nove) salas para atendimento individual gratuito da população carente, contando ainda com sala de trabalho/reuniões, sala para o coordenador do SAJ, secretaria do SAJ e arquivo, todos devidamente tem acessibilidade, estão devidamente mobiliada, climatizada, com ampla iluminação, aeração, ótima acústica, limpeza e conservação, com disponibilidade de equipamentos de informática e coberta por sistema wireless.

4.13. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de Mediação, Conciliação e Justiça Restaurativa

O histórico institucional, no que tange às atividades de Mediação, Conciliação e Justiça Restaurativa, é significativo. A prática de tais atividades já era realizada de forma incipiente no Serviço de Assistência Jurídica, contudo a FADISMA constatou que era necessária uma maior capacitação de professores e alunos nestas searas.

A instituição disponibilizou a disciplina de Prática de Negociação desde a sua autorização de funcionamento, que visa desenvolver habilidades e competências para a solução extrajudicial e pacífica dos conflitos, com especial ênfase na negociação direta, na mediação, na conciliação e na arbitragem.

Corroborando com a capacitação docente, a Direção da FADISMA, possibilitou, no ano de 2012, que dois de seus professores realizassem a formação, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - TJRS em convênio com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, para o curso de Mediador Cível.

Ademais, em abril de 2013, a Instituição realizou um curso de capacitação de seus professores na área de Justiça Restaurativa, que visa à cultura de paz baseada no respeito mútuo e na utilização de uma comunicação não violenta, com o aprimoramento das habilidades em prevenir e resolver os conflitos.

Destaca-se que, no segundo semestre de 2013, foi disponibilizada aos alunos a disciplina de Justiça Restaurativa, fazendo assim, com que não apenas o corpo docente aderisse à prática, bem como o corpo discente fosse estimulado e capacitado nesta temática, que se constitui em metodologia diferenciada de resolução de conflitos.

Dessa sinergia, surgiu o Centro de Mediação e Práticas Restaurativas – CEMPRE - que visa a resolução de prática jurídica e judiciária reais através de atividades de negociação, conciliação e mediação, utilizando-se das práticas restaurativas. O CEMPRE está implementado junto ao Serviço de Assistência Jurídica da FADISMA, compartilhando com ele a infraestrutura acima indicada, em horários compatíveis com as atividades desempenhadas. O atendimento do CEMPRE ocorre a partir de indicação de alunos e professores atuantes no SAJ, da busca pelo serviço diretamente pelos interessados na solução consensual, bem como através de convênios com instituições públicas e privadas que tenham políticas de negociação, conciliação, mediação e práticas restaurativas.

Salienta-se que na disciplina de Estágio Supervisionado I (Solução Consensual de Conflitos) estão previstas atividades simuladas e reais de prática jurídica nesta temática, sendo que a execução destas ocorrerá através da participação dos alunos no CEMPRE.

4.14. Comitê de Ética em Pesquisa

No âmbito da Instituição, conforme determina a Resolução Nº 466 do Conselho Nacional de Saúde - CNS, todas as pesquisas envolvendo seres humanos, com exceção daquelas previstas na Resolução Nº 510 do CNS, são submetidas ao crivo do Comitê de Ética respectivo, por meio da Plataforma Brasil, havendo, para tanto, a devida inscrição e homologação junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP. Frise-se que o funcionamento do CEP em questão revela-se excelente, posto que atende à demanda que lhe é posta com qualidade, observando os ditames legais e regulamentares.

ANEXO A – PLANOS DE ENSINO DO CURSO DE DIREITO

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 1º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Teoria Geral do Estado e da Constituição**
Código	DIR0101
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	1º

II – Ementário

Sociedade. Origem, formação e evolução do Estado. A primeira manifestação do Estado moderno: absolutismo. A segunda manifestação do Estado moderno: liberalismo. Transformação do liberalismo: estado do bem-estar social (*welfare state*). Estado de direito. Caracterização do Estado. Estado e governo. Opinião pública. Estado Brasileiro: do império à república. A teoria da Constituição e o constitucionalismo globalizado. O Poder Constituinte e o Poder de reforma.

III – Objetivo

O objetivo geral desta disciplina será o de familiarizar os estudantes do Curso de Direito com as dimensões históricas e teóricas do Estado e da Constituição. Em um plano mais específico, examinar-se-ão dois dos objetos que se interseccionam naquele – a política e o direito. No primeiro caso, discutir-se-á a questão da legitimidade; no segundo, o aspecto da legalidade, bem como da constitucionalidade. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)

- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. OBJETO DA TEORIA GERAL DO ESTADO

2. SOCIEDADE
2.1. Origem e conceituação
2.2. Elementos característicos da sociedade

3. ORIGEM, FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO ESTADO
3.1. Origem histórica e causas da formação do Estado
3.2. Estado Antigo
3.3. Estado Grego
3.4. Estado Romano
3.5. Estado Medieval

4. A PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO DO ESTADO MODERNO: ABSOLUTISMO
4.1. Considerações iniciais sobre o Absolutismo
4.2. Reflexão sobre a gênese do Estado Moderno
4.2.1. A autonomização do político como condição à construção do Estado: Maquiavel
4.2.2. O Estado como construção hipotética: Hobbes

5. A SEGUNDA MANIFESTAÇÃO DO ESTADO MODERNO: LIBERALISMO
5.1. Conceituação do Estado Liberal
5.2. As revoluções burguesas e as declarações de direitos
5.3. A emergência do constitucionalismo: o Estado Constitucional
5.4. Reflexão sobre a transformação do Estado Absoluto em Liberal
5.4.1. Liberdade e representação no interior de um Estado Liberal: Locke
5.4.2. Separação de poderes do Estado: Montesquieu
5.4.3. Poder soberano do povo: Rousseau

6. TRANSFORMAÇÃO DO LIBERALISMO: ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL (WELFARE STATE)
6.1. A transformação dos papéis do Estado
6.2. A noção do Estado do Bem-estar social
6.3. A visão negativa do Estado: Marx e Engels
6.4. Neoliberalismo

7. ESTADO DE DIREITO
7.1. Estado Liberal de Direito
7.2. Estado Social de Direito
7.3. Estado Democrático de Direito

8. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO
8.1. Elementos essenciais do Estado: território, povo e soberania
8.2. Finalidade do Estado

9. ESTADO E GOVERNO
9.1. Formas de Estado
9.2. Funções de Estado e separação de poderes
9.3. Formas e sistemas de governo
9.4. A democracia e a sua manifestação
9.4.1. Democracia direta
9.4.2. Democracia representativa: direito de sufrágio, partidos políticos e sistemas eleitorais
9.4.3. Democracia semidireta

10. OPINIÃO PÚBLICA
10.1. Contextualização
10.2. A opinião pública, o ideal iluminista da publicidade e o papel da mídia

11. ESTADO BRASILEIRO: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA
11.1. Território e população
11.2. Formação federativa
11.3. Evolução da forma de governo
11.4. Panorama da República brasileira
11.4.1. Nascimento
11.4.2. Década de 1930: revoluções e golpes
11.4.3. Os militares no poder
11.4.4. Uma democracia de massa: a CF/88

12. A TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E O CONSTITUCIONALISMO GLOBALIZADO
12.1. Conceitos de Constituição e importância do direito constitucional, em nível nacional e internacional
12.2. Classificação das Constituições em uma perspectiva cultural aberta e comparada
12.3. Fontes e relações do direito constitucional com outras disciplinas
12.4. O constitucionalismo brasileiro: evolução histórica

13. O PODER CONSTITUINTE E O PODER DE REFORMA
13.1. O pensamento político-jurídico de Sieyès
13.2. Espécies, natureza, titularidade e exercício do poder constituinte
13.3. Limitações ao poder de reforma
13.4. Supremacia e rigidez constitucional

VI – Bibliografia Básica
1. MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital) 2. MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital) 3. WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política.** São Paulo: Ática. (Livro Digital)
VII – Bibliografia Complementar
1.ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: EDUSF. (Livro Digital) 2.MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital) 3.MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Comentado por Napoleão Bonaparte. São Paulo: Martin Claret. (Livro Digital) 4.PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto. (Livro Digital) 5. ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria Geral do Estado**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Introdução ao Estudo do Direito**
Código	DIR0102
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	1º

II – Ementário

O direito como fenômeno social e universal. Perspectiva dogmática e não dogmática. Diferenciação e autonomia dos sistemas normativos. Conceito e conteúdo da norma jurídica. Coercitividade e sanção da norma jurídica. Direito objetivo e direito subjetivo. O público e o privado no direito. Teoria das fontes do direito. Conceito e gênese de lei. Técnica legislativa e codificação. Início da obrigatoriedade das leis. Término da obrigatoriedade das leis. Conflito de leis. Fontes do Direito.

III – Objetivo

Tem como objetivo compreender o fenômeno jurídico enquanto uma espécie dentre os fenômenos ético-sociais; estudar o Direito como uma realidade em constante transformação e que sofre influências determinantes dos fatores morais, econômicos, políticos e culturais da sociedade, inclusive contribuindo para perpetuar ou transformar as relações de poder; sublinhar a necessidade de uma concepção aberta e especulativa na formação do jurista, a fim de capacitá-lo para ser um operador do Direito capaz de interagir numa sociedade organizada a partir de diversos sistemas jurídicos, alicerçado em práticas democráticas perpassadas por vínculos sociais marcadamente éticos, solidários e humanistas; analisar os diversos ramos em que se distribui o ordenamento jurídico vigente, apontando a importância do Direito Constitucional como balizador da sistematização jurídica, bem como a importância do estudo do direito comparado; estudar o Direito numa perspectiva humana, ética, social e política abrangentes. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O DIREITO COMO FENÔMENO SOCIAL E UNIVERSAL
1.1. Surgimento das ciências sociais modernas
1.2. As estruturas estatais e o direito na evolução das ciências
1.3. O direito como ciência social aplicada
1.4. As diversas disciplinas jurídicas
1.5. A introdução ao estudo do direito

2. PERSPECTIVA DOGMÁTICA E NÃO DOGMÁTICA
2.1. A Dogmática e a Zetética Jurídicas
2.2. A dogmática jurídica: a construção sistemática do direito positivo
2.3. Dogmática jurídica e ciência do direito

3. DIFERENCIAÇÃO E AUTONOMIA DOS SISTEMAS NORMATIVOS
3.1. Normas religiosas, morais e jurídicas
3.2. Conceito e Conteúdo
3.3. Sanção

4. CONCEITO E CONTEÚDO DA NORMA JURÍDICA
4.1. Significado do termo
4.2. Estrutura lógica da norma jurídica
4.3. Atributos da norma jurídica
4.4. Imperatividade

5. COERCITIVIDADE E SANÇÃO DA NORMA JURÍDICA
5.1. A tutela estatal no direito moderno
5.2. Coerção, coação e coercitividade
5.3. Conceito de sanção jurídica

6. DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO

6.1. Etimologia
6.2. Diversas acepções do termo “direito”
6.3. O problema da legitimidade
6.4. Conceitos de direito objetivo e subjetivo

7. O PÚBLICO E O PRIVADO NO DIREITO
7.1 A dicotomia e distinção entre o Direito Público e o Direito Privado
7.2 O (re)pensar da dicotomia Direito Público X Direito Privado em face do dirigismo estatal
7.3 O Público e o Privado no fenômeno da globalização

8. TEORIA DAS FONTES DO DIREITO
8.1. Conceito de fonte do direito
8.2. O Direito Comparado e as fontes do direito
8.3. Fontes materiais e fontes formais

9. CONCEITO E GÊNESE DE LEI
9.1. Lei natural e lei jurídica
9.2. Lei como espécie de norma jurídica
9.3. Evolução histórica da lei
9.4. Competência legislativa
9.5. Processo legislativo

10. TÉCNICA LEGISLATIVA E CODIFICAÇÃO
10.1. Morfologia dos textos legais
10.2. Diversas partes da lei
10.3. Coleção de lei
10.4. Consolidação
10.5. Código

11. INÍCIO DA OBRIGATORIEDADE DAS LEIS
11.1. Sistema sucessivo
11.2. Sistema progressivo
11.3. Sistema simultâneo
11.4. *Vacatio legis* e sistema de vigência imediata

12. TÉRMINO DA OBRIGATORIEDADE DAS LEIS
12.1. Causas de cessação da obrigatoriedade
12.2. Causas intrínsecas e extrínsecas
12.3. Conceito de revogação
12.4. Espécies de revogação
12.5. Repristinação da lei

13. CONFLITO DE LEIS
13.1. Conflito de leis no espaço e problemas atuais da globalização
13.2. Conflito de leis no tempo
13.3. Retroatividade da lei

13.4. Impedimentos à retroatividade

14. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO
14.1. Definição de princípio no Direito
14.2. Princípio como norma jurídica
14.3. Distinção entre princípio e regra

15. COSTUME JURÍDICO
15.1. Eficácia como conceito básico
15.2. Processo de formação do costume
15.3. Requisitos constitutivos do costume jurídico
15.4. Relações do costume com a lei
15.5. O costume nos países subdesenvolvidos: o direito inoficial
15.6. O problema do pluralismo jurídico e o direito comparado.

16. JURISPRUDÊNCIA
16.1. Diversos sentidos do termo
16.2. Processo de formação da jurisprudência
16.3. Requisitos constitutivos da jurisprudência como fonte
16.4. Direito comparado: os sistemas anglo-saxônico e romanista
16.5. Técnicas de unificação da jurisprudência.

17. DOUTRINA JURÍDICA
17.1. Funções da doutrina jurídica
17.2. Importância da doutrina na construção do direito

VI – Bibliografia Básica

1. FRIEDE, Reis. **Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica.** São Paulo: Manole. (Livro Digital)
2. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito:** técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil**: esquematizado - parte geral, obrigações e contratos. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2.GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estado do Direito.** Rio de Janeiro: Vozes. (Livro Digital)
3. NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo de Direito.** Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
4. MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Direito civil**. Rio de Janeiro: Elsevier. (Livro Digital)
5. WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**História do Direito**
Código	DIR0103
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	1º

II – Ementário

Os desafios dos novos direitos para a ciência jurídica. O mundo e suas tradições jurídicas: a (re)aproximação dos sistemas jurídicos e a evolução da política jurídica. Direito e sociedade na antiguidade. O pensamento jurídico medieval: o direito entre os saberes e o poder de uma época. A modernidade: o surgimento das concepções científicas e seus efeitos (catastróficos) sobre o direito. O sistema jurídico brasileiro: sua formação e evolução.

III – Objetivo

Tem como objetivo oportunizar a reflexão histórica sobre o surgimento, formação e evolução da tradição jurídica ocidental, em busca de seu próprio passado e de sua identidade, visando compreender as diversas instituições sociais e políticas surgidas desde a Antiguidade até os dias atuais; investigar sobre os povos que mais contribuíram para a formação das instituições jurídicas que hoje disciplinam o convívio social do homem em sociedade na tradição ocidental em confronto com a tradição jurídica não-ocidental; problematizar o Direito como fenômeno sociocultural no contexto local e global; contribuir para a formação de um conhecimento transversal e transdisciplinar; auxiliar na compreensão dos fenômenos jurídicos ante a complexidade social do mundo contemporâneo. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, bem como para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)

- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. OS DESAFIOS DOS NOVOS DIREITOS PARA A CIÊNCIA JURÍDICA
1.1. A história do direito e o tempo do direito
1.2. A tese da historicidade dos direitos: sobre a atual e a futura evolução dos direitos e das culturas jurídicas
1.3. A história do direito na formação dos juristas e a percepção dos poderes periféricos

2. O MUNDO E SUAS TRADIÇÕES JURÍDICAS: A (RE)APROXIMAÇÃO DOS SISTEMAS JURÍDICOS E A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA JURÍDICA
2.1. A formação da tradição jurídica ocidental: a família romano-germânica, a família da *common law* e a família dos direitos socialistas
2.2. Perspectivas dos sistemas jurídicos não-ocidentais
2.3. O Direito Muçulmano
2.4. O Direito da Índia
2.5. O Direito do Extremo Oriente (direito chinês e japonês)
2.6. Direitos da África e de Madagáscar
2.7. As políticas jurídicas: do jusnaturalismo ao culturalismo

3. DIREITO E SOCIEDADE NA ANTIGUIDADE
3.1. As primeiras leis escritas
3.2. O direito grego antigo
3.3. O direito romano

4. O PENSAMENTO JURÍDICO MEDIEVAL: O DIREITO ENTRE OS SABERES E O PODER DE UMA ÉPOCA
4.1. Da pluralidade de ordens à formação dogmática
4.2. Glosadores e Pós-Glosadores
4.3. Os direitos da Idade Média:
4.4. O direito germânico
4.5. O direito canônico
4.6. O direito romano

5. A MODERNIDADE: O SURGIMENTO DAS CONCEPÇÕES CIENTÍFICAS E SEUS EFEITOS (CATASTRÓFICOS) SOBRE O DIREITO
5.1. A formação história do pensamento jurídico moderno
5.2. O século XVIII: a era das revoluções, a positivação do direito e as grandes

codificações
5.3. Discussão da atual crise do direito, do Estado e do papel da dogmática, com o esgotamento do paradigma liberal-individualista-normativista
5.4. Novos direitos, Globalização, Internacionalização do Direito

6. O SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO: SUA FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO
6.1. As leis portuguesas
6.2. O Brasil Colônia
6.3. O Brasil Reino
6.4. O Brasil Império
6.5. O Brasil República
6.6. O ensino jurídico no Brasil e a crise do direito

VI – Bibliografia Básica

1. GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Vozes. (Livro Digital)
2. LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História:** lições introdutórias. São Paulo: Max Limonad. (Livro Digital)
3. WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. BITTAR, Eduardo C. B. História do Direito Brasileiro. São Paulo, Atlas. (Livro Digital)
2. MOREIRA ALVES, José Carlos. **Direito Romano**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto. (Livro Digital)
4. PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
5. WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Filosofia Geral e Jurídica**
Código	DIR0104
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	1º

II – Ementário

Tópicos conceituais. Noções introdutórias à Filosofia do Direito. Matrizes teóricas do direito contemporâneo.

III – Objetivo

Tem como objetivo oportunizar o estudo e a reflexão sobre o Direito, fixando os elementos essenciais, bem como estabelecer os conceitos fundamentais, auxiliando no conhecimento e interpretação do Direito; proporcionar uma visão crítico-comparatista da aplicação das principais matrizes teóricas do direito, com vistas a uma abertura de perspectivas realistas de aperfeiçoamento da sua atuação como profissional do Direito; abordar os principais expoentes da filosofia jurídica do século XX; trabalhar analisar o fundamento de validade do sistema jurídico, a eficácia e o critério de hierarquia como validade do direito positivo; destacar os direitos e o sistema de garantias, a partir dos direitos fundamentais constitucionais; trabalhar a ideia de norma, princípios e regras; discutir a problemática dos direitos sociais no Estado e do Estado de Direito Social. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; bem como para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. TÓPICOS CONCEITUAIS
1.1. A justiça aristotélica – Bittar.
1.2. Direito e justiça – Dimoulis.
1.3. Teoria da norma jurídica – Dimoulis.
1.4. Direito e moral – Kelsen
1.5. Justiça e moral – Hart.
1.6. Direito e justiça - Kelsen
1.7. As normas da justiça - Kelsen

2. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS À FILOSOFIA DO DIREITO
2.1. Direito natural e direito positivo
2.1.1. Hobbes e o direito natural
2.1.2. Locke e o direito natural
2.1.3. Kant e o direito racional
2.1.4. Kant e a concepção do direito internacional - Nour
2.1.5. Direito natural e direito positivo – Bobbio.
2.1.6. As origens históricas do positivismo jurídico

3. MATRIZES TEÓRICAS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO
3.1. Filosofia analítica
3.1.1. Para entender Kelsen - Coelho
3.1.2. Hans Kelsen e a norma fundamental - Barzotto
3.1.3. O conceito de direito - Kelsen
3.1.4. Eficácia, validade e positividade – Kelsen
3.1.5. A ordem jurídica – Kelsen
3.1.6. A coerência do ordenamento jurídico - Bobbio
3.1.7. A completude do ordenamento jurídico - Bobbio
3.1.8. Justiça, validade e eficácia - Bobbio
3.1.9. Classificação das normas - Bobbio
3.2. Matriz hermenêutica
3.2.1. O direito como união de regras primárias e secundárias - Hart
3.2.2. Os fundamentos de um sistema jurídico - Hart
3.2.3. Direito internacional - Hart
3.2.4. Os casos difíceis – Dworkin
3.3. Matriz sistêmica
3.3.1. Luhmann e o sistema autopoético

VI – Bibliografia Básica

1. BITTAR, Eduardo C.B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do Direito.** São Paulo: Atlas (Livro Digital)
2. NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.
3. MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. BITTAR, Eduardo C. B. Teoria do Estado, Filosofia Política e Teoria da Democracia. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. CASTILHO, Ricardo. **Filosofia Geral e Jurídica**. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
3. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito:** técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
4. FERRAZ JÚNIOR, Tercio (org.). **Filosofia, Sociedade e Direitos Humanos:** Ciclo de Palestras em Homenagem ao Professor Goffredo Telles Jr. São Paulo: Manole. (Livro Digital)
5. REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Metodologia**
Código	DIR0105
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	1º

II – Ementário

Metodologia do Direito: metodologia própria da FADISMA. Metodologia da pesquisa.

III – Objetivo

Tem com objetivo propiciar o conhecimento de uma metodologia específica para o ensino do Direito, através da proposta pedagógica refletida nas diferentes atividades de ensino ("transpor as quatro paredes"); demonstrar a importância e proporcionar conhecimento acerca da pesquisa e atividades de extensão, a fim de despertar o senso crítico em relação direito X social; capacitar o aluno para a importância e a utilização das fontes no discurso jurídico; demonstrar a importância e exercitar a oralidade. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar, bem como para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. METODOLOGIA DO DIREITO: METODOLOGIA PRÓPRIA DA FADISMA
1.1. Apresentação da disciplina
1.1.1. Metodologia própria da FADISMA: integração do ensino – pesquisa – extensão – prática jurídica. Avaliação contínua
1.2. Transpor as quatro paredes
1.2.1. Comentário de sentença
1.2.2. Dissertação jurídica (redação, argumentação, aplicabilidade das fontes – NBR 10520 e NBR 6023)
1.2.3. Nota de síntese
1.2.4. Caso prático
1.2.5. Oralidade: importância - Prova oral de pesquisa e Prova oral tradicional
1.2.6. Dinâmica do trabalho em equipe

2. METODOLOGIA DA PESQUISA
2.1. Pesquisa
2.2. Importância para a formação acadêmica
2.3. Princípios: ciência e cientificidade e seus paradigmas. A natureza das Ciências Sociais e Humanas e seus métodos
2.4. Tipos de pesquisa e Métodos
2.5. Noções acerca do projeto de pesquisa e suas partes
2.6. Monografias científicas: tipologia (monografia, dissertação e tese).
2.7. Artigo Científico: estrutura
2.8. Novas tecnologias de informação e comunicação e sua utilização na apresentação de trabalhos

VI – Bibliografia Básica

1. ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. FACULDADE DE DIREITO DE SANTA MARIA. **Manual de Trabalhos Acadêmicos**: FADISMA. Santa Maria: FADISMA.
3. GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. São Paulo: Person Prentice Hall. (Livro Digital)
2. ESTRELA, CARLOS (Org). **Metodologia Científica**: ciência, ensino, pesquisa. Porto Alegres: Artes Médicas. (Livro Digital)
2. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha Monteiro. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

5. YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Linguagem e Comunicação**
Código	DIR0106
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	1º

II – Ementário

Leitura e Compreensão de textos. O Texto jurídico. Estrutura frásica na linguagem jurídica. Parágrafo. Comunicação oral.

III – Objetivo

A disciplina tem por objetivo geral proporcionar aprendizagem acerca da compreensão de textos e das caraterística da comunicação escrita e oral na linguagem jurídica, considerando-se tais competências como instrumentais, atinentes ao saber fazer. Como objetivos específicos, destacam-se: a) demonstração da importância da leitura e compreensão de textos para a aprendizagem e a prática jurídica; b) a retomada das questões (regras) gramaticais, pois os alunos já apresentam o conhecimento a partir da formação escolar; inserindo essas regras no e a partir do texto jurídico; c) a produção textual, sendo enfocados os textos narrativo e dissertativo-argumentativo; d) o estímulo à expressão oral, através de apresentação de trabalhos e processo de feedback. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e para uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV - Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)

- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS
1.1. Técnicas de leitura
1.2. Interpretação textual
1.3. Importância na prática jurídica

2. O TEXTO JURÍDICO
2.1. Característica
2.2. Finalidade
2.3. Persuasão

3. ESTRUTURA FRÁSICA NA LINGUAGEM JURÍDICA
3.1. Frase
3.2. Oração
3.3. Período: simples e composto
3.4. A utilização da vírgula na construção do período
3.5. Aspectos estilísticos: fator psicológico e a ordem dos termos

4. PARÁGRAFO
4.1. Estrutura: tópico frasal, desenvolvimento, conclusão
4.2. Encadeamento das ideias: elementos de coesão e coerência e a pontuação
4.3. Parágrafo descritivo, narrativo e dissertativo

5. COMUNICAÇÃO ORAL
5.1. Adequação da linguagem
5.2. Atenção ao tempo disponível
5.3. Linguagem corporal
5.4. Simulações de apresentação de trabalhos e debates

VI – Bibliografia Básica

1. AQUINO, Itálo de Souza. Como ler artigos científicos: da graduação ao doutorado. São Paulo Saraiva. (Livro Digital)
2. DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de Português Jurídico**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. FRANÇA, Ana Shirley. **Comunicação oral nas empresas: como falar bem e em**

público. São Paulo: Atlas (Livro Digital).

VII – Bibliografia Complementar

1. ALVES, Adriano. **Língua Portuguesa**: compreensão e interpretação de textos. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. (Livro Digital).
2. DEMAI, Fernanda Mello. **Português Instrumental**. São Paulo: Erica. (Livro Digital).
3. FERREIA, Luiz Antonio. **Artimanhas do dizer**: retórica, oratória e eloquência. São Paulo: Blucher. (Livro Digital).
4. MEDEIROS, João Bosco; Tomasi, Carolina. **Português forense**: língua portuguesa para curso de Direito. São Paulo: Atlas. (Livro Digital).
5. MOYSÉS, Carlos Alberto. **Língua Portuguesa.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Aprendizagem e Desenvolvimento Pessoal**
Código	DIR0107
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	1º

II – Ementário

Ser aluno da FADISMA. Tecnologias de informação e comunicação (TIC's) no processo de ensino-aprendizagem. Didática e Aprendizagem. Metodologia da FADISMA e impacto na aprendizagem. Trilhas de (re)conhecimento e experienciação.

III – Objetivo

O objetivo geral desta disciplina será proporcionar aos estudantes do Curso de Direito conhecimentos acerca de elementos importantes no processo de aprendizagem do curso da FADISMA, para que possam vivenciar as experiências que o curso proporcionará, além de gerar engajamento discente no processo de aprendizagem e em seu desenvolvimento pessoal. Em um plano mais específico, examinar-se-ão os princípios metodológicos do curso e como contribuem para a aprendizagem, salientando-se como serão utilizadas as tecnologias de informação e comunicação (TIC's) neste processo, apresentando-se os recursos utilizados pela FADISMA. Ademais, serão apresentadas as trilhas de (re)conhecimento e experienciação articuladas pela instituição, bem como os projetos relacionados e os Núcleos Temáticos que os executam, objetivando-se que os discentes compreendam a importância do protagonismo e planejamento em sua experiência acadêmica. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)

- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. SER ALUNO DA FADISMA
1.1 Breve histórico da instituição e do curso de Direito
1.2 Objetivos do curso e perfil do egresso
1.3. Apoio ao discente: Secretaria Geral, Coordenação de Curso e Coordenação de ingresso e permanência.
1.4. Minha FADISMA e portal acadêmico
1.5. Diretório acadêmico e representantes de turma
1.6. Conhecendo a Biblioteca Eros Grau

2. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.
2.1. Plataforma Educacional: Primeiros passos e ambientação virtual
2.2. Minha Biblioteca
2.3. Aprendizagem e comportamento na EaD
2.4. Comportamento discente e regras de convivência virtual
2.5. Gerenciamento do tempo

3. APRENDIZAGEM
3.1. Processos de aprendizagem
3.2. Ciclos de aprendizagem
3.3. Fatores que interferem no processo de aprendizagem
3.4. As diferentes formas de aprender

4. METODOLOGIA DA FADISMA E IMPACTO NA APRENDIZAGEM
4.1. Avaliar continuamente
4.2. Discernir o contexto do aluno autônomo e transpor as quatro paredes
4.3. Integrar o conhecimento, as ações e os espaços
4.4. Participação discente e responsabilidade

5. TRILHAS DE (RE)CONHECIMENTO E EXPERIENCIAÇÃO.
5.1. Estrutura curricular e trilhas de (re)conhecimento: aprender a conhecer, a fazer e a ser e viver juntos.
5.2. Flexibilidade curricular
5.3. Trilhas de experienciação: eu protagonista, eu pesquisador, eu explorador e eu profissional.

5.4. Núcleos Temáticos
5.5. Planejamento e desenvolvimento pessoal

VI – Bibliografia Básica

1. FADISMA. **Projeto Pedagógico do Curso de Direito**. Santa Maria. (Livro Digital)
2. MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária. (Livro Digital)
3. SALVADOR, César Coll; MESTRES, Mariana Miras; GOÑI, Javier Onruvia; GALLART, Isabel Solé. **Psicologia da Educação.** SALVADOR, César Coll; MESTRES, Mariana Miras; GOÑI, Javier Onruvia; GALLART, Isabel Solé. São Paulo: Grupo A. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. BERGMANN, Jonathan, SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida - Uma metodologia Ativa de Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional (GEN). (Livro Digital)
2. MATTAR, João. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2011. (Livro Digital)
3. FAVA, Rui. **Educação para o século XXII :** a era do indivíduo digital. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. PALFREY, Jhon. **Nascidos na era digital** : entendendo a primeira geração de nativos digitais. São Paulo: ArtMed. (Livro Digital)
5. SANTOS, Edméa. **Mídias e tecnologias na educação presencial e à distância**. São Paulo: Thomson Learning, 2016. (Livro Digital)

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 2º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Constitucional I**
Código	DIR0201
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	2º

II – Ementário

A interpretação das normas constitucionais à luz da hermenêutica. A Constituição Brasileira de 1988. (Des)classificação das normas constitucionais. Os Direitos fundamentais. A ordem econômica. A ordem social.

III – Objetivo

Tem como objetivo provocar uma interpretação crítico-reflexiva sobre a classificação das Constituições e a influência do direito constitucional nas demais disciplinas jurídicas; fomentar o debate sobre a internacionalização do direito sob o ponto de vista do direito constitucional, através de uma metodologia comparatista; contribuir para a construção de um novo modo de produção do direito, rompendo com o paradigma do iluminismo racionalista e liberal individualista, que dominou (e ainda domina) formação da ciência constitucional na tradição jurídica ocidental; problematizar o direito constitucional como fenômeno sociocultural; abordar o controle de constitucionalidade das leis em uma perspectiva comparada; auxiliar na compreensão dos fenômenos jurídico-processuais ante a complexidade social; refletir sobre os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)

- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS À LUZ DA HERMENÊUTICA
1.1. Interpretação conforme a constituição
1.2. Declaração de inconstitucionalidade parcial se redução de texto

2. A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988
2.1. Estado Democrático de Direito: fundamento e princípios
2.2. Objetivos e Relações internacionais do Estado brasileiro

3. (DES) CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS
3.1. Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada
3.2. Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependente de complementação
3.3. Normas programáticas

4. A (IN)EFETIVIDADE DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS EM UMA PERSPECTIVA GLOBAL
4.1.1. Delimitação conceitual: a busca de uma definição, em nível nacional e internacional
4.1.2. Perspectiva histórica e teórica: dos direitos naturais aos direitos fundamentais
4.1.3. Diferentes direitos fundamentais: importância das etapas de positivação nas esferas constitucional e internacional
4.1.4. A concepção dos direitos fundamentais na “Constituição Cidadã” de 1988
4.1.5. Classificação dos direitos e garantias fundamentais
4.2.. Dos direitos e deveres individuais e coletivos
4.2.1. Considerações gerais sobre a incorporação de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e o direito humanitário
4.2.2. Dos direitos sociais
4.2.3. Da nacionalidade
4.2.4. Dos direitos políticos
4.2.5. Dos partidos políticos

5. A ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA NO PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO
5.1. Princípios gerais
5.2. Política urbana, agrícola e fundiária. Reforma agrária
5.3. Sistema financeiro nacional

6. A ORDEM SOCIAL E AS MUDANÇAS DA PÓS-MODERNIDADE
6.1. Seguridade social. Previdência social
6.2. Saúde. Assistência social
6.3. Educação. Ciência. Tecnologia
6.4. Meio ambiente
6.5. Família. Criança. Idoso. Adolescentes
6.6. Índios

VI – Bibliografia Básica

1. LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
2.MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2.MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1.BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo.** São Paulo: SaraivaJuR. (Livro Digital)
2.MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: SaraivaJuR. (Livro Digital)
3.MOTTA, Sylvio. **Direito constitucional.** São Paulo: Método. (Livro Digital)
4.LASSALLE, Ferdinand. **A Essência da Constituição**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. (Livro Digital)
5.STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Penal I**
Código	DIR0202
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	2º

II – Ementário

Ordenamento jurídico e o direito penal. Limites constitucionais do direito penal. Criminologia e direito penal. Evolução do direito penal e da legislação penal pátria. Lei penal no tempo. Lei penal no espaço. Conflito aparente de normas. Teoria geral do delito do fato punível. A ação. A omissão. Relação de causalidade. Delito como conduta típica. Causas de exclusão do fato típico.

III – Objetivo

Transmitir criticamente as referências teóricas fundamentais do direito penal relativas à norma penal e à teoria do crime, a partir de leituras e trabalhos dirigidos para o fomento da discussão dos temas abordados, visando a formação crítica de um profissional apto para atuação perante o ordenamento jurídico interno. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso

compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO
1.1. Ordenamento jurídico e o direito penal
1.1.1. Conceito de direito penal
1.1.2. Funções do direito penal

2. LIMITES CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PENAL
2.1. Considerações preliminares
2.2. Princípio da legalidade
2.3. Princípio da intervenção mínima
2.4. Princípio da fragmentariedade
2.5. Princípio da humanidade
2.6. Princípio da insignificância

3. CRIMINOLOGIA E DIREITO PENAL
3.1. A criminologia
3.2. A criminologia positivista
3.3. A criminologia da "reação social"
3.4. As ciências penais

4. EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL E DA LEGISLAÇÃO PENAL PÁTRIA
4.1. História do direito penal
4.1.1. Direito penal Romano
4.1.2. Direito penal Germânico
4.1.3. Direito penal Canônico
4.1.4. Direito penal humanitário
4.1.5. Escolas penais: Escola Clássica, Escola Positiva, Escola Crítica, Escola moderna alemã, Escola técnico-jurídica, Escola correcionalista
4.2. História do direito penal brasileiro
4.2.1. Período colonial
4.2.2. Código criminal do Império
4.2.3. Período republicano
4.2.4. Reformas contemporâneas: Criminologia crítica, Direito penal mínimo e Garantismo penal

5. LEI PENAL NO TEMPO
5.1. Tempo do crime
5.2. Sucessão de leis penais
5.2.1. "Abolitio criminis"
5.2.2. "Novatio legis" incriminadora
5.2.3. "Novatio legis in mellius"
5.2.4. "Novatio legis in pejus"
5.2.5. "Lex Tertia"
5.2.6. Exceções
5.2.6.1. Leis Temporárias e Excepcionais
5.2.6.2. Crimes Continuado e Permanente
5.3. Retroatividade e leis penais em branco

6. LEI PENAL NO ESPAÇO
6.1. Lugar do crime (Pena Cumprida no estrangeiro)
6.2. Princípio da territorialidade
6.2.1. Solo ocupado pela Nação
6.2.2. Mar territorial
6.2.3. Espaço Aéreo
6.2.4. Plataformas Continentais
6.2.5. Embaixadas
6.3. Princípio da extraterritorialidade
6.3.1. Incondicionada
6.3.1.1. Definição
6.3.1.2. Princípio da defesa
6.3.2. Condicionada
6.3.2.1. Definição
6.3.2.2. Princípio da Justiça Universal
6.3.2.3. Princípio da Personalidade
6.3.2.4. Princípio da Representação

7. CONFLITO APARENTE DE NORMAS
7.1. Considerações preliminares
7.2. Princípios regentes
7.2.1. Princípio da especialidade
7.2.2. Princípio da subsidiariedade
7.2.3. Princípio da consunção

8. TEORIA GERAL DO DELITO DO FATO PUNÍVEL
8.1 Introdução
8.2. Evolução do conceito de delito: Conceito formal, material e analítico de crime, nas legislações brasileiras e estrangeiras
8.3. Sujeito ativo e sujeito passivo
8.4. Objeto jurídico e objeto material
8.5. Divisão dos crimes
8.5.1. Classificações das infrações penais
8.5.2. Crime doloso, culposo e preterdoloso
8.5.3. Crime unisubjetivo e plurisubjetivo
8.5.4. Crimes instantâneo e permanente
8.5.5. Crime progressivo e progressão criminosa
8.5.6. Crime habitual e profissional
8.5.7. Crime exaurido
8.5.8. Crime comum, próprio e de mão própria.

9. A AÇÃO
9.1. Considerações preliminares
9.2. Teorias da ação: Teoria causalista, Teoria finalista e Teoria social
9.3. Os sujeitos da ação
9.3.1. O sujeito passivo e ativo da ação
9.3.2. A pessoa jurídica como sujeito do crime

10. A OMISSÃO
10.1. Considerações preliminares
10.2. Crimes omissivos próprios
10.3. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão
10.4. A posição de garante

11. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE
11.1. Teoria da equivalência das condições
11.2. Causas (concausas) absolutamente independentes
11.3. Causas relativamente independentes
11.4. Relevância causal da omissão
11.5. Imputação Objetiva

12. DELITO COMO CONDUTA TÍPICA
12.1. Conceito de tipo
12.2. Funções e espécies do tipo
12.3. Tipicidade objetiva
12.4. Tipicidade Subjetiva

13. CAUSAS DE EXCLUSÃO DO FATO TÍPICO
13.1. Erro de tipo
13.2. Crime impossível
13.3. Crime de bagatela
13.4. Crime putativo
13.5. Coação física irresistível
13.6. Ausência de consciência

VI – Bibliografia Básica

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal:** Parte Geral. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal brasileiro:** parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Erro de tipo e erro de proibição: **uma análise comparativa**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo. Renovar. (Livro Digital)
3. JESUS, Damásio Evangelista**. Direito Penal.** 4 v . São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
5. PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal: doutrina, jurisprudência selecionado, conexões lógicas com vários ramos do Direito.**. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Civil Parte Geral**
Código	DIR0203
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	2º

II – Ementário

O direito e sua divisão: uma perspectiva histórica, jurídica e comparatista. O direito civil. Das pessoas. Dos bens. Dos fatos jurídicos “lato sensu”. A vontade e seus defeitos. A forma e prova dos negócios jurídicos. As invalidades dos atos e negócios jurídicos. Da eficácia dos atos e negócios jurídicos.

III – Objetivo

Tem como objetivo compreender o Direito Civil, partindo-se da teoria geral deste ramo para atingir e preparar o estudo dos institutos civis propostos nesta disciplina e nas que se seguirão; demonstrar que o Direito Civil está inserido em uma realidade em constante transformação e que sofre influências determinantes dos fatores morais, econômicos, políticos e culturais da sociedade e, em decorrência disso, deve responder as demandas presentes nesse cenário; sublinhar a necessidade de uma concepção aberta e especulativa na formação do jurista, a fim de capacitá-lo para interagir em uma sociedade organizada a partir de um sistema jurídico alicerçado em práticas democráticas perpassadas por vínculos sociais marcadamente éticos, solidários e humanistas; observar o Direito Civil a partir de uma perspectiva integralizadora, convergindo com o Direito Constitucional, Supranacional e Internacional; estudar o Direito Civil especialmente sob uma perspectiva humana, ética, social e política; propiciar a formação contínua do aluno, através da ênfase no ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica, tornando-o capaz de atuar em um cenário nacional e internacional em constante transformação. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)

- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O DIREITO E SUA DIVISÃO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA, JURÍDICA E COMPARATISTA
1.1. Direito Público e Direito Privado
1.2. Direito Objeto e Direito Subjetivo

2. O DIREITO CIVIL
2.1. Definição. Classificação. Fontes.
2.2. Fundamentos históricos do Direito privado contemporâneo
2.3. O Código Civil de 1916 e o Código Civil de 2002: uma compreensão a partir do contexto histórico – a influência do direito estrangeiro
2.4. Direito Civil Constitucional

3. DAS PESSOAS
3.1. Pessoas naturais
3.1.1. Início da personalidade
3.1.2. Nascituro
3.1.3. Capacidade de fato e de Direito
3.1.4. Incapacidade absoluta e Incapacidade relativa
3.1.5. Emancipação
3.1.6. Fim da personalidade
3.1.7. Os Direitos da Personalidade: uma análise sob a perspectiva do Direito Constitucional Comparado
3.2 Pessoas jurídicas
3.2.1. Conceito. Natureza Jurídica. Teorias
3.2.2. Classificação
3.2.3. Surgimento e Registro
3.2.4. Associação. Fundação.
3.2.5. Da desconsideração da personalidade jurídica
3.3 Domicílio

4. DOS BENS
4.1. Conceito

4.2. Bens e Coisas
4.3. Bens e Patrimônio
4.4. Classificação. Critérios.

5. DOS FATOS JURÍDICOS 'LATO SENSU'
5.1. Conceito. Classificação
5.2. Requisitos essenciais e acidentais
5.3. Fato jurídico 'stricto sensu'
5.4. Ato-fato jurídico
5.5. Atos jurídicos
5.6. Negócios jurídicos

6. A VONTADE E SEUS DEFEITOS
6.1. Conceito. Características
6.2. Erro. Dolo. Coação. Estado de Perigo. Lesão. Simulação. Fraude contra Credores.

7. A FORMA E PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
7.1. Conceito, valor e função da forma
7.2. Escritura pública e instrumento particular
7.3. Prova dos negócios jurídicos

8. AS INVALIDADES DOS ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS
8.1. Nulidade. Anulabilidade.
8.2. Distinção entre negócios nulos e negócios anuláveis

9. DA EFICÁCIA DOS ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS
9.1. Eficácia natural
9.2. Condição. Termo. Encargo.

10. DOS ATOS ILÍCITOS

VI – Bibliografia Básica

1. AZEVEDO, Fábio de Oliveira. **Direito civil**: introdução e teoria geral. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
2. NADER, Paulo. **Curso de direito civil.** Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3. TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: lei de introdução e parte geral – v. 1. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. AMARAL, Francisco. **Direito civil**: introdução. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil**: esquematizado - parte geral, obrigações e contratos. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

4. JUSTO, A. Santos. **Direito civil constitucional e outros estudos em homenagem ao Prof. Zeno Veloso.** Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO. (Livro Digital)
5. MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Direito civil**. Rio de Janeiro: Elsevier. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Economia Política**
Código	DIR0204
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	2º

II – Ementário

Aspectos introdutórios da ciência econômica. A evolução histórica do pensamento econômico. Noções de microeconomia. Teoria do funcionamento do mercado. Teoria da firma: produção e custos de produção. Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio e oligopólio. Noções de macroeconomia. Contas nacionais. Introdução à teoria monetária. Causas e consequências da inflação. Economia internacional. Crescimento e desenvolvimento econômico.

III – Objetivo

O aluno deverá ser capaz de entender os conceitos de Economia, Macroeconomia, Microeconomia e Política Econômica ministrados durante as aulas em suas influências nos processos de tomada de decisões que poderão influenciar a sua profissão. Influenciar os alunos a pensar a realidade econômica que está subjacente a todo o comportamento humano. Levar os alunos à produção de um discurso correto sobre a ciência econômica. É imperativo não confundir o discurso do senso-comum com o discurso da ciência, quando e onde for necessário explicar fenômenos. A disciplina de Economia Política objetiva preparar o aluno para uma exercitação permanente da inteligência, à consciência objetiva da compreensão do que reflete, à procura em permanência de um discurso correto. Agregar conhecimentos sobre os fenômenos econômicos em nível nacional e internacional, visando preparar o futuro profissional do Direito para atuar internacionalmente. As aulas ministradas serão expositivas com o estímulo para a participação dos discentes. Buscar-se-á o desenvolvimento intuitivo sobre os temas com a devida fundamentação teórica sobre os mesmos na teoria econômica. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; bem como para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais; bem como para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA CIÊNCIA ECONÔMICA
1.1. Ciência econômica – Introdução
1.2. Conceitos e Objeto
1.3. Problemas econômicos fundamentais
1.4. O problema da organização econômica
1.5. Curva de possibilidade de produção
1.6. Funcionamento de uma economia de mercado: fluxos reais e monetários
1.7. Funcionamento de uma economia centralizada
1.8. Divisão do estudo econômico

2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO ECONÔMICO
2.1. Mercantilismo
2.2. A Fisiocracia
2.3. Escola Clássica
2.4. O Marxismo
2.5. Escola Neoclássica
2.6. A Revolução Keynesiana

3. NOÇÕES DE MICROECONOMIA. TEORIA DO FUNCIONAMENTO DO MERCADO
3.1. Introdução
3.2. Divisão do estudo microeconômico
3.3. Teoria elementar da demanda e oferta
3.4. O equilíbrio de mercado e deslocamentos
3.5. A elasticidade e suas aplicações

4. TEORIA DA FIRMA: PRODUÇÃO E CUSTOS DE PRODUÇÃO
4.1. Conceitos da teoria da produção
4.2. A função e os custos de produção

4.3. Os rendimentos da firma e os Lucros

5. ESTRUTURAS DE MERCADO: CONCORRÊNCIA PERFEITA, MONOPÓLIO E OLIGOPÓLIO
5.1. Concorrência Perfeita
5.2. Monopólio
5.3. Efeitos das estruturas de mercado sobre o preço e a produção
5.4. Os mercados oligopolistas

6. NOÇÕES DE MACROECONOMIA. CONTAS NACIONAIS
6.1. Fluxo circular da renda
6.2. Renda e produto
6.3. Valor adicionado
6.4. Formação de capital: poupança e investimento

7. INTRODUÇÃO À TEORIA MONETÁRIA
7.1. As funções da moeda
7.2. A história da moeda
7.3. Os agregados monetários no Brasil
7.4. Os intermediários financeiros
7.5. A política monetária: oferta de moeda e os instrumentos da política monetária

8. CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DA INFLAÇÃO
8.1. Conceito de inflação
8.2. As distorções provocadas por altas taxas de inflação
8.3. Causas clássicas de inflação
8.4. Inflação e subdesenvolvimento
8.5. O processo inflacionário brasileiro
8.6. Conceito de número-índice de preços
8.7. Principais indicadores

9. ECONOMIA INTERNACIONAL
9.1. Mecanismos do comércio internacional: alguns conceitos fundamentais
9.2. Teoria do comércio internacional
9.3. O Brasil e o Comércio internacional
9.4. Globalização e Integração Econômica
9.5. Fases da Integração Econômica
9.6. Organismos Internacionais

10. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
10.1. Crescimento econômico versus desenvolvimento econômico
10.2. Países em desenvolvimento – características e diferenças
10.3. Distribuição das Riquezas

VI – Bibliografia Básica

1. ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. (Org.). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; GARCIA, Manoel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. KRUGMAN, Paul R.; Obstfeld, Maurice. **Economia Internacional:** teoria e política. São Paulo: Makron Books. (Livro Digital)
2. MANKIW, Gregory N. **Introdução à Economia:** princípios de micro e macroeconomia**.** São Paulo: Cengagelearning. (Livro Digital)
3. NUSDEO, Fábio. **Curso de economia:** introdução ao direito econômico. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
4. SINGER, Paul. **Aprender Economia.** São Paulo: Contexto. (Livro Digital)
5. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. **Economia:** micro e macro**.** São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Teoria Geral do Processo**
Código	DIR0205
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	2º

II – Ementário

Estrutura e organização do Poder Judiciário brasileiro: os poderes e os limites da jurisdição. Teoria geral do processo. Sociedade e sistema jurídico. O direito processual sob a perspectiva constitucional. Princípios gerais do direito processual. Fontes. A lei processual no tempo. Interpretação do direito processual. Jurisdição. Ação. O processo.

III – Objetivo

Tem como objetivo compreender a relação entre direito material e direito processual, apresentando a estrutura deste; discutir sobre a função social do direito processual; provocar uma visão crítico-reflexiva sobre o direito processual e suas ramificações (civil, penal e trabalhista); fomentar o debate sobre a internacionalização do direito sob o ponto de vista do direito processual, através de uma metodologia comparatista; contribuir para a construção de um novo modo de produção do direito, rompendo com o paradigma do iluminismo racionalista e liberal individualista, que dominou (e ainda domina) formação da ciência processual na tradição jurídica ocidental; problematizar o direito processual como fenômeno sociocultural; auxiliar na compreensão dos fenômenos jurídico-processuais ante a complexidade social. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)

- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: OS PODERES E OS LIMITES DA JURISDIÇÃO
1.1. Estrutura e organização dos Poder Judiciário: Primeiro grau e graus de recurso.
1.2. Poderes e limites.

2. TEORIA GERAL DO PROCESSO
2.1. Definição.
2.2. Objeto de estudo.
2.3. Papel da teoria geral do processo nos cursos jurídicos: processo e poder.
2.4. Conteúdo da disciplina: doutrina tradicional.
2.4.1. Crítica.
2.5. Perspectivas metodológicas atuais do Direito processual.

3. SOCIEDADE E SISTEMA JURÍDICO
3.1. Sociedade e Direito.
3.2. Funções do estado contemporâneo.
3.3. Funções do Direito.
3.3.1. Direção de Condutas.
3.3.2. Tratamento de conflitos sociais.
3.4. Modos de solução dos conflitos.
3.4.1. Autonomia: autotutela e autocomposição.
3.4.2. Heteronomia.
3.5. Formas alternativas de solução de conflitos.
3.5.1. Mediação
3.5.2. Conciliação
3.5.3. Transação

4. O DIREITO PROCESSUAL SOB A PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL
4.1. O processo e a ordem constitucional.
4.2. Acessibilidade à justiça
4.3. Garantias constitucionais
4.4. Direito processual constitucional.
4.5. Direito constitucional processual.
4.6. Perspectivas publicista do processo

5. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL

5.1. Juiz natural
5.2. Inafastabilidade do Poder Judiciário
5.3. Devido Processo Legal
5.4. Contraditório
5.5. Ampla Defesa
5.6. Princípios próprios do Processo Civil, do Processo Civil e do Processo do Trabalho

6. FONTES
6.1. Fontes reais e formais.
6.1.1. Constituição federal e estadual.
6.1.2. Leis complementares.
6.1.3. Leis ordinárias.
6.1.4. Leis de organização judiciária.
6.1.5. Regimentos internos.
6.1.6. Princípios.
6.1.7. Súmulas
6.2. Posição da Doutrina e Jurisprudência

7. A LEI PROCESSUAL NO TEMPO
7.1. Conflitos de lei no tempo.
7.2. Princípios gerais.
7.3. Conteúdo do direito processual e natureza de suas normas.
7.4. Processos pendentes.
7.5. Nulidades dos atos processuais.
7.6. Prazos processuais em curso.

8. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL
8.1. Métodos

9. JURISDIÇÃO
9.1. Conceito
9.2. Teorias clássicas: O esgotamento de um modelo rumo ao modelo da efetividade
9.3. Escopos da jurisdição
9.4. Jurisdição, administração e legislação.
9.5. Espécies de jurisdição.
9.6. Noções sobre competência.
9.7. Limites da jurisdição: Soberania, integração e globalização
9.7.1. Relações entre jurisdição cível, trabalhista e penal
9.7.2. Prejudiciais
9.7.3. Influências da sentença transitada em julgado

10. AÇÃO
10.1. Teorias
10.2. O direito à prestação jurisdicional
10.3. Classificação das ações: civil e penal
10.3.1. Classificação da ação penal: Pública (condicionada e incondicionada); Privada

(exclusiva e subsidiária)
10.3.2. Classificação da ação cível: Conhecimento (condenatória, constitutiva e declaratória); e de execução. A problemática das ações plenárias e sumárias: Herança romana e medieval
10.4. Pressupostos processuais
10.5. Condições da ação: O fim de um mito
10.6. Elementos da ação no processo penal e no processo civil

11. O PROCESSO
11.1. Definição
11.2. Compreensão sob a perspectiva constitucional: Do processo individual ao processo coletivo.
11.3. Processo de conhecimento e de execução: Uma divisão superada para atender as novas demandas. O processo Sincrético.
11.4. Natureza jurídica do processo: As velhas e as novas teorias
11.5. Sujeitos do processo: dos tradicionais às novas profissões jurídicas
11.5.1. Juiz
11.5.2. Partes
11.5.3. O papel do Ministério Público e os novos direitos
11.5.4. O advogado
11.5.5. Advocacia Pública.
11.5.6. Defensoria Pública.
11.5.7. Auxiliares do juízo
11.6. Os atos e as formas: O princípio da relativa relevância e a substancialização do direito processual.

VI – Bibliografia Básica

1. ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil:** teoria do processo civil. . v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
2. GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**: teoria geral e processo de conhecimento. v. 1. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e Competência**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. DELLORE, Luiz ... [et. al.] **Teoria geral do processo contemporâneo**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIEIRO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado.** São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
4. STRECK, Lenio Luiz, NUNES, Dierle, CUNHA, Leonardo Carneiro da (Org.); Alexandre Freire (Coord.). **Comentários ao Código de Processo Civil.** São Paulo: Saraiva.
5. THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil:** teoria geral do

direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense. v. 1. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Hermenêutica e Argumentação Jurídica.**
Código	DIR0206
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	2º

II – Ementário

Conceito e Hermenêutica jurídica. Principais escolas hermenêuticas. Os modos de produção do Direito. Lógica Jurídica e hermenêutica. Integração do Direito. Interpretação do Direito. Hermenêutica e construção do Direito. Argumentação Jurídica.

III – Objetivo

Tem por objetivo capacitar a formação do pensamento crítico sobre a hermenêutica jurídica, contribuindo para a autonomia e a emancipação do acadêmico; construir o conhecimento a partir de matrizes clássicas presentes nas manifestações jurídicas; utilizar os conhecimentos adquiridos no trabalho da disciplina para construir estratégias para o enfrentamento dos diversos discursos jurídicos, identificando seus múltiplos aspectos, suas variáveis e a matriz epistemológica que identifica o discurso analisado; buscar soluções adequadas para atender aos casos que se apresentam na realidade social, a partir da hermenêutica, bem como produzir argumentação jurídica para tanto. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV - Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em

consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. CONCEITO DE HERMENÊUTICA JURÍDICA
1.1. Amplitude
1.2. Objeto
1.3. Especificidades

2. LÓGICA JURÍDICA E HERMENÊUTICA
2.1. A regra jurídica: estrutura, interpretação e aplicação
2.2. Introdução à lógica jurídica

3. INTEGRAÇÃO DO DIREITO
3.1. O direito como unidade
3.2. O direito como sistema

4. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO
4.1. Conhecer e querer: diferenças
4.2. Juízos descritivos e contradição lógica
4.3. Juízos prescritivos e conflitos
4.4. Antinomias

5. HERMENÊUTICA E CONSTRUÇÃO DO DIREITO
5.1. Hermenêutica jurídica e argumentação
5.2. Hermenêutica jurídica e jurisprudência
5.3. Hermenêutica jurídica e doutrina

6. PRINCIPAIS ESCOLAS HERMENÊUTICAS
6.1. A escola da exegese
6.2. A concepção histórica, teleológica e sociológica.
6.3. As ofensivas contra a lógica tradicional e a busca de um novo conhecimento da jurisprudência
6.4. Direito e retórica
6.5. A hermenêutica jurídico-filosófica e o rompimento com os “conceitos-em-si-mesmos-das-normas”
6.6 Hermenêutica jurídica e a relevância do horizonte de sentido proporcionado pela Constituição e sua principiologia

7. ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA
7.1. A nova retórica no Direito
7.2. A Teoria da Argumentação Jurídica de Ronald Dworkin e Robert Alexy
7.3. As técnicas de argumentação na prática jurídica

VI – Bibliografia Básica

1. COELHO, Inocêncio Mártires. Da hermenêutica filosófica à hermenêutica jurídica: fragmentos. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3. STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso:** Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. Da possibilidade à necessidade de respostas corretas em direito. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. FERREIA, Luiz Antonio. **Artimanhas do dizer**: retórica, oratória e eloquência. São Paulo: Blucher. (Livro Digital).
2.MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira. **Curso de Hermenêutica Jurídica**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. MAZOTTI, Marcelo. **As escolas hermenêuticas e os métodos de interpretação da Lei.** Barueri, Minha Editora. (Livro Digital)
4. REIS, Friede. **Ciência do Direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. Barueri: Manole. (Livro Digital)
5. SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Prática de Negociação**
Código	DIR0207
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	2º

II – Ementário

O que é negociação. Conflitologia: compreender o conflito e agir educativamente. Conflito e negociação. O poder da negociação. Barreiras para a solução negociada de um conflito. A inteligência cultural e a inter-relação atual entre diferentes sistemas e ordenamentos jurídicos. A linguagem: a ambiguidade construtiva. Métodos de negociação: como se preparar, elaborar a pauta, onde negociar, como fazer e rebater propostas. Métodos de negociação: estilos de negociação, a linguagem não-verbal. Negociação baseada em princípios: a escolha de critérios e procedimentos. Simulações de negociação, mediação e arbitragem nos âmbitos nacional e internacional.

III – Objetivo

Tem como objetivo proporcionar ao acadêmico o conhecimento de formas alternativas de resolução de conflitos, à parte da seara judiciária; prepará-lo para atender às necessidades trazidas com o fenômeno da globalização, com os processos de integração e com a crise do Direito, do Processo e do Poder Judiciário; promover o contato do estudante com técnicas e métodos de negociação. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; e uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)

- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O QUE É NEGOCIAÇÃO

2. CONFLITOLOGIA: COMPREENDER O CONFLITO E AGIR EDUCATIVAMENTE

3. CONFLITO E NEGOCIAÇÃO

4. O PODER DA NEGOCIAÇÃO

5. BARREIRAS PARA A SOLUÇÃO NEGOCIADA DE UM CONFLITO

6. A INTELIGÊNCIA CULTURAL E A INTER-RELAÇÃO ATUAL ENTRE DIFERENTES SISTEMAS E ORDENAMENTOS JURÍDICOS

7. A LINGUAGEM: A AMBIGÜIDADE CONSTRUTIVA

8. MÉTODOS DE NEGOCIAÇÃO: COMO SE PREPARAR, ELABORAR A PAUTA, ONDE NEGOCIAR, COMO FAZER E REBATER PROPOSTAS

9. MÉTODOS DE NEGOCIAÇÃO: ESTILOS DE NEGOCIAÇÃO, A LINGUAGEM NÃO-VERBAL

10. NEGOCIAÇÃO BASEADA EM PRINCÍPIOS: A ESCOLHA DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS

11. SIMULAÇÕES DE NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM NO ÂMBITO NACIONAL

VI – Bibliografia Básica

1. LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David.; Milton, John W. **Fundamentos da Negociação**. Bookman. (Livro Digital)
2. VOESE, Ingo. **Mediação dos Conflitos Como Negociação de Sentido**. Curitiba: Juruá. (Livro Digital)
3. WEIL, Pierre e TOMPAKOW, Roland. **O Corpo Fala**: **A Linguagem Silenciosa da Comunicação Não-Verbal**. Petrópolis: Vozes. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1 FERREIA, Luiz Antonio. **Artimanhas do dizer**: retórica, oratória e eloquência. São Paulo: Blucher. (Livro Digital).
2. MARTINELLI, Dante Pinheiro (Org.) (et. al.). Negociação: Conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).
3. PESSOA, Carlos. **Negociação Aplicada**: como utilizar as táticas e estratégias para transformar conflitos interpessoais em relacionamentos cooperativos. São Paulo: Atlas. (Livro Digital).
4. SARFATI, Gilberto (Org.) (et. al.). **Manual de Negociação**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).
5. SALLES, Carlos Alberto de (Coord.) (et. al.). **Negociação, Mediação e Arbitragem**: Curso Básico para Programas de Graduação em Direito. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. (Livro Digital).

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Fluência Tecnológica e Inovação**
Código	DIR0208
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	2º

II – Ementário

Fluência Tecnológica em Ambientes Digitais Institucionais. Tecnologia da Informação e Comunicação. (Re)Conhecimento de Sistemas para apoio Operacional, Tático e Estratégico do profissional contemporâneo, na nuance de hard e soft skills.

III – Objetivo

O objetivo desta disciplina se dá, primariamente, pela necessidade de evidenciar alguns comportamentos relacionados ao uso das sempre novas tecnologias de informação e comunicação, sensibilizando o discente para a fluência tecnológica enquanto competência urgente, emergente e contemporânea. A expectativa é articular, fundamentalmente, o (re)conhecimento de ambientes e plataformas institucionais em prol da trajetória acadêmica e, a partir de um panorama macro ambiental para o futuro profissional, ainda, apresentar a visão geral de sistemas de informação específicos e correlatos às potenciais atribuições do futuro profissional, fomentado o debate e reflexão crítica em torno das tendências vigentes. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para uma formação voltada à utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e para uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)

- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. CONCEITOS BÁSICOS DA DISCIPLINA
1.1. Sensibilização para o Pacote Office.
1.2. Internet e potencial de ferramentas colaborativas do Google e/ou similares.
1.3. Ambientes, plataformas e redes institucionais.
1.4. Fundamentos de tecnologias da informação e comunicação.
1.3. Do Dado, informação e conhecimento à Gestão do Conhecimento: Cultura Tecnológica Organizacional

2. SISTEMAS INFORMACIONAIS
2.1. Tipologias e classificações de sistemas de apoio às operações gerenciais e especialistas.
2.2. Sítios eletrônicos, softwares e aplicativos para ambiente jurídico-contábil.
2.3. A Inteligência Artificial e seu reflexo na vida profissional.
3.4. Análise operacional dos principais sítios em que se tem processo eletrônico e sítios de órgãos públicos, como receita federal e INSS.

3. EXPERIENCIAÇÃO E INTERAÇÃO DIALÓGICA
3.1. Competência Digital.
3.2. Criação de conteúdo e resolução de problemas em ações e projetos digitais.
3.3. Comunicação, redes de colaboração e ampliação da viralização na exploração da genialidade do coletivo.
3.4. Postura ética, segura e responsabilidade em ambientes digitais.

VI – Bibliografia Básica

1. GORDON, Steven R. GORDON, Judith, R. **Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial.** Rio de Janeiro: LTC. (Livro Digital).
2. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de Informações Gerenciais**: Estratégias, Táticas, Operacionais. São Paulo: Atlas. (Livro Digital).
3. TAPSCOT, Don; WILLIAMS, Anthony D. **Wikinomics:** Como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Livro Digital).

VII – Bibliografia Complementar

1. BATISTA, Emerson de O. **Sistemas de Informação**: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).
2. CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São

Paulo: Paz e Terra. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2) (Livro Digital).
3. O'BRIEN, James A; MARAKAS, George M. **Administração de Sistemas de Informação**. São Paulo: Bookman. (Livro Digital).
4. REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação**: aplicada a sistemas de informação empresariais. São Paulo: Atlas. (Livro Digital).
5. STAIR, Ralph M; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação.** São Paulo: Cengage Learning. (Livro Digital).

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 3º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Constitucional II**
Código	DIR0301
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	3º
II – Ementário	
Estrutura e organização do Estado Brasileiro. A organização das funções estatais. O processo legislativo. A defesa do Estado e das instituições democráticas.	
III – Objetivo	
Tem como objetivo apresentar aos estudantes do Curso de Direito a temática dos direitos fundamentais como referência nuclear da ordem jurídica nacional e internacional, em uma perspectiva comparada; problematizar a organização das funções estatais, relacionando a limitação do poder e a garantia dos direitos fundamentais; explorar o processo de elaboração das normas jurídicas, assim como confrontar os direitos do homem à ordem econômica, financeira e social; fomentar o debate sobre a internacionalização do direito sob o ponto de vista do direito constitucional, através de uma metodologia comparatista; contribuir para a construção de um novo modo de produção do direito, rompendo com o paradigma do iluminismo racionalista e liberal individualista, que dominou (e ainda domina) a formação da ciência constitucional na tradição jurídica ocidental; problematizar o direito constitucional como fenômeno sociocultural; auxiliar na compreensão dos fenômenos jurídico-processuais ante a complexidade social. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional; bem como para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.	
IV – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.	

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO
1.1. Componentes do Estado Federal
1.2. Repartição de competências
1.3. Intervenção nos Estados e Municípios

2. A ORGANIZAÇÃO DAS FUNÇÕES ESTATAIS
2.1. A tripartição dos “poderes”. Fundamentação
2.2. “Poder” Legislativo.
2.2.1. História. Legislativo brasileiro
2.2.2. Congresso Nacional. Atribuições.
2.2.3. Imunidades parlamentares
2.3. “Poder” Executivo
2.3.1. História. Executivo brasileiro
2.3.2. Atribuições do Presidente da República. Eleição e mandato. Vice-Presidente
2.3.3. Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional
2.4. “Poder” Judiciário
2.4.1. História. Judiciário brasileiro
2.4.2. Quadro estrutural
2.4.3. Garantias Institucionais da Magistratura
2.4.4. O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores
2.4.5. As funções essenciais à Justiça: O Ministério Público. A advocacia pública. A defensoria pública. A advocacia

3. O PROCESSO LEGISLATIVO
3.1. Conceito. Noções gerais
3.2. Processo legislativo ordinário. Fases
3.3. Espécies normativas: emenda, lei complementar, lei ordinária, medida provisória, lei delegada, decreto legislativo, resolução, lei orçamentária

4. A DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

4.1. Estado de defesa e estado de sítio
4.2. Forças armadas
4.3. Segurança pública

VI – Bibliografia Básica

1. LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
2. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: SaraivaJuR. (Livro Digital)
3. MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
2. BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo.** São Paulo: SaraivaJuR. (Livro Digital)
3. MOTTA, Sylvio. **Direito constitucional.** São Paulo: Método. (Livro Digital)
4.STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
5. TAVARES, André Ramos. **Manual do Poder Judiciário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Penal II**
Código	DIR0302
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	3º

II – Ementário

Crime consumado e crime tentado. Ilicitude. Culpabilidade. Erro. Concurso de pessoas.

III – Objetivo

Transmitir criticamente as referências teóricas fundamentais do direito penal relativas à teoria do crime e ao concurso de agentes, a partir de leituras e trabalhos dirigidos para o fomento da discussão dos temas abordados, visando a formação crítica de um profissional apto para atuação perante o ordenamento jurídico interno, sem deixar de contemplar a atuação em âmbito internacional, utilizando-se para tanto do método comparatista, que norteia os estudos nessa Faculdade, bem como a análise de casos e legislações estrangeiras. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. CRIME CONSUMADO E CRIME TENTADO
1.1. Crime consumado

1.2. Tentativa
1.3. Iter criminis
1.4. Atos preparatórios e atos executórios
1.5. Tipicidade da tentativa
1.6. Elementos da tentativa
1.7. Tentativa inidônea
1.8. Tentativa e crime culposo
1.9. Desistência voluntária
1.10. Arrependimento eficaz e arrependimento posterior
1.11. Crime putativo e crime provocado
1.12. Crime impossível

2. ILICITUDE
2.1. Conceito de ilicitude
2.2. Ilicitude formal e ilicitude material
2.3. Causas de exclusão da ilicitude
2.3.1. Estado de necessidade
2.3.1.1. Conceito e fundamento
2.3.1.2. Requisitos
2.3.2. Legítima Defesa
2.3.2.1. Conceito e fundamento
2.3.2.2. Requisitos
2.3.3. Exercício regular de direito
2.3.3.1. Conceito e fundamento
2.3.3.2. Requisito
2.3.4. Estrito cumprimento do dever legal
2.3.4.1. Conceito e fundamento
2.3.4.2. Requisitos
2.3.5. Consentimento do ofendido
2.3.5.1. Conceito e fundamento
2.3.5.2. Requisitos
2.4. Excesso nas causas justificativas: doloso e culposo
2.5. Ofendículos
2.6. Intervenções médicas e violência esportiva

3. CULPABILIDADE
3.1. Conceito
3.2. Estrutura
3.3. Teorias
3.3.1. Teoria psicológica
3.3.2. Teoria psicológico-normativa
3.3.3. Teoria normativa pura
3.4. Imputabilidade
3.4.1 Conceito
3.4.2 Causas excludentes
3.4.2.1 Menoridade
3.4.2.2. Doença mental
3.4.2.3. Desenvolvimento mental incompleto
3.4.2.4. Desenvolvimento mental retardado
3.4.2.5. Embriaguez: formas, modalidades e actio libera in causa
3.4.2.6. O art. 19 da Lei nº 6.368/76
3.5. Potencial consciência da ilicitude
3.5.1. Conceito

3.5.2. Evolução histórica
3.5.3. Causas excludentes: O erro de proibição direito e indireto
3.6. Exigibilidade de conduta diversa
3.6.1. Conceito e fundamentos
3.6.2. Causas excludentes
3.6.2.1. Coação moral irresistível
3.6.2.2. Obediência hierárquica
3.6.2.3. Causas supralegais

4. ERRO
4.1. Erro de Tipo
4.1.1. Conceito
4.1.2. Espécies
4.1.3. Erro de tipo sobre norma incriminadora
4.1.3.1. Evitável
4.1.3.2. Inevitável
4.1.4. Erro de tipo sobre norma permissiva
4.1.4.1. Evitável
4.1.4.2. Inevitável
4.2. Erro de Proibição
4.2.1. Erro de proibição direto
4.2.1.1. Evitável
4.2.1.2. Inevitável
4.2.2. Erro de proibição indireto (descriminantes putativas)
4.2.2.1. Erro sobre a existência de uma causa justificado não existente
4.2.2.1.1. Evitável
4.2.2.1.2. Inevitável
4.2.2.2. Erro sobre os limites de uma causa justificadora existente
4.2.2.2.1. Evitável
4.2.2.2.2 Inevitável

5. CONCURSO DE PESSOAS
5.1. Conceito
5.2. Teorias sobre o concurso de pessoas
5.3. Requisitos
5.4. Autoria: Conceito restritivo de autor, Conceito extensivo de autor e Teoria do Domínio do Fato
5.5. Co-autoria
5.6. Autoria mediata
5.7. Autoria colateral
5.8. Concurso em crime culposo e crime omissivo
5.9. Participação impunível
5.10. Punibilidade do concurso de pessoas
5.11. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.

VI – Bibliografia Básica

1. CALLEGARI, André Luís. **Teoria geral do Delito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
2. SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
3. TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de Direito Penal**. São Paulo. Saraiva.

VII – Bibliografia Complementar

1. BATISTA, Nilo. **Concurso de Agentes:** uma investigação sobre os problemas da autoria e da participação no direito penal brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
2. BRUNO, Aníbal. **Direito Penal***.* Rio de Janeiro: Forense.
3. CALLEGARI, André Luis. **Concurso de Pessoas:** teorias e reflexos no Código Penal. Revista Ibero-Americana de Ciências Penais. v 1. n. 0. p. 21-40. mai-ago. Porto Alegre: Escola Superior do Ministério Publico.
4. COSTA JÚNIOR. Paulo José da. **Direito Penal -** Curso Completo. São Paulo: Saraiva.
5. DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo. Renovar.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil**
Código	DIR0303
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	3º

II – Ementário

A obrigação. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Efeitos das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Outras formas de extinção da relação obrigacional. A responsabilidade civil.

III – Objetivo

Tem como objetivo ministrar aos alunos os conceitos básicos do Direito Obrigacional; proporcionar aos alunos uma visão sobre as modalidades das obrigações, bem como sobre a sua transmissão; transmitir aos alunos noções acerca dos efeitos das obrigações, no que diz respeito ao adimplemento, o inadimplemento e outras formas de extinção das mesmas no direito pátrio e no direito comparado; esclarecer aos alunos sobre as formas de inadimplemento das obrigações e suas consequências jurídicas; apresentar aos alunos as regras sobre a responsabilidade civil no direito brasileiro e no direito comparado, especialmente no que tange à indenização e liquidação das obrigações decorrentes da mesma; conduzir os alunos à adoção de uma postura crítica perante as questões fundamentais e específicas do Direito Civil, quanto à parte geral das obrigações, para habilitá-los à atuação profissional e acadêmica nos âmbitos nacional, regional e internacional. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)

- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A OBRIGAÇÃO
1.1. A obrigação no mundo globalizado
1.2. Conceituação e elementos integrantes
1.3. A relação jurídica obrigacional
1.4. Direitos Pessoais e Direitos Reais: a influência das teorias estrangeiras

2. MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES
2.1. Obrigação de Dar
2.2. Obrigação de Fazer
2.3. Obrigação de Não Fazer
2.4. Obrigações Alternativas
2.5. Obrigações Divisíveis e Indivisíveis
2.6. Obrigações Solidárias

3. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES
3.1. Cessão de Crédito
3.2. Assunção da Dívida

4. EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES
4.1. Adimplemento
4.2. Pagamento
4.3. Pagamento em Consignação
4.4. Pagamento com Sub-rogação
4.5. Imputação do Pagamento
4.6. Dação em Pagamento
4.7. Novação
4.8. Compensação
4.9. Confusão
4.10. Remissão de dívidas
4.11. Transação
4.12. Compromisso
4.13. Outras formas de extinção da relação obrigacional

5. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES
5.1. Da Mora
5.2. Das Perdas e Danos

5.3. Dos Juros Legais
5.4. Da Cláusula Penal

6. A RESPONSABILIDADE CIVIL
6.1. Conceituação
6.2. Elementos
6.3. Responsabilidade contratual e extracontratual
6.4. Responsabilidade objetiva e subjetiva
6.5. Dano patrimonial e dano extrapatrimonial

VI – Bibliografia Básica

1. LÔBO, Paulo. **Direito civil**: Obrigações. São Paulo : Saraiva Educação. (Livro Digital)
2. NETTO, Felipe Peixoto Braga; FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Novo tratado de responsabilidade civil.** São Paulo : Saraiva Educação. (Livro Digital)
3. TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo : Atlas. (Livro Digital)
2. MIRAGEM, Bruno. **Direito civil**: direito das obrigações. São Paulo: Saraiva Educação. (Livro Digital)
3. RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade civil**. – Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
4. ROSENVALD, Nelson. **As funções da responsabilidade civil :** a reparação e a pena civil. São Paulo : Saraiva. (Livro Digital)
5. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil:** obrigações e responsabilidade civil. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Sociologia Geral e Jurídica**
Código	DIR0304
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	3º

II – Ementário

A emergência do social como objeto da ciência; o(s) método(s) sociológico(s); detalhamentos contextuais; a razão sociológica a serviço da ordem. o positivismo. A reflexão sociológica no século XIX e a sua contemplação do direito: Marx, Durkheim e Weber. Direito espontâneo e jurisprudência sociológica: Ehrlich e Kelsen. Direito e história na tradição liberal; o direito traduzindo (Hayek); o direito produzindo (Bobbio). O contexto brasileiro. Direito, justiça e crise; a sociologia no século xx e suas contribuições para a compreensão do direito: Bourdieu, Foucault e Luhmann.. Sociologia e direito em tempos de globalização. Democracias, monismo e pluralismo jurídico. Relativismo e universalismo. Legalidade e legitimidade.

III – Objetivo

Tem como objetivo fundamentar através dos conceitos básicos de sociologia, o conhecimento no campo das ciências humanas; capacitar os alunos a compreender melhor o fenômeno jurídico, a partir da visão sociológica, com base na compreensão de diferentes formas de organização social e de práticas sociais; desenvolver nos alunos uma consciência crítico-comparativa centrada nas práticas sociais e nas práticas jurídicas de modo que, além da crítica, possam os mesmos apontar possíveis soluções para os problemas sociojurídicos contemporâneos; identificar e interpretar as transformações socioculturais e econômicas mais importantes da atualidade em termos global e local e sua relação com a prática jurídica; oferecer os elementos essenciais que possibilitem a compreensão e interpretação do atual contexto sociocultural em que se insere o direito contemporâneo, destacando aspectos culturais e simbólicos que influenciam e/ou organizam a prática social e, consequentemente, a própria prática jurídica; conhecer a transformação histórica das principais concepções sociológicas clássicas, tais como estrutura social, ideologia, ação social, relações sociais, assim como os significados de conceitos como relativismo, poder simbólico, cultura e território, centrais para compreender de forma comparada a maneira através da qual operam os sistemas de justiça no mundo globalizado. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar

e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, bem como para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A EMERGÊNCIA DO SOCIAL COMO OBJETO DA CIÊNCIA
1.1. O(S) Método(S) Sociológico(S);
1.2. Detalhamentos Contextuais;
1.3. A Razão Sociológica a Serviço da Ordem.
1.4. O Positivismo

2. A REFLEXÃO SOCIOLÓGICA NO SÉCULO XIX E A SUA CONTEMPLAÇÃO DO DIREITO
2.1. Marx
2.2. Durkheim
2.3. Weber

3. DIREITO ESPONTÂNEO E JURISPRUDÊNCIA SOCIOLÓGICA:
3.1. EHRLICH
3.2. KELSEN.

4. DIREITO E HISTÓRIA NA TRADIÇÃO LIBERAL
4.1. O Direito Traduzindo (Hayek)
4.2. O Direito Produzindo (Bobbio)
4.3. O Contexto Brasileiro

5. A SOCIOLOGIA NO SÉCULO XX E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A

COMPREENSÃO DO DIREITO:
5.1. Bourdieu
5.2. Foucault
5.3. Luhmann.

6. SOCIOLOGIA E DIREITO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO
6.1. Democracias, legalidade e legitimidade
6.2. Monismo e pluralismo jurídico.
6.3. Relativismo e universalismo

VI – Bibliografia Básica

1. CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Sociologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
2. OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Boaventura & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica. (Livro Digital).
3. SILVA, Felipe Gonçanves; RODRIGUEZ, José Rodrigo (coords.). **Manual de sociologia jurídica**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar. (Livro Digital)
2. MACIEL, José Fabio Rodrigues (coord.). **Sociologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Sociologia Jurídica:** fundamentos e fronteiras. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
4. ZYGMUNT, Bauman; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar. (Livro Digital)
5. ZYGMUNT, Bauman. **Para que serve a sociologia ?** Rio de Janeiro: Zahar. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Processual Civil I (Teoria e Prática)**
Código	DIR0305
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	3º

II – Ementário

O processo civil. Condições da Ação. Pressupostos Processuais. Jurisdição e Competência. Sujeitos do Processo Civil. Intervenção de Terceiros. Questões Econômicas do Processo. Atos processuais. Formação e suspensão do processo.

III – Objetivo

Tem como objetivo compreender a relação entre direito material e direito processual, apresentando a estrutura deste; discutir sobre a função social do processo civil diante da emergência dos novos direitos e da complexidade social; provocar uma visão crítico-reflexiva sobre o direito processual civil a partir da relação processual, dos pressupostos processuais e das condições da ação; contribuir para a construção de um novo modo de produção do direito, rompendo com o paradigma do iluminismo racionalista e liberal individualista, que dominou (e ainda domina) formação da ciência processual de tradição romano-canônica; problematizar o direito processual como fenômeno sócio-cultural inserido no contexto nacional e internacional, a partir de um viés comparatista; auxiliar na compreensão dos fenômenos jurídico-processuais ante a complexidade social. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. PROCESSO CIVIL
1.1. O Processo e a relação processual
1.2. Ações de direito material e “Ação” Processual
1.3. Provocação da tutela jurisdicional: Ação.
1.4. O processo como instrumento da jurisdição e concretização do Direito Material.
1.5. Procedimento comum e Procedimentos Especiais
1.6. Normas Fundamentais de Processo: Aplicação das Normas Processuais

2. CONDIÇÕES DA AÇÃO
2.1. Legitimidade das partes
2.2. Interesse processual
2.3. Elementos da ação

3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS
3.1. Pressupostos de existência
3.2. Pressupostos de validade
3.3. Pressupostos negativos: Litispendência, Coisa Julgada e Perempção

4. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA
4.1. Limites da jurisdição nacional
4.2. Cooperação internacional e nacional
4.3. Competência
4.4. Critérios legais de determinação de competência
4.5. Competência absoluta e competência relativa
4.6. Modificação de competência: conexão, continência, foro de eleição e prorrogação
4.7. Conflito de competência

5. SUJEITOS DO PROCESSO
5.1. Partes e procuradores.
5.1.1. Capacidade processual e postulatória
5.1.2. Deveres das Partes e dos Procuradores
5.1.3. Sucessão e substituição processual

5.2. Litisconsórcio.
5.4. Funções Essenciais à Justiça: MP, Advocacia Pública e Defensoria Pública
5.5. Magistrado e Auxiliares da Justiça
5.5.1. Deveres-poderes e responsabilidades
5.5.2. Critérios decisórios
5.5.3. Impedimento e suspeição

6. INTERVENÇÃO DE TERCEIRO
6.1. Assistência
6.2. Denunciação da lide
6.3. Chamamento ao processo
6.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica
6.5. *Amicus curiae*
6.6. Prática Jurídica Simulada

7. QUESTÕES ECONÔMICAS DO PROCESSO
7.1. Custas Processuais
7.2. Gratuidade da Justiça e Assistência Judiciária Gratuita – AJG
7.3. Honorários Advocatícios
7.4. Valor da causa

8. ATOS PROCESSUAIS
8.1. Os atos processuais e sua classificação
8.2. As formas dos atos processuais
8.3. Tempo e lugar dos atos processuais
8.4. Prazos Processuais
8.5. Defeitos dos atos processuais: invalidades processuais
8.6. Comunicação dos Atos Processuais
8.6.1. Citação
8.6.2. Cartas
8.6.3. Intimações
8.7. Processo eletrônico
8.8. Prática Jurídica Simulada

9. FORMAÇÃO E SUSPENSÃO DO PROCESSO
9.1. Formação do Processo
9.2. Distribuição.
9.3. Estabilidade subjetiva e objetiva da demanda.
9.4. Suspensão do Processo
9.5.

VI – Bibliografia Básica

1. ABELHA, Marcelo. **Manual de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
2. BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil**: Teoria Geral do Direito Processual Civil – Parte Geral do Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. CASTRO, Daniel Penteado de. **Poderes Instrutórios do juiz no processo civil**: fundamentos, interpretação e dinâmica. – São Paulo : Saraiva. (Livro Digital)
2. FUX, Luiz; BODART, Bruno. **Processo Civil & Análise Econômica**. – Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3. GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**: teoria geral e processo de conhecimento. v. 1. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. NEGRÃO, Theotonio. **Código de Processo Civil e legislação processual em vigor.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
5. NETO, T., Otávio, J. **Interpretação dos Atos Processuais**: Coleção Processo Civil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Extensão: Caminhos para a Experienciação**
Código	DIR0306
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	29 horas (80,56%)
Carga EaD	7 horas (19,44%)
Créditos	2
Semestre letivo	3º

II – Ementário

A extensão universitária. Curricularização da extensão. Competências e habilidades individuais e em grupo. Ações e práticas extensionistas.

III – Objetivo

O objetivo desta disciplina se dá, primariamente, pela necessidade de sensibilizar o discente para o entendimento do conceito e importância da extensão universitária e, fundamentalmente, pelo compromisso com o seu desenvolvimento, a partir de vivências que transcendem as quatro paredes da sala de aula, inclusive sob apoio ou mediação tecnológica. A expectativa é a articulação consciente e ativa entre os pilares da teoria, da prática e da experienciação do fazer extensionista, traduzindo a exigência de formação integral, para além da capacitação técnica, ofertando espaço e lugar de fala para autonomia e construção de identidades – individuais e coletivas - dialógicas. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Atividades de extensão

A disciplina é uma disciplina genuinamente de extensão. Sendo assim, todas as unidades abarcam atividades extensionistas, permeando programas, projetos etc.

VI – Conteúdo Programático

1. TEORIA
1.1 Conceitos e tipologias de extensão sob a vertente doutrinária
1.2 Aspectos legais da extensão universitária

2. PRÁTICA
2.1 Dinâmicas
2.1.1 Um saber saboroso
2.1.2 O pensar entrelaçado
2.1.3 A matriz tropical
2.2. Comunicação e Educomunicação como fundamento extensionista
2.2.1. Comunicação Formal e informal, verbal e não verbal
2.2.2. Comunicação intrapessoal e interpessoal
2.2.3. Dinâmica da comunicação em equipe
2.2.4. Feedback empático e trabalhos educomunicativos

3. EXPERIENCIAÇÃO
3.1. Tipos de competências
3.2. Habilidades comportamentais alinhadas às competências convergentes à extensão
3.2.1. Liderança eficiente, eficaz e afetiva
3.2.2. Cooperação e colaboração
3.2.3. Criatividade, inovação e gestão de tempo no processo de criação
3.2.4. Socialização e democratização de ações extensionistas

VII – Bibliografia Básica

1. CHRISTENSEN, Clayton M; EYRING, Henry J. **A universidade inovadora:** mudando o DNA do Ensino Superior de fora para dentro. (Livro digital)
2. GUÉRIOS, Ettiène; STOLTZ, Tania. **Educação e Extensão Universitária** - Pesquisa e Docência. Ebook: Juruá Editora, 2017. (Livro digital)
3.MACEDO, Lino de. **Ensaios pedagógicos:** como construir uma escola para todos? (Livro digital)

VIII – Bibliografia Complementar
1. BATISTA, Sueli Soares dos Santos; FREIRE, Emerson. **Educação, sociedade e trabalho**. São Paulo: Érica. 2. COLOMBO, Sonia Simões (Org.). **Gestão educacional**: uma nova visão. Minha Biblioteca. (Livro digital) 3. FAVA, Rui. **Educação para o século XXII :** a era do indivíduo digital. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital) 4. HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. (Livro digital) 5. SALVADOR, César Coll; MESTRES, Mariana Miras; GOÑI, Javier Onruvia; GALLART, Isabel Solé. **Psicologia da Educação.** SALVADOR, César Coll; MESTRES, Mariana Miras; GOÑI, Javier Onruvia; GALLART, Isabel Solé. São Paulo: Grupo A. (Livro Digital)

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 4º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Penal III**
Código	DIR0401
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	4º
II – Ementário	
História e evolução da pena de prisão. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Aplicação da pena. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação e reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Prescrição.	
III – Objetivo	
Transmitir criticamente as referências teóricas fundamentais do direito penal relativas à teoria da pena, sua aplicação, bem como sobre a extinção da punibilidade, visando a formação crítica de um profissional apto para atuação perante o ordenamento jurídico interno, sem deixar de contemplar a atuação em âmbito internacional, utilizando-se para tanto do método comparatista, que norteia os estudos nessa Faculdade, bem como a análise de casos e legislações estrangeiras. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada, com o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros; bem como para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.	
IV – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula. • 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs) • 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)	

- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA PENA DE PRISÃO
1.1. Escolas penais
1.2. Sistemas penitenciários no Brasil e no mundo.

2. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE
2.1. Reclusão e detenção
2.2. Regimes penais
2.3. Regime inicial
2.4. Regime especial
2.5. Progressão e regressão
2.6. Exame criminológico
2.7. Direitos e deveres do preso
2.8. Trabalho prisional
2.9. Remição
2.10. Detração
2.11. Limite das penas
2.12. Visão comparatista com legislações estrangeiras.

3. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS
3.1. Espécies de penas restritivas de direitos
3.1.1. Prestação pecuniária
3.1.2. Perda de bens e valores
3.1.3. Prestação de outra natureza
3.1.4. Limitação do fim de semana
3.1.5. Prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas
3.1.6. Interdição temporária de direitos
3.2. Substituição
3.3. Conversão
3.4. Leitura comparatista com legislações estrangeiras

4. PENA DE MULTA
4.1. Conceito
4.2. Natureza jurídica
4.3. Origem do sistema dias-multa

4.4. Cominação e aplicação da pena de multa
4.5. Limites da pena de multa
4.6. Dosimetria da pena de multa
4.7. Multa substitutiva
4.8. Aplicação na legislação extravagante
4.9. Pagamento da multa
4.10. Conversão da pena de multa
4.11. Competência para a execução
4.12. Prescrição da multa
4.13. Visão comparatista com legislações estrangeiras.

5. APLICAÇÃO DA PENA
5.1. Individualização da pena
5.2. Circunstâncias e elementares
5.3. Circunstâncias judiciais
5.4. Circunstâncias legais: atenuantes e agravantes
5.5. Causas de aumento e diminuição
5.6. Dosimetria da pena
5.7. Qualificadoras

6. CONCURSO DE CRIMES
6.1. Sistemas de aplicação da pena
6.2. Concurso formal
6.3. Concurso material
6.4. Crime continuado
6.5. Dosimetria da pena no concurso de crimes
6.6. Erro na execução
6.7. Resultado diverso do pretendido.

7. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA
7.1. Conceito e natureza jurídica
7.2. Sistemas
7.3. Requisitos
7.4. Espécies
7.5. Condições
7.6. Período de prova
7.7. Revogação
7.8. Prorrogação
7.9. Extinção.

8. LIVRAMENTO CONDICIONAL
8.1. Conceito e natureza jurídica
8.2. Requisitos
8.3. Concessão
8.4. Condições
8.5. Revogação

8.6. Prorrogação
8.7. Extinção.

9. EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO
9.1. Efeitos gerais
9.2. Efeitos extrapenais: genéricos e específicos
9.3. Reabilitação
9.3.1. Pressupostos e requisitos necessários
9.3.2. Efeitos da reabilitação
9.3.3. Revogação da reabilitação
9.3.4. Competência e recurso.

10. MEDIDAS DE SEGURANÇA
10.1. Diferenças entre pena e medida de segurança
10.2. Princípio da legalidade
10.3. Pressupostos para a aplicação da MS
10.4. Espécies de MS
10.5. Tipos de estabelecimentos
10.6. Prescrição e extinção da punibilidade
10.7. Prazo de duração da MS
10.8. Execução, suspensão e extinção da MS
10.9. Substituição da pena por MS
10.10. Cessação da periculosidade.

11. AÇÃO PENAL
11.1. Espécie de ação penal: pública e privada
11.2. Representação criminal e requisição do Ministro da Justiça
11.2.1. Irretratabilidade da representação
11.3. Decadência do direito de queixa e de representação: renúncia ao direito de queixa
11.4. Perdão do ofendido
11.5. Visão comparatista com legislações estrangeiras.

12. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE
12.1. Causas extintivas da punibilidade
12.1.2. Anistia, graça e indulto
12.1.3. Abolitio criminis
12.1.4. Prescrição, decadência e perempção
12.1.5. Renúncia e perdão
12.1.6. Retratação do agente
12.1.7. Casamento do agente com a vítima
12.1.8. Casamento da vítima com terceiro
12.1.9. Perdão judicial
12.2. Leitura comparatista com legislações estrangeiras.

13. PRESCRIÇÃO
13.1. Prescrição da pretensão punitiva

13.2. Prescrição da pretensão executória
13.3. Prescrição superveniente
13.4. Prescrição retroativa
13.5. Termo inicial da prescrição
13.6. Causas modificadoras do curso prescricional
13.6.1. Suspensão e interrupção do prazo prescricional
13.6.2. Causas redutoras
13.7. Prescrição e legislação especial

VI – Bibliografia Básica

1. BOSCHI, José Antonio Paganella. **Das Penas e seus Critérios de Aplicação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
2. FAYET JÚNIOR, Ney; et. al. **Prescrição penal:** temas atuais e controvertidos. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
3. MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Atlas.

VII – Bibliografia Complementar

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão:** causas e alternativas. São Paulo: Saraiva.
2. BRUNO, Aníbal. **Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense.
3. DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo: Renovar.
4. JESUS, Damásio Evangelista de. **Prescrição Penal**. São Paulo: Saraiva.
5. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal brasileiro**: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Internacional Público**
Código	DIR0402
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	4º

II – Ementário

Noções elementares. Fontes do Direito Internacional Público. Personalidade jurídica internacional. Espaços internacionais. Conflitos internacionais. Direito da Integração e Direito Comunitário. Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

III – Objetivo

Tem com objetivo conhecer a ordem jurídica internacional, sua natureza, estrutura e processos; compreender as diferentes fontes do Direito Internacional e analisar as relações que se estabelecem entre estas e os diferentes sistemas e ordenamentos jurídicos; fornecer fundamentos teóricos necessários à compreensão sobre a formação e transformação do Direito Internacional Positivo; analisar os meios de resolução pacífica de controvérsias internacionais, bem como os aspectos jurídicos da guerra e suas consequências; estudar a proteção internacional dos direitos humanos, problematizando a questão local-global que se encontra na base de sua formulação devido às considerações dos diversos códigos de linguagem contemporânea. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada, com o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de

Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. NOÇÕES ELEMENTARES
1.1. Delimitação teórica
1.2. Especificidade
1.3. Marco jurídico interno

2. FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
2.1. Tratados: definição; reservas; internalização no direito interno e no direito comparado;
2.2. Fontes não-convencionais

3. PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL
3.1 Estado
3.1.1. Soberania: aspecto interno e externo, princípio da igualdade jurídica entre os Estados, soberania e supranacionalidade
3.1.2. Território: limites naturais e artificiais, aquisição e princípio da territorialidade
3.1.3. Jurisdição: competência internacional, concorrente e exclusiva; imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros; a imunidade de jurisdição no direito comparado;
3.1.4. Reconhecimento: teorias e modalidades, reconhecimento de Estado e de governo, doutrina do não-reconhecimento
3.1.5. Responsabilidade internacional: condições, proteção diplomática internacional e modos de reparação.
3.2. Organizações internacionais
3.3. Indivíduo
3.3.1. A Nacionalidade: aquisição, perda, não-reconhecimento, proteção diplomática
3.3.2. Nacionalidade brasileira: aquisição, limitações decorrentes da naturalização, perda, reaquisição
3.3.3. A nacionalidade em ordenamentos jurídicos estrangeiros: critérios de aquisição e perda
3.3.4. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil: Estatuto especial dos portugueses, extradição, expulsão, deportação, asilo político
3.3.5. A proteção fundada no direito internacional: proteção internacional dos direitos do homem e proteção internacional dos trabalhadores
3.4. Outros sujeitos fragmentários: organização não-governamental (ONG) e empresa multi ou transnacional.

4. ESPAÇOS INTERNACIONAIS
4.1. Mar: zonas marítimas sob jurisdição internacional e demais zonas marítimas.

4.2. Rios, lagos e canais internacionais
4.3. Ar e espaço extra-atmosférico

5. CONFLITOS INTERNACIONAIS
5.1. Solução pacífica dos litígios
5.1.1. Negociação diplomática;
5.1.2. Meios jurisdicionais: arbitragem e Corte Internacional de Justiça (CIJ)
5.2. Meios coercitivos de solução de litígios
5.2.1. Doutrina da não-intervenção;
5.2.2. Direito da guerra e Direito do desarmamento.

6. DIREITO DA INTEGRAÇÃO E DIREITO COMUNITÁRIO
6.1. Regionalização e regionalismo
6.2. Objetivos da integração regional
6.3. Modelos de acordos regionais: União Europeia, integração latino-americana, Mercosul e Alca.

7. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL
7.1. Conceito
7.2. Direito penal internacional e direito internacional penal
7.3. Criminalidade transnacional

VI – Bibliografia Básica

1. MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Gen e Forense. (Livro Digital)
2. MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. v. 1. Rio de Janeiro: Renovar. (Livro Digital)
2. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. (Org.) **Legislação Internacional**. São Paulo: Manole. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Manual De Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2.BAPTISTA, Luiz Olavo; FONSECA, José Roberto Franco de (Coord.). **O Direito Internacional no Terceiro Milênio**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
3. CARVALHO, Evandro Menezes de. **Organização Mundial do Comércio:** cultura jurídica, tradução e interpretação. Curitiba: Juruá. (Livro Digital)
4. REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público:** Curso Elementar. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
5. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Relações Internacionais**. São Paulo: Manole. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Contratual**
Código	DIR0403
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	4º

II – Ementário

Teoria geral dos contratos. A formação do contrato. Dos vícios rebiditórios. Da evicção. Dos contratos aleatórios. A extinção dos contratos. Do contrato preliminar. Dos compromissos de compra e venda de bem imóvel. Da compra e venda. Das cláusulas especiais na compra e venda. Da permuta. Do contrato estimatório. Da doação. Contrato de locação de imóvel urbano. Locação de coisas. Contrato de comodato. Contrato de mútuo. Corretagem. Contrato de fiança.

III – Objetivo

Esta disciplina objetiva capacitar o acadêmico a compreender e criticar o conteúdo programático desta disciplina, em nível legal, doutrinário e jurisprudencial, bem como relacioná-los com o sistema jurídico pátrio como um todo, e com outros sistemas e ordenamentos jurídicos, extraindo dessa forma consequências teóricas e práticas. Mais especificamente, busca realizar um estudo-reflexivo sobre a evolução do contrato, partindo-se da visão liberal a social, como forma de compreender e definir o contrato; estudar a teoria geral dos contratos, destacando os princípios norteadores das relações contratuais e o seu importante papel na interpretação dos contratos; apresentar e discutir as espécies de contratos, especialmente enfocando o Código Civil (contratos atípicos e típicos) e leis especiais; abordar os contratos numa perspectiva civil-constitucional, bem como comentar o tratamento dispensado a matéria contratual em legislações estrangeiras, sob o signo do direito comparado. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais

previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS
1.1. Conceituação
1.2. Princípios Fundamentais.
1.3. Diálogo das fontes em matéria contratual.
1.4. A função social dos contratos.
1.5. A boa fé objetiva nos contratos.
1.6. Requisitos gerais de existência (essenciais e acidentais)
1.7. Requisitos de validade.
1.8. A eficácia dos contratos.
1.9. Classificação dos contratos.

2. A FORMAÇÃO DO CONTRATO
2.1. Espécies de manifestação de vontade.
2.2. Proposta.
2.3. Aceitação.
2.4. Das estipulações a favor de terceiros.
2.5. Da Promessa de Fato de Terceiro.

3. DOS VÍCIOS REBIDITÓRIOS
3.1. Requisitos.
3.2. Ações cabíveis.

4. DA EVICÇÃO
4.1. Requisitos.
4.2. Ações cabíveis.
4.3. Verbas indenizatórias.

5. A EXTINÇÃO DOS CONTRATOS
5.1. Distrato.
5.2. Denúncia.
5.3. Resilição
5.4. Exceção do contrato não cumprido.
5.5. Resolução. Resolução por onerosidade excessiva. Paralelo com o Código de Defesa

do Consumidor.

6. DO CONTRATO PRELIMINAR
6.1. Definição e requisitos
6.2. Força executiva.

7. DOS COMPROMISSOS DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL
7.1. Definição
7.2. Requisitos de existência e validade.
7.3. Resolução e execução
7.4. Direito à adjudicação

8. DA COMPRA E VENDA
8.1. Definição.
8.2. Requisitos de existência e validade.
8.2. A compra e venda de ascendente para descendente.
8.3. A compra e venda de quinhão em coisa comum.
8.4. Compra e venda “ad corpus” e “ad mensura”.
8.5. Das cláusulas especiais na compra e venda

9. DA PERMUTA
9.1. Conceito
9.2. Da permuta de valores desiguais.

10. DO CONTRATO ESTIMATÓRIO
10.1. Conceito
10.2. Obrigações das partes contratantes

11. DA DOAÇÃO
11.1. Requisitos de existência e validade.
11.2. Espécies. Efeitos.
11.3. Limites da doação.
11.4. Revogação da doação.

12. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO
12.1. Espécies de Locação
12.2. A locação predial urbana. Considerações Gerais. Espécies.
12.3. Modos de extinção da relação locatícia.
12.4. Transferência da relação locatícia.
12.5. Do aluguel.
12.6. Direitos e deveres do locador e do locatário.
12.7. Direito de preferência do locatário.
12.8. As benfeitorias no prédio locado.
12.9. As garantias locatícias.
12.10. A ação de despejo.
12.11. A ação renovatória de locação.

12.12. A ação de consignação.
12.13. A ação revisional de aluguel.
12.14. Outras ações cabíveis na relação locatícia.

13. LOCAÇÃO DE COISAS
13.1. Definição. Objeto. Aluguel – incidência do CDC
13.2. Obrigações locador e locatário
13.3. Rescisão
13.4. Prazo e prorrogação
13.5. Alienação da coisa alugada

14. CONTRATO DE COMODATO
14.1. Definição e requisitos de existência e validade.
14.2. Efeitos.
14.3. Ações

15. CONTRATO DE MÚTUO
15.1. Definição e requisitos de existência e validade.
15.2. Efeitos.
15.3. Ações

16. CORRETAGEM
16.1. Definição e classificação
16.2. Partes
16.3. Regulamentação da atividade de corretagem
16.4. Efeitos (direitos e obrigações das partes)

20. CONTRATO DE FIANÇA
20.1. Requisitos de existência e validade.
20.2. Extensão
20.3. Efeitos.
20.4. Exoneração
20.5. Ações.

21. CONTRATO DE MANDATO
21.1. Requisitos de existência e validade.
21.2. Espécies. Efeitos.
21.3. Ações. Substabelecimento.

VI – Bibliografia Básica

1. LÔBO NETO, Paulo. **Direito Civil**: Contratos. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Contratos e Atos unilaterais. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. RIZZARDO, Arnaldo**. Contratos.** Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria Geral dos Contratos Típicos e Atípicos**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2.GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Comentários à Lei de Locações**. São Paulo: Manole. (Livro Digital)
3. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil.** v. 3. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
4. RODRIGUES, Sílvio de Sávio Venosa. **Direito Civil**. v. 3. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
5. TEIXEIRA, Tarcísio. **Compromisso e Promessa de Compra e Venda**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Processual Civil II (Teoria e Prática)**
Código	DIR0404
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	4º
II – Ementário	
Processo de conhecimento. Tutela Provisória de Urgência e Cautelar. Tutela de Evidência. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Extinção do Processo. Teoria geral da prova. Audiência de Mediação. Audiência de instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada. Precedentes	
III – Objetivo	
A disciplina de Direito Processual Civil II (teoria e prática) visa provocar reflexão sobre o direito processual civil a partir da crise do judiciário e do processo (para tanto, imprescindível, a compreensão do processo de conhecimento); desenvolver e aprimorar o espírito crítico-reflexivo acerca do processo civil contemporâneo, com ênfase no processo de conhecimento; contribuir para a construção de um novo modo de produção do direito, rompendo com o paradigma do iluminismo racionalista e liberal individualista, que dominou (e ainda domina) a formação da ciência processual; problematizar o direito processual como fenômeno sociocultural; auxiliar na compreensão dos fenômenos jurídico-processuais ante a complexidade social; Discutir sobre aspectos polêmicos do processo civil brasileiro, contrapondo-o, na medida do possível, a outras tradições jurídicas; bem como preparar o graduando para o exercício profissional, habilitando-o com conhecimentos não só teóricos, mas também práticos. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras	

áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. PROCESSO DE CONHECIMENTO
1.1. Considerações gerais

2. PETIÇÃO INICIAL
2.1. Distribuição da petição inicial e instauração do processo
2.2. Requisitos da petição inicial
2.3. Emenda da petição inicial
2.4. Indeferimento da petição inicial
2.5. Julgamento Liminar de improcedência
2.6. Elaboração de petição inicial

3. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO
3.1. Solução consensual de litígios
3.2. Rito da audiência de conciliação ou de mediação
3.3. Simulação de audiência de conciliação ou de mediação
3.4. Acompanhamento de audiências de conciliação e mediação

4. TUTELA DE URGÊNCIA
4.1. Generalidades
4.2. Tutela de Urgência
4.2.1. Disposições Gerais
4.2.2. Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente
4.2.3. Tutela Antecipada na sentença e no âmbito recursal
4.2.4. Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente
4.3. Tutela de Evidência

5. ATITUDES DO RÉU
5.1. Contestação
5.1.1. Preliminares
5.1.2. Defesa de Mérito
5.1.3. Reconvenção
5.2. Reconhecimento total e parcial do pedido
5.3. Revelia
5.4. Elaboração de resposta do Réu

6. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO
6.1. As providências preliminares
6.2. Julgamento conforme o estado do processo
6.3. O julgamento antecipado do mérito

7. SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO
7.1. Etapa retrospectiva
7.2. Etapa prospectiva

8. TEORIA GERAL DA PROVA
8.1. Considerações gerais
8.2. Prova emprestada
8.3. As provas em espécie
8.3.1. Produção antecipada de prova
8.8.2. Depoimento pessoal
8.8.3. Confissão
8.8.4. Exibição de documento ou coisa
8.8.5. Prova documental
8.8.6. Prova testemunhal
8.8.7. Prova pericial
8.8.8. Inspeção judicial
8.8.9. Ata notarial

9. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
9.1. Objeto da audiência e sua necessidade
9.2. A unidade da audiência de instrução e julgamento e a possibilidade de seu desdobramento
9.3. Simulação de audiência de instrução e julgamento
9.4. Acompanhamento de audiências de instrução e julgamento

10. SENTENÇA E COISA JULGADA
10.1. Sentença
10.1.1. Conceito e natureza da sentença
10.1.2. Estrutura lógica da sentença
10.1.3. Classificação das sentenças de procedência

10.1.4. Vícios da sentença: extra petita, citra petita, ultra petita
10.2. Coisa Julgada
10.2.1. Conceito e natureza jurídica da coisa julgada
10.2.2. Coisa julgada formal e coisa julgada material
10.2.3. A relativização (ou desconsideração) da coisa julgada material.
10.2.3.1. Ação rescisória
10.2.4. Coisa julgada e eficácia da sentença
10.2.5. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada
10.2.6. Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada
10.2.7. Coisa julgada nas ações coletivas
10.3. Elaboração de sentença

11. PRECEDENTES

VI – Bibliografia Básica

1. ALVIM, Angélica Arruda, et. al.. **Comentários ao Código De Processo Civil**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. MONTENEGRO FILHO, Misael. **Processo de conhecimento na prática: de acordo com as leis nos 11.187/2005, 11.232/2005, 11.276/2006, 11.277/2006 e 11.280/2006.** São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito processual civil contemporâneo:** processo de conhecimento, cautelar, execução e procedimentos especiais. São Paulo: Saraiva Educação. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. ALVES, Jones Figueirêdo. **Manual das audiências cíveis**. São Paulo: Atlas.
2. COSTA NETO, Raimundo Silvino da. **Sentença cível:** estrutura e técnicas de elaboração. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO. (Livro Digital)
3. LOURENÇO, Haroldo. **Teoria dinâmica do ônus da prova no novo CPC.** Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO. (Livro Digital)
4. PALAIA, Nelson. **Técnica da petição inicial**. São Paulo : Saraiva. (Livro Digital)
5. VIANA, Antônio Aurélio de Souza. **Precedentes:** a mutação no ônus argumentativo. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direitos Humanos e Democracia**
Código	DIR0405
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	4º

II – Ementário

Direitos humanos, democracia e cidadania. Fundamentos e evolução dos direitos humanos. Precedentes históricos do processo de internacionalização e universalização dos direitos humanos. A constituição brasileira e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. Os direitos humanos da mulher. A proteção dos direitos reprodutivos. Os direitos humanos da criança e do adolescente. A proteção dos direitos da pessoa portadora de deficiências. As pesquisas científicas e o respeito à dignidade humana. O debate atual sobre a pena de morte.

III – Objetivo

O objetivo geral desta disciplina é realizar uma análise histórico-reflexiva acerca das questões sobre direitos humanos, tal como esta se apresenta ao longo da história da civilização ocidental. Para tanto, além da necessária relação entre direitos humanos, democracia e cidadania, estuda-se o percurso histórico de afirmação, desenvolvimento, ampliação, constitucionalização e internacionalização dos direitos humanos, com ênfase ao tratamento que a CF/88 confere aos tratados internacionais que tratam da matéria. Do mesmo modo, são examinados alguns direitos humanos específicos, bem como o tratamento que recebem no direito interno e internacional. A análise crítica acerca das condições reais de existência desses direitos e a sua efetiva concretização não são abordadas em um tópico específico, mas perpassam praticamente todas as temáticas. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Atividades de Extensão

A disciplina terá atividades de extensão, sendo estas consideradas como as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante. Com esse intuito a disciplina poderá imbuir os alunos em programas; projetos; desenvolver cursos, oficinas e eventos, bem como desenvolver prestação de serviços junto à comunidade. Tais atividades irão contemplar 36 horas e estarão detalhadas no plano de aula.

VI – Conteúdo Programático

1. DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E CIDADANIA

2. FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
2.1. Delimitação conceitual e definição terminológica
2.2. Perspectiva histórica
2.3. As dimensões de direitos
2.4. O universalismo e o relativismo

3. A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
3.1. A CF/88 e o processo de democratização no Brasil – a institucionalização dos direitos e garantias fundamentais
3.2. A CF/88 e os tratados internacionais de proteção aos direitos humanos

4. TEMAS EMERGENTES DE DIREITOS HUMANOS
4.1. Os Direitos Humanos Da Mulher
4.2. Os Direitos Humanos do deficientes
4.3. Os Direitos Humanos dos LGBTTI+
4.5. Os Direitos Humanos dos índios, afrodescendentes e quilombolas
4.6. Os Direitos Humanos dos Migrantes
4.7. A influência das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação nos Direitos Humanos

6. A CRISE DOS DIREITOS HUMANOS NA ATUALIDADE SOB O ENFOQUE DA NATUREZA

VII – Bibliografia Básica

1. CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. São Paulo : Saraiva Educação, 2018. (Livro Digital)
2. COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmaçÃo histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. SIQUEIRA JÚNIOR., Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de. **Direitos Humanos**: liberdades públicas e cidadania. São Paulo: Saraiva, 2016. (Livro Digital)

VIII – Bibliografia Complementar

1. GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos Humanos das mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. MATTOS NETO, Antonio José de. **Direitos Humanos e democracia inclusiva.** São Paulo : Saraiva. (Livro Digital)
3. PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos Humanos e hospitalidade** [livro eletrônico]: a proteção internacional para apátridas e refugiados. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
4. PHILIPPI JR, Arlindo. **Direitos Humanos e meio ambiente**: minorias ambientais. Barueri: Manole. (Livro Digital)
5. PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva Educação. (Livro Digital)

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 5º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito do Trabalho I**
Código	DIR0501
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	5º
II – Ementário	
Conceito de trabalho. Direito internacional do trabalho. Fontes do direito do trabalho. Relação de emprego. Sujeitos da relação de emprego. Empregado. Sujeitos da relação de emprego. Empregador. Contrato individual de trabalho. Espécies de contrato de trabalho. Segurança e medicina do trabalho. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Duração do trabalho. Repousos.	
III – Objetivo	
O objetivo geral da disciplina é o de apresentar aos estudantes do Curso de Direito a evolução e os fundamentos do Direito do Trabalho: sua origem, sua evolução, seus princípios e seus principais institutos, conforme o programa em anexo. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada.	
IV – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula. • 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs) • 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum) • 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto) • 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário) • 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)	

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. CONCEITO DE TRABALHO
1.1. Evolução histórica do trabalho
1.2. Natureza jurídica do direito do trabalho
1.3. Estágio atual das relações de trabalho no mundo e no Brasil

2. DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO
2.1. Organização Internacional do Trabalho
2.2. Convenções e recomendações

3. FONTES DO DIREITO DO TRABALHO
3.1. Conceito e hierarquia das fontes
3.2. Princípios peculiares do Direito do Trabalho
3.3. Interpretação e aplicação do Direito do Trabalho
3.4. Prescrição e decadência

4. RELAÇÃO DE EMPREGO
4.1. Natureza jurídica da relação de emprego
4.2. Relação de emprego e relação de trabalho
4.3. Caracterização da relação de emprego

5. SUJEITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO. EMPREGADO
5.1. O empregado: definição.
5.2. Trabalhadores autônomos, avulsos, eventuais
5.3. Trabalho temporário
5.4. Terceirização

6. SUJEITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO. EMPREGADOR:
6.1. O empregador: conceito
6.2. Grupo econômico
6.3. Sucessão de empregadores
6.4. Desconsideração da personalidade jurídica
6.5. A desconsideração da personalidade jurídica no direito comparado

7. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO
7.1. Definição
7.2. Elementos do contrato de trabalho
7.2.1. Elementos essenciais: vícios e defeitos; nulidade e anulabilidade
7.2.2. Elementos acidentais: condição e termo

7.3. Prova do contrato de trabalho
7.4. Cláusula de arbitragem

8. ESPÉCIES DE CONTRATO DE TRABALHO
8.1. Contrato por tempo determinado e por tempo indeterminado
8.2. Efeitos do contrato de trabalho
8.2.1. Obrigações do empregado
8.2.2. Obrigações do empregador
8.3. Trabalho intermitente
8.4. Tele Trabalho e trabalho a domicílio

9. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
9.1. Alteração unilateral e bilateral
9.2. Transferência de função: o jus variandi
9.3. Promoção e rebaixamento
9.4. Alteração salarial e da jornada

10. SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
10.1. Conceito e distinção
10.2. Causas determinantes: espécies e efeitos
10.3. Hipóteses de suspensão
10.4. Hipóteses de interrupção

11. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
11.1. Obrigações do Ministério do Trabalho, empregado e empregador
11.2. Medidas preventivas de medicina do trabalho
11.3. Condições de segurança
11.4. Insalubridade e periculosidade

12. DURAÇÃO DO TRABALHO
12.1. Jornada de trabalho: duração e horário
12.2. Trabalho extraordinário
12.3. Trabalho noturno
12.4. Trabalho em regime de revezamento
12.5. Compensação de horário

13. REPOUSOS
13.1. Repousos intra-jornadas e inter-jornadas
13.2. Repouso semanal e em feriado
13.3. Férias

VI – Bibliografia Básica

1. DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
2. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho.** São Paulo: Saraiva.

(Livro Digital)
3. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho.** São Paulo: LTr. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
2. NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho:** história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas no direito do trabalho. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho.** São Paulo: LTr. (Livro Digital)
4. SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
5. SÜSSEKIND, Arnaldo. **Instituições de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Penal IV**
Código	DIR0502
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	5º

II – Ementário

Como estudar crimes em espécie. Dos crimes contra a pessoa. Das lesões corporais. Da periclitação da vida e da saúde. Da rixa. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra o patrimônio. Estelionato e outras fraudes. Receptação. Imunidade nos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes especiais.

III – Objetivo

Transmitir criticamente as referências teóricas fundamentais do direito penal relativas à teoria da pena, sua aplicação, bem como sobre a extinção da punibilidade, visando a formação crítica de um profissional apto para atuação perante o ordenamento jurídico interno, sem deixar de contemplar a atuação em âmbito internacional, utilizando-se para tanto do método comparatista, que norteia os estudos nessa Faculdade. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. COMO ESTUDAR CRIMES EM ESPÉCIE

2. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA
2.1. Dos crimes contra a vida
2.1.1. Homicídio
2.1.1.1. Homicídio Privilegiado e Qualificado
2.1.1.2. Concurso
2.1.1.3. Homicídio Culposo
2.1.1.4. Homicídio Culposo no trânsito
2.2. Suicídio
2.2.1. Formas qualificadas
2.3. Infanticídio
2.3.1. Concurso de pessoa
2.4. Aborto
2.4.1. Espécies de aborto
2.4.2. Excludentes especiais da ilicitude

3. DAS LESÕES CORPORAIS
3.1. Classificação doutrinária: lesão corporal leve, lesão corporal preterdolosa, lesão corporal grave, lesão corporal gravíssima, lesão corporal seguida de morte, lesão corporal agravada, lesão corporal privilegiada, lesão corporal culposa

4. DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE
4.1. Perigo de contágio venéreo.
4.2. Perigo de contágio de moléstia grave
4.3. Perigo para a vida ou saúde de outrem
4.4. Abandono de incapaz
4.5. Exposição ou abandono de recém-nascido
4.6. Omissão de socorro
4.7. Maus-tratos

5. DA RIXA
5.1. Figuras qualificadas

6. DOS CRIMES CONTRA A HONRA
6.1. Calúnia
6.2. Difamação
6.3. Injúria
6.4. Disposições comuns
6.5. Exclusão do crime
6.6. Retratação
6.7. Ação Pena

7. DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL
7.1. Dos crimes contra a liberdade pessoal
7.1.1. Constrangimento ilegal
7.1.2. Ameaça
7.1.3. Sequestro e cárcere privado
7.1.4. Redução a condição análoga à de escravo
7.2. Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio
7.2.1. Formas qualificadas
7.2.2. Formas majoradas
7.2.3. Exclusão da ilicitude
7.3. Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência
7.3.1. Violação de correspondência
7.3.2. Sonegação ou destruição de correspondência
7.3.3. Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica
7.3.4. Qualificadoras
7.3.5. Ação penal
7.3.6. Correspondência comercial
7.4. Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos
7.4.1. Divulgação de segredo
7.4.2. Violação do segredo profissional

8. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO
8.1. Furto
8.1.1. Furto noturno
8.1.2. Furto privilegiado
8.1.3. Furto de energia elétrica
8.1.4. Furto qualificado
8.1.5. Furto de veículo automotor
8.1.6. Concurso de crimes
8.1.7. Furto de coisa comum
8.2. Roubo
8.2.1. Roubo próprio e impróprio
8.2.2. Roubo qualificado

8.2.3. Roubo e lesão corporal grave
8.2.4. Roubo e morte
8.2.5. Concurso de crime
8.3. Extorsão
8.3.1. Extorsão qualificada
8.3.2. Concurso de crimes
8.3.3. Extorsão mediante sequestro: formas qualificadas, redução de pena
8.3.4. Extorsão indireta
8.4. Da usurpação
8.4.1. Alteração de limites
8.4.2. Usurpação de águas
8.4.3. Esbulho possessório
8.4.4. Supressão ou alteração de marca em animais
8.5. Dano
8.5.1. Dano qualificado
8.5.2. Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia
8.5.3. Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico
8.5.4. Alteração de local especialmente protegido
8.6. Da apropriação indébita
8.6.1. Apropriação indébita qualificada
8.6.2. Apropriação indébita privilegiada
8.6.3. Apropriação indébita previdenciária
8.6.4. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza
8.6.5. Apropriação de tesouro
8.6.6. Apropriação de coisa achada

9. ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES
9.1. Estelionato
9.1.1. Estelionato privilegiado
9.1.2. Subespécies de estelionato
9.1.3. Estelionato qualificado
9.2. Duplicata simulada
9.3. Falsificação do registro de duplicatas
9.4. Abuso de incapazes
9.5. Induzimento à especulação
9.6. Fraude no comércio
9.6.1. Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas
9.6.2. Fraude no comércio privilegiada
9.7. Outras fraudes
9.7.1. Perdão judicial
9.8. Fraude na fundação de sociedade por ações
9.9. Emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant”
9.10. Fraude à execução

10. RECEPTAÇÃO
10.1. Receptação qualificada

10.2. Receptação dolosa privilegiada
10.3. Receptação culposa
10.4. Perdão judicial

11. IMUNIDADE NOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO
11.1. Imunidades absolutas
11.2. Imunidades relativas

12. DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL
12.1. Dos crimes contra a propriedade intelectual
12.1.1. Violação do direito autoral
12.1.2. Usurpação de nome ou pseudônimo alheio

13. DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
13.1. Atentado contra a liberdade de trabalho
13.2. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta
13.3. Atentado contra a liberdade de associação
13.4. Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem
13.5. Paralisação de trabalho de interesse coletivo
13.6. Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola
13.7. Frustração do direito assegurado por lei trabalhista
13.8. Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho
13.9. Exercício de atividade com infração de decisão administrativa
13.10. Aliciamento para o fim de emigração
13.11. Aliciamento de trabalhadores

14. DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS
14.1. Dos crimes contra o sentimento religioso
14.1.1. Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo
14.1.1.1. Figura qualificada
14.2. Dos crimes contra o respeito aos mortos
14.2.1. Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária
14.2.1.1. Figura qualificada
14.2.2. Violação de sepultura
14.2.3. Destruição, subtração ou ocultação de cadáver
14.2.4. Vilipêndio a cadáver

15. DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES
15.1. Dos crimes contra a liberdade sexual
15.1.1. Estupro
15.1.2. Atentado violento ao pudor
15.1.3. Posse sexual mediante fraude
15.1.4. Atentado ao pudor mediante fraude
15.1.5. Assédio sexual
15.2. Sedução e corrupção de menores

15.3. Rapto
15.3.1. Rapto violento ou mediante fraude
15.3.2. Rapto consensual
15.4. Disposições comuns aos crimes contra a liberdade sexual, sedução, corrupção de menores e rapto
15.4.1. Formas qualificadas
15.4.2. Presunção de violência
15.4.3. Ação penal
15.4.4. Aumento de pena
15.4.5. Extinção da punibilidade
15.5. Lenocínio e tráfico de mulheres
15.5.1. Mediação para servir a lascívia de outrem
15.5.2. Favorecimento da prostituição
15.5.3. Casa de prostituição
15.5.4. Rufianismo
15.5.5. Tráfico de mulheres
15.5.6. Disposições comuns
15.6. Ultraje público ao pudor
15.6.1. Ato obsceno
15.6.2. Escrito ou objeto obsceno

16. DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA
16.1. Dos crimes contra o casamento
16.1.1. Bigamia
16.1.2. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento
16.1.3. Conhecimento prévio de impedimento
16.1.4. Simulação de autoridade para celebração do casamento
16.1.5. Simulação de casamento
16.1.6. Adultério
16.2. Dos crimes contra o estado de filiação
16.2.1. Registro de nascimento inexistente
16.2.2. Parto suposto
16.2.3. Sonegação de estado de filiação
16.3. Dos crimes contra a assistência familiar
16.3.1. Abandono material
16.3.2. Entrega de filho menor a pessoa inidônea
16.3.3. Abandono intelectual
16.3.4. Abandono moral
16.4. Dos crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela
16.4.1. Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes
16.4.2. Subtração de incapazes

17. DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA
17.1. Dos crimes de perigo comum
17.1.1. Incêndio
17.1.1.1. Incêndio qualificado

17.1.1.2. Incêndio culposo
17.1.1.3. Incêndio qualificado pelo resultado
17.1.2. Explosão
17.1.2.1. Forma privilegiada
17.1.2.2. Forma qualificada
17.1.2.3. Explosão culposa
17.1.3. Uso de Gás Tóxico ou Asfixiante
17.1.3.1. Forma culposa
17.1.3.2. Crime qualificado pelo resultado
17.1.3.3. Fabrica, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico ou asfixiante
17.1.4. Inundação
17.1.4.1. Formas qualificadas pelo resultado
17.1.4.2. Inundação culposa
17.1.5. Perigo de inundação
17.1.6. Desabamento ou desmoronamento
17.1.6.1. Forma culposa
17.1.7. Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento
17.1.8. Difusão de doença ou praga
17.1.8.1. Difusão culposa
17.2. Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos
17.2.1. Perigo de desastre ferroviário
17.2.2. Desastre ferroviário
17.2.3. Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo
17.2.3.1. Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo
17.2.3.2. Forma qualificada
17.2.3.3. Sinistro culposo
17.2.4. Atentado contra a segurança de outro meio de transporte
17.2.4.1. Sinistro em outro meio de transporte
17.2.4.2. Sinistro culposo
17.2.4.3. Forma qualificada
17.2.5. Arremesso de projétil
17.2.5.1. Forma qualificada
17.2.6. Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública
17.2.6.1. Forma qualificada
17.2.7. Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico
17.2.7.1. Forma qualificada
17.3. Dos crimes contra a saúde pública
17.3.1. Epidemia
17.3.1.1. Forma qualificada
17.3.1.2. Epidemia culposa
17.3.2. Infração de medida sanitária preventiva
17.3.2.1. Crime qualificado pelo resultado
17.3.3. Omissão de notificação de doença
17.3.4. Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal

17.3.4.1. Entrega a consumo ou depósito para distribuição
17.3.4.2. Forma qualificada
17.3.4.3. Envenenamento culposo
17.3.5. Corrupção ou poluição de água potável
17.3.5.1. Corrupção ou poluição culposa
17.3.5.2. Crime qualificado pelo resultado
17.3.6. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios
17.3.6.1. Equiparação
17.3.6.2. Modalidade culposa
17.3.7. Falsificação, corrupção ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais
17.3.7.1. Equiparação legal
17.3.7.2. Modalidade culposa
17.3.8. Emprego de processo proibido ou de substância não permitida
17.3.9. Invólucro ou recipiente com falsa indicação
17.3.10. Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores
17.3.11. Substância destinada à falsificação
17.3.12. Outras substâncias nocivas à saúde pública
17.3.12.1. Modalidade culposa
17.3.13. Medicamento em desacordo com receita médica
17.3.13.1. Modalidade culposa
17.3.14. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica
17.3.15. Charlatanismo
17.3.16. Qualificadora

18. DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA
18.1. Incitação ao crime
18.2. Apologia de crime ou criminoso
18.3. Quadrilha ou bando

19. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA
19.1. Da moeda falsa
19.1.1. Moeda falsa
19.1.1.1. Figura típica privilegiada
19.1.1.2. Fabricação ou emissão irregular de moeda
19.1.1.3. Desvio e circulação antecipada
19.1.2. Crimes assimilados ao de moeda falsa
19.1.3. Petrechos para falsificação de moeda
19.1.4. Emissão de título ao portador sem permissão legal
19.2. Da falsidade de títulos e outros papéis públicos
19.2.1. Falsidade de papéis públicos
19.2.2. Petrechos de falsificação
19.3. Da falsidade documental
19.3.1. Falsificação do selo ou sinal público
19.3.1.1. Equiparação

19.3.1.2. Causa de Aumento de Pena
19.3.2. Falsificação de documento público
19.3.2.1. Causa de Aumento de Pena
19.3.3. Falsificação de documento particular
19.3.4. Falsidade ideológica
19.3.4.1. Causa de Aumento de Pena
19.3.5. Falso reconhecimento de firma ou letra
19.3.6. Certidão ou atestado ideologicamente falso
19.3.7. Falsidade material de atestado ou certidão
19.3.8. Falsidade de atestado médico
19.3.9. Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica
19.3.9.1. Equiparação
19.3.10. Uso de documento falso
19.3.11. Supressão de documento
19.4. De outras falsidades
19.4.1. Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins
19.4.1.1. Figura privilegiada
19.4.2. Falsa identidade
19.4.3. Uso de documento de identidade alheia
19.4.4. Fraude de lei sobre estrangeiros
19.4.4.1. Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro
19.4.5. Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade
19.4.6. Adulteração de sinal identificador de veículo automotor
19.4.6.1. Crime funcional
19.4.6.2. Funcionário público que participa de licenciamento ou registro indevido de veículo com sinal de identificação adulterado ou remarcado

20. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
20.1. Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral
20.1.1. Peculato
20.1.1.2. Peculato apropriação
20.1.1.3. Peculato furto
20.1.1.4. Peculato culposo
20.1.1.5. Formas qualificadas
20.1.1.6. Extinção da punibilidade e redução de pena
20.1.2. Peculato mediante erro de outrem
20.1.2.1. Forma qualificada
20.1.3. Inserção de dados falsos em sistema de informações
20.1.4. Modificação ou adulteração não autorizada de sistema de informações
20.1.4.1. Causa de aumento de pena
20.1.5. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento
20.1.5.1. Subsidiariedade
20.1.5.2. Qualificadora
20.1.6. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas
20.1.6.1. Qualificadora

20.1.6.2. Exclusão da ilicitude
20.1.7. Concussão
20.1.7.1. Qualificadora
20.1.8. Excesso de exação
20.1.8.1. Causa de aumento de pena
20.1.8.2. Qualificadora
20.1.9. Corrupção passiva
20.1.9.1. Agravante
20.1.9.2. Qualificadora
20.1.9.3. Figura privilegiada
20.1.10. Facilitação de contrabando e descaminho
20.1.10.1. Qualificadora
20.1.11. Prevaricação
20.1.12. Condescendência criminosa
20.1.12.1. Qualificadora
20.1.13. Advocacia administrativa
20.1.13.1. Qualificadora
20.1.13.2. Causa de aumento de pena
20.1.14. Violência arbitrária
20.1.14.1. Revogação
20.1.15. Abandono de função
20.1.15.1. Qualificadora
20.1.15.2. Causa de aumento de pena
20.1.16. Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado
20.1.16.1. Exclusão da ilicitude
20.1.16.2. Qualificadora
20.1.17. Violação de sigilo funcional
20.1.17.1. Subsidiariedade
20.1.17.2. Qualificadora
20.1.18. Violação de sigilo de proposta de concorrência
20.1.18.1. Qualificadora
20.2. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral
20.2.1. Usurpação de função pública
20.2.1.1. Qualificadora
20.2.2. Resistência
20.2.3. Desobediência
20.2.4. Desacato
20.2.5. Tráfico de influência
20.2.5.1. Causa de aumento de pena
20.2.6. Corrupção ativa
20.2.6.1. Qualificadora
20.2.7. Contrabando e descaminho
20.2.7.1. Tipo qualificado
20.2.7.2. Extinção da punibilidade
20.2.8. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência
20.2.9. Inutilização de edital ou sinal

20.2.10. Subtração ou inutilização de livro ou documento
20.2.11. Sonegação de contribuição previdenciária
20.2.11.1. Extinção da punibilidade
20.2.11.2. Perdão judicial
20.2.11.3. Causa de diminuição de pena
20.3. Dos crimes contra a administração da justiça
20.3.1. Reingresso de estrangeiro expulso
20.3.2. Denunciação caluniosa
20.3.2.1. Qualificadora
20.3.2.2. Figura privilegiada
20.3.3. Comunicação falsa de crime ou de contravenção
20.3.4. Auto-acusação falsa
20.3.5. Falso testemunho ou falsa perícia
20.3.5.1. Concurso de pessoas
20.3.5.2. Agravantes
20.3.6. Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete
20.3.6.1. Concurso de pessoas
20.3.7. Coação no curso do processo
20.3.8. Exercício arbitrário das próprias razões
20.3.9. Subtração ou dano de coisa própria em poder de terceiro
20.3.10. Fraude processual
20.3.11. Favorecimento processual
20.3.11.1. Escusa absolutória
20.3.12. Favorecimento real
20.3.13. Abuso de poder e abuso de autoridade

VI – Bibliografia Básica

1.BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte especial. v. 2., v. 3. v. 4. v. 5. São Paulo: SaraivaJur.
2.DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo. Renovar. (Livro Digital)
3. NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal.** v.2. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** parte especial. v. 2, v. 3. São Paulo: SaraivaJur.
2. NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3. NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
4. PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
5. PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal: doutrina, jurisprudência selecionado, conexões lógicas com vários ramos do Direito.**. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito das coisas**
Código	DIR0503
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	5º

II – Ementário

Direitos reais e direitos pessoais. Posse. Efeitos da posse. Proteção possessória. Propriedade. Direito de vizinhança. Condomínio. Parcelamento do solo. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Direito de superfície. Servidões. Usufruto. Direito de Laje. Penhor. Hipoteca. Anticrese.

III – Objetivo

Ministrar aos alunos os conceitos básicos sobre Direitos Reais e Direitos Pessoais; proporcionar aos alunos uma visão acerca da posse, sua natureza jurídica, teorias, formas de aquisição, perda e transmissão, bem como com relação aos seus efeitos e formas de proteção; transmitir aos alunos o conhecimento teórico acerca do direito de propriedade, sua natureza jurídica, função social, formas de aquisição, perda e proteção; possibilitar aos alunos o entendimento das questões relativas ao direito de vizinhança e ao condomínio, tanto na sua modalidade ordinária, como edilícia, bem como trazendo discussão acerca do parcelamento do solo urbano e seus reflexos no Direito Urbanístico e Ambiental; apresentar aos alunos o conhecimento teórico acerca dos institutos da propriedade resolúvel, da propriedade fiduciária, do direito de superfície, dos direitos reais sobre coisas alheias e dos direitos reais de garantia; conduzir os alunos a adotar uma atitude crítica perante as questões fundamentais e específicas do Direito das Coisas, especialmente quanto às novas questões surgidas nas últimas décadas. Desenvolver e aprofundar estudos relativos ao Direito Comparado como forma de aprimoramento do Direito nacional, proporcionando aos alunos uma visão globalizada dos direitos reais com o objetivo de aumentar suas perspectivas para a solução de conflitos internos. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional; bem como para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. DIREITOS REAIS E DIREITOS PESSOAIS
1.1. Teorias e Natureza Jurídica
1.2. Características
1.3. Direito comparado

2. POSSE
2.1. Conceito e Natureza
2.2. Teorias
2.3. Espécies e Classificação
2.4. Detenção
2.5. Aquisição da posse
2.6. Perda da posse
2.7. Transmissão da posse
2.8. Composse
2.9. Visão comparatista da posse

3. EFEITOS DA POSSE
3.1. Frutos e produtos
3.2. Ressarcimento de danos
3.3. Benfeitorias
3.4. Aquisição do domínio

4. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA
4.1. Desforço pessoal
4.2. Interditos possessórios
4.3. Outras medidas cabíveis

5. PROPRIEDADE
5.1. Conceito e Natureza Jurídica
5.2. Elementos, Espécies e Classificação
5.3. A função social da propriedade
5.4. Aquisição da propriedade
5.5. Perda da propriedade
5.6. Restrições e Limitações ao Direito de Propriedade
5.7. Proteção da propriedade. Medidas Cabíveis
5.8. Visão comparatista do direito de propriedade

6. DIREITO DE VIZINHANÇA
6.1. Conflitos de vizinhança
6.2. Uso anormal da propriedade vizinha
6.3. Árvores limítrofes
6.4. Passagem Forçada
6.5. Das Águas
6.6. Limites entre prédios
6.7. Do Direito de Construir

7. CONDOMÍNIO
7.1. Condomínio Ordinário.
7.1.1. Voluntário e Necessário. Natureza Jurídica
7.1.2. Direitos e Deveres dos Condôminos
7.1.3. Administração do condomínio
7.1.4. Extinção do condomínio
7.2. Condomínio Horizontal ou Edilício
7.2.1. Natureza Jurídica
7.2.2. Formas de constituição da propriedade condominial
7.2.3. Direitos e Deveres dos Condôminos
7.2.4. Administração do Condomínio
7.2.5. Extinção do condomínio
7.3. Pré-horizontalidade
7.3.1. Incorporações
7.3.2. Grupos Fechados
7.4. Condomínio de lotes
7.5. Condomínio em multipropriedade

8. PROPRIEDADE RESOLÚVEL

9. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA

10. DIREITO DE SUPERFÍCIE

11. SERVIDÕES
11.1. Natureza Jurídica e Formas de Constituição
11.2. Exercício das servidões

11.3. Extinção das servidões

12. USUFRUTO
12.1. Natureza Jurídica
12.2. Direitos e Deveres do usufrutuário
12.3. Extinção do usufruto
12.4. Uso
12.5. Habitação

13. DIREITO DE LAJE

14. PENHOR
14.1. Natureza Jurídica
14.2. Constituição do penhor
14.3. Espécies de penhor
14.4. Direitos e obrigações do credor pignoratício
14.5. Extinção do penhor

15. HIPOTECA
15.1. Natureza Jurídica
15.2. Constituição da hipoteca
15.3. Espécies
15.4. Extinção da hipoteca

16. ANTICRESE
16.1. Natureza Jurídica
16.2. Direitos e deveres do credor anticrético

VI – Bibliografia Básica

1. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. **Direito das Coisas**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. RIZZARDO, Arnaldo. **Direitos das Coisas**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. v. 4. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. CAMBLER, Everaldo Augusto. **Responsabilidade Civil na Incorporação Imobiliária**. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
2.GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3. NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil:** Direito das Coisas. v. 4. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
4. TARTUCE, Flávio. **Direito Civil:** Direito das coisas. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

5. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil.** v. 4. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Processual Civil III (Teoria e Prática)**
Código	DIR0504
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	5º
II – Ementário	
Noções gerais sobre os procedimentos especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Dos procedimentos de jurisdição voluntária. Procedimentos especiais e legislação especial.	
III – Objetivo	
Proporcionar pleno conhecimento e domínio do conteúdo programático da disciplina. Provocar reflexão sobre o direito processual civil a partir da crise do judiciário e e do processo ordinarizado; desenvolvimento e aprimoramento do espírito crítico-reflexivo acerca do processo civil contemporâneo, com ênfase nos procedimentos especiais, para o que é indispensável o estudo de procedimentos alternativos ao procedimento comum, formato tradicional e burocrático pelo qual o processo de conhecimento normalmente é realizado. Preparar o graduando para o exercício profissional, habilitando-o com conhecimentos teóricos e competências instrumentais relevantes para a prática jurídica. Desenvolver e aprimorar o espírito crítico-reflexivo acerca do processo civil contemporâneo. Problematizar o direito processual como fenômeno sociocultural. Auxiliar na compreensão dos fenômenos jurídico-processuais ante a complexidade social. Discussão sobre aspectos polêmicos do processo civil brasileiro, contrapondo-o, na medida do possível, a outras tradições jurídicas. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de	

formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. NOÇÕES GERAIS SOBRE OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS
1.1. Processo e procedimento
1.2. Procedimentos do processo de conhecimento
1.2.1. Procedimentos especiais no CPC e na legislação esparsa
1.2.2. Crítica aos procedimentos comum ordinário e sumário
1.3. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária

2. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENSIOSA
2.1. Ação de consignação em pagamento
2.2. Ação de Exigir Contas
2.3. Ações possessórias
2.3.1. Disposições gerais
2.3.2. Manutenção e reintegração de posse
2.3.3. Interdito proibitório
2.4. Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares
2.5. Ação de Dissolução Parcial de Sociedade
2.6. Inventário, Partilha e Arrolamento
2.7. Embargos de terceiro
2.8. Oposição
2.9. Habilitação
2.10. Ações de Família
2.11. Ação monitória
2.12. Homologação do Penhor Legal
2.13. Regulação de Avaria Grossa
2.14. Restauração de Autos

3. DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
3.1. Disposições Gerais
3.1.1. Emancipação
3.1.2. Sub-rogação

3.1.3. Alienação, arrendamento ou oneração de bens de crianças ou adolescentes, de órfãos e de interditos
3.1.4. Alienação, locação e administração da coisa comum
Alienação de quinhão em coisa comum

3.1.6. Extinção de usufruto, quando não decorrer da morte do usufrutuário, do termo da sua duração ou da consolidação, e de fideicomisso, quando decorrer de renúncia ou quando ocorrer antes do evento que caracterizar a condição resolutória
3.1.7. Expedição de alvará judicial
3.1.8. Homologação de autocomposição extrajudicial, de qualquer natureza ou valor.
3.2. Notificação e Interpelação
3.3. Alienação Judicial
3.4. Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio.
3.5. Testamentos e dos Codicilos
3.6. Herança Jacente
3.7. Dos Bens dos Ausentes
3.8. Das Coisas Vagas
3.9. Interdição
3.10. Tutela e Curatela
3.11. Da Organização e da Fiscalização das Fundações
3.12. Elaboração de peças processuais

4. PROCEDIMENTOS REFERENTES À LOCAÇÃO IMOBILIÁRIA
4.1. Ações na locação imobiliária
4.1.1. Ação de despejo
4.1.2. Ação de consignação de aluguel
4.1.3. Ação revisional
4.1.4. Ação renovatória
4.1.5. Elaboração de peças processuais

VI – Bibliografia Básica

1. FARIAS, Cristiano Chaves de; DIDIER JÚNIOR, Fredie (Coord). **Procedimentos Especiais Cíveis: legislação extravagante**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).

VII – Bibliografia Complementar

1. ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
2. GAJARDONI, Fernando da Fonseca; SILVA, Márcio Henrique Mendes da. (Org). **Manual dos procedimentos especiais cíveis de legislação extravagante**. São Paulo: Método
3. GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. v. 2. São Paulo: Saraiva. v. 2.
4. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil: procedimentos especiais**. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 5.
5. THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: procedimentos especiais. v. 2. Rio de Janeiro: Forense. v. 2.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Processual Penal I (Teoria e Prática)**
Código	DIR0505
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	5º

II – Ementário

O direito processual penal. A norma: material e instrumental (objeto imediato). Sistemas processuais. Aplicação do direito processual penal. Fontes do processo penal. Princípios e garantias constitucionais do processo penal. Eficácia da lei processual penal no tempo e no espaço. Imunidades. O homem, a sociedade e o direito. Da investigação preliminar. Da ação penal. Jurisdição e competência. Questões e processos incidentes. Conflito de jurisdição. Restituição das coisas apreendidas. Medidas assecuratórias. Incidente de falsidade.

III – Objetivo

Tem como objetivo apresentar fundamentos doutrinários e jurisprudenciais, sedimentando os conhecimentos gerais dos alunos; habilitar os acadêmicos à compreensão da aplicação prática da teoria do processo penal; ressaltar a participação do advogado criminalista na luta pelo direito à liberdade; orientar as pesquisas dos alunos nos trabalhos de aprofundamento doutrinário e jurisprudencial, estimulando a produção científica; proporcionar o aprendizado do direito processual penal sob o paradigma constitucional e garantista, destacando a necessidade de respeitar seus princípios sem descurar, entretanto, do interesse social e instrumental que o processo deve desenvolver no seio comunitário como responsável (de forma efetiva e concreta) pela segurança e restabelecimento da paz juridicamente perturbada; propiciar o gosto pela pesquisa com o desenvolvimento de temas atuais e relevantes através da investigação e apresentação de trabalhos em forma de seminários, com a manifestação individual dos discentes assistentes logo em seguida a apresentação projetando, destarte a participação de todos, maior compreensão da matéria e possibilidade de melhor avaliação. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o

desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O DIREITO PROCESSUAL PENAL
1.1. Correntes Abolicionistas, Tolerância Zero e da Defesa Social
1.2. Violência e Criminalidade. Crime Organizado. Miséria. Riqueza. Imprensa
1.3. Justiça Negociada
1.4. Inflação Penal e Direito Penal Mínimo
1.5. Fundamento da existência do processo penal: instrumentalidade garantista

2. A NORMA: MATERIAL E INSTRUMENTAL (OBJETO IMEDIATO)
2.1. Conceito
2.2. Relatividade da dicotomia
2.3. Em nível de conteúdo: regra, ordem e garantia
2.4. Outras regras que regulam atividades administrativas, que também são instrumentais; outras, que embora regulem a operação dos órgãos jurisdicionais, não são processuais.
2.5. Conotação Política

3. SISTEMAS PROCESSUAIS
3.1. Conceito
3.2. Sistema acusatório
3.3. Sistema inquisitivo
3.4. Sistema misto

3.5. Características
3.6. Doutrina atual do Sistema Brasileiro

4. APLICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL
4.1. Integração das Normas Jurídicas: auto-integração e heterointegração
4.2. Interpretação e Integração: conceitos
4.3. Técnicas de Interpretação: sujeito, método e eficácia
4.4. Integração de Lacunas

5. FONTES DO PROCESSO PENAL
5.1. Classificação
5.2. A lei
5.3. O costume
5.4. Princípios gerais do direito
5.5. Tratados, convenções e regras do direito internacional
5.6. Analogia

6. PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO PENAL
6.1. Conceito
6.2. Espécies
6.3. Peculiaridades
6.4. Ampla defesa
6.5. Contraditório
6.6. Devido Processo Legal
6.7. Presunção de inocência
6.8. Fundamentação das decisões judiciais

7. EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO
7.1. Aplicação no Espaço
7.2. Aplicação no Tempo

8. IMUNIDADES
8.1. Material (artigo 27, § 1º da Constituição Federal e Súmula 245 do STF)
8.2. Formal (artigo 53, § 1º, 1ª parte da Constituição Federal)

9. O HOMEM, A SOCIEDADE E O DIREITO
9.1. Jus Puniendi e Jus Libertatis
9.2. Ofensividade
9.3. Antijuridicidade numa leitura processual
9.4. Pretensão e Interesse punitivo
9.5. Lide Penal
9.6. Persecutio Criminis e suas variantes

10. DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR
10.1. O fundamento da existência da investigação preliminar
10.2. Polícia

10.2.1. Conceito
10.2.2. Divisão
10.2.3. Leitura Constitucional
10.2.4. Questões relevantes
10.3. Do inquérito policial e outras formas de investigação preliminar
10.3.1. Considerações Iniciais
10.3.2. Conceito
10.3.3. Eficácia probatória: atos de prova e atos de investigação
10.3.4. Inquérito não policial
10.3.5. Natureza Jurídica
10.3.6. Características e princípios
10.3.7. Delegado de Polícia. Termo Autoridade.
10.3.8. Circunscrição. Valor Probatório. Vícios.
10.3.9. Atos Iniciais. Procedimento. Prazos. Conclusão
10.3.10. Arquivamento
10.3.11. Questões polêmicas

11. DA AÇÃO PENAL
11.1. Teorias da ação
11.2. Conceito, classificação e natureza jurídica
11.3. Condições da ação e pressupostos processuais
11.4. Espécies de ação penal
11.5. Ação Civil *ex delicti*
11.6. Pública e Privada. Características, natureza jurídica e princípios das ações penais específicas
11.7. Denúncia e queixa crime. Rejeição e não-recebimento
11.8. Causas Extintivas da punibilidade: renúncia e perdão
11.9. Decadência e perempção
11.10. Aditamento
11.11. Questões polêmicas
11.12. Simulação de peças processuais.

12. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA
12.1. Noções gerais
12.2. Regras gerais
12.3. Modos de determinação da competência criminal
12.4. Competência da Justiça especial: militar e eleitoral
12.5. Competência da Justiça comum: federal e estadual
12.6. Conexão e continência e suas conseqüências
12.7. Regras para fixação do juízo prevalente
12.8. Exceções à unidade de processo
12.9. Foro privilegiado. Prerrogativa de função
12.10. Unificação de penas
12.11. Outros aspectos
12.12. Questões relevantes

13. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES
13.1. Previsão legal
13.2. Noções e conceito
13.3. Procedimento incidental e natureza da decisão incidental
13.4. Divisão dos incidentes
13.5. Questões prejudiciais
13.5.1. Previsão legal. Conceito. Classificação
13.5.2. Distinção de preliminar
13.5.3. Sistemas processuais para solução da prejudicial
13.6. Exceções
13.6.1. Previsão legal. Conceito, espécies. Noções.
13.6.2. Classificação quanto aos efeitos
13.7. Incompatibilidade e impedimentos
13.7.1. Previsão legal. Conceito. Distinção. Noções.
13.8. Simulação de peças processuais.

14. CONFLITO DE JURISDIÇÃO
14.1. Conflito de atribuições, de jurisdição e de competência
14.2. Objeto do conflito
14.3. Formas de solução das questões sobre competência
14.4. Conflito e sua suscitação do CPP
14.5. Outros aspectos

15. RESTITUIÇÃO DAS COISAS APREENDIDAS
15.1. Previsão legal e noções gerais
15.2. Apreensão e restituição das coisas apreendidas
15.3. Restituição feita durante o Inquérito Policial
15.4. Direitos do terceiro de boa-fé
15.5. Sujeito da devolução
15.6. Prazo para a reclamação das coisas
15.7. Apreendidas e seu destino.

16. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS
16.1. Noções de medidas cautelares no Processo Penal
16.2. Papel da vítima e o processo reparatório
16.3. Sequestro
16.3.1. Requisitos e características
16.3.2. Cabimento
16.3.3. Levantamento e outros aspectos
16.4. Hipoteca legal
16.4.1. Cabimento
16.4.2. Hipóteses
16.4.3. Previsão legal
16.4.4. Levantamento
16.4.5. Requisitos
16.5. Sequestro de bens móveis

16.5.1. Absolvição e extinção da punibilidade
16.6. Simulação de peças processuais.

17. INCIDENTE DE FALSIDADE
17.1. Incidente de falsidade
17.1.1. Previsão legal
17.1.2. Objeto do incidente de falsidade documental
17.1.3. Procedimento
17.2. Incidente de Insanidade Mental do Acusado
17.2.1. Previsão legal
17.2.2. Noções gerais
17.2.3. Imputabilidade versus incapacidade
17.2.4. Objeto do exame de insanidade
17.2.5. Legitimidade para o pedido
17.2.6. Momento processual do exame
17.2.7. Procedimento
17.2.8. Conclusões do exame pericial
17.2.9. Insanidade sobrevinda no curso da execução

VI – Bibliografia Básica

1. CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal.** v. 1. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1.GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **A motivação das decisões penais**. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
2. JESUS, Damásio Evangelista de. **Código de Processo Penal Anotado**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Forense.
5. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal brasileiro:** parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 6º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito do Trabalho II**
Código	DIR0601
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	6º
II – Ementário	
Remuneração e salário. Parcelas integrantes da remuneração. Isonomia salarial. Proteção do salário. Obrigações sem natureza salarial. Aviso prévio. Estabilidade e garantia de emprego. Terminação do contrato de trabalho. Fundo de garantia do tempo de serviço. Liberdade e autonomia sindical. Organização sindical brasileira. Acordo e convenção coletiva de trabalho. Receitas sindicais. Direito coletivo do trabalho comparado.	
III – Objetivo	
O objetivo geral da disciplina é o de apresentar aos estudantes do Curso de Direito a evolução e os fundamentos do Direito do Trabalho: sua origem, sua evolução, seus princípios e seus principais institutos, conforme o programa em anexo. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; e para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.	
IV – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula. • 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs) • 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum) • 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto) • 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário) • 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa) Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso	

compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO
1.1. Distinção entre remuneração e salário
1.2. Características do salário
1.3. Salário e indenização
1.4. Tipos de salários
1.5. Formas de estipulação do salário.

2. PARCELAS INTEGRANTES DA REMUNERAÇÃO
2.1. Adicionais de hora extra
2.2. Gratificações
2.3. Gorjetas e gueltas
2.4. Comissões e porcentagens
2.5. Salário-utilidade.
2.6. Verbas de natureza não salarial

3. EQUIPARAÇÃO SALARIAL
3.1. Equiparação salarial
3.2. Requisitos legais da equiparação salarial
3.3. Substituição e desvio de função
3.4. Quadro de pessoal organizado em carreira
3.5. Dano por ato discriminatório

4. PROTEÇÃO DO SALÁRIO
4.1. Meios, época e local do pagamento do salário
4.2. Proteção do salário em face do empregador
4.3. Proteção do salário em face dos credores do empregador
4.4. Proteção do salário em face dos credores do empregado
4.5. Política salarial.

5. ESTABILIDADE E GARANTIA DE EMPREGO
5.1. Conceito de estabilidade e garantia de emprego
5.2. Estabilidade definitiva e provisória
5.3. Reintegração do empregado
5.4. Estabilidade provisória e garantia de emprego em face dos contratos a prazo
5.5. As garantias de emprego no direito comparado

6. AVISO PRÉVIO
6.1. Conceito
6.2. Prazos
6.3. Efeitos.

7. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
7.1. Espécies de rescisão do contrato de trabalho
7.2. Parcelas devidas ao empregado por força da rescisão do contrato de trabalho
7.3. Homologação da rescisão do contrato de trabalho
7.4. Prazo para pagamento das parcelas rescisórias

8. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
8.1. Constituição, gestão e aplicação do fundo de garantia por tempo de serviço
8.2. Campo de aplicação do fundo de garantia por tempo de serviço
8.3. Depósitos e seus efeitos na rescisão do contrato de trabalho
8.4. Prescrição do fundo de garantia por tempo de serviço
8.5. Hipóteses de saque

9. CONTRATOS ESPECIAIS DE TRABALHO
9.1. Aprendizagem
9.2. Doméstico
9.3. Rural
9.4. Estágio
9.5. Trabalho do Menor
9.6. Trabalho da Mulher

10. LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL
10.1. Princípios do direito coletivo do trabalho
10.2. OIT e a liberdade sindical
10.3. Legislação sindical brasileira
10.4. Liberdade e unicidade sindical
10.5. Autonomia sindical na Constituição Federal de 1988

11. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA
11.1. Da associação em sindicato
11.2. Das condições de registro e funcionamento
11.3. Enquadramento sindical
11.4. Da base territorial de atuação
11.5. Das associações sindicais de grau superior
11.6. Da gestão e prerrogativas sindicais
11.7. Das garantias do exercício do mandato de representação sindical
11.8. Receitas sindicais

12. GREVE
12.1. Histórico da Greve
12.2. A greve no Direito brasileiro

13. ACORDO E CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
13.1. Conceito
13.2. Natureza jurídica
13.3. Extensão

13.4. Conteúdos
13.5. Efeitos
13.6. Forma
13.7. Duração

14. DANO EXTRAPATRIMONIAL
14.1. Noções gerais de dano extrapatrimonial
14.2. Espécies de dano extrapatrimonial

VI – Bibliografia Básica

1. DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
2. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho.** São Paulo: LTr. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
2. NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho:** história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas no direito do trabalho. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do Trabalho Esquematizado**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
5. SÜSSEKIND, Arnaldo. **Instituições de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito das Famílias**
Código	DIR0602
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	6º

II – Ementário

Noções gerais: o Direito de Família na atualidade a partir de uma visão histórica, jurídica e comparatista. Do casamento. Das relações de parentesco. Direito patrimonial. Da união estável. Da tutela e da curatela. Temas emergentes de direito de família.

III – Objetivo

Tem como objetivo interpretar as normas protetoras da família e do parentesco; demonstrar que o Direito de Família está inserido numa realidade em constante transformação e que sofre influências determinantes dos fatores morais, econômicos, políticos e culturais da sociedade e, em decorrência disso, deve responder as demandas presentes nesse cenário; sublinhar a necessidade de uma concepção aberta e especulativa na formação do jurista, a fim de capacitá-lo para interagir em uma sociedade organizada a partir do sistema jurídico, alicerçado em práticas democráticas perpassadas por vínculos sociais marcadamente éticos, solidários e humanistas; construir subsídios para a compreensão das transformações no âmbito das relações familiares; analisar as inovações relativas à disciplina a partir da CF/88, leis posteriores e construções jurisprudenciais; estudar o Direito de Família especialmente numa perspectiva humana, ética, social e política; desenvolver e aprofundar estudos relativos ao Direito Comparado como forma de aprimoramento do Direito nacional, vindo-se a compreender o Direito estrangeiro como expressão de dada cultura, dentre as tantas existentes na atual sociedade globalizada; propiciar a formação contínua do aluno, através da ênfase no ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica, tornando-o capaz de atuar em um cenário nacional e internacional em constante transformação. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada; bem como para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. DAS FAMÍLIAS
1.1. O Direito de Família na atualidade a partir de uma visão histórica, jurídica
1.2. Princípios norteadores do Direito de Família.
1.3. Configurações familiares

2. DO CASAMENTO
2.1. Disposições gerais
2.2. Capacidade para o casamento
2.3. Impedimentos
2.4. Das causas suspensivas
2.5. Do processo de habilitação para o casamento
2.6. Da celebração do casamento
2.7. Das provas do casamento
2.8. Da invalidade do casamento
2.9. Da eficácia do casamento

3. DA UNIÃO ESTÁVEL
3.1. Conceito e evolução histórica
3.2. Requisitos para sua configuração
3.3. Direitos e deveres dos companheiros
3.4. Convenções entre os conviventes

4. DA CRISE NA FAMÍLIA
4.1. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal
4.2. Da dissolução da união estável
4.3. Da proteção das pessoas dos filhos
4.4. Da proteção da mulher

4.5. Os métodos consensuais aplicáveis ao tratamento dos conflitos familiares.

5. DIREITO PATRIMONIAL
5.1. Regime de bens entre cônjuges
5.1.1. Noções gerais
5.1.2. Pacto antenupcial
5.1.3. Regime da comunhão parcial
5.1.4. Regime da comunhão universal
5.1.5. Regime da participação final nos aquestos
5.1.6. Regime da separação de bens
5.2. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores
5.3. Do bem de família
5.3.1. Conceito e características gerais
5.4.2. Bem de família voluntário
5.4.3. Bem de família legal ou obrigatório

6. DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO
6.1. Noções gerais
6.2. Da filiação
6.3. Da multiparentalidade
6.4. Do reconhecimento dos filhos
6.5. Da adoção
6.6. Do poder familiar
6.7. Exercício do poder familiar

7. DOS ALIMENTOS
7.1. Conceito e natureza jurídica
7.2. Pressupostos da obrigação alimentar
7.3. Espécies. Características
7.4. Alimentos decorrentes da dissolução do casamento e da união estável
7.5. Meios de assegurar o pagamento da pensão alimentícia

8. DA TUTELA E DA CURATELA
8.1. Da tutela
8.1.1. Dos tutores
8.1.2. Do exercício da tutela
8.2. Da curatela
8.2.2. Do exercício da curatela

VI – Bibliografia Básica

1. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** Direito de Família. São Paulo: Saraiva Educação. (Livro Digital)
2. MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3. TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar
1. BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Livro Digital) 2. CALDERÓN, Ricardo. **Princípio da Afetividade no Direito de Família.** Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital) 3. MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família.** Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital) 4. RIZZARDO, Arnaldo. **Direitos de Família**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital) 5. TARTUCE, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família**: teoria e prática. São Paulo: Método. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Administrativo I**
Código	DIR0603
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	6º

II – Ementário

A administração pública. Direito administrativo. Poderes administrativos. Organização administrativa brasileira. Agentes públicos. Atos Públicos.

III – Objetivo

Com vistas à contextualização do aluno com as peculiaridades típicas das relações jurídicas das quais a Administração Pública faz parte, a presente disciplina busca o desenvolvimento da teoria geral e introdutória referente a tal função estatal. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; e para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1.1. Função estatal de Administração Pública
1.2. Conceitos de Administração Pública: objeto e subjetivo
1.3. Características da Administração Pública em sentido funcional
1.4. Características da Administração Pública em sentido orgânico

2. DIREITO ADMINISTRATIVO
2.1. Conceito
2.2. Fontes: codificação
2.3. Princípios do Direito Administrativo
2.3.1. Princípios Formadores do Regime Jurídico-Administrativo
2.3.2. Princípios Constitucionais Explícitos
2.3.3. Princípios Constitucionais Implícitos

3. PODERES ADMINISTRATIVOS
3.1. Poder Hierárquico
3.2. Poder de Polícia
3.3. Poder Disciplinar
3.4. Poder Regulamentar

4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BRASILEIRA
4.1. Noções gerais da Federação brasileira
4.2. Administração Pública Direta: Pessoas Políticas
4.3. Administração Pública Indireta: Pessoas Administrativas. Autarquias. Fundações Públicas. Consórcios Públicos.
4.4. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Agências Reguladoras. Agências Executivas.
4.5. Órgãos Públicos

5. AGENTES PÚBLICOS
5.1. Conceito
5.2. Espécies
5.3. Regimes Jurídicos
5.4. Servidores Públicos
5.5. Estabilidade e Vitaliciedade

6. ATOS ADMINISTRATIVOS
6.1. Conceito: Atos jurídicos, atos administrativos em sentido material e formal e fatos administrativos
6.2. Requisitos, elementos, pressupostos
6.3. Atributos
6.4. Classificação e atos em espécie
6.5. Extinção ordinária e extraordinária dos atos administrativos

VI – Bibliografia Básica

1. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1.CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. NOHARA, Irene Patrícia**. Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Método. (Livro Digital)
4. OLIVEIRA, Régis Fernandes. **Ato Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
5. OSÓRIO, Fábio Medina. **Direito Administrativo Sancionador**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Processual Civil IV (Teoria e Prática)**
Código	DIR0604
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	6º

II – Ementário

Modalidades de Execução de Títulos Extrajudiciais. Penhora e Avaliação. Formas de Expropriação na Execução. Embargos à Execução. Processos nos Tribunais. Incidente de Assunção de Competência – IAC. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. Conflito de Competência. Homologação de Sentença Estrangeira e *Exequatur.* Ação Rescisória. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR. Reclamação. Teoria Geral dos Recursos Cíveis. Recursos em Espécie.

III – Objetivo

Tem como objetivo pleno conhecimento e domínio do conteúdo programático da disciplina. Provocar reflexão sobre o direito processual civil a partir da crise do judiciário e do processo (para tanto imprescindível a compreensão do processo de conhecimento e seu rito ordinário, bem como a compreensão da pletora recursal); desenvolvimento e aprimoramento do espírito crítico-reflexivo acerca do processo civil contemporâneo, com ênfase no processo de execução e dos Processos nos Tribunais; contribuir para a construção de um novo modo de produção do direito, rompendo com o paradigma do iluminismo racionalista e liberal individualista, que dominou (e ainda domina) a formação da ciência processual; problematizar o direito processual como fenômeno sociocultural; auxiliar na compreensão dos fenômenos jurídico-processuais ante a complexidade social; discussão sobre aspectos polêmicos do processo civil brasileiro; preparar o graduando para o exercício profissional, habilitando-o com conhecimentos não só teóricos, mas também práticos. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; para uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL
3.1. Requisitos do título executivo
3.2. Título executivo extrajudicial

4. PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS
4.1. Petição Inicial
4.2. Partes
4.3. Competência
4.4. Citação e Arresto
4.5. Penhora e Avaliação
4.6. Forma de Expropriação de Bens na Execução
4.7. Fraude contra Credores
4.8. Suspensão do Processo de Execução de Títulos Extrajudiciais
4.9. Extinção do Processo de Execução de Títulos Extrajudiciais
4.10. Elaboração de peças processuais.

5. MODALIDADES DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS
5.1. Execução para entrega de coisa
5.2. Execução das obrigações de fazer ou de não fazer
5.3. Execução por quantia certa
5.4. Execução contra a Fazenda Pública
5.5. Execução de alimentos

6. DEFESA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS
6.1. Embargos à Execução
6.2. Exceção/Objeção de Pré-Executividade
6.3. Elaboração de peças processuais.

7. PROCESSOS NOS TRIBUNAIS
7.1. Competência originária e competência recursal
7.2. Relator
7.3. Julgamento – Monocrático e colegiado

8. AÇÕES ORIGINÁRIAS DE TRIBUNAL
8. 1. Ação Rescisória
8.2. Reclamação
8.3. Elaboração de peças processuais.

9. INCIDENTES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL
9.1. Incidente de Assunção de Competência – IAC
9.2. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade
9.3. Conflito de Competência
9.4. Homologação de Decisão Estrangeira e Concessão de *Exequatur* à Carta Rogatória
9.5. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR
9.6. Pedido de Suspensão de Segurança
9.7. Elaboração de peças processuais.

10. TEORIA GERAL DOS RECURSOS CÍVEIS
10.1. Conceito e espécies de recursos.
10.2. Interesse e legitimidade recursais. Sucumbência: integral e recíproca.
10.3. Recurso Adesivo
10.4. Efeitos dos recursos.
10.5. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito.

11. RECURSOS EM ESPÉCIE
11.1. Apelação
11.2. Agravo de Instrumento
11.3. Agravo Interno
11.4. Embargos de Declaração
11.5. Recurso Ordinário Constitucional
11.6. Recurso Especial
11.7. Recurso Extraordinário
11.8. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário
11.9. Embargos de Divergência
11.10. Recurso Inominado (Lei n. 9.099/95)
11.11. Elaboração de recursos.

VI – Bibliografia Básica

1. ABELHA, Marcelo. **Manual de Execução Civil**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro digital)
2. CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil.** v. 2 e 3. São Paulo. Atlas. (Livro Digital)
3. GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil:**

execução, processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões. v. 3. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Execução e Recursos - Comentários ao CPC de 2015. v. 3. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. LUNARDI, Fabrício Castagna. **Curso de Direito Processual Civil.** São Paulo. Saraiva. (Livro Digital)
3. NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. **Prática de Direito Processual Civil**. São Paulo. Atlas. (Livro Digital)
4. STRECK, Lenio Luiz, NUNES, Dierle, CUNHA, Leonardo Carneiro da (Org.); Alexandre Freire (Coord.). **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
5. THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: execução forçada, processo nos tribunais, recursos e direito intertemporal. v. 3. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Processual Penal II (Teoria e Prática)**
Código	DIR0605
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	6º

II – Ementário

Da prova no processo penal. Das perícias. Do exame do corpo de delito. Interrogatório do acusado. Da confissão. Da inquirição do ofendido. Da inquirição das testemunhas. Do reconhecimento de pessoas e coisas. Da acareação. Dos documentos. Dos indícios. Da busca e apreensão. Sujeitos processuais. Da prisão em geral. Da prisão em flagrante. Da prisão preventiva. Da prisão temporária. Da prisão decorrente de pronúncia. Da liberdade provisória. Das citações, intimações e notificações. Da sentença. Dos procedimentos.

III – Objetivo

Tem como objetivo compreender as possibilidades de prisão, sua decretação, bem como seus vários tipos de procedimentos previstos na legislação; compreender como se dá o estudo acerca da sentença penal e seus efeitos, tanto a sentença absolutória como a sentença condenatória e outras decisões com caráter decisivo existentes no processo penal; proporcionar ao acadêmico o aprendizado do direito processual penal sob o paradigma constitucional e garantista, destacando a necessidade de respeitar seus princípios sem descurar, entretanto, do interesse social e instrumental que o processo deve desenvolver no seio comunitário como responsável (de forma efetiva e concreta) pela segurança e restabelecimento da paz juridicamente perturbada; propiciar o gosto pela pesquisa com o desenvolvimento de temas atuais e relevantes através da investigação e apresentação de trabalhos em forma de seminários, com a manifestação individual dos discentes assistentes logo em seguida a apresentação projetando, destarte a participação de todos, maior compreensão da matéria e possibilidade de melhor avaliação; introduzir e ensejar o aprendizado crítico do processo penal, a partir de um paradigma constitucional e da matriz humanista do garantismo penal; contrapor institutos do direito processual penal a partir de uma perspectiva comparatista entre os diversos sistemas jurídicos. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; para uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras

inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. DA PROVA NO PROCESSO PENAL
1.1. Considerações Gerais
1.2. Conceito; Objeto e Fonte de Prova
1.3. (Des)construção do mito da verdade real
1.4. Meios e Elementos de Prova
1.5. Liberdade de Prova e ônus da Prova
1.6. Sistemas de Apreciação das Provas
1.7. Provas ilegítimas e ilícitas
1.8. Provas em espécie: perícia, exame de corpo de delito, interrogatório do acusado, prova testemunhal, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios, busca e apreensão

2. DAS PERÍCIAS
2.1. Noções Gerais
2.2. Conceito
2.3. Espécies
2.4. Número de Peritos

3. DO EXAME DO CORPO DE DELITO
3.1. Noções Gerais
3.2. Obrigatoriedade
3.3. Tipos de Exame

3.4. Exame por Precatória

4. INTERROGATÓRIO DO ACUSADO
4.1. Considerações Gerais
4.2. Necessidade; oportunidade, caracteres e procedimento
4.3. Acusado menor e co-réus

5. DA CONFISSÃO
5.1. Noções Gerais
5.2. Conceito e Força Probatória
5.3. Espécies
5.4. Espontaneidade; retratabilidade; e divisibilidade

6. DA INQUIRIÇÃO DO OFENDIDO
6.1. Noções Gerais
6.2. Conceito e Força probatória
6.3. Necessidade de ser arrolado

7. DA INQUIRIÇÃO DAS TESTEMUNHAS
7.1. Considerações Gerais
7.2. Conceito e valor probatório
7.3. Classificação de Testemunhas e caracteres do testemunho
7.4. Capacidade e dever jurídico de depor
7.5. Dever de comparecimento e de prestar compromisso - Execuções e Sanções
7.6. Procedimento
7.7. Contradita e arguição de defeito

8. DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS
8.1. Noções Gerais
8.2. Procedimento

9. DA ACAREAÇÃO
9.1. Noções Gerais
9.2. Valor probatório e procedimento

10. DOS DOCUMENTOS
10.1. Noções Gerais
10.2. Conceito e Classificação
10.3. Momento para apresentação
10.4. Providencia do juiz e autenticidade
10.5. Documentos em língua estrangeira e desentranhamento

11. DOS INDÍCIOS
11.1. Noções Gerais
11.2. Valor probatório

12. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO SIMULADA

13. DA BUSCA E APREENSÃO
13.1. Noções Gerais
13.2. Espécies, oportunidade e iniciativa
13.3. Finalidade; condição de legitimidade e mandado
13.4. Procedimento com e sem mandado
13.5. Documentação
13.6. Busca no escritório do advogado e em repartições públicas

14. SUJEITOS PROCESSUAIS
14.1. O juiz
14.2. O Ministério Público
14.3. O acusado e seu defensor
14.4. O assistente

15. DA PRISÃO EM GERAL
15.1. Considerações Gerais
15.2. Conceito - prisão pena e prisão sem pena
15.3. Espécies e formalidades legais
15.4. Autoridade competente para decretá-la
15.5. Ordem escrita (Mandado de prisão) e uso da força
15.6. Momento para realização e inviolabilidade de Domicílio
15.7. Prisão Especial

16. DA PRISÃO EM FLAGRANTE
16.1. Considerações Gerais
16.2. Espécies; formalidades; e consequências
16.3. Nos crimes permanentes e habituais, nos de ação privada, nas contravenções penais.
16.4. Nas infrações praticadas na presença da autoridade ou contra ela no exercício de suas funções.
16.5. Relaxamento e concessão da liberdade provisória
16.6. Flagrante preparado; provocado; e forjado- sumula 145

17. DA PRISÃO PREVENTIVA
17.1. Considerações Gerais
17.2. Espécies e momento para Decretação
17.3. Legitimidade para requerer e para decretá-la
17.4. Pressupostos: circunstâncias que autorizam e hipóteses legais que a admitem
17.5. Fundamentação e recursos
17.6. Proibição e revogação

18. DA PRISÃO TEMPORÁRIA
18.1. Noções Gerais
18.2. Iniciativa e oportunidade

18.3. Competência para decretá-la e prazos

19. DA PRISÃO DECORRENTE DE PRONÚNCIA
19.1 Noções Gerais
19.2. Evolução no Direito Processual Pátrio
19.3. Atualidade

20. DA LIBERDADE PROVISÓRIA
20.1. Noções Gerais
20.2. Liberdade provisória vinculada sem fiança
20.3. Liberdade provisória sem vinculação e sem fiança
20.4. Liberdade provisória vinculada, mediante fiança

21. DAS CITAÇÕES, INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES
21.1. Noções Gerais
21.2. Espécies e procedimentos.

22. DA SENTENÇA
22.1. Generalidades
22.2. Classificação dos atos jurisdicionais
22.3. Requisitos Formais
22.4. Roteiro para elaboração da sentença criminal
22.5. Nova Definição jurídica do fato
22.6. Publicação. Intimação

23. PROCEDIMENTO COMUM
23.1. Procedimento comum ordinário
23.1. Generalidades
23.2. Aplicabilidade e Rito
23.3. Elaboração de peças processuais.
23.2. Procedimento comum sumário
23.2. Generalidades
23.2. Aplicabilidade e Rito
23.2. Elaboração de peças processuais.
23.3. Procedimento comum sumaríssimo
23.3. Generalidades
23.3. Aplicabilidade e Rito
23.3. Elaboração de peças processuais.

25. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS
25.1. Generalidades
25.2. Aplicabilidade e Rito
25.3. Elaboração de peças processuais.

26. PROCEDIMENTO NO CRIME DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI
26.1. Generalidades
26.2. Aplicabilidade e Rito

26.3. Júri simulado

VI – Bibliografia Básica

1. CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Forense
3. RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1.GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **A motivação das decisões penais**. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
2. JESUS, Damásio Evangelista de. **Código de Processo Penal Anotado**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4.TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal.** v. 1. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
5. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal brasileiro:** parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 7º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito das Sucessões**
Código	DIR0701
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	7º
II – Ementário	
Conceito. Sucessão legítima. Os testamentos em geral. O inventário e a partilha.	
III – Objetivo	
Oferecer ao aluno instrumental teórico para conhecer a história, as razões político-jurídicas dos institutos e sua aplicação no panorama da sociedade atual, de maneira que possa lidar com os institutos e seus efeitos aculturando-se, com autonomia teórica que habilite a compreender as questões do Direito das Sucessões e a escrever sobre elas. Considerando a mobilidade humana, especialmente nos municípios de fronteira na América do Sul, a disciplina pretende preparar o aluno para enfrentar questões decorrentes das relações sucessórias de interesse dos migrantes. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional; bem como para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.	
IV – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula. • 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs) • 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum) • 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto) • 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário) • 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de	

Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. CONCEITO
1.1. Abertura da sucessão
1.2. Transmissão da herança
1.3. Sujeitos na relação sucessória
1.4. Tipos de sucessão e de herdeiros
1.5. Princípio da *Saisine*
1.6. Aceitação e renúncia da herança
1.7. Cessão da herança
1.8. Capacidade sucessória
1.9. Excluídos da herançaa: indignidade e deserdação

2. SUCESSÃO LEGÍTIMA
2.1. Ordem de vocação hereditária
2.2. Sucessão dos descendentes
2.3. Sucessão dos ascendentes
2.4. Sucessão do cônjuge e do companheiro em união estável
2.5. Sucessão dos parentes colaterais
2.5. Sucessão da Fazenda Pública

3. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA
3.1. Feitura do testamento e a abertura da sucessão
3.2. Capacidade para testar
3.3. Restrições à liberdade de dispor
3.4. Conceitos e características do testamento
3.5. Formas de testamento
3.6. Disposições testamentárias
3.7. Legados
3.8. Nulidade e caducidade do testamento
3.9. Revogação do testamento
3.10. Substituições
3.11. Direito de acrescer
3.12. Redução das disposições testamentárias

4. O INVENTÁRIO E A PARTILHA
4.1. Bens sujeitos ao inventário
4.2. Inventariante

4.3. Colação e sonegação
4.4. Habilitação de créditos
4.5. Espécies de partilha
4.6. Ritos processuais
4.7. Sobrepartilha
4.8. Nulidades e anulabilidades da partilha.
4.9. Prática da partilha

5. PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO
5.1. Conceito e objetivos
5.2. Instrumentos

VI – Bibliografia Básica

1. CARVALHO, Luiz Paulo Vieira de. **Direito das Sucessões.** São Paulo: Atlas. (Livro digital)
2. AMORIM, Sebastião Luiz; OLIVEIRA, Euclides Benedito de. **Inventários e Partilhas**: direito das sucessões: teoria e prática. São Paulo: Universitária de Direito. (Livro digital)
3. RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Sucessões**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro digital)

VII – Bibliografia Complementar

1.LOBO, Paulo. **Direito civil: Sucessões.** v. 6. São Paulo: Saraiva. (Livro digital)
2. GONÇALVEZ, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro.** v. 7. São Paulo: Saraiva. (Livro digital)
3. MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. **Planejamento Sucessório**. São Paulo: Atlas. (Livro digital)
4. PACHECO, José da Silva. **Inventários e partilhas na sucessão legítima e testamentária**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro digital)
5. VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil.** v. 7. São Paulo: Atlas. (Livro digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Administrativo II**
Código	DIR0702
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	8º

II – Ementário

Licitações. Contratos administrativos. Serviços públicos. Domínio público. Controle da Administração Pública. Responsabilidade civil do Estado.

III – Objetivo

Após o desenvolvimento e a sedimentação dos conhecimentos necessários para a adequada compreensão do regime jurídico-administrativo, a presente disciplina visa à análise de alguns dos mais importantes institutos do Direito Administrativo. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. LICITAÇÕES
1.1. Fundamento material do processo licitatório
1.2. Conceito: licitação como ato administrativo, licitação como processo administrativo
1.3. Finalidades
1.4. Princípios específicos das licitações
1.5. Obrigatoriedade, dispensa, dispensabilidade e inexigibilidade
1.6. Tipos de licitação
1.7. Modalidades de licitação
1.8. Processamento da licitação

2. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
2.1. Conceito: contratos administrativos e contratos da Administração Pública
2.2. Características
2.3. Cláusulas exorbitantes
2.4. Formação do contrato administrativo
2.5. Execução do contrato administrativo
2.6. Inexecução nos contratos administrativos

3. SERVIÇOS PÚBLICOS
3.1. Critérios de definição
3.2. Princípios específicos
3.3. Classificação
3.4. Titularidade e competência
3.5. Formas de prestação:
3.5.1. Prestação direta
3.5.2. Prestação indireta: outorga e delegação
3.6. Concessão, permissão e autorização de serviços públicos

4. DOMÍNIO PÚBLICO
4.1. Conceito
4.2. Domínio Patrimonial e Domínio Eminente
4.3. Função social da propriedade
4.4. Bens Públicos
4.4.1. Conceito
4.4.2. Classificação
4.4.3 Características
4.5. Intervenção estatal na propriedade alheia
4.5.1. Desapropriação
4.5.2. Servidão administrativa
4.5.3. Limitações administrativas em sentido estrito
4.5.4. Tombamento
4.5.5. Ocupação provisória
4.6. Estatuto da Cidade

5. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
5.1. Aspectos gerais: temas sindicáveis

5.2. Controle Interno: Autotutela. Iniciativa do Controle. Processos Administrativos: espécies, princípios e características.
5.3. Controle Jurisdicional da Administração Pública
5.4. Controle Legislativo da Administração Pública
5.5. O Ministério Público e o controle da Administração Pública

6. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO
6.1. Conceito
6.2. Evolução histórica
6.3. Fundamentos de responsabilidade
6.4. Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais
6.5. Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos
6.6. Responsabilidade civil do Estado decorrente da função administrativa
6.7. Requisitos
6.8. Indenização e direito de regresso
6.9. Excludentes de responsabilidade

VI – Bibliografia Básica

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
1. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. FRANÇA, Maria Adelaide de Campos. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública**. (Livro digital)
2.GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3.MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
4.NOHARA, Irene Patrícia**. Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
5. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos**: teoria e prática. São Paulo: Método. (Livro digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Processual Constitucional (Teoria e Prática)**
Código	DIR0703
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	7º

II – Ementário

Direito Processual Constitucional: noções fundamentais. Princípios constitucionais do processo. Processo constitucional, jurisdição constitucional e controle de constitucionalidade. Ações destinadas à tutela de direitos fundamentais: remédios constitucionais. Ações de tutela coletiva.

III – Objetivo

O objetivo geral desta disciplina será o de apresentar aos estudantes do Curso de Direito a discussão e análise acerca da relação entre Processo e Constituição, bem como, abordar as ações constitucionais que visam proteger precipuamente contra o Estado, representado por seus agentes ou órgãos, situações subjetivas derivadas de direitos fundamentais. Dentre estas ações estão: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, *habeas data* e *habeas corpus.* Cabe salientar os aspectos democráticos que fundamentam tais ações, enfocando as promessas (não cumpridas) do (pseudo) Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição Federal de 1988 no país. Indispensável mencionar sobre o papel dos cidadãos, do Poder Judiciário e do Ministério Público frente aos remédios supracitados. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e para uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL: NOÇÕES FUNDAMENTAIS
1.1. Objeto
1.2. Direito processual constitucional e direito constitucional processual

2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO
2.1. Relação do direito constitucional processual com a teoria geral do processo
2.2. A tutela constitucional do processo

3. PROCESSO CONSTITUCIONAL E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL
3.1. O controle de constitucionalidade das leis e atos normativos: aspectos gerais
3.2. Controle da eficácia da norma constitucional
3.3. Tipos e sistemas de controle de constitucionalidade nacional e internacional, em uma perspectiva comparada
3.4. As ações constitucionais de controle: ação direta de inconstitucionalidade genérica, ação direta de inconstitucionalidade interventiva, ação de inconstitucionalidade por omissão, ação declaratória de constitucionalidade, argüição de descumprimento de preceito fundamental.
3.5. Elaboração de Peças processuais

4. AÇÕES DESTINADAS À TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS
4.1 Habeas Corpus
4.2. Habeas Data
4.3. Mandado de Segurança
4.4. Mandado de Injunção
4.5. Ação Popular
4.6. Elaboração de Peças processuais

5. AÇÕES DE TUTELA COLETIVA
5.1. Noções gerais da tutela coletiva
5.2. Direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos
5.3. Ação civil pública
5.4. Mandado de segurança coletivo
5.5. Ação Popular

VI – Bibliografia Básica

1. DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito processual constitucional**. São Paulo : Saraiva Educação. (Livro Digital)
2. DIMOULIS, Dimitri, LUNARDI, Soraya. **Curso de processo constitucional**: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. Siqueira Jr., Paulo Hamilton. **Direito processual constitucional**. São Paulo : Saraiva. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
2. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: SaraivaJuR. (Livro Digital)
3. MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
4. NASCIMENTO, Valéria Ribas do. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental**: ADPF: cegueira ou lucidez do controle concentrado de constitucionalidade? São Paulo: LTr. (Livro Digital)
5.STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Processual Penal III (Teoria e Prática)**
Código	DIR0704
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	7º

II – Ementário

Das nulidades. Das relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Meios de impugnação em matéria criminal: recursos em geral. Do recurso em sentido estrito. Da apelação. Da carta testemunhável. Do recurso extraordinário. Do recurso especial. Do recurso ordinário constitucional. Do "habeas-corpus". Da revisão criminal. Dos embargos infringentes e de nulidade. Dos embargos de declaração.

III – Objetivo

Tem como objetivo prosseguir no estudo dos conteúdos da disciplina, preparando o aluno para o exame crítico do Direito Processual Penal, a partir de um paradigma constitucional e garantista; estudar as instituições que compõem o Direito Processual Penal Positivo; fornecer ao aluno uma compreensão sobre os procedimentos; aplicar uma metodologia do ensino atenta a perspectiva comparatista, dando conta da emergência de questões complexas e da realidade mundial. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; e para uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso

compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. DAS RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADE ESTRANGEIRA
1.1. Carta rogatória
1.2. Homologação de sentença estrangeira
1.3. Extradição
1.4. Dos tribunais internacionais

2. DAS NULIDADES NO PROCESSO PENAL
2.1. Noções preliminares
2.2. Critério adotado pelo código
2.3. Classificação
2.4. Princípios que obstam sua declaração
2.5. Oportunidade da arguição
2.6. Sanabilidade e efeitos.

3. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO EM MATÉRIA CRIMINAL: RECURSOS EM GERAL
3.1. Generalidades
3.2. Espécies; pressupostos recursais e juízo de admissibilidade
3.3. Extinção anormal
3.4. Procedimento e efeitos
3.5. Princípio da fungibilidade dos recursos

4. DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
4.1. Generalidades
4.2. Aplicabilidade e procedimento
4.3. Juízo de retratabilidade
4.4. Formação do instrumento
4.5. Efeitos
4.6. Elaboração de recurso em sentido estrito

5. DA APELAÇÃO
5.1. Generalidades
5.2. Aplicabilidade e Procedimento
5.3. Efeitos
5.4. Elaboração de recurso de apelação

6. DA CARTA TESTEMUNHÁVEL
6.1. Generalidades
6.2. Aplicabilidade e procedimento
6.3. Efeitos

7. DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

7.1. Generalidades
7.2. Aplicabilidade e procedimento
7.3. Juízo de admissibilidade
7.4. Efeitos
7.5. Elaboração de recurso extraordinário

8. DO RECURSO ESPECIAL
8.1. Generalidades
8.2. Aplicabilidade e procedimento
8.3. Efeitos
8.4. Elaboração de recurso especial

9. DO RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL
9.1. Generalidades
9.2. Aplicabilidade e procedimento
9.3. Efeitos

10. DO "HABEAS-CORPUS"
10.1. Generalidades
10.2. Espécies
10.3. Aplicabilidade e procedimento
10.4. Legitimidade para interpô-lo
10.5. Competência para julgá-lo e consequências

11. DA REVISÃO CRIMINAL
11.1. Generalidades
11.2. Aplicabilidade e procedimento
11.3. Legitimidade para requerê-la
11.4. Competência para julgá-la
11.5. Eficácia e consequências
11.6. Elaboração de revisão criminal

12. DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE
12.1. Generalidades
12.2. Aplicabilidade e procedimento
12.3. Legitimidade para opô-los e abrangência
12.4. Elaboração de embargos infringentes e de nulidade.

13. DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
13.1. Generalidades
13.2. Aplicabilidade e procedimento
13.3. Pressupostos e efeitos

VI – Bibliografia Básica

1. CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

2. NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Forense (Livro Digital)
3. RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1.GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **A motivação das decisões penais**. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
2. JESUS, Damásio Evangelista de. **Código de Processo Penal Anotado**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. VITAGLIANO, José Arnaldo. **Instrumentos processuais de garantia**. Curitiba: Juruá. (Livro Digital)
5. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal brasileiro:** parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Processual do Trabalho I (Teoria e Prática)**
Código	DIR0705
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	7º

II – Ementário

Introdução ao Direito Processual do Trabalho. Organização judiciária trabalhista. Ações trabalhistas. Dissídio individual. Dissídio coletivo. Recursos.

III – Objetivo

Proporcionar o pleno conhecimento e domínio do conteúdo programático da disciplina, desenvolvendo e aprimorando o espírito crítico-reflexivo acerca do direito processual trabalhista; Habilitar o acadêmico para o exercício de prática judiciária nas cadeiras de estágio de prática jurídica e para o cumprimento da função social do processo trabalhista. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; para uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e para uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)

- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
1.1. Histórico
1.2. Formas de solução dos conflitos trabalhistas
1.3. Princípios
1.4. Tendências

2. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA TRABALHISTA
2.1. Composição
2.2. Jurisdição e competência
2.3. Comissões de conciliação prévia

3. AÇÕES TRABALHISTAS
3.1. Classificação
3.2. Garantias constitucionais
3.3. Dissídio individual e coletivo
3.4. Procedimento sumaríssimo

4. DISSÍDIO INDIVIDUAL
4.1. Distribuição e custas
4.2. Partes e legitimidade
4.3. Petição inicial
4.4. Audiência
4.5. Sentença
4.6. Elaboração de Peças processuais
4.7. Simulação de audiências

5. DISSÍDIO COLETIVO
5.1. Poder normativo
5.2. Negociação coletiva
5.3. Procedimento
5.4. Revisão
5.5. Ação de cumprimento
5.6. Elaboração de peças processuais
5.7. Simulação de audiências

6. RECURSOS TRABALHISTAS
6.1. Princípios recursais
6.2. Admissibilidade e efeitos
6.3. Pressupostos
6.4. Recurso ordinário
6.5. Recurso de revista
6.6. Embargos
6.7. Agravo de petição
6.8. Agravo de instrumento
6.9. Agravo regimental
6.10. Recurso extraordinário
6.11. Recurso adesivo
6.12. Correição parcial
6.13. Embargos de declaração
6.14. Elaboração de peças processuais

VI – Bibliografia Básica

1. BORGES, Leonardo Dias; MEIRELES, Edilton. **A Nova Reforma Processual e seu Impacto no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
2. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
3. NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1.MACHADO JÚNIOR, César Pereira da Silva. **O Ônus da Prova no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
2.MALTA, Christovão Piragibe Tostes. **Prática do Processo Trabalhista**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
3.NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Processo do Trabalho**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4.TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **A Prova no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
5. TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Sistema dos recursos trabalhistas**. São Paulo: Ltr. (Livro Digital)

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 8º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Tributário I**
Código	DIR080
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	8º

II – Ementário

Teoria Geral do Direito Financeiro. Direito Financeiro. Quadro Jurídico da Tributação. Direito Tributário. Obrigação Tributária. Normas Gerais de Direito Tributário. Crédito Tributário. Processo Tributário. Administração Tributária.

III – Objetivo

Almeja-se, nesta disciplina, familiarizar o aluno com o conjunto de normas jurídicas referentes à atividade financeira do Estado, para a correta compreensão das fontes de receita pública, bem como da execução de despesas. Em tal mister, busca-se analisar os princípios norteadores do Direito Financeiro, bem como as regras jurídicas pertinentes a tal seara da ciência jurídica, sobretudo aquelas trazidas pela Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso

compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. TEORIA GERAL DO DIREITO FINANCEIRO
1.1. Conceito
1.2. Poder Financeiro no quadro geral das atividades estatais
1.3. Direito financeiro e Direito fiscal
1.4. Conceito de Direito Financeiro: concepção publicística X concepção privatística.
1.5. Relação com outros ramos do Direito
1.6. Fontes do Direito Financeiro: codificação
1.7. Princípios gerais do Direito Financeiro.
1.8. Atividade financeira do Estado
1.9. Disciplinas que analisam a atividade financeira do Estado

2. DIREITO FINANCEIRO
2.1. Despesas Públicas
2.2. Receitas Públicas
2.3 Orçamento Público
2.4. Crédito Público

3. QUADRO JURÍDICO DA TRIBUTAÇÃO
3.1. Constituição Federal
3.1.1. Limitações constitucionais ao poder de tributar
3.2. Código Tributário Nacional

4. DIREITO TRIBUTÁRIO
4.1. Conceito
4.2. Tributos
4.2.1.1. Espécies, distinção
4.2.1.2. Natureza jurídica
4.2.1.3. Classificação dos tributos
4.2.1.4. Classificação dos impostos (incidência - objeto)
4.3. Objeto
4.4. Fontes
4.5. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação

5. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
5.1. Conceito
5.2. Espécies
5.3. Natureza jurídica
5.4. Características
5.5. Elementos
5.6. Fontes (nascimento)

6. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
6.1. Domicílio
6.2. Capacidade passiva
6.3. Solidariedade
6.4. Responsabilidade tributária

7. CRÉDITO TRIBUTÁRIO
7.1. Conceito
7.2. Lançamento tributário
7.3. Suspensão
7.4. Extinção
7.5. Exclusão
7.6. Garantias e privilégios

8. PROCESSO TRIBUTÁRIO
8.1. Dualidade de Jurisdição
8.1.1. Processo Administrativo
8.1.2. Processo de Consulta
8.1.3. Processo Judicial Tributário – Ações Tributárias.

9. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
9.1. Fiscalização
9.2. Dívida ativa
9.3. Certidões negativas

VI – Bibliografia Básica

1. BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro.** Atualização de Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
2. HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. PASCOAL, Valdecir. **Direito financeiro e controle externo**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
2. MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. São Paulo: SaraivaJur (Livro Digital)
4. PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos:** Federais, Estaduais e Municipais**.** São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
5. SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário Essencial**. São Paulo: Método. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Empresarial I**
Código	DIR0802
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	8º

II – Ementário

Direito de empresa. Da sociedade. Do estabelecimento. Institutos complementares às sociedades. Teoria geral do direito cambiário. Letras de câmbio. Ação cambial. Nota promissória. Cheque. Duplicata mercantil. Outros títulos de crédito.

III – Objetivo

Tem como objetivo ministrar aos alunos os conceitos básicos acerca do Direito empresarial, inclusive dentro de seu conceito histórico e especialmente frente à realidade criada pelo Código Civil de 2002; proporcionar aos alunos o conhecimento legal acerca da atividade empresarial, bem como das obrigações e privilégios, tanto do empresário individual, como do sócio; transmitir aos alunos o conhecimento teórico sobre a teoria geral da empresas, incluindo a teoria dos atos do comércio e a teoria da empresa; contextualizar a origem do Direito Empresarial, com a transição da teoria dos atos de comércio para a teoria da empresa dentro de uma visão mundial; apresentar aos alunos noções teóricas e práticas sobre a constituição, dissolução e liquidação sociedades comerciais; conduzir os alunos a adotar uma atitude crítica perante as questões fundamentais do Direito empresarial, especialmente quanto às medidas cabíveis para solucionar os litígios que se apresentarem para solução. Tem como objetivo, ainda, ministrar aos alunos os conceitos básicos acerca do Direito Cambial, inclusive dentro de seu conceito histórico; proporcionar aos alunos o conhecimento legal acerca dos títulos de crédito, bem como das práticas comerciais nas quais os mesmos são utilizados; transmitir aos alunos o conhecimento teórico sobre endosso, aceite e aval e protesto; apresentar aos alunos noções teóricas e práticas sobre os diferentes tipos de títulos de crédito: letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata mercantil, dentre outros; conduzir os alunos a adotar uma atitude crítica perante as questões fundamentais do Direito Cambial, especialmente quanto às medidas cabíveis para solucionar os litígios que se apresentarem para solução. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. DIREITO DE EMPRESA
1.1. Conceito: Evolução da conceituação do Direito Empresarial no contexto mundial
1.2. Empresário
1.2.1. Caracterização e inscrição
1.2.2. Capacidade
1.3. Empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI)

2. DA SOCIEDADE
2.1. Noções gerais
2.2. Sociedade não personificada
2.2.1. Da sociedade em comum
2.2.2. Da sociedade em conta de participação
2.3. Sociedade personificada
2.3.1. Da sociedade simples
2.3.2. Da sociedade em nome coletivo
2.3.3. Da sociedade em comandita simples
2.3.4. Da sociedade limitada
2.3.5. Da sociedade anônima
2.3.6. Da sociedade em comandita por ações
2.3.7. Da sociedade cooperativa
2.3.8. Das sociedades coligadas
2.3.9. Da liquidação da sociedade
2.3.10. Da transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades
2.3.11. Da sociedade dependente de autorização

3. DO ESTABELECIMENTO

4. INSTITUTOS COMPLEMENTARES ÀS SOCIEDADES
4.1. Do registro
4.2. Nome empresarial
4.3. Dos prepostos
4.4. Da escrituração

5. TEORIA GERAL DO DIREITO CAMBIÁRIO
5.1. Crédito e os títulos de crédito
5.2. Conceito de títulos de crédito
5.3. Características e classificação
5.4. Função atribuída no Direito Obrigacional
5.5. Natureza comercial dos títulos de crédito
5.6. Espécies de títulos de crédito

6. ESPÉCIES DE TÍTULO DE CRÉDITO
6.1. Letra de câmbio
6.2. Nota Promissória
6.3. Cheque
6.4. Duplicata Mercantil
6.5. Outras espécies de título de crédito

7. AÇÃO CAMBIAL
7.1. Noções: espécies de ação
7.2. Objeto
7.3. Defesa na ação: embargos
7.4. Prescrição

VI – Bibliografia Básica

1. FINKELSTEIN, Maria Eugenia. **Direito empresarial.** São Paulo: Atlas
2. MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro**: títulos de crédito. São Paulo: Atlas (Livro Digital)
3. MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro**: Direito societário – sociedades simples e empresárias. São Paulo: Atlas (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1.ALMEIDA, Amador Paes de. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2.MARTINS, Fran. **Títulos de Crédito**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3.NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. v. 1. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4.RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de crédito.** Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital).
5. TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial.** São Paulo: Atlas. v. 1. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito do Consumidor**
Código	DIR0803
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	8º

II – Ementário

Direito do consumidor. Qualidade dos produtos e serviços. Das práticas comerciais. Proteção contratual. Sanções administrativas. Infrações penais. A defesa do consumidor em juízo. Sistema nacional de defesa do consumidor. Convenções coletivas de consumo. O consumidor no cenário internacional: Mercosul e União Europeia.

III – Objetivo

A disciplina de Direito do Consumidor tem por objetivo permitir ao aluno compreender, interpretar e aplicar os novos conceitos e a releitura de determinados institutos jurídicos apresentados pela Lei 8.078 de 1990. Com efeito, a abordagem a ser realizada leva em vista o caráter principiológico da matéria, aliado ao seu nível interdisciplinar e multidisciplinar. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; bem como uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto

Pedagógico de Curso.

V – Atividades de Extensão

A disciplina terá atividades de extensão, sendo estas consideradas como as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante. Com esse intuito a disciplina poderá imbuir os alunos em programas; projetos; desenvolver cursos, oficinas e eventos, bem como desenvolver prestação de serviços junto à comunidade. Tais atividades perfazerão 10 horas e estarão detalhadas no plano de aula.

VI – Conteúdo Programático

1. DIREITO DO CONSUMIDOR
1.1. Visão histórica do Direito do Consumidor
1.2. A Lei 8.078/90 (CDC). Alcance. A Relação de Consumo
1.3. Conceitos Legais
1.3.1. Consumidor
1.3.2. Coletividade de Consumidores
1.3.3. Fornecedor
1.3.4. Produto
1.3.5. Serviço e contrato de prestação de serviço no CDC e no CC
1.4. Política Nacional das Relações de Consumo
1.5. Direitos Básicos do Consumidor.

2. QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS
2.1. Proteção à saúde e à segurança
2.2. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço
2.3. Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço
2.4. Decadência e Prescrição
2.5. Desconsideração da personalidade jurídica.

3. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS
3.1. Oferta
3.2. Publicidade
3.3. Práticas abusivas
3.4. Cobrança de dívidas
3.5. Banco de dados
3.6. Cadastros de consumidores.

4. PROTEÇÃO CONTRATUAL
4.1. Cláusulas abusivas
4.2. Contratos de adesão
4.3. Peculiaridades próprias dos contratos sujeitos ao CDC.

5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6. INFRAÇÕES PENAIS

7. A DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO
7.1. Ações Individuais
7.2. Ações Coletivas. Defesa de interesses individuais homogêneos
7.3. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços
7.4. A coisa julgada.

8. SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

9. CONVENÇÕES COLETIVAS DE CONSUMO

VII – Bibliografia Básica

1. CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Direito do Consumidor**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Direitos do Consumidor**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

VIII – Bibliografia Complementar

1. DONNINI, Rogério. **Responsabilidade Civil Pós-Contratual**. São Paulo: Saraiva. (Livro digital)
2. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Tutela Administrativa do Consumidor**. São Paulo: Atlas. (Livro digital)
3. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Direitos do Consumidor**. São Paulo: Atlas. (Livro digital)
4. GRINOVER, Ada Pellegrini; et. al. **Código brasileiro de Defesa do Consumidor:** comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense. (Livro digital)
5. TARTUCI, Flávio, NEVES, Daniel Amorin Assumpção. **Manual de Direito do Consumidor**: Direito material e processual. São Paulo: Método. (Livro digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Processual do Trabalho II (Teoria e Prática)**
Código	DIR0804
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	8º

II – Ementário

Liquidação trabalhista. Execução trabalhista. Medidas cautelares. Procedimentos especiais.

III – Objetivo

Proporcionar o pleno conhecimento e domínio do conteúdo programático da disciplina, desenvolvendo e aprimorando o espírito crítico-reflexivo acerca do direito processual trabalhista; Habilitar o acadêmico para o exercício de prática judiciária nas cadeiras de estágio de prática jurídica e para o cumprimento da função social do processo trabalhista. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; para uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e para uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)

- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. LIQUIDAÇÃO TRABALHISTA
1.1. Noções gerais de liquidação
1.2. Espécies de liquidação trabalhista

2. EXECUÇÃO TRABALHISTA
2.1. Procedimentos preparatórios para a execução
2.2. Penhora
2.3. Embargos à Execução
2.4. Trâmites Finais da Execução
2.5. Elaboração de peças processuais

4. MEDIDAS CAUTELARES
4.1. Teoria geral e pressupostos das cautelares
4.2. Arresto
4.3. Sequestro
4.4. Caução
4.5. Busca e apreensão
4.6. Exibição
4.7. Produção antecipada de provas
4.8. Justificação
4.9. Protestos, notificações e interpelações
4.10. Atentado
4.11. Elaboração de peças processuais

5. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS
5.1. Inquérito para apuração de falta grave
5.2. Ação rescisória
5.3. Mandado de segurança
5.4. Consignação em pagamento
5.5. Elaboração de peças processuais

VI – Bibliografia Básica

1. BORGES, Leonardo Dias; MEIRELES, Edilton. **A Nova Reforma Processual e seu Impacto no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)

2. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
3. NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1.MACHADO JÚNIOR, César Pereira da Silva. **O Ônus da Prova no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
2.MALTA, Christovão Piragibe Tostes. **Prática do Processo Trabalhista**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
3.NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Processo do Trabalho**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4.TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **A Prova no Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr. (Livro Digital)
5. TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. **Execução no Processo do Trabalho**. São Paulo: Ltr. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Estágio Supervisionado I (Solução Consensual de conflitos)**
Código	DIR0805
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	8º

II – Ementário

Simulações de formas consensuais de solução de conflitos. Extensão e atividades práticas no âmbito do centro de mediação e práticas restaurativas (CEMPRE)

III – Objetivo

Tem por objetivo a formação de competências instrumentais atreladas às formas de solução consensual de conflitos, a partir de atividades práticas simuladas e reais. E também proporcionar ao acadêmico o contato com o público e com a realidade social, objetivando o desenvolvimento de sua independência profissional e de sua sensibilidade trato para com as pessoas, bem como de seu senso ético profissional. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; e para uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; e para uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

V – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em

consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Atividades de Extensão

Na presente disciplina, a extensão ocorrerá através das atividades de prestação de serviços constantes da Unidade 2, podendo ocorrer através de atendimento, sensibilização ou participação nas mediações e práticas restaurativas. Tal contemplará 18 (dezoito) horas da carga horária total da disciplina.

VI – Conteúdo Programático

1. SIMULAÇÕES DE FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
1.1. Conciliação
1.2. Mediação
1.3. Justiça Restaurativa

2. EXTENSÃO E ATIVIDADES PRÁTICAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE MEDIAÇÃO E PRÁTICAS RESTAURATIVAS (CEMPRE)
2.1. Atendimento ao público, sensibilização e realização de mediações e práticas restaurativas no CEMPRE.
2.2. Atendimento ao público, sensibilização e realização de mediações e práticas restaurativas em projetos mantidos com outras instituições através de convênios.

VII – Bibliografia Básica

1. LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David.; Milton, John W. **Fundamentos da Negociação**. Bookman. (Livro Digital)
2. VOESE, Ingo. **Mediação dos Conflitos Como Negociação de Sentido**. Curitiba: Juruá. (Livro Digital)
3. WEIL, Pierre e TOMPAKOW, Roland. **O Corpo Fala**: **A Linguagem Silenciosa da Comunicação Não-Verbal**. Petrópolis: Vozes. (Livro Digital)

VIII – Bibliografia Complementar

1 FERREIA, Luiz Antonio. **Artimanhas do dizer**: retórica, oratória e eloquência. São Paulo: Blucher. (Livro Digital).
2. MARTINELLI, Dante Pinheiro (Org.) (et. al.). Negociação: Conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).
3. PESSOA, Carlos. **Negociação Aplicada**: como utilizar as táticas e estratégias para transformar conflitos interpessoais em relacionamentos cooperativos. São Paulo: Atlas. (Livro Digital).
4. SARFATI, Gilberto (Org.) (et. al.). **Manual de Negociação**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).
5. SALLES, Carlos Alberto de (Coord.) (et. al.). **Negociação, Mediação e Arbitragem**:

Curso Básico para Programas de Graduação em Direito. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. (Livro Digital).

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Ética Geral e Profissional**
Código	DIR0806
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	8º

II – Ementário

A questão da fundamentação. O pensamento ético. Ética e direito. Ética profissional. Ética do advogado.

III – Objetivo

Tem como objetivo desenvolver uma visão abrangente das questões que envolvem aspectos éticos em uma sociedade plural e global; capacidade de enfrentar questões que envolvem dilemas morais; capacidade de reconhecer, entender e aceitar os valores morais de terceiros como forma de aprimorar e enriquecer os seus; pautar a conduta do acadêmico pelos postulados éticos, em sua vida pessoal e profissional, tendo em vista o seu papel social; desenvolver no aluno a aptidão para que se torne uma referencia de comportamento ético no exercício das profissões jurídicas, especialmente da advocacia. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando

em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A QUESTÃO DA FUNDAMENTAÇÃO
1.1. A significação da ética
1.2. Divisões da ética
1.3. Os fins da ação ética
1.4. O objeto do saber ético e as normas morais

2. O PENSAMENTO ÉTICO
2.1. A racionalidade moderna e suas implicações
2.2. As éticas utilitárias e as pragmáticas
2.3. O discurso ético
2.4. Ética e ideologia

3. ÉTICA E DIREITO
3.1. Ética, Direito e concepção de justiça
3.2. O discurso jurídico e suas implicações
3.3. Moral, Justiça e Direito
3.4. Ética e moralidade institucional

4. ÉTICA PROFISSIONAL
4.1. Ética e profissões jurídicas
4.2. Consciência ética do jurista e os códigos de ética
4.3. Ética da Magistratura
4.4. Ética do Ministério Público
4.5. Ética e carreira política

5. ÉTICA DO ADVOGADO
5.1. Da advocacia
5.2. Da Ordem dos Advogados do Brasil
5.3. Do Código de Ética e Disciplina

VI – Bibliografia Básica

1. BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de Ética Jurídica:** ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. NALINI, José Renato**. Ética geral e profissional**. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
3. LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar
1.BAUMAN, Zygmunt. **Vida em Fragmentos:** sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar. (Livro Digital) 2.COELHO, Marcus Vinícius Furtado. Comentários ao Novo Código de Ética dos Advogados. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital) 3.GONZAGA, Alvara de Azevedo; NEVES, Karina Penna; BEIJATO JÚNIOR, Roberto. **Estatuto da Advocacia e Novo Código de Ética e Disciplina da OAB comentados.** São Paulo: Método. (Livro Digital) 4.MAMEDE, Robson. **A advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital) 5.RAWLS, John; LOVETT, Frank. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes.

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 9º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Tributário II**
Código	DIR0901
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	9º
II – Ementário	
Competência constitucional tributária na Constituição de 1988. Classificação das espécies tributária conforme o código tributário nacional. Impostos municipais. Impostos estaduais. Impostos federais. Contribuições sociais. Processo tributário.	
III – Objetivo	
Objetiva-se nesta disciplina, familiarizar o aluno com o conjunto de normas jurídicas referentes as espécies tributárias, as quais em âmbito interno e externo vem a influenciar economicamente o país. Em tal mister, busca-se analisar principalmente em relação aos impostos e contribuições sociais um estudo aprofundando sobre seu regramento, à luz da globalização e da regionalização, tendo em vista a realidade social brasileira. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, bem como para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.	
IV – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula. • 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs) • 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum) • 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto) • 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário) • 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)	

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

2. CLASSIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES TRIBUTÁRIA CONFORME O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
2.1. Sobre o Patrimônio e a Renda
2.2. Sobre a Produção
2.3. Sobre o Comércio Exterior
2.4. Impostos Especiais

3. IMPOSTOS MUNICIPAIS
3.1. Imposto Predial Territorial Urbano
3.1.1. Fundamento Legal
3.1.2. Conceito
3.1.3. Fator Gerador
3.1.4. Base de Cálculo
3.1.5. Contribuinte (responsável)
3.1.6. Lançamento
3.2. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
3.2.1. Fundamento Legal
3.2.2. Conceito
3.2.3. Fator Gerador
3.2.4. Base de Cálculo
3.2.5. Contribuinte responsável
3.2.6. Lançamento
3.3. Imposto sobre Transmissão Inter-vivos, a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição
3.3.1. Fundamento Legal
3.3.2. Conceito
3.3.3. Fator Gerador
3.3.4. Base de Cálculo
3.3.5. Contribuinte (responsável)
3.3.6. Lançamento

4. IMPOSTOS ESTADUAIS
4.1. Imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos
4.1.1. Fundamento Legal

4.1.2. Conceito
4.1.3. Fator Gerador
4.1.4. Base de Cálculo
4.1.5. Contribuinte (responsável)
4.1.6. Lançamento
4.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias
4.2.1. Fundamento Legal
4.2.2. Conceito
4.2.3. Fator Gerador
4.2.4. Base de Cálculo
4.2.5. Contribuinte (responsável)
4.2.6. Lançamento
4.3. Imposto sobre Veículos Automotores
4.3.1. Fundamento Legal
4.3.2. Conceito
4.3.3. Fator Gerador
4.3.4. Base de Cálculo
4.3.5. Contribuinte (responsável)
4.3.6. Lançamento

5. IMPOSTOS FEDERAIS
5.1.1. Impostos sobre a Importação e a Exportação
5.1.1. Fundamento Legal
5.1.2. Conceito
5.1.3. Fator Gerador
5.1.4. Base de Cálculo
5.1.5. Contribuinte (responsável)
5.1.6. Lançamento
5.1.7. Regimes Aduaneiros Especiais
5.2. Impostos sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza
5.2.1. Fundamento Legal
5.2.2. Conceito
5.2.3. Fator Gerador
5.2.4. Base de Cálculo
5.2.5. Contribuinte (responsável)
5.2.6. Lançamento
5.3. Imposto sobre Produtos Industrializados
5.3.1. Fundamento Legal
5.3.2. Conceito
5.3.3. Fator Gerador
5.3.4. Base de Cálculo
5.3.5. Contribuinte (responsável)
5.3.6. Lançamento
5.4. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e Títulos, Valores Mobiliários
5.4.1. Fundamento Legal
5.4.2. Conceito

5.4.3. Fator Gerador
5.4.4. Base de Cálculo
5.4.5. Contribuinte (responsável)
5.4.6. Lançamento
5.5. Imposto Territorial Rural
5.5.1. Fundamento Legal
5.5.2. Conceito
5.5.3. Fator Gerador
5.5.4. Base de Cálculo
5.5.5. Contribuinte (responsável)
5.5.6. Lançamento

6. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

VI – Bibliografia Básica

1. BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro.** Atualização de Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
2. HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos:** Federais, Estaduais e Municipais**.** São Paulo: SaraivaJur.

VII – Bibliografia Complementar

1. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
2. MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. São Paulo: SaraivaJur (Livro Digital)
4. PASCOAL, Valdecir. **Direito financeiro e controle externo**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019. (Livro Digital)
5. SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário Essencial**. São Paulo: Método. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Empresarial II**
Código	DIR0902
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	9º

II – Ementário

Teoria geral do direito falimentar. Pressupostos da falência. Procedimento falimentar. Sentença declaratória da falência. Atos praticados pelo devedor insolvente. Administração da falência. Arrecadação e guarda do patrimônio do falido. Pedidos de restituição e embargos de terceiros. Habilitação e verificação de créditos. Classificação dos créditos. Inquérito. Liquidação: encerramento da falência. Extinção das obrigações do falido. Da recuperação judicial. Da recuperação extrajudicial e plano especial de recuperação das microempresas e empresas de pequeno porte. Crimes falimentares.

III – Objetivo

Tem como objetivo ministrar aos alunos os conceitos básicos acerca do Direito falimentar, inclusive dentro de seu conceito histórico; proporcionar aos alunos o conhecimento legal acerca da falência e da recuperação judicial e extrajudicial, bem como os conceitos sobre crimes falimentares. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV - Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica.

As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. TEORIA GERAL DO DIREITO FALIMENTAR
1.1. Conceito de falência
1.3. Origem e natureza jurídica do instituto falimentar
1.4. Processo de execução

2. PRESSUPOSTOS DA FALÊNCIA
2.1. Enumeração
2.2. Devedor empresário: pessoa física e pessoa jurídica
2.3. Insolvência: confessada e presumida
2.4. Declaração judicial

3. PROCEDIMENTO FALIMENTAR
3.1. Período e fases do procedimento
3.2. Processo pré-falimentar
3.3. Instauração do procedimento pré-falimentar

4. SENTENÇA DECLARATÓRIA DA FALÊNCIA
4.1. Noções preliminares
4.2. Natureza jurídica
4.3. Efeitos da sentença declaratória
4.4. Efeitos da Sentença denegatória
4.5. Recurso

5. ATOS PRATICADOS PELO DEVEDOR INSOLVENTE
5.1. Noções gerais
5.2. Atos nulos, anuláveis, ineficazes e revogáveis
5.3. Ação revocatória.

6. ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA
6.1. Órgãos: Juiz, Ministério Público e Síndico
6.2. Juiz: atividades
6.3. Ministério Público: intervenção
6.4. Administrador judicial: figura jurídica, atribuição, direitos e responsabilidades

7. ARRECADAÇÃO E GUARDA DO PATRIMÔNIO DO FALIDO
7.1. Noções gerais e massa falida
7.2. Continuação da empresa do falido
7.3. Patrimônio insuficiente

8. PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO E EMBARGOS DE TERCEIROS

8.1. Noções gerais
8.2. Pressupostos de restituição
8.3. Processo de restituição
8.4. Embargos de terceiros, do pedido de restituição

9. HABILITAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS
9.1. Noções gerais
9.2. Declaração de créditos
9.3. Impugnação dos créditos
9.4. Credor retardatário
9.5. Ação rescisória

10. CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS
10.1. Organização do quadro de credores
10.2. Natureza jurídica da preferência
10.3. O conceito de igualdade na Lei de Falências
10.4. Classificação dos créditos

11. INQUÉRITO
11.1. Noções gerais
11.2. Formação do processo
11.3. Oferecimento da denúncia
11.4. Efeitos do recebimento da denúncia

12. LIQUIDAÇÃO: ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA
12.1. Formas de liquidação
12.2. Realização do ativo
12.3. Pagamento dos créditos particulares
12.4. Massa dos créditos particulares
12.5. Sentença de encerramento

13. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO
13.1. Generalidades
13.2. Formas de extinção
13.3. Da reabilitação
13.4. Efeitos da sentença

14. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
14.1. Noções gerais
14.2. Natureza jurídica
14.3. Procedimento
14.4. Convolação em falência

15. DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

16. DA RECUPERAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

17. CRIMES FALIMENTARES
17.1. Noções gerais e natureza jurídica
17.2. Pressupostos dos delitos falimentares
17.3. Agentes dos crimes falimentares
17.4. Do processo e dos efeitos da condenação
17.5. Prescrição e reabilitação

VI – Bibliografia Básica

1. ABRÃO, Carlos Henrique; TOLEDO, Paulo F. C. Salles de. (Coord.) **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. CASTRO. Carlos Alberto Farracha de. **Fundamentos do Direito Falimentar:** à luz da lei de recuperação judicial e extrajudicial. Curitiba: Juruá. (Livro Digital)
3. COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas:** Lei n. 11.101 de 9-2-2005. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de Falência e Recuperação de Empresa:** de acordo com a Lei n.° 11.101/2005. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3. MAMEDE, Gladson. **Direito empresarial brasileiro**: falência e recuperação de empresas. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
4.SIQUEIRA, Julio César Teixeira. **Recuperação judicial de empresas médias e pequenas**: guia prática para o credor e o devedor. São Paulo: Trevisan Editora. (Livro Digital)
5. TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito empresarial: falência e recuperação judicial de empresas. v. 3. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Trabalho de Curso I**
Código	DIR0903
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	9º

II – Ementário

Noções básicas. Tipos de monografia. Contexto. Princípios. Escolha do tema e do orientador. Plano. Fontes. Projeto. Redação. Defesa. Atores.

III – Objetivo

Tem como objetivo habilitar o aluno a compreender a diferença entre os vários trabalhos científicos; ensinar ao acadêmico a importância da compreensão e aplicação dos requisitos necessários à realização de um trabalho científico; propiciar ao aluno o aprimoramento do uso da linguagem escrita através da redação e do estilo; preparar o estudante para a elaboração de projeto de pesquisa e de monografia; preparar o acadêmico para o momento da defesa da monografia. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. NOÇÕES BÁSICAS

2. TIPOS DE MONOGRAFIA
2.1. Compilação ou estado da questão
2.2. Análise de texto
2.3. Estudo comparativo
2.4. Estudo histórico
2.5. Pesquisa de campo

3. CONTEXTO
3.1. Monografia, dissertação ou tese?
3.2. Direito e pesquisa
3.3. Direito à pesquisa
3.4. Teoria e prática

4. PRINCÍPIOS
4.1. Precisão
4.2. Exaustão
4.3. Clareza
4.4. Exterioridade
4.5. Uniformidade

5. ESCOLHA DO TEMA E DO ORIENTADOR
5.1. Critérios de escolha
5.2. Tema e orientador interdependentes

6. PLANO
6.1. Modelos
6.2. Erros

7. FONTES
7.1. Classificação
7.2. Métodos de leitura

8. PROJETO
8.1. Título/tema
8.2. Delimitação
8.3. Formulação do problema
8.4. Justificativa
8.5. Objetivos
8.6. Revisão bibliográfica
8.7. Glossário
8.8. Metodologia
8.9. Plano provisório
8.10. Cronograma

8.11. Referências bibliográficas

9. REDAÇÃO
9.1. A lógica e o raciocínio jurídico
9.2. Técnicas de argumentação
9.3. Partes do texto final
9.4. Articulações do texto
9.5. Estilo
9.6. Referências bibliográficas
9.7. Revisão

10. DEFESA
10.1. Apresentação da monografia
10.2. Postura do orientador
10.3. Arguição
10.4. Papel da banca examinadora

11. ATORES
11.1. Orientador
11.2. Encontros do orientador e orientando
11.3. Coordenação

VI – Bibliografia Básica

1. FACULDADE DE DIREITO DE SANTA MARIA. **Manual de Trabalhos Acadêmicos**: FADISMA. Santa Maria: FADISMA.
2. GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1.ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2.CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. São Paulo: Person Prentice Hall. (Livro Digital)
3. ESTRELA, CARLOS (Org). **Metodologia Científica**: ciência, ensino, pesquisa. Porto Alegres: Artes Médicas. (Livro Digital)
4. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
5. MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha Monteiro. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Estágio Supervisionado II (Assistência Jurídica)**
Código	DIR0904
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	9º

II – Ementário

Trabalho em assistência jurídica e no escritório modelo. Realização de atividades práticas fora do âmbito do escritório modelo da instituição. Projeto alternativo de estágio.

III – Objetivo

Tem por objetivo a aplicação dos conhecimentos jurídicos nos diversos momentos dos processos cível, criminal, trabalhista e previdenciário, desde a petição inicial até a fase recursal e a execução, bem como do processo administrativo e na advocacia extrajudicial. E também proporcionar ao acadêmico o contato com o público e com a realidade social, objetivando o desenvolvimento de sua independência profissional e de sua sensibilidade trato para com as pessoas, bem como de seu senso ético profissional. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; para uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e para uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)

- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

VI – Atividades de Extensão

A disciplina é uma disciplina genuinamente de extensão, eis que envolve em todas as unidades a prestação de serviço à comunidade. Sendo assim, todas as unidades abarcam atividades extensionistas, não havendo, pois, apenas práticas pontuais.

VII – Conteúdo Programático

1. TRABALHO EM ASSISTÊNCIA JURÍDICA E ESCRITÓRIO MODELO
1.1. Atendimento ao público, proposição e acompanhamento de ações por meio do processo físico e processo eletrônico
1.2. Realização de conciliações no Serviço de Assistência Jurídica e no Escritório Modelo da Instituição, bem como realização de atividades relativas a estas ações perante o Poder Judiciário.

2. REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS FORA DO ÂMBITO DO ESCRITÓRIO MODELO DA INSTITUIÇÃO
2.1. Atuação junto ao Poder Judiciário; ao Ministério Público; à Procuradoria da República, do Estado, dos municípios e autarquias; e escritórios de advocacia.

3. PROJETO ALTERNATIVO DE ESTÁGIO
3.1. Possibilidade de desenvolvimento pelo acadêmico de atividades extrajudiciais e outras atividades referentes à prática e aplicação do Direito, como em Tribunais de Mediação e Arbitragem, Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Organizações não-governamentais, Organizações Internacionais, Empresas.

VIII – Bibliografia Básica

1. ROQUE, Nathaly Campitelli. **Prática Civil**. São Paulo: Método. (Livro digital)
2. TARTUCE, Fernanda, DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. São Paulo: Método. (Livro digital)
3. AGUIRRE, João. Prática civil. São Paulo: Método. (Livro digital)

IX – Bibliografia Complementar

1.LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David.; Milton, John W. **Fundamentos da Negociação**. Bookman. (Livro Digital)
2.MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIEIRO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado.** São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
3.STRECK, Lenio Luiz, NUNES, Dierle, CUNHA, Leonardo Carneiro da (Org.); Alexandre Freire (Coord.). **Comentários ao Código de Processo Civil.** São Paulo: Saraiva.
4.THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil:** teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense. v. 1. (Livro Digital)
5.VOESE, Ingo. **Mediação dos Conflitos Como Negociação de Sentido**. Curitiba: Juruá. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Sustentabilidade e Direito Ambiental**
Código	DIR0905
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	9º

II – Ementário

As diversas facetas da sustentabilidade, com enfoque na questão ambiental e o estado moderno. O meio ambiente como objeto do direito. A responsabilidade por danos ecológicos. Meios processuais de proteção ambiental. Direito ambiental internacional.

III – Objetivo

Tem como objetivo apresentar aos alunos as facetas da sustentabilidade e a importância teórica e prática de se preconizar o desenvolvimento sustentável, focando-se na questão atinente ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, busca-se ministrar aos alunos os conceitos básicos acerca do Direito Ambiental, dentro da construção histórica de seu conceito; proporcionar aos alunos o conhecimento legal acerca dos impactos ambientais, bem como da responsabilidade por danos causados ao meio ambiente; transmitir aos alunos o conhecimento teórico sobre os meios processuais de proteção ambiental; apresentar aos alunos noções teóricas e práticas sobre Direito Ambiental Comparado, incluindo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, os princípios supranacionais de proteção ambiental e o “desenvolvimento sustentável”; conduzir os alunos a adotar uma atitude crítica perante as questões fundamentais do direito Ambiental, especialmente quanto à sua tutela nacional e internacional. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)

- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Atividades de Extensão

A disciplina terá atividades de extensão, sendo estas consideradas como as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante. Com esse intuito a disciplina poderá imbuir os alunos em programas; projetos; desenvolver cursos, oficinas e eventos, bem como desenvolver prestação de serviços junto à comunidade. Tais atividades irão perfazer 10 horas da disciplina e estarão detalhadas no plano de aula.

VI – Conteúdo Programático

1. A QUESTÃO AMBIENTAL E O ESTADO MODERNO
1.1. Os fundamentos da crise ambiental
1.2. Mudanças de Paradigmas e ecologia
1.3. Evolução do pensamento ambientalista: antropocentrismo x biocentrismo
1.4. As necessidades do regramento da relação homem – meio ambiente

2. AS DIVERSAS FACETAS DA SUSTENTABILIDADE
2.1. Faceta social da sustentabilidade
2.2. Faceta cultural da sustentabilidade
2.3.Faceta econômica da sustentabilidade
2.4. Faceta ambiental da sustentabilidade
2.5. Correlação de todas as facetas da sustentabilidade

3. O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO DO DIREITO
3.1. Conceito e formação: a chegada do ambientalismo ao direito e o Direito Ambiental Internacional
3.2. Princípios Supranacionais de Proteção Ambiental
3.3. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
3.4 Os Tratados, Convenções e Declarações de Direito Ambiental assinados pelo Brasil
3.5. O problema da ingerência ambiental e soberania

4. O DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL
4.1. Direito Ambiental nas Constituições

4.2 Princípios do Direito Ambiental
4.3 Competências constitucionais em matéria ambiental
4.4. Políticas Nacionais referentes ao Meio Ambiente

5. A RESPONSABILIDADE POR DANOS ECOLÓGICOS
5.1. Conceito de dano e reparação
5.2. Tipos de Responsabilidade
5.3. Responsabilidade Criminal
5.4. Responsabilidade Civil
5.5. Responsabilidade Administrativa
5.6. Aspectos processuais da tutela individual e coletiva

VII – Bibliografia Básica

1. DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade:** Origem e Fundamentos; Educação e Governança Global; Modelo de Desenvolvimento. São Paulo: Atlas. (Livro digital)
2. LEITE, José Rubens Morato (coord.). **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3.MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Livro digital)

VIII – Bibliografia Complementar

1. ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. (Livro Digital)
2. CANOTILHO, J.J Gomes; LEITE, J. R. Morato (Org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3 FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente.** São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
5. SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS 10º SEMESTRE

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Previdenciário**
Código	DIR1001
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	10º
II – Ementário	
Seguridade Social. Direito Previdenciário. Da Previdência Social no Brasil Atual. Filiação E Inscrição. Beneficiários. Prestações. Do Contencioso Administrativo. Do Contencioso Judicial.	
III – Objetivo	
Tem por objetivo ministrar aos alunos os conceitos básicos acerca do Direito Previdenciário, inclusive dentro de seu conceito histórico nacional e internacional; proporcionar aos alunos o conhecimento legal acerca do sistema previdenciário brasileiro, incluindo noções teóricas de seu custeio e dos benefícios pagos; transmitir aos alunos o conhecimento sobre os principais aspectos previdenciários relacionados ao acidente de trabalho; apresentar aos alunos noções teóricas e práticas acerca dos procedimentos administrativos e judiciais para a obtenção de diversos benefícios; conduzir os alunos a adotar uma atitude crítica perante as questões fundamentais do Direito Previdenciário, especialmente quanto às medidas cabíveis para compor os litígios que se apresentarem para solução. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.	
IV – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula. • 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs) • 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum) • 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto) • 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)	

- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Atividades de Extensão

A disciplina terá atividades de extensão, sendo estas consideradas como as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante. Com esse intuito a disciplina poderá imbuir os alunos em programas; projetos; desenvolver cursos, oficinas e eventos, bem como desenvolver prestação de serviços junto à comunidade. Tais atividades irão perfazer 18 horas da disciplina e estarão detalhadas no plano de aula.

VI – Conteúdo Programático

1. SEGURIDADE SOCIAL
1.1. Compreensão
1.2. Abrangência
1.3. Saúde, assistência saúde e previdência social

2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO
2.1. Onomástica
2.2. Princípios
2.3. Autonomia
2.4. Natureza
2.5. Fontes
2.6. Campo de aplicação
2.7. Interpretação
2.8. Dos diversos regimes previdenciários no direito pátrio. Tendências atuais.

3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL ATUAL
3.1. Conceito
3.2. Ordenamento legal
3.3. Diretrizes
3.4. Eventos cobertos
3.5. Fontes de custeio

4. FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO
4.1. Entendimento
4.2. Natureza
4.3. Momento

4.4. Forma
4.5. Efeitos
4.6. Carência

5. BENEFICIÁRIOS
5.1. Classificação
5.2. Definição
5.3. Rol
5.4. Manutenção e perda da condição.

6. PRESTAÇÕES
6.1. Noções gerais de prestações
6.2. Espécies de benefícios
6.2.1. Aposentadoria por invalidez
6.2.1.1. Acidente de trabalho
6.2.2. Aposentadoria por idade
6.2.3. Aposentadoria por tempo de contribuição
6.2.4. Aposentadoria especial
6.2.5. Aposentadoria dos deficientes
6.2.6. Auxílio doença
6.2.7. Auxílio acidente
6.2.8. Salário-maternidade
6.2.9. Salário família
6.2.10 Auxílio reclusão
6.2.11. Pensão por morte
6.3. Espécies de serviço
6.3.1. Reabilitação profissional
6.3.2. Serviço social
6.3.3. Perícia médica
6.3.4. Outras espécies

7. DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO
7.1. Consulta
7.2. Confissão e denúncia espontânea
7.3. Procedimento fiscal
7.4. Custeio
7.5. Benefício
7.6. INSS Digital

8. DO CONTENCIOSO JUDICIAL
8.1. Espécies de ações
8.2. Competência
8.3. Requisitos

VII – Bibliografia Básica

1.CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
2. EDUARDO, Italo Romano. **Curso de direito previdenciário**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO. (Livro Digital)
3. LEITÃO, André Studart. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo : Saraiva Educação. (Livro Digital)

VIII – Bibliografia Complementar

1. ROCHA, Daniel Machado da. **Comentários à lei de benefícios da previdência social.** São Paulo : Atlas. (Livro Digital)
2. Rubin, Fernando. **Aposentadorias previdenciárias no regime geral da previdência social:** questões centrais de direito material e de direito processual. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito previdenciário esquematizado. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Desaposentação**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
5. TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de direito da seguridade social**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Internacional Privado**
Código	DIR1002
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	10º

II – Ementário

Noções Básicas; Fontes Do Direito Internacional Privado; Aplicação Do Direito Estrangeiro; Direito Civil; Direito Processual Civil Internacional; Cooperação Jurídica Internacional Em Matéria Cível; Direito Do Trabalho Internacional; Condição Jurídica Do Migrante.

III – Objetivo

Estimular a percepção do aluno em relação às situações jurídicas privadas conectadas a mais de um sistema jurídico; prover conhecimentos básicos sobre as normas e instituições jurídicas da sociedade internacional, assim como sobre os princípios e leis que solucionam os conflitos de normas no espaço; fornecer diretrizes sobre utilização das fontes de direito internacional e de direito interno em relação a problemas que transcendem o interesse exclusivo de uma única ordem jurídica estatal; estabelecer diretrizes para a utilização das fontes de direito estrangeiro; proporcionar aos acadêmicos elementos de análise e compreensão sobre relações jurídicas privadas multiconectadas, a fim de capacitá-los para determinar soluções aos problemas referentes a estes casos, no que tange à jurisdição competente e a lei aplicável; promover o estudo das legislações relativas ao tema, bem como das posições adotadas pelas doutrinas e jurisprudência brasileiras e estrangeiras; analisar as funções e competência do Brasil na ordem jurídica internacional. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada, com o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)

- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. NOÇÕES BÁSICAS:

1.1. Situações jurídicas plurilocalizadas e o fenômeno do aparente conflito de leis espaço.

1.2. Conceito e natureza das normas de Direito Internacional Privado.

1.3.Objeto do Direito Internacional Privado.

2. FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

2.1.Aspectos gerais: pluralismo de fontes.

2.2.Relevância da história, da doutrina e da jurisprudência.

2.3.Princípios gerais do Direito Internacional Privado.

3.APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO

3.1.Elementos de conexão.

3.2.Qualificação: método e leis aplicáveis.

3.3.Interpretação, meios de prova e limites à aplicação do direito estrangeiro.

4. DIREITO CIVIL

4.1. Capacidade de direito e de exercício de direitos.

4.2. Direito de Família: Casamento, institutos de proteção aos incapazes, regime de be divórcio.

4.3. Direito das Sucessões e sucessão testamentária.

5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL

5.1. Competência internacional.

5.2. Litispendência internacional.

5.3. Cláusula de eleição de foro.

5.4. Homologação de decisão estrangeira no Brasil

6. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL EM MATÉRIA CÍVEL

6.1.Cartas rogatórias.

6.2.Auxílio direto.
6.3.Regime de provas nos processos com conexão internacional.

7.DIREITO DO TRABALHO INTERNACIONAL

7.1. Convenções internacionais em matéria de Direito do Trabalho

7.2.Lei aplicável.

VI – Bibliografia Básica

1. BASSO, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. DOLINGER, Jacob. TIBURCIO, Carmem. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3. MAZZUOLI, Oliveira, V. D. **Curso de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. AMORIM, Edgar Carlos de, OLIVEIRA Jr., Vicente de Augusto. **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
2. DEL'OLMO, Florisbal de Souza, JAEGER Jr, Augusto. **Curso de Direito Internacional Privado.** Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
3. GOMES, Fábio Luiz (Coord.). **Direito Internacional**: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. RECHSTEINER, Walter B. **Direito Internacional Privado**: teoria e prática. São Paulo: Saraiva Educação. (Livro Digital)
5. SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito internacional em expansão**: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Estágio Supervisionado III (Assistência Jurídica)**
Código	DIR1003
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	10º

II – Ementário

Trabalho em assistência jurídica e escritório modelo. Realização de atividades práticas fora do âmbito do escritório modelo da instituição.

III – Objetivo

Tem por objetivo a aplicação dos conhecimentos jurídicos nos diversos momentos dos processos cível, criminal, trabalhista e previdenciário, desde a petição inicial até a fase recursal e a execução, bem como do processo administrativo e na advocacia extrajudicial. E também proporcionar ao acadêmico o contato com o público e com a realidade social, objetivando o desenvolvimento de sua independência profissional e de sua sensibilidade trato para com as pessoas, bem como de seu senso ético profissional. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; para uma formação para o exercício da prática jurídica contenciosa de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos e a utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e para uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

V – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)

- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

VI – Atividades de Extensão

A disciplina é uma disciplina genuinamente de extensão, eis que envolve a prestação de serviço em todas as unidades. Sendo assim, todas as unidades abarcam atividades extensionistas, não havendo, pois, apenas práticas pontuais.

VII – Conteúdo Programático

1. TRABALHO EM ASSISTÊNCIA JURÍDICA E ESCRITÓRIO MODELO
1.1. Atendimento ao público, proposição e acompanhamento de ações por meio do processo físico e processo eletrônico.
1.2. Realização de conciliações no Serviço de Assistência Jurídica e no Escritório Modelo da Instituição, bem como realização de atividades relativas a estas ações perante o Poder Judiciário.

2. REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS FORA DO ÂMBITO DO ESCRITÓRIO MODELO DA INSTITUIÇÃO
2.1. Atuação junto ao Poder Judiciário; ao Ministério Público; à Procuradoria da República, do Estado, dos municípios e autarquias; e escritórios de advocacia.

3. PROJETO ALTERNATIVO DE ESTÁGIO
3.1. Possibilidade de desenvolvimento pelo acadêmico de atividades extrajudiciais e outras atividades referentes à prática e aplicação do Direito, como em Tribunais de Mediação e Arbitragem, Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Organizações não-governamentais, Organizações Internacionais, Empresas.

VIII – Bibliografia Básica

1. ROQUE, Nathaly Campitelli. **Prática Civil**. São Paulo: Método. (Livro digital)
2. TARTUCE, Fernanda, DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. São Paulo: Método. (Livro digital)
3. AGUIRRE, João. **Prática civil**. São Paulo: Método. (Livro digital)

IX – Bibliografia Complementar

1.LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David.; Milton, John W. **Fundamentos da Negociação**. Bookman. (Livro Digital)
2.MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIEIRO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado.** São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
3.STRECK, Lenio Luiz, NUNES, Dierle, CUNHA, Leonardo Carneiro da (Org.); Alexandre Freire (Coord.). **Comentários ao Código de Processo Civil.** São Paulo: Saraiva.
4.THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil:** teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum. Rio de Janeiro: Forense. v. 1. (Livro Digital)
5.VOESE, Ingo. **Mediação dos Conflitos Como Negociação de Sentido**. Curitiba: Juruá. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Trabalho de Curso II**
Código	DIR1004
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	10º

II – Ementário

Orientação da Monografia. Encontros com o orientador.

III – Objetivo

Possibilitar o andamento da pesquisa, redação final e defesa do Trabalho de Curso, sob a orientação de um professor orientador. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.

IV – Atividades não presenciais

No âmbito da Disciplina de Trabalho de Curso II, ocorrerão orientações presenciais. A defesa, igualmente, será presencial. Outras orientações com o professor orientador, bem como emanadas da Coordenação de Pesquisa, Monografia e Extensão serão realizadas por meio do AVEA Moodle, por meio de fóruns e vídeos, por exemplo.

V – Conteúdo Programático

1. Desenvolvimento da monografia ou artigo.
1.1. Orientações e normas de metodologia científica.
1.2. Revisão da literatura e documentação bibliográfica e/ou pesquisa de campo e/ou implementação da ferramenta ou solução proposta.
1.2. Conclusão e protocolo da monografia ou artigo.
1.3. Apresentação da monografia ou artigo.

VI – Bibliografia Básica

1. FACULDADE DE DIREITO DE SANTA MARIA. **Manual de Trabalhos Acadêmicos**: FADISMA. Santa Maria: FADISMA.
2. GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1.ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

2.CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. São Paulo: Person Prentice Hall. (Livro Digital)

3. ESTRELA, CARLOS (Org). **Metodologia Científica**: ciência, ensino, pesquisa. Porto Alegres: Artes Médicas. (Livro Digital)

4. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

5. MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha Monteiro. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito do Idoso, da Criança e do Adolescente**
Código	DIR1005
Carga horária	72 horas/aula
Carga presencial	57,6 horas (80%)
Carga EaD	14,4 horas (20%)
Créditos	4
Semestre letivo	10º

II – Ementário

Do direito da criança e do adolescente. Das medidas protetivas. Da competência. Dos procedimentos. Da atividade judiciária. Do ministério público. Do advogado. Da prevenção. Estatuto do idoso. Das medidas de proteção. Da política de atendimento ao idoso. Das infrações administrativas. Do acesso à justiça. Do ministério público. Da proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos. Dos crimes.

III – Objetivo

A disciplina de Direito do Idoso, da Criança e do Adolescente tem por objetivo viabilizar o debate e a confrontação das ideias, com o propósito de contribuir com a permanente revisão e o aperfeiçoamento da base ética, filosófica e jurídica no que se refere aos direitos da criança e do adolescente e do idoso sob uma perspectiva histórica; definir os princípios basilares de uma nova concepção do direito da criança e do adolescente; discutir os principais temas relacionados com os Direitos Infanto-juvenis: acesso à justiça, Convenção Internacional dos Direitos da Criança e outros documentos internacionais; etc.; interligar os conhecimentos teóricos à realidade; possibilitar a construção de uma visão social do direito, a partir da análise das políticas sociais brasileiras (em perspectiva evolutiva) e a sua interconexão com o direito. A disciplina busca ainda oferecer subsídios para a análise histórica da atenção ao Idoso no Brasil e suas relações com as políticas públicas, no âmbito nacional e internacional, assim como dos programas de saúde do idoso vigentes. Concomitantemente, a disciplina visa instrumentalizar o aluno apresentando os aspectos jurídicos fundamentais relacionados à atenção aos idosos e sua interface com o cuidado no Brasil. Conhecer as legislações que versam sobre educação, criança e adolescente, portadores de necessidades especiais e idosos. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Atividades de Extensão

A disciplina terá atividades de extensão, sendo estas consideradas como as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante. Com esse intuito a disciplina poderá imbuir os alunos em programas; projetos; desenvolver cursos, oficinas e eventos, bem como desenvolver prestação de serviços junto à comunidade. Tais atividades irão perfazer 18 horas da disciplina e estarão detalhadas no plano de aula.

VI – Conteúdo Programático

1. O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
1.1. Os Conceitos e a realidade social
1.2. Aspectos doutrinários
1.3. A infância e adolescência no contexto internacional: a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e principais documentos internacionais.
1.5. Os Direitos fundamentais da criança e do adolescente.
1.6. O Estatuto da Criança e do Adolescente: sua concepção e estrutura
1.7. As Violências sofridas no contexto social e familiar

2. AS MEDIDAS PROTETIVAS
2.1. Análise social e crítica das Medidas Específicas de Proteção e das Medidas Socioeducativas

3. A COMPETÊNCIA
3.1. A Competência Jurisdicional
3.2. Estrutura. Atribuições. Processo de escolha.
3.3. Os Conselhos de Direitos
3.4. Os Conselhos Tutelares

4. OS PROCEDIMENTOS
4.1. As Garantias Processuais
4.2. O procedimento relativo à perda e suspensão do poder familiar
4.3. O procedimento relativo à destituição da tutela
4.4. O procedimento relativo à colocação em família substituta
4.5. O procedimento relativo à apuração do ato infracional
4.5.1 Inimputabilidade e responsabilidade penal juvenil.
4.5.2 Natureza jurídica, princípios e fundamentos das medidas.
4.5.3 Os direitos fundamentais e as garantias processuais do adolescente autor de ato infracional.
4.5.4 O procedimento de apuração.
4.5.5 A prática de ato infracional: inimputabilidade e garantias processuais.
4.5.6 Medidas especiais de proteção e Medidas Socioeducativas.
4.5.7 Medidas pertinentes aos pais e responsável.
4.6. O procedimento relativo à apuração de infração administrativa
4.7. O sistema recursal

5. A ATIVIDADE JUDICIÁRIA E O ADVOGADO NO SISTEMAS DO ECA

6. DO MINISTÉRIO PÚBLICO
6.1. O Ministério Público no ECA:. Competência, remissão, ação civil pública, termo de ajustamento da conduta.

7. A PREVENÇÃO
7.1. Disposições Gerais
7.1.1 Prevenção e prevenção especial vinculadas à informação, lazer, esportes, diversões e espetáculos
7.2. A prevenção Especial
7.3. Os Produtos e Serviços
7.4. A Autorização para viajar

8. ADOÇÃO
8.1. O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) do CNJ
8.2. O interesse da criança como paradigma norteador da adoção por homossexuais a partir da perspectiva da sociedade global

9. ESTAUTO DO IDOSO
9.1. Direitos Fundamentais: Direito à vida, à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade
9.2. Direitos Sociais: Direito aos Alimentos, à Moradia, à Saúde, à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer
9.3. A Profissionalização e o Trabalho do Idoso
9.4. O Sistema da Previdência Social do Idoso
9.5. A Assistência Social
9.6. O Transporte Coletivo para Idosos

10. AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO IDOSO
10.1. As principais inovações referentes à proteção do idoso: análise do Direito Brasileiro sob o ponto de vista comparatista

11. AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO IDOSO
11.1. As Entidades de Atendimento ao Idoso
11.2. A Fiscalização das Entidades de Atendimento

12. AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS
12.1. Apuração Administrativa de Infração às Normas de Proteção ao Idoso
12.2. Cômputo Judicial de Irregularidades em Entidade de Atendimento

13. O ACESSO À JUSTIÇA

14. O MINISTÉRIO PÚBLICO

15. A PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS OU HOMOGÊNEOS

16. OS CRIMES

VII – Bibliografia Básica

1. BOAS, Marco Antonio Vilas. **Estatuto do idoso comentado**. Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
2.CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley; LEITE, Flávia Piva Almeida; LISBOA, Roberto Senise (Coord.). **Direito da infância, juventude, idoso e pessoas com deficiência**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. RAMAYANA, Marcos. **Estatuto do Idoso comentado**. Rio de Janeiro: Roma Victor.

VIII – Bibliografia Complementar

1. ISHIDA, Válter Kenji. **A infração administrativa no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
3. MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente**: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
5. RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de direito do idoso**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANOS DE ENSINO DISCIPLINAS OPTATIVAS

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Antropologia Jurídica**
Código	DIR0001
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

A disciplina de Antropologia Jurídica estabelece o estudo do Direito sob o ponto de vista Antropológico refletindo sobre a natureza da ação jurídica e a constituição dos campos de estudo e pesquisa da Antropologia e do Direito relacionados entre si.

III – Objetivo

Proporcionar aos alunos de Direito, conhecimentos antropológicos que lhes possibilitem realizar a análise crítica da realidade social brasileira, permitindo – lhes assim constatar as relações que nelas se desenvolvem e a natureza dos fatos sociais, entre os quais o “direito” e também o “dever”, que caracterizam essa realidade. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. NOÇÕES BÁSICAS DE ANTROPOLOGIA JURÍDICA

1.1. Acepções históricos
1.2. Áreas de Abrangência

2. ANTROPOLOGIA E DIREITO
2.1. O “fazer Antropológico” e sua relação com o Direito
2.2. O Direito como “fato cultural”
2.3. A Antropologia e a lei

3. DA NATUREZA À CULTURA
3.1. O que é Cultura?
3.2. Dinâmica e operação da cultura
3.3. Relativismo e Etnocentrismo

4. DIREITOS HUMANOS
4.1. Direitos Humanos em uma perspectiva antropológica.

VI – Bibliografia Básica

1. DAVID, René. **Os Grandes Sistemas de Direito Contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes.
2. DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva.
3. WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática.

VII – Bibliografia Complementar

1. ALVES, Elizete Lanzoni, SANTOS, Sidney Francisco Reis dos. **Iniciação ao conhecimento da antropologia jurídica**: por onde caminha a humanidade. Florianópolis: Conceito Editorial.
2. FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora.
3. FRIEDE, Reis. **Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
4. RADBRUCH, Gustav. **Introdução à ciência do direito**. São Paulo: Martins Fontes.
5. ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense..

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Ciência Política**
Código	DIR0002
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Emergência da especificidade da política. Contribuição teórica na formação de Estado moderno. Dilema da igualdade e da liberdade. Problemática da democracia. Questão da representação. Governo. Propostas políticas de organização da sociedade. Questões de política brasileira contemporânea.

III – Objetivo

Estudar os conceitos básicos da ciência política. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. EMERGÊNCIA DA ESPECIFICIDADE DA POLÍTICA
1.1. Vida e obra de Nicolau Maquiavel
1.2. Estado Real
1.3. Virtú e fortuna

2. CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA NA FORMAÇÃO DE ESTADO MODERNO
2.1. Questão da soberania de Bodin
2.2. Doutrina de Hobbes
2.3. Estado como fator de mudança social

3. DILEMA DA IGUALDADE E DA LIBERDADE
3.1. Democracia na América de A. Tocqueville
3.2. Ação política e instituições políticas
3.3. Igualdade de oportunidades
3.4. Liberdade perante a lei

4. PROBLEMÁTICA DA DEMOCRACIA
4.1. Ideia de democracia na História
4.2. Democracia e liberalismo
4.3. Tipologias dos regimes democráticos
4.4. Democracia formal e democracia substancial
4.5. Direitos humanos e fundamentais

5. QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO
5.1. Sistemas eleitorais
5.2. Partidos
5.3. Sistemas partidários

6. GOVERNO
6.1. Formas de governo
6.2. Poder
6.3. Legitimidade e legalidade do poder
6.4. Império da lei

7. PROPOSTAS POLÍTICAS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE
7.1. Comunismo
7.2. Socialismo
7.3. Social-democracia
7.4. Liberalismo
7.5. Democracia cristã europeia

8. QUESTÃO DE POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA
8.1. Estado e sociedade no Brasil
8.2. Federalismo e regionalismo
8.3. Ideologias políticas no Brasil
8.4. Instituições políticas no Brasil contemporâneo

VI – Bibliografia Básica

1. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna
2. MORAIS, José Luiz Bolzan de; STRECK, Lenio Luiz. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
3. WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática.

VII – Bibliografia Complementar

1. BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: UnB.

2. BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros.
3. CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir.
4. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva.
5. TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: livro I - leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Criminologia**
Código	DIR0003
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Criminologia e direito penal. Conceito, histórico e evolução da criminologia. Tendências atuais da criminologia: criminologia interacionista, criminologia crítica, etc. Administração da justiça e criminologia. Criminogênese. Fatores criminógenos. Tipologia criminal. Criminalidade dos menores. Violência e criminalidade. Criminalidade comparada. Estatística da criminalidade. Criminologia e execução da pena. Criminalidade: prevenção e defesa social.

III – Objetivo

Transmitir criticamente as referências teóricas fundamentais do direito penal relativas à criminologia, a partir de leituras e trabalhos dirigidos para o fomento da discussão dos temas abordados, visando à formação crítica de um profissional apto para atuação perante o ordenamento jurídico interno, sem deixar de contemplar a atuação em âmbito internacional. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. CRIMINOLOGIA E DIREITO PENAL. CONCEITO, HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA CRIMINOLOGIA

2. TENDÊNCIAS ATUAIS DA CRIMINOLOGIA: CRIMINOLOGIA INTERACIONISTA, CRIMINOLOGIA CRÍTICA, ETC. ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA E CRIMINOLOGIA

3. CRIMINOGÊNESE

4. FATORES CRIMINÓGENOS

5. TIPOLOGIA CRIMINAL

6. CRIMINALIDADE DOS MENORES

7. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

8. CRIMINALIDADE COMPARADA. ESTATÍSTICA DA CRIMINALIDADE

9. CRIMINOLOGIA E EXECUÇÃO DA PENA

10. CRIMINALIDADE: PREVENÇÃO E DEFESA SOCIAL

VI – Bibliografia Básica

1. BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal:** introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan.
2. BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. São Paulo: Martin Claret.
3. MOLINA, Antonio García-Pablos; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia:** introdução a seus fundamentos teóricos. São Paulo: Revista dos Tribunais.

VII – Bibliografia Complementar

1. BECK, Ulrich. **La Sociedad Del Riesgo**. Buenos Aires: Piadós.
2. FARIAS JÚNIOR, João**. Manual de Criminologia**. Curitiba: Juruá.
3. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Tradução de Ligia P. Vassalo. Petrópolis: Vozes.
4. SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**. Rio de Janeiro: Lumem Juris.
5. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em Busca das Penas Perdidas:** a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Contratos Internacionais**
Código	DIR0004
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	10º

II – Ementário

O direito internacional privado e os contratos internacionais. Conceituação dos contratos internacionais. Formação dos contratos internacionais: as partes e as negociações. Métodos de escolha da lei aplicável. Limites à aplicação da lei estrangeira. A autonomia da vontade no direito comparado, no direito brasileiro e no direito internacional convencional. Execução dos contratos internacionais. As cláusulas nos contratos internacionais do comércio. Modalidades de garantias na execução dos contratos internacionais do comércio.

III – Objetivo

Tem como objetivo propiciar visão ampla dos principais temas relacionados ao Contrato Internacional; situar o problema tratado pela disciplina, de acordo com a literatura e jurisprudência mais recentes; analisar especificamente os novos problemas relacionados aos contratos internacionais, a fim de preparar os acadêmicos para o enfrentamento da realidade atual de internacionalização do direito e de intersecção entre diferentes sistemas e ordenamentos jurídicos. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada, com o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso

compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E OS CONTRATOS INTERNACIONAIS

2. CONCEITUAÇÃO DOS CONTRATOS INTERNACIONAIS
2.1. Elementos caracterizadores
2.2. Natureza jurídica

3. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS INTERNACIONAIS: AS PARTES E AS NEGOCIAÇÕES

4. MÉTODOS DE ESCOLHA DA LEI APLICÁVEL

5. LIMITES À APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA

6. A AUTONOMIA DA VONTADE NO DIREITO COMPARADO, NO DIREITO BRASILEIRO E NO DIREITO INTERNACIONAL CONVENCIONAL
6.1. A autonomia da vontade no direito comparado: Direito continental europeu, Common Law e Mercosul
6.2. A autonomia da vontade no direito brasileiro: legislação, doutrina e jurisprudência
6.3. A autonomia da vontade no direito internacional convencional: convenções internacionais, codificação do DIPr na América Latina e Convenção Interamericana sobre o direito aplicável aos contratos internacionais

7. EXECUÇÃO DOS CONTRATOS INTERNACIONAIS
7.1. Prazos e suas consequências
7.2. Meios e riscos da execução

8. AS CLÁUSULAS NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS DO COMÉRCIO
8.1. Força maior e cláusula de hardship
8.2. INCOTERMS
8.3. Estabilidade da moeda e cláusula penal

9. MODALIDADES DE GARANTIAS NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS INTERNACIONAIS DO COMÉRCIO

VI – Bibliografia Básica

1. ARAUJO, Nadia de. **Contratos Internacionais:** autonomia da vontade, Mercosul e Convenções Internacionais. Rio de Janeiro: Renovar.
2. CÁRNIO, Thaís Cíntia. **Contratos internacionais:** teoria e prática. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. STRENGER, Irineu. **Contratos Internacionais do Comércio**. São Paulo: LTR.

VII – Bibliografia Complementar

1. BASSO, Maristela; PRADO, Maurício Almeida; ZAITZ, Daniela. **Direito do Comércio Internacional:** pragmática, diversidade e inovação. Curitiba: Juruá.
2. ENGELBERG, Esther. **Contratos Internacionais do Comércio**. São Paulo: Atlas.

3. GAMA JÚNIOR, Lauro. **Contratos Internacionais à luz dos princípios do UNIDROIT 2004:** soft law, arbitragem e jurisdição. Rio de Janeiro: Renovar.
4. GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. **Lei aplicável aos contratos internacionais**. Aduaneiras.
5. JAEGER, Guilherme Pederneiras. **Lei aplicável aos contratos internacionais:** o regime jurídico brasileiro e a Convenção do México. Curitiba: Juruá.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Cultura, Política e Sociedade Contemporânea**
Código	DIR0005
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Evolução histórica do pensamento social. A formação do pensamento sociológico no século XIX. A Sociologia como ciência social aplicada: objeto, métodos, relações com os demais ramos do conhecimento. Conceitos e noções básicas. A Revolução Industrial e a emergência da sociedade capitalista industrial. Trabalho: divisão social do trabalho, relações, ações e ação social. Socialização e seus processos. Desigualdade e estratificação social. Transformações nas técnicas e tecnologias. Instituições sociais, políticas e econômicas Modernidade, pós-modernidade e mundo líquido. Cultura material e imaterial. Identidades. A construção social da realidade.Sociedade de massas: comunicação e alienação. Estrutura social e poder social. Estado moderno e burocracia. A empresa como unidade sociológica.

III – Objetivo

Realizar uma introdução a conceitos e noções fundamentais das Ciências Sociais. Compreender como o estudo das sociedades contemporâneas pode auxiliar o profissional contábil no processo de tomada de decisão, visto que o contexto social está em constante transformação, impactando significativamente as organizações e o ambiente onde irá atuar. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto

Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. Evolução histórica do pensamento social.
2. A formação do pensamento sociológico no século XIX.
3. A Sociologia como ciência social aplicada: objeto, métodos, relações com os demais ramos do conhecimento. Conceitos e noções básicas.
4. A Revolução Industrial e a emergência da sociedade capitalista industrial.
5. Organização social e padrões sociais.
6. Trabalho: divisão social do trabalho, relações, ações e ação social.
7. Socialização e seus processos.
8. Desigualdade e estratificação social.
9. Transformações nas técnicas e tecnologias. Impactos na vida social.
10. Instituições sociais, políticas e econômicas.
11. Modernidade, pós-modernidade e mundo líquido.
12. Cultura material e imaterial. Identidades. A construção social da realidade.
13. Sociedade de massas: comunicação e alienação.
14. Estrutura social e poder social.
15. Estado moderno e burocracia.
16. A empresa como unidade sociológica.

VI – Bibliografia Básica

1. CHARON, Joel M.; VIGILANT, Lee Garth. **Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 2013.
2. DIAS, Reinaldo. **Sociologia das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro. **Sociologia aplicada à administração**. Saraiva: São Paulo, 2009.

VII – Bibliografia Complementar

1. BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
2. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.
3. MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.
4. CASTRO, Celso. **Textos básicos de sociologia**: de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
5. METCALF, Peter. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2015.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Aduaneiro**
Código	DIR0006
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Fundamentos do direito aduaneiro. Atividade aduaneira. Natureza das normas aduaneiras. Conceito de importação. Conceito de nacionalização. Tributos aduaneiros. Política brasileira de comércio exterior. Tratados, convenções e outros atos internacionais. Medidas restritivas às práticas comerciais internacionais. Franquias territoriais. Sujeição passiva dos impostos de importação e de exportação. O contencioso aduaneiro. Infrações, fraudes e delitos aduaneiros. O contrabando e o descaminho. Análise de problemas aduaneiros. Operações de importação e exportação - panorâmica tributária, documental e operacional. Despacho aduaneiro de mercadorias. Classificação fiscal de produtos. Regimes aduaneiros especiais e atípicos.

III – Objetivo

Realizar estudos introdutórios de direito aduaneiro brasileiro, apresentando o funcionamento do sistema aduaneiro nacional e de outros países; estudar a natureza, características, fundamentos e reflexos atuais do direito aduaneiro, para fomentar o desenvolvimento desse ramo do direito; examinar atuação do Estado sobre os negócios privados, com ênfase nos problemas aduaneiros contemporâneos, buscando soluções práticas da matéria; observar e compreender as espécies e os efeitos hodiernos das infrações aduaneiras; abordar os principais tipos de processos administrativos aduaneiros, bem como dos instrumentos jurídicos existentes no contencioso aduaneiro brasileiro, para proporcionar aos alunos condições de atuar nessa área. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. FUNDAMENTOS DO DIREITO ADUANEIRO
1.1. Fato aduaneiro e realidade aduaneira
1.2. Alfândega ou Aduana
1.3. Relação aduaneira
1.4. Conceito e natureza do direito aduaneiro
1.5. O direito aduaneiro brasileiro

2. ATIVIDADE ADUANEIRA

3. NATUREZA DAS NORMAS ADUANEIRAS

4. CONCEITO DE IMPORTAÇÃO

5. CONCEITO DE NACIONALIZAÇÃO

6. TRIBUTOS ADUANEIROS
6.1. Características do imposto aduaneiro
6.2. Antecedentes históricos

7. POLÍTICA BRASILEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

8. TRATADOS, CONVENÇÕES E OUTROS ATOS INTERNACIONAIS

9. MEDIDAS RESTRITIVAS ÀS PRÁTICAS COMERCIAIS INTERNACIONAIS
9.1. Direitos compensatórios e Direito anti-dumping
9.2. Medidas de salvaguarda
9.3. Tarifação invisível

10. FRANQUIAS TERRITORIAIS
10.1. Zonas Francas no Mundo
10.2. Portos Livres e Depósitos Francos
10.3. Zona Franca de Manaus
10.4. Zonas de processamento de exportação
10.5. Áreas de livre comércio

11. SUJEIÇÃO PASSIVA DOS IMPOSTOS DE IMPORTAÇÃO E DE EXPORTAÇÃO

12. O CONTENCIOSO ADUANEIRO

13. INFRAÇÕES, FRAUDES E DELITOS ADUANEIROS

14. O CONTRABANDO E O DESCAMINHO

15. ANÁLISE DE PROBLEMAS ADUANEIROS
15.1. Origem e procedência
15.2. Discrepâncias constatadas nas mercadorias importadas
15.3. Ingresso e saída de moeda e de ouro do País
15.4. Apuração do valor aduaneiro das mercadorias importadas
15.5. Transporte obrigatório em navio ou aeronave de bandeira brasileira
15.6. Erros ou omissões nas operações de exportação
15.7. Cláusulas condicionais nos regimes aduaneiros especiais
15.8. Da prescrição e da decadência
15.9. Conflito entre a jurisprudência e os atos e orientações administrativos
15.10. Aplicabilidade da pena de perdimento de bens apreendidos
15.11. O problema do Ex-Tarifário

16. OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - PANORÂMICA TRIBUTÁRIA, DOCUMENTAL E OPERACIONAL
16.1. Natureza e tributos incidentes
16.2. Tributos e outros encargos
16.3. Documentação gerada nas operações de comércio exterior
16.4. Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX

17. DESPACHO ADUANEIRO DE MERCADORIAS

18. CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE PRODUTOS

19. REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS E ATÍPICOS

VI – Bibliografia Básica

1. BASSO, Maristela; PRADO, Mauricio Almeida; ZAITZ, Daniela. **Direito do comércio internacional**: pragmática, diversidade e inovação. Curitiba: Juruá.
2. CASTRO, José Augusto de. **Exportação:** aspectos práticos e operacionais. São Paulo: Aduaneiras.
3. STRENGER, Irineu. **Contratos internacionais do comércio.** São Paulo: Ltr.

VII – Bibliografia Complementar

1. AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do. (Coord). **Direito do comércio internacional**: aspectos fundamentais. São Paulo: Aduaneiras.
2. BELTRAME, Ana Lélia Benincá. **Comércio internacional de serviços**: uma introdução ao regime GATS. Brasília: Editora do autor.
3. RAINELLI, Michel. **Nova teoria do comércio internacional.** Bauru: EDUSC.
4. ROJAS, Pablo. **Introdução à logística portuária e noções de comércio exterior.** Porto Alegre: Bookman. (Livro Digital)
5. SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito internacional em expansão:** encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Agrário**
Código	DIR0007
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

O direito agrário. Institutos básicos de direito agrário. A reforma agrária. Desapropriação de imóveis rurais. Usucapião de imóvel rural. Tributação do imóvel rural. Crédito rural. Contratos agrários.

III – Objetivo

Proporcionar aos alunos uma visão inicial da estrutura fundiária brasileira, através de uma análise histórica e legal; Ministrar aos alunos os conceitos básicos do Direito Agrário; Transmitir aos alunos uma noção acerca da reforma agrária, dentro de uma análise histórica dos conflitos rurais, bem como através de uma análise da questão sobre o aspecto legal, inclusive no que se refere à desapropriação de imóveis rurais; Apresentar e discutir com os alunos os temas sobre o usucapião do imóvel rural; Fornecer aos alunos noções teóricas e práticas sobre os contratos agrários; Conduzir os alunos a adotar uma atitude crítica perante as questões fundamentais e gerais do Direito Agrário, dentro do contexto nacional e internacional. . Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O DIREITO AGRÁRIO
1.1. Análise histórica
1.2. Estrutura Fundiária Brasileira
1.3. O Estatuto da Terra

2. INSTITUTOS BÁSICOS DE DIREITO AGRÁRIO
2.1. Legislação Agrária aplicável
2.2. Imóvel urbano e rural
2.3. Propriedade Familiar
2.4. Minifúndio, Latifúndio e Propriedade Familiar
2.5. Empresa Rural
2.6. Módulo Rural
2.7. Função Social da propriedade rural
2.8. Ação Discriminatória de imóveis rurais
2.9. Parcelamentos rurais

3. A REFORMA AGRÁRIA
3.1. Aspectos Gerais
3.2. Análise histórica
3.3. Conflitos rurais
3.4. Medidas judiciais cabíveis

4. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS

5. USUCAPIÃO DE IMÓVEL RURAL

6. CONTRATOS AGRÁRIOS
6.1. Legislação aplicável
6.2. Espécies (Arrendamento, Parceria, outros)
6.3. Pressupostos de existência e validade dos Contratos Agrários
6.4. Preço e Prazos nos Contratos Agrários
6.5. Formas de extinção dos Contratos Agrários
6.6. Transferência da relação contratual agrária
6.7. Direitos e Deveres dos contratantes
6.8. Direito de Preferência nos Contratos Agrários
6.9. As benfeitorias
6.10. Ação de Despejo Rural
6.11. Elaboração de contratos agrários e peças processuais.

VI – Bibliografia Básica

1. BARROS**,** Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
2. CASSETTARI, Christiano. **Direito agrário**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. COELHO, José Fernando Lutz. **Contratos Agrários:** uma visão neo-agrarista. Curitiba: Juruá.

VII – Bibliografia Complementar

1. ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de. **O Acesso à Terra no Estado Democrático de**

Direito. Frederico Westphalen: URI.
2. BARROS, Wellington Pacheco. **Contrato de Parceria Rural**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
3. BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos de Direito Agrário**. São Paulo. Saraiva.
4. COELHO, José Fernando Lutz. **Contratos Agrários de Arrendamento e Parceria Rural no MERCOSUL**. Porto Alegre: Juruá.
5. DEMÉTRIO, Nelson. **Doutrina e Prática do Direito Agrário**. São Paulo: Aga Juris.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Comunitário e da Integração**
Código	DIR0008
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

A integração regional e o constitucionalismo parcial. A instituição da União Europeia. O Direito da União Europeia e sua relação com os direitos nacionais europeus. A ordem econômica da União Europeia. A América e o processo de integração. O mercado comum do sul (Mercosul). As relações entre o Mercosul e a União Europeia. Outros processos de integração econômica.

III – Objetivo

A disciplina de Direito Comunitário e da Integração Econômica tem como objetivos basilares permitir ao aluno conhecer, de forma crítico-analítica e sistêmica, a União Europeia, o MERCOSUL e demais processos de integração econômica existentes atualmente, tanto em termos institucionais como jurídicos, por sua relevância para o Brasil, para os países da América latina e para as Relações Internacionais. Para tanto, busca-se inicialmente apresentar as origens, antecedentes históricos, mitos e ideologias que fundam a integração regional para, em seguida, analisar as diversas iniciativas, tanto políticas como econômicas, que se sucederam na Europa e na América Latina. Neste momento, a compreensão das estruturas institucionais e as consequentes repartições das funções e competências dentro das organizações internacionais será objeto de análise específica dentro do programa da disciplina. Portanto, objetiva de forma geral: A) Construir uma base epistemológica capaz de nortear o entendimento, em especial no que tange ao Direito Comunitário e ao Direito da Integração Econômica. B) Delimitar e desenvolver temáticas específicas que envolvam as problemáticas propostas. C) Refletir, propor e consolidar categorias jurídicas que permitam qualificar a intervenção dos graduandos em sua realidade prática acerca das temáticas desenvolvidas. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada, com o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)

- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O CONSTITUCIONALISMO PARCIAL

2. A INSTITUIÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA, O DIREITO COMUNITÁRIO E A ORDEM ECONÔMICA EUROPEIA
2.1. Origens e antecedentes históricos
2.2. A natureza jurídica supranacional
2.3. O sistema institucional comunitário
2.4. O direito comunitário e sua relação com as ordens jurídicas nacionais
2.5. Jurisdição comunitária
2.6. A ordem econômica da União Europeia

3. A AMÉRICA E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
3.1. ALALC e ALADI
3.2. CAN
3.3. NAFTA
3.4. ALCA
3.5. CASA

4. O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)
4.1. Estrutura institucional
4.2. Processo legislativo
4.3. Aplicação judicial das normas
4.4. Sistema de solução de controvérsias
4.5. Acordos de cooperação judicial
4.6. As relações entre o MERCOSUL e a União Européia

5. OUTROS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA
5.1. União africana
5.2. ASEAN

VI – Bibliografia Básica

1. D'ARCY. François. **União Européia:** instituições, políticas e desafios. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
2. PEREIRA, Ana Cristina Paulo. **Direito Institucional e Material do MERCOUL**. Rio de Janeiro: Lumen Juris
3. VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As Assimetrias Entre o Mercosul e a União Européia:** os desafios de uma associação inter-regional. Barueri: Manole.

VII – Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de**. Mercosul e União Européia:** estrutura jurídico–institucional. Curitiba: Juruá.
2. BAUMAN, Zygmunt. **Comunidades:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar.
3. BORCHARDT, Klaus-Dieter. **ABC do Direito Comunitário**. Bruxelas: Comissão Européia.
4. LABRANO, Roberto Ruiz Diaz (Org.). **Mercosur - Unión Europea**. Asunción: Intercontinental.
5. SILVA, Karine de Souza. **Direito da Comunidade Européia:** fontes, princípios e procedimentos. Ijuí: Unijuí.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Os impactos da Sociedade em Rede no Direito**
Código	DIR0009
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

A revolução informacional aplicada ao Direito. A regulação da Internet. Proteção de Dados Pessoais. Tecnologias de informação e comunicação. Impactos na principiologia do Direito Constitucional. Inclusão Digital. Crimes cibernéticos. Governo Eletrônicos. Impactos no Direitos do Trabalho. Novos Direitos.

III – Objetivo

Objetiva problematizar os aspectos teóricos referentes à sociedade em rede, na busca pelas respostas oriundas do enfrentamento dos temas na doutrina e jurisprudência pátria.Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A SOCIEDADE EM REDE
1.1. Aspectos sociológicos
1.2. Informação e comunicação na era digital.

1.3. O estado da arte no Brasil

2. DESAFIOS ESTATAIS
2.1 Apartheid Digital
2.2 Inclusão Digital

3. PRIVACIDADE NA ERA INFORMACIONAL
3.1. Direitos da personalidade e direito à privacidade
3.2. Privacidade e anonimato na Internet
3.3. Direito ao Esquecimento
3.4. Olhares jurisprudenciais

4. DISCURSO DE ÓDIO
4.1 Cultura, Interculturalidade e Multiculturalismo
4.2 O discurso de ódio em suas variadas nuances

5. COMÉRCIO ELETRÔNICO
5.1. Aspectos gerais.
5.2. Formação
5.3. Direitos do consumidor
5.4 Proteção de dados pessoais: Lei nº 13.709/2018 e Criptografia

6. CRIMES INFORMÁTICOS
6.1. A informática como meio para a realização do tipo penal
6.2. A informática como objeto do tipo penal
6.3. Novas tendências e estado da arte

7. INTERNET E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
7.1. Aspectos gerais: o governo digital
7.2. Aplicações administrativas e tributárias
7.3. Redes governamentais

8. INTERNET E DIREITO DO TRABALHO
8.1 O uso da rede no mundo do trabalho
8.2 O teletrabalho

VI – Bibliografia Básica

1. CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade Rio de Janeiro: Zahar.(Livro digital)
2. CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos Jurídicos da Internet**. Rio de Janeiro: Saraiva**.**
3. LUCCA, Newton de; SIMÃO Filho, Adalberto (Coord.). **Direito e Internet**. São Paulo: Quartier Latin.

VII – Bibliografia Complementar

1. CASIMIRO, Sofia de Vasconcelos. **A Responsabilidade Civil pelo conteúdo da informação transmitida pela internet**. Coimbra: Almedina.
2. GRECO, Marco Aurélio. **Internet e Direito**. São Paulo: Dialética.
3. MARQUES, Garcia; MARTINS, Lourenço. **Direito da Informática**. Coimbra: Almedina.
4. PAESANI, Liliana Minardi. **Direito de informática**: comercialização e desenvolvimento internacional do software. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

5. ROVER, Aires José (Org.). **Direito e Informática**. Barueri: Manole.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito da Propriedade Intelectual**
Código	DIR0010
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Introdução à propriedade intelectual. Direito da concorrência e teoria da concorrência desleal. Proteção jurídica da propriedade intelectual e industrial. As modalidades contratuais da propriedade intelectual. Direito do consumidor e a propriedade intelectual. Tutela jurídica da propriedade intelectual.

III – Objetivo

Viabilizar o estudo, a pesquisa e o debate, em nível de graduação dos diversos ramos da ciência do Direito que amparam as criações intelectuais, abrangendo além do Direito Autoral e da Propriedade Industrial, as normas e princípios de Direito Internacional, Direito Processual Civil e temas específicos de Direito Comercial como franquia, transferência de tecnologia e questões correlatas. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional e internacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL
1.1 O objeto da Propriedade Intelectual
1.2 A proteção constitucional
1.3 A relevância da Propriedade Intelectual sob o aspecto jurídico, científico e tecnológico

2. DIREITO DA CONCORRÊNCIA E TEORIA DA CONCORRÊNCIA DESLEAL
2.1. Princípios fundamentais do Direito da Concorrência.
2.2. Normas constitucionais.
2.3. Relação e interação do Direito da Concorrência com a Concorrência Desleal. Lei 8884/94 e legislação internacional.
2.4. Concorrência desleal no âmbito do Direito Autoral.
2.5. Conflitos internacionais e a Propriedade Intelectual
2.5.1. Organismos internacionais na esfera da Propriedade Intelectual
2.5.2. A internacionalização da Propriedade Intelectual
2.5.3. A Propriedade Intelectual na OMC
2.5.4. A importância dos tratados internacionais – As principais convenções
2.5.5. O fenômeno da pirataria no âmbito internacional.

3. PROTEÇÃO JURÍDICA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL
3.1. Proteção das marcas de indústria e comércio e do nome comercial
3.1.1.- As definições, conceitos e tipos de marcas
3.1.2. As principais distinções das marcas com outros sinais
3.1.3. O âmbito de proteção da marca registrada
3.1.4.- O processo de registro das marcas de indústria e comércio
3.1.5. As marcas notórias e notoriamente conhecidas
3.1.6.- A tutela jurídica do nome comercial
3.2. Proteção jurídica das patentes
3.2.1. Conceitos preliminares de patentes
3.2.2. A patente como elemento de desenvolvimento científico e tecnológico
3.2.3. O fenômeno invenção e a distinção da mera descoberta
3.2.4. Os pressupostos e requisitos para a obtenção da patente
3.2.5. As modalidades de patentes
3.2.6. As proibições para a concessão de patentes
3.2.7. A Biotecnologia e suas implicações jurídicas
3.3. Proteção jurídica do direito autoral
3.3.1. Fundamentos do Direito Autoral
3.3.2. A proteção do Direito Autoral no âmbito interno e internacional
3.3.3. As obras objeto de proteção
3.3.4. Titularidade
3.3.5. As modalidades de transmissão do Direito Autoral
3.3.6. Prazo de proteção – Domínio Público
3.3.7. A gestão coletiva do Direito do Autor
3.3.8. Os direitos conexos

4. AS MODALIDADES CONTRATUAIS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL
4.1. Os principais contratos no âmbito da Propriedade Intelectual
4.2. Os contratos de licença de marcas e patentes
4.3. O contrato de *Know-How* e *cost sharing*
4.4. A transferência de tecnologia e suas regras básicas
4.5. A franquia

5. DIREITO DO CONSUMIDOR E A PROPRIEDADE INTELECTUAL
5.1. Proteção contratual do consumidor

5.2. O consumidor e as obras intelectuais
5.3. As violações ao consumidor no âmbito da Propriedade Intelectual

6. TUTELA JURÍDICA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL
6.1. A tutela jurídica da propriedade intelectual na esfera civil e penal
6.2. As principais ações cíveis de direitos de marcas, patentes e direitos autorais
6.3. A propriedade intelectual no âmbito do Código

VI – Bibliografia Básica

1. BASSO, Maristela**. Propriedade intelectual na era Pós-OMC.** Porto Alegre: Livraria do Advogado.
2. PAESANI, Liliana Minardi. **Manual de propriedade intelectual**: direito de autor, direito da propriedade industrial, direitos intelectuais *sui generis*. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. WACHOWICZ, Marcos; et al. **Propriedade intelectual & Internet**: uma perspectiva integrada à sociedade da informação. Curitiba: Juruá.

VII – Bibliografia Complementar

1. BARBOSA, Denis Borges. **Uma Introdução a Propriedade Intelectual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
2. BASSO, Maristela. **O Direito Internacional da Propriedade Intelectual**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
3. COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial:** direito de empresa*.* São Paulo: Saraiva.
4. REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial***.* São Paulo: Saraiva.
5. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Organizações Internacionais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito e Cinema**
Código	DIR0011
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

O direito e a linguagem cinematográfica. A imagem do jurista através da cinematografia. A expressão dos conflitos interestatais e interindividuais nos roteiros cinematográficos. O estado contemporâneo visto pelo cinema. As relações entre indivíduos e estado na arte cinematográfica. As questões morais e éticas nas relações individuais e profissionais através da cinematografia.

III – Objetivo

O objetivo da disciplina é criar um espaço de discussão e reflexão sobre temas de interesse jurídico e social, utilizando a linguagem cinematográfica como meio de difusão da realidade. Além disso, pretende promover o debate interdisciplinar sobre as várias áreas científicas conectadas a atividade jurídica, partindo da exibição de filmes, provocando a participação dos estudantes e estimulando a análise crítica diante de temas polêmicos e atuais. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O DIREITO E A LINGUAGEM CINEMATOGRÁFICA

2. A IMAGEM DO JURISTA ATRAVÉS DA CINEMATOGRAFIA

3. A EXPRESSÃO DOS CONFLITOS INTERESTATAIS E INTERINDIVIDUAIS NOS ROTEIROS CINEMATOGRÁFICOS

4. O ESTADO CONTEMPORÂNEO VISTO PELO CINEMA

5. AS RELAÇÕES ENTRE INDIVÍDUOS E ESTADO NA ARTE CINEMATOGRÁFICA

6. AS QUESTÕES MORAIS E ÉTICAS NAS RELAÇÕES INDIVIDUAIS E PROFISSIONAIS ATRAVÉS DA CINEMATOGRAFIA

VI – Bibliografia Básica

1. BERNARDET, Jean-Claude. **O Que é Cinema?** São Paulo: Brasiliense
2. FRESQUET, Adriana. **Cinema e educação**: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e "fora" da escola. Belo Horizonte: Autêntica. (Livro Digital)
3. NAPOLITANO, Marcos. **Como Usar o Cinema na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto

VII – Bibliografia Complementar

1. ANDREW, J. Dudley. **As principais teorias do cinema:** uma Introdução. Rio de Janeiro: Zahar. (Livro Digital)
2. CITELLI, Adilson. **Outras linguagens na escola:** publicidade, cinema e TV, rádio, jogos, informática. São Paulo: Cortez.
3. KORNIS, Mônica Almeida. **Cinema, televisão e história**. Rio de Janeiro: Zahar. (Livro Digital)
4. POURRIOL, Ollivier. **CIneFILÔ:** as mais belas questões da filosofia no cinema. Rio de Janeiro: Zahar. (Livro Digital)
5. EDGAR-HUNT, Robert; MARLAND, John; RAWLE, Steven. **A linguagem do cinema.** Porto Alegre: Bookman. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito e Literatura**
Código	DIR0012
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

As relações entre o direito e a literatura. As teias de conexão entre direito e literatura. A importância da literatura na formação jurídica.

III – Objetivo

Relacionar o direito com a literatura, bem como analisar os possíveis desdobramentos dessa relação: a literatura vista como crítica do direito e da sociedade, a literatura e sua importância na formação do jurista. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. AS RELAÇÕES ENTRE O DIREITO E A LITERATURA
1.1. O profissional do direito como um profissional da palavra
1.2. A linguagem técnica e a linguagem literária
1.3. A demonstração e o convencimento
1.4. A importância da literatura na formação jurídica

2. AS TEIAS DE CONEXÃO ENTRE DIREITO E LITERATURA
2.1. O movimento *Law and Literature*
2.2. O direito na literatura
2.3. O direito como literatura
2.4. O direito da literatura

3. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA FORMAÇÃO JURÍDICA
3.1. O diálogo e o encontro do jurista e do literato
3.2. O poder formativo da experiência literária
3.3. Literatura, crítica social e mobilização de ideias

VI – Bibliografia Básica

1. GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e Literatura:** anatomia de um desencanto: desilusão jurídica em monteiro lobato. Curitiba: Juruá.
2. SCHWARTZ, Germano. **A Constituição, a Literatura e o Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
3. STRECK, Lenio Luiz; TRINDADE, André Karam (Org). **Direito e literatura**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. BARTHES, Roland. **Prazer do Texto**. São Paulo: Perspectiva
2. KOCH, Ingedore G. Villaça. **O Texto e a Construção dos Sentidos**. São Paulo: Contexto.
3. OST, François. **Contar a Lei:** as fontes do imaginário jurídico. São Leopoldo: UNISINOS.
4. PERISSÉ, Gabriel. **Elogio da Leitura**. Barueri. Manole.
5. SOURIOUX, Jean-Louis; LERAT, Pierre. **Análise de Texto:** método geral e aplicações no direito. São Paulo: Martins Fontes.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito e Teatro**
Código	DIR0013
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Vinculação do teatro com o direito. Corpo, voz e expressão. Estrutura e elementos da improvisação.

III – Objetivo

Promover o aperfeiçoamento da formação humanística dos juristas por intermédio do teatro, estimulando o diálogo entre o pensamento jurídico e a prática teatral. Além disso, visa a reunir os estudantes de direito para o fortalecimento da consciência da cidadania. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. VINCULAÇÃO DO TEATRO COM O DIREITO
1.1. As artes e o Direito
1.2. A dramaturgia e o Direito

2. CORPO, VOZ E EXPRESSÃO

2.1. O corpo como expressão através do jogo teatral
2.2. O corpo e as diversas maneiras de dizer o texto
2.3. A voz como elemento expressivo: colocação e projeção da voz; postura e apoio; textos em prosa e verso para dicção, projeção e modulação
2.4. Integração, movimento e voz: A oralidade como prática jurídica negligenciada

3. ESTRUTURA E ELEMENTOS DA IMPROVISAÇÃO
3.1. A ação dramática
3.2. O conflito
3.3. A contracenação
3.4. A improvisação não verbal
3.5. O texto, a interpretação e a improvisação

VI – Bibliografia Básica

1. BONFITTO, Matteo. **O Ator-Compositor:** as ações físicas como eixo: de Stanislávski à barba. São Paulo: Perspectiva.
2. CHEKHOV, Michael. **Para o Ator**. São Paulo: Martins Fontes.
3. VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Ensinar Direito**. Barueri: Manole.

VII – Bibliografia Complementar

1. ANTUNES, Celso. **A Arte de Comunicar**. Petrópolis: Vozes.
2. DAOLIO, Jocimar. **Da Cultura do Corpo**. Campinas: Papirus.
3. GOMEZ, Elier M. D. **La Respiracion Y La Voz Humana:** su manejo y enseñanza. Buenos Aires: Libros..
4. PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Perspectiva
5. ROUBINE, Jean-Jacques**. A Arte do Ator**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Econômico e da Concorrência**
Código	DIR0014
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Noções de economia aplicadas ao direito econômico: breve introdução à economia. Concorrência, cooperação e desenvolvimento econômico. Objeto e conceitos fundamentais. Introdução ao direito econômico. O direito da concorrência. A defesa da concorrência nos países do MERCOSUL. A defesa da concorrência no MERCOSUL. O sistema da concorrência na comunidade europeia. Defesa da concorrência na organização mundial do comércio: a perspectiva dos países em desenvolvimento. Noções e princípios da regulação governamental: estrutura e papel das agências no âmbito do sistema concorrencial. Defesa da concorrência, investimento estrangeiro e desnacionalização: aspectos da experiência brasileira recente.

III – Objetivo

O aluno deverá ser capaz de entender os conceitos de desenvolvimento, pleno emprego, livre concorrência, Macroeconomia e Economia da regulação, ministrados durante as aulas em suas influências nos processos de tomada de decisões que poderão influenciar a sua profissão. Proporcionar uma visão sobre quanto mais Economia mais Direito. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada, com o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso

compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. NOÇÕES DE ECONOMIA APLICADAS AO DIREITO ECONÔMICO: BREVE INTRODUÇÃO À ECONOMIA
1.1. Introdução à economia – Noções gerais
1.2. Alguns conceitos econômicos
1.3. Conceitos econômicos complementares
1.4. Eficiência alocativa e produtiva
1.5. Teorias microeconômica e macroeconômica básicas

2. CONCORRÊNCIA, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
2.1. Noções de desenvolvimento e crescimento econômico
2.2. Indicadores de desenvolvimento econômico
2.3. Estrutura de uma economia subdesenvolvida
2.4. Estrangulamentos do desenvolvimento

3. OBJETO E CONCEITOS FUNDAMENTAIS
3.1. Concorrência Perfeita
3.2. Monopólio
3.3. Oligopólio e concorrência imperfeita

4. INTRODUÇÃO AO DIREITO ECONÔMICO
4.1. O surgimento do direito econômico
4.2. Conceito de direito econômico: sujeito e objeto
4.3. Ordem jurídico-político-econômica
4.4. Política econômica
4.5. Teorias do direito econômico
4.6. Direito econômico e direito da economia: análise econômica do direito e os princípios da economicidade e eficiência
4.7. A Ordem Econômica na Constituição Federal de 1988
4.8. Aspectos gerais da constituição econômica

5. O DIREITO DA CONCORRÊNCIA
5.1. Conceitos e fins do direito da concorrência
5.2. Conceito de mercado relevante
5.2.1. Mercado relevante material
5.2.2. Mercado relevante geográfico
5.2.3. Mercado relevante temporal
5.3. Tipos de mercado
5.3.1. Mercados perfeitamente competitivos
5.3.2. Mercados imperfeitamente competitivos
5.4. Conceito de poder econômico e seu abuso
5.4.1. Poder econômico (poder de mercado) e posição dominante (participação de mercado): distinção
5.4.2. O poder econômico no mercado e seus reflexos na concorrência

6. A DEFESA DA CONCORRÊNCIA NOS PAÍSES DO MERCOSUL
6.1. Brasil
6.1.1. Aspectos históricos da defesa da concorrência no Brasil

6.1.2. Aspectos constitucionais
6.1.3. A lei de defesa da concorrência: normas, órgãos de aplicação e procedimento
6.1.4. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
6.1.4.1. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
6.1.4.2. Secretaria de Direito Econômico (SDE)
6.1.4.3. Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE)
6.1.5. Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994
6.1.5.1. Enfoque estrutural da lei (atos de concentração)
6.1.5.2. Enfoque repressivo da lei (condutas anticoncorrenciais)
6.1.5.2.1. Crimes à ordem econômica

7. A DEFESA DA CONCORRÊNCIA NO MERCOSUL
7.1. Histórico da formação do sistema de defesa da concorrência no Mercosul
7.2. O Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul
7.2.1. Objeto e campo de aplicação
7.2.2. Órgãos de aplicação
7.2.3. Procedimento

8. O SISTEMA DA CONCORRÊNCIA NA COMUNIDADE EUROPÉIA

9. DEFESA DA CONCORRÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO: A PERSPECTIVA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO
9.1. A Aplicação de Princípios da OMC à Defesa da Concorrência
9.2. A OMC e a Cooperação Internacional em Defesa da Concorrência
9.3. Formas de Cooperação Internacional em Defesa da Concorrência e a OMC

10. NOÇÕES E PRINCÍPIOS DA REGULAÇÃO GOVERNAMENTAL: ESTRUTURA E PAPEL DAS AGÊNCIAS NO ÂMBITO DO SISTEMA CONCORRENCIAL
10.1. Agências reguladoras: a regulação econômica
10.1.1. Surgimento das agências reguladoras
10.1.2. Agências reguladoras no Brasil
10.1.3. Características das agências reguladoras
10.1.4. Agências reguladoras em espécie

11. DEFESA DA CONCORRÊNCIA, INVESTIMENTO ESTRANGEIRO E DESNACIONALIZAÇÃO: ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA RECENTE
11.1. Desenvolvimento Institucional da Defesa da Concorrência e o Investimento Direto Estrangeiro
11.2. Controle de Fusões e Investimento Estrangeiro Direto: Evidências do Caso Brasileiro
11.3. Globalização, Desnacionalização e Política de Defesa da Concorrência

VI – Bibliografia Básica

1. BAGNOLI, Vicente. **Direito Econômico**. São Paulo: Atlas.
2. CUNHA, Ricardo Thomazinho da. **Direito de Defesa da Concorrência: MERCOSUL e União Européia.** São Paulo: Manole.
3. OLIVEIRA, Gesner; RODAS, João Grandino. **Direito e Economia da Concorrência.** Rio de Janeiro: Renovar.

VII – Bibliografia Complementar

1. BITTENCOURT, Rubens. **Instituições de Direito Econômico**. Curitiba: Juruá.

2. CARVALHO, Leonardo A.; VERENHITACH, Gabriela D. **Manual de Direito da Concorrência**. São Paulo: IOB Thomson.
3. JUNGSTEDT, Luiz O. C. **Direito Econômico: Legislação.** Rio de Janeiro: Thex.
4. NUSDEO, Fábio. **Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico.** São Paulo: Revista dos Tribunais.
5. SOUZA, Nali de J. de. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Atlas.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Eleitoral**
Código	DIR0015
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

História do sufrágio: expressões contemporâneas da democracia. Conceito e princípios de direito eleitoral. Sistemas eleitorais. Justiça eleitoral, ministério público eleitoral e a organização do eleitorado. Aquisição, perda e suspensão de direitos políticos. Alistamento e domicílio eleitoral. Partidos políticos. Inelegibilidade e registro de candidatos. Propaganda eleitoral. Votação e apuração. Crimes eleitorais. Processo eleitoral.

III – Objetivo

O direito eleitoral é um ramo do direito público, formado por um conjunto de normas jurídicas que regulam os direitos políticos e as eleições, em todas as suas fases. Dessa maneira, o objetivo da disciplina é estudar desde o alistamento eleitoral, até a filiação partidária, as convenções partidárias, o registro de candidaturas, a propaganda política eleitoral, a votação, a apuração, a proclamação dos eleitos, a prestação de contas de campanhas eleitorais, a diplomação, a forma de acesso aos mandatos eletivos, os sistemas eleitorais e o processo eleitoral. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. HISTÓRIA DO SUFRÁGIO: EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DA DEMOCRACIA

2. CONCEITO E PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL

3. SISTEMAS ELEITORAIS

4. JUSTIÇA ELEITORAL, MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL E A ORGANIZAÇÃO DO ELEITORADO

5. AQUISIÇÃO, PERDA E SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS

6. ALISTAMENTO E DOMICÍLIO ELEITORAL

7. PARTIDOS POLÍTICOS

8. INELEGIBILIDADE E REGISTRO DE CANDIDATOS

9. PROPAGANDA ELEITORAL

10. VOTAÇÃO E APURAÇÃO

11. CRIMES ELEITORAIS

12. PROCESSO ELEITORAL

VI – Bibliografia Básica

1. RAMAYANA, Marcos. **Direito Eleitoral**. Niterói: Impetus.
2. _____. **Código Eleitoral Comentado**. Rio de Janeiro: Roma Victor.
3. SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros.

VII – Bibliografia Complementar

1. BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra.
2. BONAVIDES, Paulo**. Teoria Constitucional da Democracia Participativa:** por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros.
3. CÂNDIDO, Joel J. **Direito Eleitoral Brasileiro.** São Paulo: EDIPRO
4. SOBREIRO NETO, Armando Antonio. **Direito Eleitoral:** teoria e prática. Curitiba: Juruá.
5. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a Democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Internacional e do Desenvolvimento**
Código	DIR0016
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

A história do desenvolvimento. A teoria do desenvolvimento. As instituições internacionais do desenvolvimento. O direito internacional do desenvolvimento. As políticas internacionais do desenvolvimento. O desenvolvimento como paradigma brasileiro.

III – Objetivo

A presente disciplina tem o objetivo de possibilitar aos estudantes uma compreensão do Direito Internacional do Desenvolvimento nas suas mais diversas dimensões, analisando seus fundamentos, teorias e evolução histórica. Portanto objetiva, de forma geral: A) Construir uma base epistemológica capaz de nortear o entendimento, em especial no que tange a questão do Direito Internacional do Desenvolvimento. B) Delimitar e desenvolver temáticas específicas que envolvam as problemáticas propostas. C) Refletir, propor e consolidar categorias jurídicas que permitam qualificar a intervenção dos graduandos em sua realidade prática acerca das temáticas desenvolvidas. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada, com o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO
1.1. As origens do problema do desenvolvimento
1.1.1. Descobrimento, conquista e colonização
1.1.2. Descolonização, independência e abandono
1.2. Os movimentos internacionais para o desenvolvimento
1.2.1. Os movimentos precursores
1.2.2. Os atuais movimentos
1.3. O local-global na relações norte-sul e sul-sul
1.4. Teoria dos Sistemas e Direito Internacional do Desenvolvimento.

2. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO
2.1. As teorias do desenvolvimento econômico
2.1.1. A ótica liberal do desenvolvimento
2.1.2. A ótica social do desenvolvimento
2.2. A teoria do subdesenvolvimento na América Latina
2.2.1. A dialética centro - periferia
2.2.2. As raízes do subdesenvolvimento

3. AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS DO DESENVOLVIMENTO
3.1. O âmbito político do desenvolvimento
3.1.1. O desenvolvimento como um direito humano universal
3.1.2. O desenvolvimento no sistema das Nações Unidas
3.2. O âmbito econômico do desenvolvimento
3.2.1. Comércio internacional e desenvolvimento
3.2.2. O financiamento internacional do desenvolvimento

4. O DIREITO INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO
4.1. A natureza *sui generis* do Direito Internacional do Desenvolvimento
4.1.1. Um direito internacional revolucionário
4.1.2. Os princípios fundamentais do DID
4.2. A técnica jurídica do direito internacional do desenvolvimento
4.2.1. A condição de “país em desenvolvimento” e “país menos avançado”
4.2.2. Os regimes jurídicos preferenciais do DID

5. AS POLÍTICAS INTERNACIONAIS DO DESENVOLVIMENTO
5.1. Transferências internacionais
5.1.1. O direito de acesso à tecnologia
5.1.2. O dever de aporte de capital
5.1.3. Comércio internacional
5.1.4. O mito da liberalização mundial
5.1.5. A realidade do protecionismo setorial

6. O DESENVOLVIMENTO COMO PARADIGMA BRASILEIRO
6.1. A política externa brasileira para o desenvolvimento
6.1.1. A construção do eixo Sul-Sul
6.1.2. A atual agenda brasileira de desenvolvimento
6.2. As políticas públicas brasileiras para o desenvolvimento
6.2.1. A ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento
6.2.2. Os caminhos e desafios para o desenvolvimento brasileiro

VI – Bibliografia Básica

1. CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã.
2. SCHAPIRO, Mario G.; TRUBEK; David M. **Direito e desenvolvimento:** um diálogo entre os BRICS. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
3. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva; VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Direito Internacional Público**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

VII – Bibliografia Complementar

1. AMARAL JÚNIOR, Alberto do (Org.). **Direito Internacional e Desenvolvimento**. Barueri: Manole.
2. BARRAL, Welber (Org.). **Direito e Desenvolvimento:** análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento. São Paulo: Singular.
3. SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.
4. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Relações Internacionais**. Barueri: Manole.
5. SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Municipal**
Código	DIR0017
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

O município na organização política brasileira. Noção de estado democrático de direito. Autonomia municipal. O governo municipal. A administração municipal. Os bens públicos municipais. Poderes administrativos. O plano diretor. Licitações no âmbito municipal. A tributação municipal. O município em juízo. Controle judicial dos atos administrativos municipais.

III – Objetivo

Permitir ao aluno o conhecimento de questões municipais, em busca de soluções jurídicas e administrativas compatíveis com a realidade nacional e adequadas ao estágio de desenvolvimento social, econômico, político e cultural, tendo em vista, sempre, as peculiaridades do nosso sistema municipal e os limites da autonomia local. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O MUNICÍPIO NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA
1.1. Origens e evolução
2. NOÇÃO DE ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
2.1. A principiologia da Constituição Federal

3. AUTONOMIA MUNICIPAL
3.1. A competência municipal
3.2. A política urbana
3.3. A organização dos municípios
3.4. A lei orgânica municipal
3.5. A criação de municípios face à Constituição Federal
3.6. A definição do interesse local

4. O GOVERNO MUNICIPAL
4.1. O Poder Legislativo Municipal.
4.2. Processo e técnica legislativa
4.3. O Poder Executivo Municipal. Atribuições. Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores.
4.4. O Tribunal de Contas: fiscalização.

5. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
5.1. Administração pública municipal
5.2. Administração direta e indireta
5.3. Atos administrativos no âmbito municipal
5.4. Formas de controle. Recursos administrativos
5.5. O servidor público: regime jurídico; responsabilidades; a previdência social; regime disciplinar

6. OS BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS

7. PODERES ADMINISTRATIVOS
7.1. Poder regulamentar ou normativo
7.2. Poder de polícia
7.3. Poder vinculado
7.4. Poder discricionário
7.5. Poder hierárquico

8. O PLANO DIRETOR
8.1. Finalidade
8.2. Características
8.3. Perspectivas

9. LICITAÇÕES NO ÂMBITO MUNICIPAL
9.1. Normas constitucionais aplicáveis
9.2. Legislação infraconstitucional

10. A TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL
10.1. Limites ao poder de tributar
10.2. Tributos municipais
10.3. Fontes de receita municipal
10.4. Orçamento municipal
10.5. Plano plurianual, orçamento anual e L.D.O.
10.6. Controle financeiro e orçamentário

11. O MUNICÍPIO EM JUÍZO
11.1. Representação processual do município

12. CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS MUNICIPAIS

VI – Bibliografia Básica

1. CASTRO, José Nilo de. **Direito municipal positivo.** Belo Horizonte: DelRey.
2. COSTA, Nelson Nery. **Direito municipal brasileiro.** Rio de Janeiro: Forense.
3. FREITAS, Juarez. **O Controle dos Atos Administrativos e os Princípios Fundamentais**. São Paulo: Malheiros.

VII – Bibliografia Complementar

1. FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Controle da Constitucionalidade das Leis Municipais**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
2. LEAL, Rogério Gesta. **Direito urbanístico**: condições e possibilidades da Constituição do espaço urbano. São Paulo: Renovar.
3. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Malheiros.
4. MUKAI, Toshio. **Licitações e contratos públicos**. São Paulo: Saraiva.
5. SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Notarial e Registral**
Código	DIR0018
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Direito Notarial e Registral. Tabelionato de Notas. Registro civil das pessoas naturais. Registro civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e documentos. Registro de imóveis. Protesto de títulos.

III – Objetivo

Ministrar aos alunos os conceitos básicos sobre o Tabelionato de Notas, os Registros Públicos e o Tabelionato de Protesto, no que se referem aos seus efeitos, finalidades, espécies e jurisdição, fazendo a devida distinção de cada um; Proporcionar aos alunos um conhecimento teórico e prático sobre o tabelionato de notas, registro civil das pessoas naturais, o registro civil das pessoas jurídicas, o registro de títulos e documentos, o registro de imóveis e o tabelionato de protesto de títulos; Transmitir aos conhecimentos capazes de permitirem a aplicação dos conteúdos de Direito Notarial e Registral em diversas áreas do Direito; Conduzir os alunos a adotar uma atitude crítica perante as questões fundamentais do Direito Notarial e Registral, especialmente quanto às atividades desenvolvidas pelos titulares das serventias registrais e notariais, em consonância com os demais operadores do direito. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto

Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL
1.1. Conceituação, Distinções e Finalidades
1.2. Efeitos
1.3. Espécies
1.4. Jurisdição e Competência
1.5. Notários e Registradores. Lei 8.935 de 15.12.94

2. TABELIONATO DE NOTAS
2.1 Finalidade
2.2 Reconhecimento de Firmas
2.3 Autenticações
2.4 Escrituras Públicas
2.4.1 Requisitos. Necessidade
2.4.2 Procurações
2.4.3 Contratos Diversos
2.4.4 Testamentos
2.4.5 Transmissões Diversas
2.4.6 Lei 11.441 de 04.01.07. Resolução 35 do CNJ

3. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
3.1. Finalidade
3.2. Atos Registráveis
3.3. Atos Averbáveis
3.4. Atos realizados no exterior e a bordo de navios
3.5. Livros
3.6. Nascimentos. Nome
3.7. Casamento
3.8. Óbito
3.9. Emancipações. Interdições. Ausência
3.10. Retificações do Registro Civil
3.11. Gratuidade do serviço

4. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
4.1. Finalidade
4.2. Atos registráveis
4.3. Atos averbáveis
4.4. Livros

5. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5.1. Finalidade. Abrangência
5.2. Registros Obrigatórios
5.3. Registros Facultativos
5.4. Dos Livros
5.5. Das Notificações
5.6. Dos cancelamentos dos registros

6. PROTESTO DE TÍTULOS
6.1. Finalidade. Lei nº 9.492, de 10.09.97

6.2. Atos praticados no Tabelionato de Protestos
6.3. Da sustação e da desistência do protesto
6.4. Do cancelamento do protesto
6.5. Das certidões

7. REGISTRO DE IMÓVEIS
7.1. Finalidade
7.2. Princípios
7.3. Efeitos
7.4. Sistema Anterior. Dec. 4.857, de 09.11.39
7.5. Sistema Atual. Lei 6.015, de 31.12.73
7.5.1. Dos Livros
7.5.2. Da Matrícula
7.5.3. Dos Títulos
7.5.4. Das Negativas
7.5.5. Do Registro
7.5.6. Da Averbação
7.5.7. Das Pessoas
7.5.8. Do Processo de Registro e Averbação
7.5.9. Das Retificações de Registro e Averbação
7.6. Do Registro Torrens

VI – Bibliografia Básica

1. ANTONIOLI, Giovani. **Procedimentos retificatórios no registro de imóveis** (com as alterações da Lei 10.931, de 02/08/2004). Santa Maria: Pallotti.
2. CENEVIVA, Walter. **Lei dos Registros Públicos Comentada**. São Paulo: Saraiva.
3. DINIZ, Maria Helena. **Sistemas de Registros de Imóveis**. São Paulo: Saraiva.

VII – Bibliografia Complementar

1. ABRÃO, Carlos Henrique. **Do Protesto**. São Paulo: LEUD.
2. BALBINO FILHO, Nicolau. **Contratos e Notificações no Registro de Títulos e Documentos**. São Paulo: Saraiva.3. **Boletim de Direito Imobiliário**. São Paulo: Diário das Leis.
3. BRANDELLI, Leonardo. **Teoria Geral do Direito Notarial**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
4. CARVALHO, Afrânio de. **Registro de Imóveis**. Rio de Janeiro: Forense.
5. FIORANELLI, Ademar. **Direito Registral Imobiliário**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Penal Econômico**
Código	DIR0019
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Globalização e expansionismo penal. Perspectiva histórica e surgimento do direito penal econômico. Definição de direito penal econômico. Autonomia e direito penal secundário. Aspectos da dogmática penal e direito penal econômico. Direito penal econômico e relações internacionais. Direito penal internacional e direito e direito internacional penal. Direito penal econômico e causas implícitas de exclusão da ilicitude. Direito penal econômico e crimes fiscais no Brasil.

III – Objetivo

Transmitir criticamente as referências teóricas fundamentais do direito penal econômico, a partir de leituras e trabalhos dirigidos para o fomento da discussão dos temas abordados, visando a formação crítica de um profissional apto para atuação perante o ordenamento jurídico interno, sem deixar de contemplar a atuação em âmbito internacional. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. GLOBALIZAÇÃO E EXPANSIONISMO PENAL

2. PERSPECTIVA HISTÓRICA E SURGIMENTO DO DIREITO PENAL ECONÔMICO

3. DEFINIÇÃO DE DIREITO PENAL ECONÔMICO

4. AUTONOMIA E DIREITO PENAL SECUNDÁRIO

5. ASPECTOS DA DOGMÁTICA PENAL E DIREITO PENAL ECONÔMICO
5.1. Formas especiais de tipicidade
5.2. O agente e a culpa
5.3. Aspectos sobre o erro

6. DIREITO PENAL ECONÔMICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

7. DIREITO PENAL INTERNACIONAL E DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PENAL

8. DIREITO PENAL ECONÔMICO E CAUSAS IMPLÍCITAS DE EXCLUSÃO DA ILICITUDE

9. DIREITO PENAL ECONÔMICO E CRIMES FISCAIS NO BRASIL
9.1. Crimes contra o sistema financeiro nacional (lei 7492/86)
9.2. Crimes contra a ordem tributária (lei 8137/90)
9.3. Crimes contra a previdência social: apropriação indébita (168-A, CP) e estelionato (art. 171, § 3.º, CP)
9.4. Lavagem de dinheiro (lei 9613/98)
9.5. Tráfico transnacional de drogas (lei 11.343/06)
9.6. Criminalidade Organizada

VI – Bibliografia Básica

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal econômico**. São Paulo: Saraiva. 2. v. (Livro Digital)
2. GULLO, Roberto Santiago Ferreira. **Direito Penal Econômico.** Rio de Janeiro: Lumen Juris.
3. NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas.** São Paulo: Revista dos Tribunais.

VII – Bibliografia Complementar

1. ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Direito Penal Tributário:** crimes contra a ordem tributária e contra a previdência social. São Paulo: Atlas.
2. COSTA, José de Faria; et al. **Direito Penal Econômico e europeu:** textos doutrinários. v. 1 Coimbra: Coimbra.
3. CALLEGARI, André Luís. **Direito Penal Econômico e Lavagem de Dinheiro:** aspectos criminológicos. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
4. D'ÁVILA, Fabio Roberto; SOUZA, Paulo Vinícius Sporleder de. (Coord.) **Direito Penal Secundário:** estudos sobre crimes econômicos, ambientais, informáticos e outras questões. São Paulo: Revista dos Tribunais.
5. LUISI, Luiz. Um Direito Penal do Inimigo**:** O Direito Penal Soviético. *In*: STRECK, Lenio Luiz (Org.). **Direito Penal Em Tempos de Crise**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Penal Militar**
Código	DIR0020
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Direito penal militar. Crime militar. Penas. Dos crimes.

III – Objetivo

Preparar recursos humanos para o exercício profissional, para a docência e para a pesquisa na área do Direito Penal Militar, auxiliando na aproximação e na integração pessoal e operacional dos acadêmicos. Viabilizar o debate e a confrontação das idéias, com o propósito de contribuir com a permanente revisão e o aperfeiçoamento da base ética, filosófica e jurídica e da qualidade operacional necessária ao efetivo cumprimento da ordem jurídica em vigor. Examinar a questão das peculiaridades do Direito Penal Militar; definir os princípios basilares; discutir os principais temas relacionados com assunto; interligar os conhecimentos teóricos à realidade; possibilitar a construção de uma visão social do direito, a partir da análise das peculiaridades do militar e a sua interconexão com o direito. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. DIREITO PENAL MILITAR
1.1. Importância e Necessidade
1.2. Aplicação da Lei Penal Militar (Tempo e Lugar)
1.3. Territorialidade - Extraterritorialidade
1.3.1. Território Nacional por Extensão

2. CRIME MILITAR
2.1. Definição de Militar para Aplicação da Lei Penal Militar
2.2. Critérios de Classificação do Crime Militar
2.3. Conceito
2.4. Crime Militar x Transgressão Disciplinar (possibilidade de desclassificação)
2.5. Crimes Militares em Tempo de Paz
2.6. Crime de Homicídio e a Possibilidade de Juri

3. PENAS
3.1. Espécies de Penas
3.2. Penas Acessórias
3.3. Possibilidade de Aplicação da Lei 9099/95?
3.4. Possibilidade de Aplicação do Princípio da Insignificância?

4. DOS CRIMES
4.1. Dos Crimes em Espécie

VI – Bibliografia Básica

1. NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. **Manual de direito penal militar.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo. Revista dos Tribunais.
3. TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios Básicos de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.

VII – Bibliografia Complementar

1. ASSIS, Jorge César de. **Curso de direito disciplinar militar:** da simples transgressão ao processo administrativo. Curitiba: Juruá.
2. BADARÓ, Ramagem. **Comentários ao código penal militar de 1969**. São Paulo: JURISCREDI.
3. GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. **Direito processual penal militar**. Porto Alegre: Verbo Jurídico.
4. GUNTER AXT, Rosimeri Fogaça (Org.). **A justiça militar do Estado: depoimentos**. Porto Alegre: Nova Prova.
5. NEVES, Cícero Robson Coimbra. **Manual de direito processual penal militar:** em tempo de paz. São Paulo: Saraiva.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Romano**
Código	DIR0021
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Estudo das definições fundamentais do Direito Romano e de sua influência sobre as categorias do Direito Privado. Pessoas. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Direito de Família. Direito das Sucessões. Noções de Processo Civil romano.

III – Objetivo

Conscientizar o aluno da importância do Direito Romano na formação do Direito Ocidental e do sistema jurídico romano-germânico. Apreender, historicamente, a origem e a evolução das instituições jurídicas romanas como propedêutica à compreensão das categorias fundamentais do Direito Privado brasileiro. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS
1.1 Objetivos da disciplina, método e bibliografia. O estudo do Direito Romano na formação

do jurista ocidental

2. PESSOAS
2.1. Conceitos fundamentais: pessoas, personalidade e capacidade jurídicas; capacidade de fato
2.2. Aquisição e perda da personalidade jurídica. Capitis diminutio
2.3. Os três status
2.4. Pessoas jurídicas.

3. COISAS
3.1. Conceito de coisa
3.2. Classificação das coisas.

4. AÇÕES
4.1. Exercício e proteção de direito. Proteção jurídica do Estado
4.2. Épocas na história do processo civil
4.3. Procedimento das ações da lei (legis actiones)
4.4. Procedimento formulário. Partes e estrutura da fórmula. Espécies de fórmulas. Fases do processo formulário
4.5. Proteção jurídica extraprocessual da jurisdição pretoriana
4.6. Procedimento extraordinário (cognitio extra ordinem).

5. DIREITOS REAIS
5.1. Conceito de direito real. Diferenças entre direitos reais e direitos pessoais. Actio in rem e actio in personam. Classificação dos direitos reais
5.2. Propriedade: conceito, limitações, modos de aquisição e da proteção da propriedade
5.3. Posse: conceito e espécies. Aquisição e perda da posse. Interditos possessórios
5.4. Direitos reais sobre coisa alheia: de gozo e de garantia.

6. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES
6.1. Conceito e fontes das obrigações
6.2. Classificação das obrigações
6.3. Efeitos, transmissão e extinção das obrigações.
6.4. Contratos. Sistema romano da responsabilidade contratual.

7. DIREITO DE FAMÍLIA
7.1. Evolução histórica da família romana; agnação, cognação e afinidade; patria potesta e poderes do pater familias; situação patrimonial dos fillii familias; os pecúlios
7.2. Conceito de matrimônio; requisitos e impedimentos matrimoniais; manus sobre a mulher; legislação matrimonial de Augusto; dissolubilidade do casamento; regime de bens no matrimônio
7.3. Proteção jurídica dos incapazes: tutela e curatela.

8. DIREITO DAS SUCESSÕES
8.1. Conceitos fundamentais: successio, hereditas, bonorum possessio; delação da herança; princípios do direito sucessório romano
8.2. Sucessão testamentária e sucessão legítima (ab intestato); classificação dos herdeiros; sucessão intestada segundo o Direito Civil, o Direito pretoriano e as reformas de Justiniano (Novelas 118 e 127).

VI – Bibliografia Básica

1. DAVID, René. **Os Grandes Sistemas de Direito Contemporâneo**. São Paulo: Martins Fontes.
2. LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História:** lições introdutórias. São Paulo: Max Limonad.
3. WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense.

VII – Bibliografia Complementar

1. ALVES, José Carlos Moreira. **Direito romano**. Rio de Janeiro: Forense.
2. BRETONE, Mario. **História do Direito Romano**. Lisboa: Estampa Editorial.
3. CAHALI, Francisco José, HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Direito das sucessões**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
4. CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito romano:** o direito romano e o direito civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
5. JUSTINIANUS, Flavius P. S. **Institutas do Imperador Justiniano:** manual didático para uso dos estudantes de direito de Constantinopla, elaborado por ordem do Imperador Justiniano, no ano de 533 d. C. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Urbanístico**
Código	DIR0022
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

O fenômeno do urbanismo. O urbanismo no Brasil e no Rio Grande do Sul. A questão do planejamento urbano e o direito. O estado, o direito e a intervenção urbanística na propriedade urbana. Estatuto da cidade.

III – Objetivo

A disciplina de Direito Urbanístico tem como objetivo geral permitir ao aluno conhecer, de forma crítico-analítica, o Direito Urbanístico, tanto em termos institucionais como jurídicos, por sua relevância nas relações sociais e jurídicas contemporâneas.
Objetivos específicos:
1. Proporcionar ao aluno uma reflexão crítica sobre os problemas urbanos contemporâneos.
2. Propor uma visão global do conhecimento teórico do direito urbanístico como propedêutica aos conceitos jurídicos, de forma a iniciar os alunos na compreensão dos conceitos fundamentais e comuns ao ramo do Direito estudado, bem como a introduzir os estudantes nas problemáticas e conceituações relevantes e contemporâneas.
3. Construir, ao longo da disciplina, um suporte teórico que fomente no aluno o interesse pela pesquisa do direito e sua inter-relação com outras áreas do conhecimento.
Objetiva de forma pedagógica:
a) Construir uma base epistemológica capaz de nortear o entendimento, em especial no que tange ao Direito Urbanístico.
b) Delimitar e desenvolver temáticas específicas que envolvam as problemáticas propostas.
c) Refletir, propor e consolidar categorias jurídicas que permitam qualificar a intervenção dos graduandos em sua realidade prática acerca das temáticas desenvolvidas.
Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)

- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O FENÔMENO DO URBANISMO.
1.1. Urbanismo, desenvolvimento e dependência na América Latina.
1.2. Urbanismo, Consumo e Meio Ambiente.

2. O URBANISMO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL.
2.1. Noções gerais.
2.2. Formação urbana e aspectos regionais e locais.
2.3. Discussões a partir da análise de diversos impactos urbanos na atualidade.

3. A QUESTÃO DO PLANEJAMENTO URBANO E O DIREITO.

4. O ESTADO, O DIREITO E A INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA PROPRIEDADE URBANA.
4.1. Noções gerais.
4.2. Legislação correlata.
4.3. Formação da propriedade urbana no Brasil.
4.4. Ordem urbanística na Constituição de 1988.
4.5. Função social da propriedade urbana.
4.6. Lei de desapropriação.
4.7. Lei de parcelamento do solo urbano.

5. ESTATUTO DA CIDADE.
5.1. O que é o estatuto da cidade.
5.2. Competências dos entes federativos sobre a política urbana.
5.3. Instrumentos da política urbana.
5.4. Plano diretor.
5.4.1. Plano diretor e Desenvolvimento Sustentável
5.4.2. Análise jurisprudencial
5.4.3. A construção de uma gestão democrática da cidade.

VI – Bibliografia Básica

1. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Saraiva.
2. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Comentários ao estatuto da cidade.** São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. COSTA, Nelson Nery. **Direito municipal brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.**

VII – Bibliografia Complementar

1. BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade.** São Paulo: Perspectiva.
2. GASPARINI, Diogenes. **O estatuto da cidade.** São Paulo: NDJ.
3. LIRA, Ricardo Pereira. **Elementos de direito urbanístico.** Rio de Janeiro: Renovar.
4. OLIVEIRA, Regis Fernandes de**. Comentários ao estatuto da cidade. São Paulo: Revista dos Tribunais.**
5. SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro.** São Paulo: Revista dos tribunais.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Economia do Trabalho**
Código	DIR0023
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

As transformações do capitalismo no final do século XX. As vertentes que conduzem o processo de globalização: nova revolução técnico-científica, regionalização econômica, desregulamentação financeira. Impacto das transformações do capitalismo sobre o mundo do trabalho. Descentralização da produção. A redução do emprego formal e a tendência da terceirização da economia. O papel da economia informal. O papel da economia solidária. Sistemas nacionais de relações de trabalho. A teoria do capital humano: educação, treinamento e diferenciais de ganhos. Evolução da população e força de trabalho. Sindicatos e negociações coletivas. Mercado de trabalho no brasil.

III – Objetivo

O aluno deverá ser capaz de entender a importância do instrumental da oferta e demanda de trabalho, para o entendimento dos diversos aspectos observados no mercado de trabalho, tanto no modelo competitivo como em outras formas de mercado. Destacar o funcionamento do mercado de trabalho à luz da teoria dos contratos e incentivos ao trabalho, inclusive aspectos relevantes da procura por trabalho. Focalizar as principais questões teóricas sobre o mercado de trabalho brasileiro. Apresentar as principais estatísticas sobre as tendências do mercado de trabalho brasileiro. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As

atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO NO FINAL DO SÉCULO XX. AS VERTENTES QUE CONDUZEM O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO: NOVA REVOLUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA, REGIONALIZAÇÃO ECONÔMICA, DESREGULAMENTAÇÃO FINANCEIRA

2. IMPACTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

3. DESCENTRALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

4. A REDUÇÃO DO EMPREGO FORMAL E A TENDÊNCIA DA TERCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA

5. O PAPEL DA ECONOMIA INFORMAL

6. O PAPEL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
6.1. Origens históricas da economia solidária
6.2. A economia solidária em um ambiente capitalista
6.3. A economia solidária e a mudança social

7. SISTEMAS NACIONAIS DE RELAÇÕES DE TRABALHO
7.1. Relações de trabalho. Sistemas de relações de trabalho: arcabouço conceitual e teórico
7.2. Regras e regulação das relações de trabalho. Atores sociais
7.3. Modelos de sistemas nacionais de relações de trabalho: características estruturais, evolução e perspectivas contemporâneas

8. A TEORIA DO CAPITAL HUMANO: EDUCAÇÃO, TREINAMENTO E DIFERENCIAIS DE GANHOS
8.1. Investimentos em Educação e Perfil Idade-Renda
8.2. Treinamento na Função-Ocupação: Geral e Específico

9. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E FORÇA DE TRABALHO
9.1. Teorias da população. Mudanças demográficas no Brasil na segunda metade do século XX
9.2. Dimensões da população brasileira segundo sexo, cor, raça e outros atributos
9.3. Mercado de trabalho brasileiro no período recente. Políticas sociais e de emprego
9.4. O futuro do trabalho

10. SINDICATOS E NEGOCIAÇÕES COLETIVAS
10.1. O que são os sindicatos. Enfoques Alternativos Sobre o Papel dos Sindicatos
10.2. O sistema sindical brasileiro e a Reforma Trabalhista
10.3. Tendências contemporâneas do sindicalismo no Brasil
10.4. Sindicatos e negociações coletivas: conceitos básicos
10.5. Tendências contemporâneas das negociações coletivas no Brasil

11. MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL
11.1. Principais Indicadores e Suas Tendências
11.2. Aspectos Institucionais

VI – Bibliografia Básica

1. CHAHAD, José Paulo Zeetano; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino de (Org.). **Mercado de Trabalho no Brasil:** salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças. São Paulo: LTr.
2. CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã.
3. PINHO, Diva Benevides; Vasconcellos, Marco Antônio Sandoval de; Toneto Júnior, Rudinei (Org.). **Manual de Economia.** São Paulo: Saraiva.

VII – Bibliografia Complementar

1. ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.
2. BERNARDO, João. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores:** ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo.
3. CHAHAD, José Paulo Zeetano. Mercado de Trabalho: conceitos definições e funcionamento. In: PINHO, Diva Benevides; Vasconcellos, Marco Antônio Sandoval de. (Org.). **Manual de Economia.** São Paulo: Saraiva. p. 352 – 364.
4. COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania:** Produção de Direitos na Era da Globalização. São Paulo: Cortez.
5. GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Finanças Públicas**
Código	DIR0024
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Teoria econômica e finanças públicas. Economia, dinâmica sociopolítica e finanças públicas no Brasil. Em busca da compreensão das finanças públicas. Políticas públicas, política orçamentária e processo orçamentário no Brasil. Prática de cidadania e visão prospectiva sobre as mudanças nos âmbitos global, continental e no Brasil. Tópicos especiais em finanças públicas federalismo fiscal.

III – Objetivo

O aluno deverá ser capaz de entender as razões históricas objetivas que levaram o Estado a assumir e atender demandas que não são eficientemente satisfeitas pelo mecanismo de mercado. Compreender a estrutura e o funcionamento do orçamento, um dos mais antigos e tradicionais instrumentos utilizados na gestão dos negócios públicos. Conhecer as fontes e destinações de recursos controlados pelo setor público. O objetivo essencial da disciplina é fornecer aos alunos um conjunto de argumentos e de conteúdos científicos que lhes permitam entender criticamente a intervenção do Estado na economia. Os alunos devem compreender as razões da forte presença do Estado nas democracias atuais; analisar os fatores científicos que explicam a intervenção estatal e suas consequências em termos de gastos públicos e de opções por fontes de receitas tributárias. Despertar no aluno a percepção da relação entre as decisões individuais, a escolha pública e a dinâmica de configuração das instituições que resulta da evolução dessa interação. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. TEORIA ECONÔMICA E FINANÇAS PÚBLICAS
1.1. Economia Política: a interação entre economia e política
1.2. Economia e dinâmica sociopolítica

2. ECONOMIA, DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA E FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL
2.1. Descentralização do poder, crise fiscal e governabilidade.
2.2. Características e organização do Estado Brasileiro
2.3. Reforma do Estado Brasileiro
2.4. A inserção do Brasil na economia mundial

3. EM BUSCA DA COMPREENSÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS
3.1. Finanças públicas: atividade financeira do Estado
3.2. Sistema fiscal e formas de tributação no Brasil
3.3. Uma avaliação das políticas fiscal e monetária no Brasil
3.4. Defesa da concorrência e regulação da economia

4. POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA E PROCESSO ORÇAMENTÁRIO NO BRASIL
4.1. Desenvolvimento e formulação de políticas na América Latina
4.2. Formulação, implementação e financiamento das políticas públicas no Brasil.
4.3. Função do planejamento para execução de políticas
4.4. Política orçamentária e processo orçamentário no Brasil
4.5. Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal

5. PRÁTICA DE CIDADANIA E VISÃO PROSPECTIVA SOBRE AS MUDANÇAS NOS ÂMBITOS GLOBAL, CONTINENTAL E NO BRASIL
5.1. A prática da cidadania como estratégia de transformação
5.2. Visão prospectiva: as mudanças nos âmbitos global, continental e no Brasil

6. TÓPICOS ESPECIAIS EM FINANÇAS PÚBLICAS FEDERALISMO FISCAL
6.1. O papel dos governos locais
6.2. Déficit público e a sustentabilidade da política fiscal: teoria e aplicações
6.3. Impacto doméstico da internacionalização das economias

VI – Bibliografia Básica

1. MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia:** princípios de microeconomia e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus.
2. PINTO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. (Org.). **Manual de Economia.** São Paulo: Saraiva.
3. REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas.

VII – Bibliografia Complementar

1. BORRMANN, Axel. **Desenvolvimento econômico com justiça social**: a economia social de mercado. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.
2. DUPAS, Gilberto; ANDRAUS, Annez. **Renda, consumo e crescimento**. São Paulo: Publifolha.
3. GIACOMINI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas.
4. PEREIRA-MATIAS, José. **Finanças Públicas:** A política Orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas.
5. SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Fundamentos de Direito Público e Privado**
Código	DIR0025
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Noções de direito. Governo. Constituição. O princípio da divisão dos poderes. Nacionalidade e cidadania. Direito Administrativo. Direito Tributário. Direito Penal. Direito Processual. Direito Comercial. Direito Civil.

III – Objetivo

Proporcionar aos acadêmicos o conhecimento acerca dos institutos do direito público e privado, o domínio dos diversos conceitos e fundamentos do direito e, por fim, possibilitar que ele entenda os diferentes campos de estudo do direito. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. NOÇÕES DE DIREITO
1.1. Acepções da palavra direito
1.2. Conceito de direito

1.3. Direito objetivo e direito subjetivo
1.4. Direito e moral
1.5. Direito público e direito privado
1.6. Direito natural e direito positivo
1.7. Fontes do direito

2. ESTADO E GOVERNO
2.1. Estado
2.1.1. Conceito de Estado
2.1.2. Elementos constitutivos do Estado
2.1.3. Fundamentos do Estado
2.2. Governo
2.2.1. Formas de governo
2.2.2. Formas de Estado
2.2.3. Sistema de Governo

3. NACIONALIDADE E CIDADANIA
3.1. Noções da nacionalidade
3.2. Aquisição da nacionalidade
3.3. Mudança de nacionalidade
3.4. Direito Brasileiro da Nacionalidade
3.5. Conceituação de cidadania
3.6. Direito de Cidadania

4. CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO
4.1. Direito Público
4.1.1. Direito Constitucional
4.1.2. Direito Administrativo
4.1.3. Direito Penal
4.1.4. Direito Processual
4.1.5. Direito Tributário
4.1.6. Direito Internacional
4.2. Direito Privado
4.2.1. Direito Civil
4.2.2. Direito Comercial
4.3. Direito do Trabalho: Direito Público ou Direito Privado ?

5. A DICOTOMIA DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO NA ATUALIDADE

VI – Bibliografia Básica

1. MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Atlas.
2. MEIRELLES. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
3. SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

VII – Bibliografia Complementar

1. BERGEL, Jean-Loius. **Teoria geral do direito**. São Paulo: Martins Fontes.
2. BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
3. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo, MILARÉ, Édis. **Manual de direito público e**

privado. São Paulo: Revista dos Tribunais.
4. GUSMÂO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense
5. RADBRUCH, Gustavo. **Introdução à ciência do direito**. São Paulo: Martins Fontes.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Imputação Objetiva**
Código	DIR0026
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Teorias da causalidade e concepções contemporâneas. O sistema de causalidade do Código Penal brasileiro e as concausas. Histórico da Imputação objetiva. A imputação objetiva da conduta e do resultado. As teorias de Roxin e Jakobs. A criação de um risco não permitido e a realização do risco não permitido. O alcance do tipo.

III – Objetivo

Comparar as modernas teorias da causalidade com as correntes tradicionais, especialmente com a adotada pelo Código Penal brasileiro. Desenvolver a habilidade crítica de perceber a insuficiência teórica da teoria da equivalência dos antecedentes causais frente à complexidade do mundo contemporâneo, necessitando de teorias que se socorram de elementos sociológicos. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS ESCOLAS PENAIS

2. CAUSALISMO

3. NEOKANTISMO

4. FINALISMO

5. FUNCIONALISMO
6. FUNCIONALISMO-SISTÊMICO

7. FUNCIONALISMO-TELEOLÓGICO

8. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE NO CÓDIGO PENAL: EQUIVALÊNCIA DAS CONDIÇÕES

9. CONCAUSAS NO CÓDIGO PENAL

10. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA DE CLAUS ROXIN

11. CRIAÇÃO OU AUMENTO DO RISCO NÃO-PERMITIDO, REALIZAÇÃO DO RISCO NÃO-PERMITIDO NO RESULTADO CONCRETO E RESULTADO DENTRO DO ALCANCE DO TIPO PENAL

12. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA DE GUNTHER JAKOBS

13. RISCO PERMITIDO, PRINCÍPIO DA CONFIANÇA, PROIBIÇÃO DE REGRESSO, CAPACIDADE DA VÍTIMA

14. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE ROXIN E JAKOBS

VI – Bibliografia Básica

1. JAKOBS, Günther. **A imputação objetiva no direito penal**. Tradução de André Luís Callegari. São Paulo: Revista dos Tribunais.
2. SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal:** parte geral. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
3. TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. São Paulo: Saraiva.

VII – Bibliografia Complementar

1. BRITO, Alexis Couto de. **Imputação objetiva:** crimes de perigo e direito penal brasileiro. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. CALLEGARI, André Luís. **Teoria geral do delito e da imputação objetiva.** São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
3. JAKOBS, Günther. **A imputação penal da ação e da omissão**. Tradução de Maurício Antonio Ribeiro Lopes. São Paulo: Manole.
4. JESUS, Damásio E. de. **Imputação objetiva**. São Paulo: Saraiva.
5. SÁNCHEZ, Bernardo J. Feijóo. **Teoria da imputação objetiva:** estudo crítico e valorativo sobre os fundamentos dogmáticos e sobre a evolução da teoria da imputação objetiva. Barueri: Manole.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Introdução à Sociologia da Segurança Pública e da Justiça Criminal**
Código	DIR0027
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa
II – Ementário	
Criminológica. Sistema penal. Sistema de segurança pública. Justiça criminal. Conferência Nacional de Segurança Pública e os Conselhos Municipais de Segurança Pública.	
III – Objetivo	
Proporcionar aos(às) alunos(as) o contato com a perspectiva sociojurídica e criminológica de análise do sistema penal (sistema de segurança pública e justiça criminal), em cada uma de suas dimensões, como também evidenciar as novas formas de interlocução e intervenção geradas pela atuação da sociedade civil no campo da segurança pública (a exemplo de instâncias de participação social como a Conferência Nacional de Segurança Pública e os Conselhos Municipais de Segurança Pública) e do papel potencialmente inovador desempenhado pelos municípios na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas de segurança e justiça, de caráter preventivo, interagencial e intersetorial; Oportunizar a discussão e a análise da política nacional de segurança pública e de justiça (conceituação, métodos, processos, oportunidades e desafios, modalidades de articulação e meios de superação dos obstáculos à implementação de ações integradas), com destaque para a novel atuação dos municípios no campo da gestão integrada de políticas públicas de segurança e justiça; Fomentar a socialização e a reflexão críticas de boas práticas no campo da segurança e da justiça, com destaque, nesse contexto, para o desvelamento de novos campos de atuação dos profissionais da área jurídica. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.	
IV – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula. • 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs) • 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum) • 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto) • 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário) • 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de	

Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DA SEGURANÇA E DA JUSTIÇA
1.1. Aspectos Gerais da Sociologia do Direito: especificidades da Sociologia da Segurança e da Justiça
1.2. Acesso à Justiça, Segurança Pública e Estado Democrático de Direito: um resgate histórico e sociojurídico
1.3. Papel e Atribuições das Agências e dos Operadores do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil contemporâneo.

2. CONTROLE SOCIAL E SISTEMA PENAL
2.1. Noções Preliminares de Criminologia: uma abordagem teórico-prática
2.2 Características do Controle Social Formal/Institucional: desconstruindo a ideologia da defesa social
2.3. Punição, Pena e Castigo: desafios socioculturais e político-institucionais para a consolidação da democracia.

3. ESTUDOS DE CASOS DE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA
3.1. Do Direito à Segurança à Segurança dos Direitos: O Papel dos Municípios na Segurança Pública
3.2. Participação Social e Segurança Pública (Conseg e Conselhos)
3.3. Inovações Institucionais no Campo da Gestão Integrada da Segurança e da Justiça (boas práticas).

VI – Bibliografia Básica

1. BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: Introdução à Sociologia do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan.
2. GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio García-Pablos de. **Criminologia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
3. PAZINATO, Eduardo. **Do Direito à Segurança à Segurança dos Direitos.** Uma análise sociopolítica e criminológica acerca dos sentidos da participação na gestão de políticas municipais de segurança na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

VII – Bibliografia Complementar

1. ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha.** Policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
2. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a Democracia.** Os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
3. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice.** O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez.
4. SABADEL, Ana Lúcia. **Manual de Sociologia Jurídica**. São Paulo: Sumaré.

5. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. Tradução de: Vânia Romano Pedrosa & Almir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Juizados Especiais**
Código	DIR0028
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Acesso à justiça. Garantias processuais constitucionais. Os princípios informadores dos juizados especiais cíveis: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. A competência. O juiz, os conciliadores e os juízes leigos. As partes. A realização dos atos processuais. O pedido. As citações e intimações. A revelia. A conciliação e o juízo arbitral: forma alternativa de resolução de conflitos. Técnicas de negociação. A audiência de instrução. A resposta do réu e contrapedido. Provas e procedimentos no juizado especial cível. As decisões e os recursos. A execução da sentença. As despesas processuais. Súmulas das turmas recursais. Organograma geral da tramitação dos processos.

III – Objetivo

Refletir sobre a amplitude do significado de Justiça, com abordagem sucinta do aspecto principiológico do Acesso à Justiça como um Direito Constitucional e Fundamental. Analisar a efetividade dos Juizados no Acesso à Justiça, ou seja, se realmente os resultados obtidos são os esperados quando de sua criação, bem como verificar se esses resultados relacionam-se ou não aos reflexos de sua origem como modelo jurídico importado, a partir de exame sob o viés do direito comparado. Realizar um breve apanhado da prática processual do sistema dos Juizados, enfatizando a Competência deste instituto através da análise de legislação, de jurisprudência e de entendimentos doutrinários. Discutir a principiologia que rege e orienta os procedimentos no Juizado Especial Cível. Proporcionar aos acadêmicos o aprendizado teórico e prático das atividades cartorárias, audiências e tramitação processual, de modo a incentivá-los à participação junto ao Juizado Especial Cível da Comarca de Santa Maria, na condição de estagiários e/ou conciliadores. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)

- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. ACESSO À JUSTIÇA.
1.1. Garantias processuais constitucionais.
1.2. A criação e organização dos juizados especiais cíveis no brasil

2. OS PRINCÍPIOS INFORMADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS
2.1. Oralidade.
2.2. Simplicidade
2.3. Informalidade
2.4. Economia Processual
2.5. Celeridade

3. A COMPETÊNCIA.

4. O JUIZ, OS CONCILIADORES E OS JUÍZES LEIGOS.

5. AS PARTES.

6. A REALIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.

7. AS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.

8. A REVELIA

9. A CONCILIAÇÃO E O JUÍZO ARBITRAL: FORMA ALTERNATIVA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS. TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO.

10. A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO.

11.A RESPOSTA DO RÉU E CONTRAPEDIDO.

12.PROVAS E PROCEDIMENTOS NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

13.AS DECISÕES E OS RECURSOS.

14.A EXECUÇÃO DA SENTENÇA.

15.AS DESPESAS PROCESSUAIS

16. SÚMULAS DAS TURMAS RECURSAIS.

VI – Bibliografia Básica

1. CAPPELLETTI, Mauro; BRYANT, Garth. **Acesso à Justiça.** Porto Alegre: SAFE.
2. CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais.** São Paulo: Saraiva.
3. SOUSA, Aiston Henrique de. **A Equidade e seu uso nos Juizados Especiais Cíveis.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

VII – Bibliografia Complementar

1. ALVIM, J. E. Carreira; CABRAl, Luciana Gontijo Carreira Alvim. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Federais Cíveis:** Lei 10.259/01 adaptada à Lei 9.099/95. Curitiba: Juruá.
2. ARRUDA NETO, Aristides de. **Acidentes de Trânsito:** roteiro básico das ações nos juizados especiais cíveis**:** Lei 9.099, de 26.9.95: teoria, prática, modelos, jurisprudência. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
3. ASSIS, Araken de. **Execução Civil nos Juizados Especiais.** São Paulo: Revista dos Tribunais.
4. COSTA, Hélio Martins. **Lei dos Juizados Especiais Cíveis Anotada e sua Interpretação Jurisprudencial**. Belo Horizonte: Del Rey.
5. PIRES, Ellen Cristina Gonçalves. **O Direito do Consumidor e os Juizados Especiais Cíveis.** São Paulo: IOB.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Leis Penais Especiais**
Código	DIR0029
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

A disciplina propõe o estudo analítico-crítico dos institutos das principais leis penais especiais, mais precisamente a Lei de Drogas, Lei dos Crimes Hediondos, Lei de Abuso de Autoridade, Lei de Tortura, Lei de Identificação Criminal, Organização Criminosa, Estatuto Do Desarmamento, Juizado Especial Criminal, Lei De Execução Penal, Código De Trânsito Brasileiro, Lei Maria Da Penha, Lavagem De Capitais, Crimes Ambientais, proporcionando meios de instrumentalizar a prática profissional, o que se consubstancia a partir da análise integrativa da disciplina com as demais áreas da ciência jurídica e ciências afins.

III – Objetivo

Transmitir criticamente as referências teóricas fundamentais do direito penal relativas aos crimes em espécie, a partir de leituras e trabalhos dirigidos para o fomento da discussão dos temas abordados, visando a formação crítica de um profissional apto para atuação perante o ordenamento jurídico interno. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As

atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. LEI DE DROGAS:
1.1 Da Prevenção;
1.2 Do tratamento e da Recuperação;
1.3 Dos Crimes e das Penas;
1.4 Do Procedimento Criminal;
1.5 Policial como testemunha;
1.6 Flagrante preparado e esperado;
1.7 Desclassificação;
1.8 Materialidade;
1.9 Liberdade provisória e regime fechado;
1.10 Disposições Gerais;

2. LEI DE TORTURA
2.1 Conceito;
2.2 Tipificação, Pena e Consumação ou Tentativa;
2.3 Adequação Típica;
2.4 Causas de aumento de Pena;
2.5 Perda do Cargo, função ou emprego público;
2.6 Graça, Indulto e Anistia;
2.7 Tortura na Lei de Crimes Hediondos;

3. CRIMES HEDIONDOS
3.1 Legislação Aplicável;
3.2 Definição e Tipificação;
3.3 Anistia, Graça e Indulto;
3.4 Progressão de Regime – Requisitos Objetivo e Subjetivo;
3.5 Crime Hediondo Cometido por Quadrilha ou Bando;
3.6 Concurso de Crimes;
3.7 Das penas;
3.8 Considerações Gerais;

4. ABUSO DE AUTORIDADE
4.1 Considerações Gerais
4.2 Obediência Hierárquica
4.3 Aplicação da Lei 9.099/95
4.4 Prazo Prescricional
4.5 Crimes em Espécie

5. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA
5.1 Considerações Iniciais
5.2 Definição de Organização Criminosa
5.3 Meios Operacionais
5.4 Preservação do Sigilo Constitucional
5.5 Disposições Gerais

6. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL
6.1 Conceito

6.2 Aplicação
6.3 Diferença entre identificação e qualificação
6.4 Outras legislações aplicáveis

7. ESTATUTO DO DESARMAMENTO
7.1 Conceito
6.2 Aplicação

8. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
6.1 Conceito
6.2 Aplicação

9. LEI DE EXECUÇÃO PENAL
6.1 Conceito
6.2 Aplicação

10. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO
6.1 Conceito
6.2 Aplicação

11. LEI MARIA DA PENHA
6.1 Conceito
6.2 Aplicação

12. LAVAGEM DE CAPITAIS
6.1 Conceito
6.2 Aplicação

13. CRIMES AMBIENTAIS
6.1 Conceito
6.2 Aplicação

VI – Bibliografia Básica

1. BITTENCOURT, Cezar Roberto; BUSATO, Paulo César. **Comentários à Lei de organização criminosa:** Lei 12.850. São Paulo: Saraiva.
2. DELMANTO, Roberto; DELMANTO JÚNIOR, Roberto. **Leis Penais Especiais Comentadas**. São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)
3. LIMA, Paulo Marco Ferreira. **Violência contra a mulher**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA SOBRINHO, José. **Comentários ao Código de Trânsito.** Rio de Janeiro: Forense. (Livro Digital)
2. DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. São Paulo. Renovar. (Livro Digital)
3. NUCCI, Guilherme de Souza. **Organização Criminosa.** Rio de Janeiro: Forense. Saraiva. (Livro Digital)
4. NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)
5. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal**

brasileiro: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Medicina Legal**
Código	DIR0030
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Estrutura dos órgãos periciais no estado do rio grande do sul; o papel do advogado na solicitação e interpretação crítica dos laudos periciais. Alcoolismo e embriaguez: aspectos médicos, sociais e jurídicos; interpretação de laudos. Sexologia forense: crimes e perversões sexuais; aspectos periciais relevantes nos crimes sexuais e a importância da perícia na determinação da materialidade deste tipo de violência; obstetrícia forense e aspectos médico-legais relacionados com a fecundação, gestação, parto, puerpério e vínculo genético; abortamento e infanticídio; aspectos periciais, sociais e bioéticos. Tanatologia forense: conceito e diagnóstico de morte; aspectos legais, médicos e bioéticos relacionados com a morte; fenômenos cadavéricos; cronotanatognose. Traumatologia forense. Identificação médico-legal: identidade e identificação judiciária; antropologia forense; exame datiloscópico.

III – Objetivo

Familiarizar o aluno com os critérios médico-legais; Propiciar conhecimento sobre aspectos doutrinários da medicina legal; Habilitar o aluno para reconhecer aspectos médico-legais, éticos e bioéticos, relacionados com o exercício profissional; Oportunizar o conhecimento de aspectos periciais relevantes na identificação dos tipos penais; Demonstrar a importância do pensamento crítico no estudo da disciplina. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em

consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS PERICIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; O PAPEL DO ADVOGADO NA SOLICITAÇÃO E INTERPRETAÇÃO CRÍTICA DOS LAUDOS PERICIAIS.

2. ALCOOLISMO E EMBRIAGUEZ: ASPECTOS MÉDICOS, SOCIAIS E JURÍDICOS; INTERPRETAÇÃO DE LAUDOS.

3. SEXOLOGIA FORENSE: CRIMES E PERVERSÕES SEXUAIS; ASPECTOS PERICIAIS RELEVANTES NOS CRIMES SEXUAIS E A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA NA DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DESTE TIPO DE VIOLÊNCIA; OBSTETRÍCIA FORENSE E ASPECTOS MÉDICO-LEGAIS RELACIONADOS COM A FECUNDAÇÃO, GESTAÇÃO, PARTO, PUERPÉRIO E VÍNCULO GENÉTICO; ABORTAMENTO E INFANTICÍDIO; ASPECTOS PERICIAIS, SOCIAIS E BIOÉTICOS.

4. TANATOLOGIA FORENSE: CONCEITO E DIAGNÓSTICO DE MORTE; ASPECTOS LEGAIS, MÉDICOS E BIOÉTICOS RELACIONADOS COM A MORTE; FENÔMENOS CADAVÉRICOS; CRONOTANATOGNOSE.

5. TRAUMATOLOGIA FORENSE:
5.1. Agentes mecânicos: instrumentos perfurantes, cortantes, contundentes, pérfuro-contundentes, corto-contundentes e pérfuro-cortantes; estudo das lesões produzidas por projétil de arma de fogo e noções de balística; distância de disparo e aspectos jurídicos relacionados;
5.2. Agentes físicos: calor e eletricidade; estudo das lesões produzidas por estes agentes; conceitos e aspectos jurídicos envolvidos;
5.3. Asfixiologia: asfixias mecânicas; afogamento, sufocação direta, sufocação indireta, confinamento; asfixias por constrição do pescoço, incluindo enforcamento, estrangulamento e esganadura; diferenciação entre homicídio, suicídio e acidente.

6. IDENTIFICAÇÃO MÉDICO-LEGAL: IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO JUDICIÁRIA; ANTROPOLOGIA FORENSE; EXAME DATILOSCÓPICO.

VI – Bibliografia Básica

1. BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal.** São Paulo: Saraiva. v. 2.
2. CROCE, Delton; CROCE JÚNIOR, Delton. **Manual de Medicina Legal**. São Paulo: Saraiva.
3. FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal.** Rio de Janeiro: Guanabara.

VII – Bibliografia Complementar

1. FRANÇA, Genival Veloso de. **Pareceres IV:** esclarecimentos sobre questões de Medicina Legal e de Direito Médico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. (Livro Digital)
2. PENNA, João Bosco. **Lesões corporais:** caracterização clínica e médico legal. Leme: Editora de direito.

3. SALLES JÚNIOR, Romeu de Almeida. **Lesões Corporais**. São Paulo: Oliveira Mendes.
4. SILVA, Justino Adriano Farias da. **Tratado de Direito Funerário:** teoria geral e instituições de direito funerário. São Paulo: Método.
5. VANRELL, Jorge Paulete. **Manual de Medicina Legal:** tanatologia. São Paulo: Mizuno.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Mercado de Capitais**
Código	DIR0031
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Bolsa de valores. Funcionamento do sistema financeiro nacional. Investimentos. Operações financeiras. Bolsa como negócio. Estratégias de operação. Obrigações.

III – Objetivo

Compreender o funcionamento do sistema financeiro nacional e mercado de capitais. Aplicar as técnicas específicas para a tomada de decisão no que se refere à administração de ativos e derivativos. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. BOLSA DE VALORES.
2. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.
3. INVESTIMENTOS.
4. OPERAÇÕES FINANCEIRAS.
5. BOLSA COMO NEGÓCIO.
6. ESTRATÉGIAS DE OPERAÇÃO.

7. OBRIGAÇÕES.
VI – Bibliografia Básica
1. ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas. 2. ROSS, Stephen A. [et al.]. **Administração financeira**. Porto Alegre: AMGH. 3. PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais**. São Paulo: Atlas.
VII – Bibliografia Complementar
1. ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas. 2. FERREIRA, Roberto G. **Matemática financeira aplicada:** mercado de capitais, administração financeira, finanças pessoais. São Paulo: Atlas. 3. TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro de. **Mercado de Capitais Brasileiro**: Uma introdução. São Paulo: Cengage Learning. 4. BITENCOURT, Cezar Robert. **Crimes contra o sistema financeiro nacional e contra o mercado de capitais**. São Paulo: Saraiva. 5. ABREU, Edgar Gomes de. **Sistema financeiro nacional**. São Paulo: Método.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Organizações Internacionais**
Código	DIR0032
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	3º

II – Ementário

O direito das organizações internacionais. As organizações internacionais em movimento.

III – Objetivo

A disciplina de Organizações Internacionais da FADISMA visa proporcionar ao estudante de Direito a oportunidade de analisar a teoria das organizações internacionais, compreendendo seus elementos e as classificações existentes, enfocando questões referentes à sua personalidade jurídica. Além disso, objetiva também examinar individualmente as principais organizações internacionais da atualidade, no âmbito global e regional, avaliando o impacto das mesmas na ordem internacional. Portanto objetiva de forma geral: A) Construir uma base epistemológica capaz de nortear o entendimento, em especial no que tange a questão das Organizações Internacionais e suas relações com o Direito. B) Delimitar e desenvolver temáticas específicas que envolvam as problemáticas propostas. C) Refletir, propor e consolidar categorias jurídicas que permitam qualificar a intervenção dos graduandos em sua realidade prática acerca das temáticas desenvolvidas. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada, com o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto

Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O DIREITO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
1.1. Introdução às organizações internacionais
1.1.1. Origem histórica, definição e elementos constitutivos
1.1.2. As diversas classificações das organizações internacionais
1.1.3. Representatividade, ideologia e poder nos processos decisórios
1.1.4. Complexidade nas Organizações Internacionais
1.1.5. O local-global nas Organizações internacionais
1.1.6. Governança Global e Organizações Internacionais
1.1.7. Instrumentos de aplicação democrática nas O. I.
1.2. Personalidade jurídica das organizações internacionais
1.2.1. Fundamentos, natureza e extensão das competências das organizações internacionais
1.2.2. Os instrumentos materiais: recursos humanos; financiamento e representação dos Estados-Membros
1.2.3. As jurisdições internacionais
1.3. Organizações não governamentais de alcance transnacional (ONGAT)
1.3.1. Histórico, definição e elementos constitutivos
1.3.2. Classificação: ONGs de concertação e de intervenção
1.3.3. A relação entre organizações internacionais e as ONGAT

2. AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS EM MOVIMENTO
2.1. Organização das nações unidas (ONU)
2.1.1. Liga das Nações: a antecessora
2.1.2. Características da Carta de São Francisco
2.1.3. Estados-Membros e estrutura institucional
2.1.4. A Corte Internacional de Justiça
2.2. Organizações internacionais globais
2.2.1. Organizações de cooperação econômica (FMI, BIRD, OMC)
2.2.2. Organizações de cooperação social (OIT, UNESCO, OMS)
2.2.3. Organizações de cooperação em comunicações (UPU, UIT, OMI, OACI)
2.2.4. Organizações de cooperação com fins específicos (OMM, AIEA, OPAQ, OMT)
2.3. Organizações internacionais regionais
2.3.1. Organização Dos Estados Americanos (OEA)
2.3.2. Organizações americanas de cooperação econômica (ALADI, BID, NAFTA, MERCOSUL, ALCA)
2.3.3. Organizações Regionais Não-Americanas (UE, OCDE, OTAN, G8)

VI – Bibliografia Básica

1. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
2. _____. (Org.) **Legislação Internacional**. Barueri: Manole.
3. _____. **Relações Internacionais**. Barueri: Manole.

VII – Bibliografia Complementar

1. ADDA, Jacques. **As Origens da Globalização da Economia**. Barueri: Manole.

2. ARRIGHI, Jean Michel. **Organização dos Estados Americanos**. Barueri: Manole.
3. CARVALHO, Evandro Menezes de. **Organização Mundial do Comércio:** cultura jurídica, tradução e interpretação. Curitiba: Juruá.
4. CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã.
5. HUCK, Hermes Marcelo. **Da Guerra Justa à Guerra Econômica:** uma revisão sobre o uso da força em direito internacional. São Paulo: Saraiva.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Psicologia Aplicada ao Direito**
Código	DIR0033
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Psicologia. Crescimento e desenvolvimento. Personalidade. Conflito. O indivíduo em sociedade. Primeiras impressões. Atitudes sociais. Ética, justiça e direitos humanos. Agressividade e violência: o enfoque psicológico. A violência e as suas modalidades. O projeto de morte e o projeto de vida. Postura profissional x postura pessoal. Negociação, um efeito nas relações sociais. O poder nas relações humanas.

III – Objetivo

Aprimorar, junto ao corpo discente, conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados à disciplina. Pesquisa e debates buscam compor o quadro de estudo, cujo propósito principal é proporcionar a assimilação dos conteúdos identificados no programa da disciplina. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tem habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. PSICOLOGIA
1.1. Aspectos Históricos

1.2. Conceito
1.3. Objetivo
1.4. Métodos

2. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

3. PERSONALIDADE
3.1. Descrição
3.2. Estrutura
3.3. Tipos

4. CONFLITO
4.1. Conflito X Ajustamento
4.2. Fontes de Conflito
4.3. Reações de Defesa do Conflito

5. O INDIVÍDUO EM SOCIEDADE
5.1. Percepção Social
5.2. Perceber Pessoas

6. PRIMEIRAS IMPRESSÕES

7. ATITUDES SOCIAIS
7.1. Natureza e Funções
7.2. Desenvolvimento e Mudanças de Atitudes

8. ÉTICA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

9. AGRESSIVIDADE E VIOLÊNCIA: O ENFOQUE PSICOLÓGICO

10. A VIOLÊNCIA E AS SUAS MODALIDADES

11. O PROJETO DE MORTE E O PROJETO DE VIDA

12. POSTURA PROFISSIONAL X POSTURA PESSOAL

13. NEGOCIAÇÃO, UM EFEITO NAS RELAÇÕES SOCIAIS

14. O PODER NAS RELAÇÕES HUMANAS

VI – Bibliografia Básica

1. DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: Pearson Makron Books.
2. FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas.** Rio de Janeiro: Imago.
3. HUSS, Matthew T. **Psicologia forense**: pesquisa, prática, clínica e aplicações. Tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Artmed. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. ALLPORT, Gordon Willard. **Desenvolvimento da Personalidade:** considerações básicas para uma psicologia da personalidade. São Paulo: EPU.
2. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão**.** Petrópolis: Vozes.

3. FREUD, Sigmund. O Futuro de uma Ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931) v. XXI. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas.** Rio de Janeiro: Imago.
4. KOHUT, Heinz. **Psicologia do Self:** a cultura humana. Porto Alegre: Artes Médicas.
5. ZIMERMAN, David; COLTRO, Antônio Carlos Mathias (Org.). **Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica**. Campinas: Milenium.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Registros Públicos**
Código	DIR0034
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Registros públicos. Registro civil das pessoas naturais. Registro civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e documentos. Registro de imóveis. Protesto de títulos.

III – Objetivo

Ministrar aos alunos os conceitos básicos sobre os Registros Públicos, no que se referem aos seus efeitos, finalidades, espécies e jurisdição, fazendo a devida distinção com o Direito Notarial; Proporcionar aos alunos um conhecimento teórico e prático sobre o registro civil das pessoas naturais, o registro civil das pessoas jurídicas, o registro de títulos e documentos, o registro de imóveis e o registro de protesto de títulos; Transmitir aos conhecimentos capazes de permitirem a aplicação dos conteúdos de Registros Públicos em diversas áreas do Direito; Conduzir os alunos a adotar uma atitude crítica perante as questões fundamentais dos Registros Públicos, especialmente quanto às atividades desenvolvidas pelos titulares das serventias registrais e notariais. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. REGISTROS PÚBLICOS
1.1. Conceituação e Finalidades
1.2. Efeitos
1.3. Espécies
1.4. Jurisdição e Competência
1.5. Notários e Registradores
1.6. Tabelionatos de Notas e o Direito Notarial

2. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
2.1. Finalidades
2.2. Atos Registráveis
2.3. Atos Averbáveis
2.4. Atos realizados no exterior e a bordo de navios
2.5. Livros
2.6. Nascimentos. Nome
2.7. Casamento
2.8. Óbito
2.9. Emancipações. Interdições. Ausência
2.10. Retificações do Registro Civil
2.11. Gratuidade do serviço
2.12. Registro de Veículos Automotores

3. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
3.1. Finalidades
3.2. Atos registráveis
3.3. Atos averbáveis
3.4. Livros

4. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4.1. Finalidades. Abrangência
4.2. Registros Obrigatórios
4.3. Registros Facultativos
4.4. Dos Livros
4.5. Das Notificações
4.6. Dos cancelamentos dos registros

5. REGISTRO DE IMÓVEIS
5.1. Finalidades
5.2. Princípios
5.3. Efeitos
5.4. Sistema Anterior. Dec. 4.857, de 09.11.39
5.5. Sistema Atual. Lei 6.015, de 31.12.73
5.5.1. Dos Livros
5.5.2. Da Matrícula
5.5.3. Dos Títulos
5.5.4. Das Negativas
5.5.5. Do Registro
5.5.6. Da Averbação
5.5.7. Das Pessoas
5.5.8. Do Processo de Registro e Averbação
5.5.9. Das Retificações de Registro e Averbação

5.6. Do Registro Torrens.

6. PROTESTO DE TÍTULOS
6.1. Finalidades. Lei nº 9.492, de 10.09.97
6.2. Atos praticados no Tabelionato de Protestos
6.3. Da sustação e da desistência do protesto
6.4. Do cancelamento do protesto
6.5. Das certidões

VI – Bibliografia Básica

1. ANTONIOLI, Giovani. **Procedimentos retificatórios no registro de imóveis** (com as alterações da Lei 10.931, de 02/08/2004). Santa Maria: Pallotti.
2. CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. São Paulo: Saraiva.
3. DINIZ, Maria Helena. Sistemas de Registros de Imóveis. São Paulo: Saraiva.

VII – Bibliografia Complementar

1. ABRÃO, Carlos Henrique. **Do Protesto**. São Paulo: LEUD.
2. BALBINO FILHO, Nicolau. **Contratos e Notificações no Registro de Títulos e Documentos**. São Paulo: Saraiva.
3. **Boletim de Direito Imobiliário.** São Paulo: Diário das Leis.
4. BRANDELLI, Leonardo. **Teoria Geral do Direito Notarial**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
5. FIORANELLI, Ademar. **Direito Registral Imobiliário**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Relações Internacionais**
Código	DIR0035
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Noções elementares. Perspectivas teóricas. 1ª parte: A sociedade de estados a caminho da comunidade mundial: a sociedade dos soberanos. O terceiro mundo contra-ataca. Uma cortina de ferro cai sobre a Europa. Século XXI. Ato I: a queda das torres. 2ª parte: Atores e instrumentos das relações internacionais contemporâneas: guerra, paz e política entre as nações. A diplomacia nos parlamentos internacionais. Os grandes atores econômicos internacionais. Vozes e movimentos da sociedade civil internacional.

III – Objetivo

A presente disciplina tem o objetivo de possibilitar aos estudantes uma compreensão das Relações Internacionais nas suas mais diversas dimensões, analisando seus fundamentos, teorias e evolução histórica até chegar à atual (des)ordem internacional. Em seguida, busca examinar os papéis desempenhados pelos diversos atores internacionais, dando especial atenção às políticas externas existentes ao alcance dos Estados e a influência dos novos atores privados nas relações internacionais. Portanto objetiva de forma geral: A) Construir uma base epistemológica capaz de nortear o entendimento, em especial no que tange a questão das Relações Internacionais e suas relações com o Direito. B) Delimitar e desenvolver temáticas específicas que envolvam as problemáticas propostas. C) Refletir, propor e consolidar categorias jurídicas que permitam qualificar a intervenção dos graduandos em sua realidade prática acerca das temáticas desenvolvidas. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a conhecer, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação ampla e sólida do conhecimento da Ciência do Direito no âmbito prático e teórico, com domínio de conceitos e da terminologia jurídica, tendo aptidão para interpretar e desenvolver técnicas de raciocínio jurídico; uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais, estando apto a interpretar e a aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, aliando a experiência estrangeira e comparada, com o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. NOÇÕES ELEMENTARES
1.1. Natureza autônoma da disciplina
1.2. Objeto e finalidades de investigação
1.3. Complexidade nas Organizações Internacionais
1.4. O local-global nas Organizações internacionais
1.5. Governança Global e Organizações Internacionais
1.6. Instrumentos de aplicação democrática nas O. I.
1.7. Teoria dos Sistemas e Relações Internacionais.

2. PERSPECTIVAS TEÓRICAS
2.1. Idealismo
2.2. Realismo

1ª PARTE: A SOCIEDADE DE ESTADOS A CAMINHO DA COMUNIDADE MUNDIAL

1. A SOCIEDADE DOS SOBERANOS
1.1. A humanidade em estado de natureza
1.2. O nascimento da Sociedade de Estados
1.3. O “dever de civilização” dos Soberanos

2. O TERCEIRO MUNDO CONTRA-ATACA
2.1. Descobrimento, conquista e colonização
2.2. Descolonização, independência ou abandono?
2.3. Unidos em nome do desenvolvimento

3. UMA CORTINA DE FERRO CAI SOBRE A EUROPA
3.1. Origem e características da Guerra Fria
3.2. O degelo das crises nucleares
3.3. A coexistência pacífica

4. SÉCULO XXI. ATO I: A QUEDA DAS TORRES
4.1. A Queda do Muro e a hegemonia do Ocidente
4.2. O mundo sem bússola
4.3. Terror: o novo paradigma mundial

2ª PARTE: ATORES E INSTRUMENTOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

1. GUERRA, PAZ E POLÍTICA ENTRE AS NAÇÕES
1.1. Fundamentos e objetivos da política externa
1.2. As condicionantes do interesse nacional
1.3. Instrumentos para exercício da política externa

2. A DIPLOMACIA NOS PARLAMENTOS INTERNACIONAIS
2.1. O que é diplomacia?
2.2. Funções da diplomacia
2.3. O surgimento da diplomacia parlamentar

3. OS GRANDES ATORES ECONÔMICOS INTERNACIONAIS
3.1. O Estado à margem da economia
3.2. O domínio das empresas transnacionais
3.3. A influência do crime internacional organizado

4. VOZES E MOVIMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL INTERNACIONAL
4.1. As ONGAT
4.2. A opinião pública mundial
4.3. O indivíduo

VI – Bibliografia Básica

1. DIAS, Reinaldo. **Relações internacionais**: introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais:** estudos de introdução. Curitiba: Juruá.
3. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Relações Internacionais**. Barueri: Manole.

VII – Bibliografia Complementar

1. ADDA, Jacques. **As Origens da Globalização da Economia**. Barueri: Manole.
2. ALMEIDA, Paulo Roberto. **Os Primeiros Anos do Século XXI:** o Brasil e as relações internacionais contemporâneas. São Paulo: Paz e Terra.
3. CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise 1919 – 1939:** uma introdução ao estudo das relações internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo.
4. MORGHENTAU, Hans J. **A Política Entre as Nações:** a luta pela poder e pela paz. Brasília: UnB.
5. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Rousseau e as Relações Internacionais**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Advocacia Empresarial**
Código	DIR0036
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Formação da pessoa jurídica; Planejamento societário; Aspectos contratuais; Do contrato de representação comercial – quebra imotivada e efeitos jurídicos; Aspectos tributários.

III – Objetivo

Ministrar aos alunos os conceitos básicos acerca do direito empresarial; proporcionar aos alunos o conhecimento legal acerca do direito empresarial; transmitir aos alunos o conhecimento teórico e prático a respeito do direito empresarial; proporcionar aos alunos uma visão prática do direito empresarial, possibilitando a resolução de conflitos e planejamentos, com as respectivas consequências jurídicas; conduzir os alunos a adotar uma atitude crítica perante as questões fundamentais, especialmente quanto às medidas cabíveis para solucionar os litígios que se apresentarem. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. Contribuirá, ainda, para a formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. FORMAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA
1.1. Da personalidade jurídica – efeitos jurídicos;
1.2. Das pessoas jurídicas de direito público;
1.3. Das pessoas jurídicas de direito privado;
1.4. Da formação da pessoa jurídica;
1.5. Do empresário individual;
1.6. Do conceito da ME e da EPP;
1.7. Da pessoa jurídica e do dano moral;

2. PLANEJAMENTO SOCIETÁRIO
2.1. Da dissolução da pessoa jurídica - dissolução irregular e processo de falência;
2.2. Da desconsideração da personalidade jurídica – responsabilização dos sócios;
2.3. Da modificação na estrutura da sociedade – transformação, fusão e incorporação;
2.4. Da transformação da pessoa jurídica e do empresário individual;
2.5. Da exclusão do sócio e do quebra do affectio societatis;
2.6. Do afastamento do administrador da pessoa jurídica;
2.7. Da penhora das quotas societárias;
2.8. Do trespasse e da concorrência desleal.

3. ASPECTOS CONTRATUAIS
3.1. Do contrato de representação comercial – quebra imotivada e efeitos jurídicos;
3.2. Do contrato de distribuição – efeitos jurídicos;
3.3. Do contrato de locação – proteção ao ponto comercial;
3.4. Alienação fiduciária – busca e apreensão;
3.5. Da administradora de consórcio – devolução de parcelas;
3.6. Dos contratos bancários – aplicação do CDC;
3.7. Da garantia pessoal (fiança e aval) e a anuência do cônjuge;

4. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS
4.1. Planejamento;
4.2. Processo administrativo tributário;
4.3. Medidas judiciais em matéria tributária.

VI – Bibliografia Básica

1. COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 3. v. São Paulo: Saraiva.
2. NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**. 3. v. São Paulo: Saraiva.
3. RIZZARDO, Arnaldo. **Parte Geral do Código Civil: Lei nº 10.406, de 10.01.2002.** Rio de Janeiro: Forense.

VII – Bibliografia Complementar

1. AMENDOEIRA JUNIOR, Sidnei; CARMONA, Carlos Alberto (Coord.). **Estratégias processuais na advocacia empresarial.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 7. v. São Paulo: Saraiva.
3. REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. 2. v. São Paulo: Saraiva.
4. ROSSI, Júlio César. **Responsabilidade civil do advogado e da sociedade de advogados.** São Paulo: Atlas. (Livro Digital)

5. SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário.** São Paulo: Saraiva.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Constituição e Legalização de Pessoas Jurídicas**
Código	DIR0037
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Registros de Empresas. Órgão de Registros de Empresas. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul – JUCIS RS. Rede SIM RS – Portal de Serviços. Estruturação e disciplina legal. Registro de Pessoas Jurídicas. Estruturação e Disciplina Legal. Efeitos do Registro. Consequências da falta de registro. Inatividade da Empresa. Empresa Individual. Constituição. Registros e Aspectos Práticos. Sociedade. Contrato Social. Constituição. Registros e Aspectos Práticos. Estatuto das Sociedades Anônimas. Constituição. Registros e Aspectos Práticos. Estatuto das Associações. Constituição. Registros e Aspectos Práticos. Estatuto das Fundações. Constituição. Registros e Aspectos Práticos. Estatuto das Entidades Religiosas. Constituição. Registros e Aspectos Práticos. Processos de Transformação, Fusão, Cisão e Incorporação. Protocolos de justificação. Registros e Aspectos Práticos

III – Objetivo

Esta disciplina tem como objetivo permitir aos alunos desenvolverem a atividade prática na elaboração de atos constitutivos e alterações na estrutura jurídica das pessoas jurídicas, compreendendo não apenas o empresário individual e sociedades, mas também associações, fundações e entidades religiosas. Em relação às sociedades, especificamente, o aluno realizará atividades práticas voltadas a constituição de sociedades, e operações de transformação, fusão, incorporação e cisão. Assim, esta disciplina contribuirá para a formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso

compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. Registros de Empresas.
2. Órgão de Registros de Empresas.
3. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul – JUCIS RS.
4. Rede SIM RS – Portal de Serviços
5. Estruturação e disciplina legal.
6. Registro de Pessoas Jurídicas. Estruturação e Disciplina Legal.
7. Efeitos do Registro
8. Consequências da falta de registro.
9. Inatividade da Empresa.
10. Empresa Individual. Constituição. Registros e Aspectos Práticos.
11. Sociedade. Contrato Social. Constituição. Registros e Aspectos Práticos
12. Estatuto das Sociedades Anônimas. Constituição. Registros e Aspectos Práticos.
13. Estatuto das Associações. Constituição. Registros e Aspectos Práticos
14. Estatuto das Fundações. Constituição. Registros e Aspectos Práticos
15. Estatuto das Entidades Religiosas. Constituição. Registros e Aspectos Práticos.
16. Processos de Transformação, Fusão, Cisão e Incorporação. Protocolos de justificação.
17. Registros e Aspectos Práticos

.

VI – Bibliografia Básica

1. COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. 3.v. São Paulo: Saraiva.
2. ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual Prático de Interpretação Contábil da Lei Societária**. São Paulo: Atlas.
3. NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa.** 3.v. São Paulo: Saraiva.

VII – Bibliografia Complementar

1. HARADA, Kyoshi, **Direito Tributário Municipal: Sistema Tributário Nacional**. São Paulo:
2. IUDÍCIBUS, Sérgio et al. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo, Atlas.
3. CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à lei de Sociedades Anônimas**. São Paulo: Saraiva.
4. BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. Rio de Janeiro: Renovar,.
5. SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Didática do Ensino Jurídico**
Código	DIR0038
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Capacitar o acadêmico a compreender a temática do ensino do Direito em seus aspectos da formação docente, histórico, epistemológico, pedagógico e metodológico, ampliando as habilidades de planejamento, desenvolvimento e avaliação do processo de ensino.

III – Objetivo

Estudar as principais teorias e abordagens educacionais contemporâneas e sua influência no processo de ensino-aprendizagem; Discutir a questão da formação docente, em seus aspectos formal e pedagógico; Desenvolver as habilidades de planejamento, desenvolvimento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, bem como estudar as suas principais técnicas e examinar a sua aplicabilidade no ensino do Direito; Analisar o ensino do Direito, em sua configuração hodierna, a luz dos conteúdos estudados durante o desenvolvimento das demais unidades da disciplina. Esta disciplina contribui, pois, predominantemente para interação do aluno e futuro egresso nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; bem como para a formação de profissionais criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diverso âmbitos.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO
1.1. Teorias Educacionais e Correntes Epistemológicas
1.2. Formação Docente: Do professor ao educador
1.3. Instrumentos do Processo Educacional
1.4. Estratégias didáticas no ensino superior
1.5. Avaliação da aprendizagem

2. ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE
2.1. Inovações no Ensino Superior
2.2. Princípios e referenciais norteadores

3. ENSINO DO DIREITO NO BRASIL
3.1. Evolução histórica
3.2. Estrutura e funções
3.3. Diretrizes curriculares e duração dos cursos
3.4. O professor de Direito
3.5. Métodos de Ensino da FADISMA

4. FUNDAMENTOS DO ENSINO DO DIREITO
4.1. Teorias do Ensino do Direito
4.2. Didática do Ensino do Direito
4.3. Prática do Ensino do Direito
4.4. Da ética e do ensino do Direito
4.5. Do Conteúdo político do Ensino do Direito
4.6. Formação Contínua no Campo Jurídico

VI – Bibliografia Básica

1. ANDREOLA, Balbuino Antonio. **Educação, cultura e resistência:** uma abordagem terceiromundialista. Porto Alegre: Artmed.
2. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários á prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
3. VENTURA, Deisy. **Ensinar Direito.** São Paulo: Manole.

VII – Bibliografia Complementar

1. DURKHEIM, Emile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artmed.
2. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra.
3. _____. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra.
4. _____; FAUNDEZ, Antônio. **Por uma pedagogia da pergunta.** São Paulo: Paz e Terra.
5. MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Gestão de Empresas**
Código	DIR0039
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

A Empresa e a Gestão. Planejamento. Direção. Controle. Organização. Gestão de Pessoas. Gestão Estratégica. Gerenciamento de Processos. Estratégia de Marketing. Gestão Financeira. Empreendedorismo. Ética e Responsabilidade Social. Inovação. Avaliação de Desempenho Organizacional.

III – Objetivo

Desenvolver uma visão integrada dos modelos organizacionais, do papel da gestão e dos instrumentos de gestão necessários para implementar e avaliar as estratégias das empresas. Possibilitar o conhecimento e utilização de modelos inovadores de gestão de empresas utilizando-se das estratégias adequadas para o seu sucesso. Assim, esta disciplina contribuirá para a formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A EMPRESA E A GESTÃO
2. PLANEJAMENTO
3. DIREÇÃO
4. CONTROLE

5. ORGANIZAÇÃO
6. GESTÃO DE PESSOAS
7. GESTÃO ESTRATÉGICA
8. GERENCIAMENTO DE PROCESSOS
9. ESTRATÉGIA DE MARKETING
10. GESTÃO FINANCEIRA
11. EMPREENDEDORISMO
12. ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
13. INOVAÇÃO
14. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL.

VI – Bibliografia Básica

1. BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman.
2. KAPLAN, Robert S.; Norton, David P. **Estratégia em ação**: *balanced scorecard*. Rio de Janeiro: Campus.
3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas.

VII – Bibliografia Complementar

1. ALBUQUERQUE, Alan; ROCHA, Paulo. **Sincronismo Organizacional**. São Paulo: Saraiva.
2. ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios.** São Paulo: Saraiva.
3. ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e valor**. São Paulo: Atlas.
4. CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier.
5. KOTLER, Philip; KELLER, Kerin Lane. **Administração de marketing:** a bíblia do marketing. São Paulo: Prentice Hall.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Gestão de Pessoas**
Código	DIR0040
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Conceito de líder e liderança. Funções da liderança. O processo da liderança. Delegação de autoridade. Poder e gerenciamento. Habilidade de Comunicação. Barreiras à comunicação. As teorias motivacionais. Fatores motivadores e desmotivadores. Desafios da motivação. Clima organizacional. Desenvolvimento das equipes. Sentimentos e reações nos grupos. Criatividade e solução de problemas em equipe. Gestão de conflitos e negociação nas equipes.

III – Objetivo

Desenvolver a liderança na Administração, aprofundando o conhecimento do comportamento do líder. Compreender o comportamento humano e seus reflexos na produtividade individual e da equipe. Desenvolver habilidades de liderança em equipe com atividades práticas. Assim, esta disciplina contribuirá para a formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. CONCEITO DE LÍDER E LIDERANÇA.
2. FUNÇÕES DA LIDERANÇA.
3. O PROCESSO DA LIDERANÇA.

4. DELEGAÇÃO DE AUTORIDADE.
5. PODER E GERENCIAMENTO.
6. HABILIDADE DE COMUNICAÇÃO.
7. BARREIRAS À COMUNICAÇÃO.
8. AS TEORIAS MOTIVACIONAIS.
9. FATORES MOTIVADORES E DESMOTIVADORES.
10. DESAFIOS DA MOTIVAÇÃO.
11. CLIMA ORGANIZACIONAL.
12. DESENVOLVIMENTO DAS EQUIPES.
13. SENTIMENTOS E REAÇÕES NOS GRUPOS.
14. CRIATIVIDADE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS EM EQUIPE.
15. Gestão de conflitos e negociação nas equipes

VI – Bibliografia Básica

1. BOWDITCH James L.; BUONO, Anthony F. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira.
2. CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**: fundamentos básicos. São Paulo: Atlas.
3. DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. **Comportamento humano no trabalho:** uma abordagem organizacional. São Paulo: Pioneira.

VII – Bibliografia Complementar

1. DAMIAN, Terezinha. **Gestão de empresa:** tópicos especiais em gestão empresarial. São Paulo: Paco Editorial.
2. GIL, Antônio Carlos. **Gestão de pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas.
3. RIBEIRO, Antônio de Lima. **Gestão de pessoas.** São Paulo: Saraiva.
4. SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva.
5. WAGNER III, John A.; HOLLENBECK, John R. **Comportamento organizacional**: criando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Inglês Jurídico**
Código	DIR0041
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

A vida jurídica e os atores da justiça. Instituições de direito civil. Instituições de direito público. A bioética.

III – Objetivo

Identificar, analisar e empregar corretamente os diferentes termos jurídicos ingleses, dentro de suas especificidades. Esta disciplina visa, pois, o desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros, contribuindo, assim, predominantemente para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A VIDA JURÍDICA E OS ATORES DA JUSTIÇA
1.1. Reconhecer e distinguir os termos jurídicos ingleses dos diversos ramos do direito.
1.2. Distinguir os diversos profissionais ingleses do direito.

2. INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL
2.1. Reconhecer os termos ingleses específicos sobre o direito de família.
2.2. Analisar e identificar os termos ingleses relativos aos contratos.
2.3. Distinguir e interpretar os termos ingleses específico do direito das obrigações.
2.4. Reconhecer e elencar os termos ingleses específicos sobre o direito de posse e propriedade.

2.5. Identificar os termos ingleses específicos sobre o direito comercial.

3. INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO
3.1. Reconhecer os termos ingleses que se referem à estrutura do Estado Inglês.
3.2. Distinguir os termos ingleses que se referem à jurisdição constitucional.
3.3. Identificar os termos ingleses específicos da jurisdição penal.
3.4. Reconhecer os termos ingleses que se referem às relações do Estado Inglês com a Comunidade Internacional.

4. A BIOÉTICA
4.1. Reconhecer e analisar os termos ingleses referentes à Revolução Genética.
4.2. Identificar e confrontar os termos ingleses específicos da Bioética e da pesquisa científica.
4.3. Reconhecer os termos ingleses que se referem às questões bioéticas e ao conceito de pessoa.
4.4. Identificar e analisar os termos ingleses que se referem ao fundamento metodológico da bioética.
4.5. Reconhecer e analisar os termos ingleses específicos dos aspectos éticos da biotecnologia.

VI – Bibliografia Básica

1. ENCICLOPÉDIA BRITANNICA (Ed.). **The new Britannica**: Webster dictionary e reference guide. Chicago: Encyclopaedia Britannica.
2. REJANI, Márcia. **Inglês Instrumental:** comunicação e processos para hospedagem. São Paulo: Érica. (Livro Digital)
3. WALKER, Sara. **Candidate's Handbook**: English. Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital/manuais-do-candidato>.

VII – Bibliografia Complementar

1. CÁRNIO, Thaís Cíntia. **Dicionário jurídico de termos contratuais**: inglês – português. São Paulo: Atlas. (Livro Digital)
2. FEINMAN, Jay. **Law 101:** everything you need to know about the american legal system. Oxford: University Press.
3. MELLO, Maria Chaves de. **Dicionário Jurídico português-inglês** – inglês-português / Portuguese-English –English-Portuguese – Law Dictionary. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo : MÉTODO, 2009. (Livro Digital)
4. POWELL, Richard. **Law Today***.* Longman.
5. RILEY, Alison. **English For Law**. Phoenix.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Justiça Restaurativa**
Código	DIR0042
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Noções gerais sobre Justiça Restaurativa. Procedimentos de Justiça Restaurativa.

III – Objetivo

Tem como objetivo envolver o acadêmico com os fundamentos teóricos da Justiça Restaurativa e oportunizar a prática das técnicas de diálogo pela apropriação da linguagem referenciada pela Comunicação Não Violenta, com a revisão de todos os passos e habilidades necessárias para a preparação, desenvolvimento e conclusão, dos Círculos Restaurativos e de Construção de paz, ambos de acordo com os princípios e valores recomendados pela própria Justiça Restaurativa. Tem ainda como escopo proporcionar ao acadêmico o conhecimento de formas alternativas de resolução de conflitos. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para o exercício da prática jurídica de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos, bem como para formar profissionais capazes de exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. JUSTIÇA RESTAURATIVA E SEUS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1.1. Conceitos Fundamentais
1.2. Subsídios das Nações Unidas para Justiça Restaurativa
1.3. Sistema Retributivo e Sistema Restaurativo de Justiça
1.4. Uma nova visão de justiça

2. JUSTIÇA COMO FUNÇÃO E JUSTIÇA COMO VALOR
2.1. A justiça como um valor fundamental
2.2. Relações sociais e conflitos
2.3. A justiça como função

3. JUSTIÇA RESTAURATIVA E CULTURA DE PAZ
3.1. Cultura de Guerra e Cultura de Paz
3.2. Garantias Penais
3.3. O Monopólio da Violência

4. UMA JUSTIÇA FUNDADA EM VALORES
4.1. Etapas da Formação Moral do Indivíduo
4.2. Erros na Socialização
4.3. Aprender a Ser e Aprender a Conviver

5. JUSTIÇA RESTAURATIVA E RESPONSABILIDADE
5.1. Cultura da Dominação e Cultura Restaurativa
5.2. Desresponsabilização e Responsabilização
5.3. Responsabilidade e Empatia

6. APLICAÇÃO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS
6.1. Como são Aplicadas as Práticas Restaurativas
6.2. Cultura Restaurativa

7. COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA
7.1. Escuta Empática
7.2. Os Componentes da Comunicação Não Violenta

8. OS CÍRCULOS RESTAURATIVOS NA PRÁTICA
8.1. Coordenador/Facilitador e Co-coordenador/Co-facilitador
8.2. Simulação de Círculos
8.3. Guia de Procedimento Restaurativo

9. CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ
9.1. A Dinâmica de um Círculo de Construção de Paz
9.2. Tipos de Círculos de Construção de Paz
9.3. Aplicações dos Círculos

10. PROCEDIMENTOS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA
10.1. Compreendendo o Procedimento Restaurativo
10.2. Os Participantes dos Procedimentos Restaurativos
10.3. O Perfil e o papel do Coordenador/Facilitador

VI – Bibliografia Básica

1. CAPPELLARI, Jéferson. **ABC do girafês:** aprendendo a ser um comunicador emocional eficaz. Curitiba: Multideia.

2. KONZEN, Afonso Armando. **Justiça restaurativa e ato infracional:** desvelando sentidos no itinerário da Alteridade. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
3. ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa**. São Paulo: Palas Athena.

VII – Bibliografia Complementar

1. BRANCHER, Leoberto; TODESCHINI, Tânia Benedetto; MACHADO, Cláudia. **Justiça para o século 21:** instituindo práticas restaurativas: manual de práticas restaurativas. Porto Alegre: AJURIS.
2. COSTA, Marli Marlene Moraes da; Hammes, Jaqueline Machado. A justiça restaurativa como mecanismo alternativo para combater o bullyng. In: Costa, Marli Marlene Moraes da (Org.). **Direito e políticas públicas.** Curitiba: Multideia. v. 6.
3. COSTA, Marli Marlene Moraes da; Sturza, Janaina Machado. Vitimologia e justiça restaurativa: possibilidades de utilização deste novo modelo de justiça na reparação dos danos causados a vitima. In: Costa, Marli Marlene Moraes da (Org.). **Direito, cidadania e políticas públicas.** Curitiba: Multideia. v. 6.
4. PRANIS, Kay. **Processos Circulares**. São Paulo: Palas Athena.
5. ROSEMBERG, Marshall B.. **Comunicação Não-Violenta:** técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais. São Paulo: Ágora.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Lógica Jurídica**
Código	DIR0043
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Os conceitos fundamentais de lógica. Os usos da linguagem. Falácias não - formais. Dedução *versus* indução. Os raciocínios por analogia. Os silogismos categóricos. O raciocínio jurídico. A textura aberta da linguagem no direito.

III – Objetivo

Obter noção de lógica formal e a relação com a lógica jurídica. Demonstrar como o raciocínio produz decisões. Favorecer o conhecimento da lógica jurídica e os principais aspectos da argumentação jurídica. Demonstrar como se relacionam os discursos jurídicos com as práticas jurídicas. Fazer com que o discurso jurídico alcance as práticas sociais. Crítica ao esquematismo, matematização da argumentação e decisão jurídica. Estudo dos princípios e regras relativos às operações intelectuais efetuadas pelo jurista, na elaboração, interpretação, aplicação e estudo do direito. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para a formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE LÓGICA

1.1. Verdade e validade
1.2. Argumento
1.3. Alegações
1.4. Qualificações e garantias
1.5. Forma lógica
1.6. Apoio e dados

2. OS USOS DA LINGUAGEM
2.1. Funções básicas da linguagem
2.2. Formas do discurso

3. FALÁCIAS NÃO - FORMAIS

4. DEDUÇÃO *versus* INDUÇÃO

5. OS RACIOCÍNIOS POR ANALOGIA
5.1. O que é analogia
5.2. Relações entre os termos

6. OS SILOGISMOS CATEGÓRICOS
6.1. Quadrado de oposições tradicional
6.2. Método de prova – Diagramas de Venn
6.3. Quadrado de oposições deôntico
6.4. Silogismo jurídico

7. O RACIOCÍNIO JURÍDICO
7.1. A escola da exegese
7.2. A concepção teleológica, funcional e sociológica do direito
7.3. A argumentação jurídica após 1945
7.4. As ofensivas contra a lógica tradicional e a busca de um novo conhecimento da jurisprudência
7.5. O uso da lógica e os problemas de lacunas e antinomias
7.6. A lógica do razoável
7.7. Direito e retórica

8. A TEXTURA ABERTA DA LINGUAGEM NO DIREITO
8.1. Ambiguidade
8.2. Vaguidade
8.3. A origem do conceito de textura aberta da linguagem
8.4. Os casos difíceis decorrentes da textura aberta da linguagem
8.5. As lacunas e a textura aberta da linguagem
8.6. As contribuições da textura aberta da linguagem para o direito

VI – Bibliografia Básica

1. ATIENZA, Manuel. **As Razões do Direito: teorias da argumentação jurídica**. São Paulo: Landy.
2. COELHO, Fabio Ulhoa. **Roteiro de Lógica Jurídica**. São Paulo: Saraiva.
3. PERELMAN, Chaïm. **Lógica Jurídica: nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes.

VII – Bibliografia Complementar

1. COPI, Irving Marmes. **Introdução à Lógica**. São Paulo: Mestre Jou.
2 LYON, David. **Open Texture And The Possibility Of Legal Interpretation**. Disponível em: http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=212328.
3. MORTARI, Cezar A. **Introdução à Lógica**. São Paulo: Unesp.
4. PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado Da Argumentação: A Nova Retórica.** São Paulo: Martins Fontes.
5. TOULMIN, Stephen. **Os Usos do Argumento**. São Paulo: Martins Fontes.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Mediação e Arbitragem**
Código	DIR0044
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

A disciplina tem como foco o estudo da mediação e arbitragem, da auto composição no Direito brasileiro e no Direito internacional. Origem da Arbitragem. Evolução Histórica da Arbitragem no Brasil, Principais Pontos da Arbitragem, Convenção de Arbitragem, Matriz de negociações complexas, Formas de negociação: Mediação, A Facilitação e a Mediação na rodada de Doha – Cancun 2003, Mediadores nas relações internacionais, Meta-Mediação.

III – Objetivo

Utilizar o modelo da abordagem de ganhos mútuos na negociação, em diferentes contextos de uma organização; preparar-se, efetivamente para uma mediação, bem como negociação; maximizar o seu potencial e os resultados da negociação, a partir da exploração de interesses e desenvolvendo substantivas opções; construir acordos mais estáveis utilizando estratégias que possuam critérios objetivos para distribuição de valores; Construir acordos que possam ser verdadeiramente implementados a partir da antecipação de contingências e alinhando capacidades organizacionais; proporcionar mudanças com os parceiros da negociação que não estão familiarizados com a abordagem de ganhos mútuos. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para o exercício da prática jurídica de acordo com as normas processuais aplicáveis e as diretrizes do Sistema de Justiça, tais como o fomento às formas consensuais de solução de conflitos, bem como para formar profissionais capazes de exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto

Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. ARBITRAGEM
1.1. Origem da Arbitragem
1.2. Evolução Histórica da Arbitragem no Brasil
1.3. Principais pontos da Arbitragem
1.4. Convenção de Arbitragem
1.5. Matriz de negociações complexas
1.6 .Teoria Geral da Arbitragem - Arbitragem no direito brasileiro e Arbitragem internacional

2. MEDIAÇÃO
2.1. Mediadores nas relações internacionais
2.2. Meta-Mediação
2.3. Autocomposição

VI – Bibliografia Básica

1. ALYRIO, Rovigati Danilo; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de VILAS BOAS, Ana Alice. **Cultura e ética na negociação internacional**. São Paulo: Atlas.
2. FISHER, Roger; PATTON, Bruce e URY, William. **Como chegar ao sim:** a negociação de acordos sem concessões. Rio de Janeiro: Imago.
3. VINYAMATA, Eduard. **Aprender a partir do conflito:**conflitologia e educação. Porto Alegre: Artmed-Bookman.

VII – Bibliografia Complementar

1. CÂMARA, Alexandre Freitas. **Arbitragem:** Lei nª 9.307/96. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
2. FISHER, Roger; ERTEL, Danny. **Estratégias de negociação:** um guia passo a passo para chegar ao sucesso em qualquer situação. Rio de Janeiro: Ediouro.
3. GARCEZ, José Maria Rossani. **Negociação, ADRS, mediação, conciliação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
4. Ministério da Justiça. **Arbitragem:** o que você precisa saber. Brasília: Ministério da Justiça.
5. MORAIS, Jose Luiz Bolzan de. **Mediação e arbitragem:** alternativas à jurisdição! Porto Alegre: Livraria do Advogado.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Português Jurídico**
Código	DIR0045
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

O texto jurídico. Estrutura frásica na linguagem jurídica. Parágrafo. Prática forense.

III – Objetivo

A disciplina de Português-Jurídico tem por objetivos: a) a retomada das questões (regras) gramaticais, pois os alunos já apresentam o conhecimento a partir da formação escolar; inserindo essas regras no e a partir do texto jurídico. b) a produção de texto, especialmente peças processuais, como a petição inicial e a sentença. Para tanto, serão enfocados os textos narrativo e dissertativo-argumentativo (teoria). Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O TEXTO JURÍDICO
1.1. Característica
1.2. Finalidade
1.3. Persuasão
1.4. Linguagem corporal

2. ESTRUTURA FRÁSICA NA LINGUAGEM JURÍDICA
2.1. Frase
2.2. Oração
2.3. Período: simples e composto
2.4. A utilização da vírgula na construção do período
2.5. Aspectos estilísticos: fator psicológico e a ordem dos termos

3. PARÁGRAFO
3.1. Estrutura: tópico frasal, desenvolvimento, conclusão
3.2. Encadeamento das ideias: elementos de coesão e coerência e a pontuação
3.3. Parágrafo descritivo, narrativo e dissertativo

4. PRÁTICA FORENSE
4.1. Petição Inicial
4.2. Sentença
4.3. Parecer jurídico

VI – Bibliografia Básica

1. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Lexikon.
2. DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de Português Jurídico.** São Paulo: Atlas.
3. KASPARY, Adalberto J. **Habeas Verbas:** português para juristas**.**Porto Alegre: Livraria do Advogado.

VII – Bibliografia Complementar

1. AQUINO, Renato. **Interpretação de Textos.** Rio de Janeiro: Elsevier.
2. FAULSTICH, Enilde L. de J. **Como Ler, Entender e Redigir Um Texto.** Petrópolis: Vozes.
3. KASPARY, Adalberto J. **Português Para Profissionais:** atuais e futuros. Porto Alegre: Edita.
4. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúcia Scliar. **Português Instrumental:** de acordo com as atuais Normas da ABNT**.** São Paulo: Atlas.
5. SARAIVA, Vicente de Paulo. **A Técnica da Redação Jurídica ou a Arte de Convencer.** Brasília: Consulex.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Psicologia Aplicada aos Negócios**
Código	DIR0046
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Introdução à Psicologia. Introdução à Psicologia no mundo do trabalho/negócios Personalidade e subjetividade. Emoções e ambiente de trabalho/negócios. Relacionamentos interpessoais. Comunicação assertiva. Bem-estar e estresse no ambiente de trabalho/negócios. Motivação e liderança

III – Objetivo

Conhecer as principais contribuições da Psicologia na compreensão dos indivíduos quanto ao seu aspecto constitutivo e comportamental, com repercussões no ambiente de trabalho e de negócios a partir de uma visão biopsicossocial do ser humano. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para a formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação. Ademais, contribuirá para uma formação voltada para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA
2. INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA NO MUNDO DO TRABALHO/NEGÓCIOS

3. PERSONALIDADE E SUBJETIVIDADE
4. EMOÇÕES E AMBIENTE DE TRABALHO/NEGÓCIOS
5. RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS
6. COMUNICAÇÃO ASSERTIVA
7. BEM-ESTAR E ESTRESSE NO AMBIENTE DE TRABALHO/NEGÓCIOS
6. MOTIVAÇÃO E LIDERANÇA

VI – Bibliografia Básica

1. ROBBINS, Stephen P. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson.
2. ROTHMANN, Ian; COOPER, Cary, L. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. Tradução de Luiz Claudio de Queiroz. Rio de Janeiro: Elsevier.
3. SPECTOR, Paul. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Atlas.

VII – Bibliografia Complementar

1.BOCK, Ana Maria. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva.
2. BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Cengage Learning.
3. LIPP, Marilda. (Org.). **Sentimentos que causam stress**: como lidar com eles. Campinas, SP: Papirus.
4. NOBRE, Thalita Lacerda. **Motivação**: os desafios da gestão de recursos humanos na atualidade. 2. ed. Curitiba, PR: Juruá.
5. RONCHI, Carlos César. **Narcisismo nas organizações**: o drama do individualismo no mundo do trabalho. Curitiba, PR: Juruá.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Retórica**
Código	DIR0047
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

A arte de inventar. Lógica jurídica e a nova retórica. Perelman e a nova retórica. O sistema retórico: as quatro partes da retórica. A argumentação. A tópica e o raciocínio jurídico. A argumentação jurídica. A teoria da argumentação de Toulmin. Direito e retórica.

III – Objetivo

Conduzir o acadêmico à percepção do papel da retórica na condução do processo jurisdicional e na formação das decisões judiciais. Desenvolver a capacidade de ensinar e aprender técnicas discursivas de argumentação jurídica. Capacitar para a formação do pensamento crítico e global. Desenvolver a capacidade de enfrentamento dos diversos conhecimentos e temas jurídicos, frente ao novo, ao inesperado e oferecendo contra-argumentos. Desenvolver a capacidade de saber ouvir e argumentar, falar em público, persuadir e convencer um auditório (ou público), contribuindo para a emancipação e autonomia do aluno. Analisar estratégias de argumentação usadas para a persuasão e/ou convencimento. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A ARTE DE INVENTAR

1.1. A técnica do antimodelo
1.2. A iteração dos conceitos
1.3. Paradoxos e estranhamentos
1.4. O emprego retórico da definição

2. LÓGICA JURÍDICA E A NOVA RETÓRICA
2.1. A nova retórica e os valores
2.2. A lógica jurídica e a argumentação

3. PERELMAN E A NOVA RETÓRICA
3.1 O surgimento da nova retórica
3.2 A concepção retórica do raciocínio jurídico
3.3 A lógica jurídica como argumentação
3.4 Uma avaliação crítica da teoria de Perelman

4. O SISTEMA RETÓRICO: as quatro partes da retórica
4.1. A invenção
4.2. A disposição
4.3. A elocução
4.4. A ação

5. A ARGUMENTAÇÃO
5.1. As cinco características da argumentação
5.2. O que é uma boa argumentação

6. A TÓPICA E O RACIOCÍNIO JURÍDICO
6.1. O surgimento da Tópica – Theodor Viehweg
6.2. O desenvolvimento histórico da Tópica
6.3. Características da Tópica
6.4. Tópica e Jurisprudência
6.5. Considerações críticas

7. A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA
7.1. O campo da argumentação
7.2. A dinâmica argumentativa
7.3. O enquadramento do real
7.4. O vínculo com o acordo obtido
7.5. A análise argumentativa

8. A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO DE TOULMIN
8.1. Uma nova concepção da lógica
8.2. Uma concepção não formal da argumentação
8.3. Avaliação crítica da teoria de Toulmin

9. DIREITO E RETÓRICA
9.1. Caracteres do discurso jurídico
9.2. O discurso judicial
9.3. O discurso da norma
9.4. O discurso da ciência do direito

VI – Bibliografia Básica

1. ATIENZA, Manuel. **As Razões do Direito:** teorias da argumentação jurídica. São Paulo: Landy.
2.PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação:** a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes.
3. _____. **Lógica Jurídica:** nova retórica. São Paulo: Martins Fontes.

VII – Bibliografia Complementar

1. ALEXY, Robert. **Teoria da Argumentação Jurídica**. São Paulo: Landy.
2. ARISTÓTELES. **Retórica das Paixões**. São Paulo: Martins Fontes.
3. ATIENZA, Manuel. **Derecho Y Argumentación**. Colômbia: Editora Universidad Externado de Colômbia.
4. PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. **Manual de Retórica**. São Paulo: Martins Fontes.
5. SCHOPENHAUER, Arthur. **A Arte de Ter Razão**. São Paulo: Martins Fontes.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Sistemas Gerenciais de Informação**
Código	DIR0048
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Tecnologia da informação e sistemas de informação. Tipos e usos de informação. Sistemas de informação gerencial - SIG. Sistemas Especialistas. Sistemas de apoio à decisão. Sistemas executivos.

III – Objetivo

Proporcionar aos acadêmicos conhecimentos sobre a Tecnologia da Informação e os sistemas de Informação, sob seus aspectos técnicos e organizacionais, numa perspectiva contextualizada de sua aplicabilidade nos procedimentos inerentes à Administração. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para a formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação. Ademais, pauta-se na formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.
2. TIPOS E USOS DE INFORMAÇÃO.
3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAL - SIG.

4. SISTEMAS ESPECIALISTAS.
5. SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO.
6. SISTEMAS EXECUTIVOS.

VI – Bibliografia Básica

1. CRUZ, Tadeu. **Sistemas de Informações Gerenciais:** Tecnologias da Informação e a Empresa do Século XXI. São Paulo: Atlas.
2. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informações Gerenciais**.. São Paulo: Prentice Hall Brasil.
3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de Informações Gerenciais: Estratégias, Táticas, Operacionais**. São Paulo: Atlas.

VII – Bibliografia Complementar

1. BIANCOLINO, César Augusto; GIL, Antonio de Loureiro; BORGES, Tiago Nascimento. **Sistemas de Informações Contábeis:** uma abordagem gerencial. São Paulo: Saraiva.
2. BATISTA, Emerson de O. **Sistemas de Informação**: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva.
3. BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**: fundamentos, desenvolvimento e aplicações. Petrópolis: Vozes.
4. REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação**: aplicada a sistemas de informação empresariais. São Paulo: Atlas.
5. STAIR, Ralph M; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação**. São Paulo: Cengage Learning.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Libras**
Código	DIR0049
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Comunidade surda: cultura, identidade, diferença, história, língua e escrita de sinais. Noções básicas da língua de sinais brasileira: o espaço de sinalização, os elementos que constituem os sinais, noções sobre a estrutura da língua, a língua em uso em contextos triviais de comunicação.

III – Objetivo

Adquirir o conhecimento da história surda, do estudo linguístico da LIBRAS, das representações do ser surdo (língua, identidade e comunidade surda) e das organizações e práticas sociais (educação, cultura e identidade linguística), e o aprendizado básico da LIBRAS. Proporcionar subsídios teóricos e práticos que fundamente a inserção e as transformações educacionais, considerando as novas perspectivas de inserção e educação relacionadas à comunidade surda. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. LEITURAS: INFORMAÇÕES DO MUNDO DOS SURDOS

1.1 - Retrospectivas da Educação dos Surdos no RS, no Brasil e no Mundo.
1.2 - Educação de surdos e sua história.
1.3 - Educação bilíngue LIBRAS/Português.
1.4 - Bilinguismo: na perspectiva dos surdos e dos professores bilíngues.
1.5 - O ensino da LIBRAS e as diversas áreas do conhecimento.
1.6 - Culturas e identidades surdas.
1.7 - O papel da cultura na educação.
1.8 - Comunidades Surdas.
1.9 - Identidade Surda e seus tipos.
1.10 - Que é sinal? Estudos Linguísticos de LIBRAS. Parâmetros de LIBRAS.
1.11 - Surdos: como política da diferença, como experiência visual.
1.12 - Metodologias de ensino da LIBRAS como segunda língua para pessoas ouvintes e como primeira língua para pessoas surdas;
1.13 - Organizações de Surdos / Que é FENEIS? Associações de Surdos? Outros.
1.14 - LIBRAS X Gestuno e Sinais Internacionais (Sign International).
1.15 - Direitos e Movimentos Surdos. Literatura Surda.

2. ESTUDO LINGUÍSTICO DE LIBRAS

2.1 - Saudações, nome próprio em alfabeto e batismo do sinal pessoal.
2.2 - Soletração ou Alfabetização Manual.
2.3 - Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, interrogativos e indefinidos.
2.4 - Advérbios de tempo, Advérbios de lugar.
2.5 - Classificadores Simples e com Símbolos / Classificadores e seus tipos.
2.6 - Expressões Faciais e Corporais.
2.7 - Incorporação da negação e Incorporação do intensificador.
2.8 - Comparativo de igualdade, superioridade e inferioridade.
2.9 - Verbos com concordância e Verbos sem concordância / Outros verbos.
2.10 - Tipos de frase na LIBRAS.
2.11 - Expressões interrogativas.
2.12 - Direção perspectiva.
2.13 - Adjetivos de LIBRAS.
2.14 - Sinais em contextos.
2.15 - Os processos de formação de sinais.
2.16 - Intensificador e advérbio de modo.
2.17 - Classificadores predicativos.
2.18 - Tipos de negação / Tipos de expressões faciais gramaticais.
2.19 - Semelhanças e diferenças entre Língua Portuguesa e LIBRAS.

3. INTERTEXTUALIDADE - SINAIS BÁSICOS E EXPANSÃO DO VOCABULÁRIO DE SINAIS E CLASSIFICADORES

3.1 - Gênero e Educação Sexual / A família / Parente.
3.2 - Transportes - Classificadores e Direção.
3.3 - Localização dos espaços geográficos.
3.4 - Expressões idiomáticas relacionadas ao ano sideral / O Tempo.
3.5 - As Profissões e Sinais relacionados a meios de comunicação e trabalho.
3.6 - Vocabulário relacionado a transações comerciais e bancárias.
3.7 - Números Ordinais, cardinais, de quantidade, e de valores monetários.

3.8 - Natureza / Substâncias Materiais / Animais.
3.9 - Forma, Tamanho, Cor, Sabor Frutífero e Alimentar.
3.10 - Corpo Humano, Saúde e Medicina.
3.11 - Localizações: de frente, de atrás, dos lados, de baixo, de cima, de fora, de dentro.
3.12 - Coisas dentro e fora da casa.

VI – Bibliografia Básica

1. FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
2. GESSER, Audrei. **Libras?** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola.
3. HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Colaboração de Mary Lopes Esteves Frizanco. São Paulo: Ciranda Cultural.

VII – Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de; SILVA, Silvana Araújo. **Língua Brasileira de Sinais** : Libras. São Paulo: Pearson.
2. COPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, V. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira**. v. 1, v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
3. DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Pessoa com Surdez**. São Paulo: MEC/SEESP. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf
4. FENEIS. **Projeto Libras é legal**. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos Feneis-RS. Disponível em: < http://www.libraselegal.com.br/portal/>.
5. GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Ecologia e Política**
Código	DIR0050
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

A natureza na perspectiva do pensamento grego clássico. A ecologia e a sociedade tecnológica: a questão da autonomia e da heteronomia. A sociedade industrial e seu legado: a sociedade de risco. Os novos registros da ecologia. Sociedade de risco e estado.

III – Objetivo

Desenvolver o conceito de natureza a partir da dimensão da *physis*conforme a tradição do pensamento grego. Apresentar a importância do pensamento ecológico para uma melhor compreensão da formação da sociedade pós-industrial. Elaborar reflexões acerca dos registros ecológicos fundamentados em três dimensões, a saber: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana. Desenvolver relações compreensivas e argumentativas face às teorias da Ecologia Profunda e o antropologismo clássico e o antropologismo alargado. Problematizar a ideia de segurança, referendada pelo direito moderno, face à devastação ambienta; globalizada, a partir da ótica da sociedade de risco. Apresentar questões relativas ao Direito Ambiental, numa perspectiva do Direito Internacional e do Direito comparado. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de

Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. A NATUREZA NA PERSPECTIVA DO PENSAMENTO GREGO CLÁSSICO
1.1. A *physis* enquanto natureza. Importância do conceito no mundo contemporâneo.
1.2. Relações entre a *physis* (natureza) e o *ethos* (costume e hábito)
1.3. O *nomos* e sua compreensão enquanto Lei
1.4. A ideia do amálgama normativo

2. A ECOLOGIA E A SOCIEDADE TECNOLÓGICA: A QUESTÃO DA AUTONOMIA E DA HETERONOMIA
2.1. A construção de uma sociedade baseada no saber tecnológico (o imaginário social)
2.2. A ciência do direito enquanto saber técnico-jurídico: construção da modernidade
2.3. A elaboração da "autoridade" e das "necessidades"
2.4. O modo de vida moderno e suas relações com a natureza
2.5. A natureza enquanto objeto de domínio da razão humana
2.6. A Ecologia e a construção de novos modos de vida

3. A SOCIEDADE INDUSTRIAL E SEU LEGADO: A SOCIEDADE DE RISCO
3.1. O pensamento de Ulrich Beck acerca da globalização dos riscos civilizatórios
3.2. As categorias da sociedade do trabalho: as transformações da sociedade industrial
3.3. A insuficiência das normas jurídicas modernas face o débâcle da segurança
3.4. A emergência dos novos direitos face à construção da futuridade

4. OS NOVOS REGISTROS DA ECOLOGIA
4.1. A ecologia social, a ecologia mental e a ecologia ambiental
4.2. A ecologia social e a reconstrução das relações humanas
4.3. A ecologia mental e os territórios existenciais
4.4. A ecologia ambiental e a dependência das intervenções humanas

5. SOCIEDADE DE RISCO E ESTADO
5.1. Estudos transdisciplinares e a proteção do bem ambiental pelo Estado, pelo direito e pela sociedade
5.2. Questões ambientais em um mundo globalizado.
5.3. O papel do Direito Internacional e do Direito Comparado para o Direito Ambiental
5.4. Desafios éticos ambientais e a Constituição brasileira
5.5. Ecologia Política enquanto lugar crítico reflexivo na recepção do Direito Ambiental na proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado

VI – Bibliografia Básica

1. BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós–Modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Claudia M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
2. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record.
3. GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt.

Campinas: Papirus.

VII – Bibliografia Complementar

1. AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D.Poleti. São Paulo: Boitempo.
2. BAUMAN, Zygmunt. **Ética Pós-moderna**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus.
3. ____. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
4. LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez.
5. MORIN, Edgar. **O método:** ética. v. 6. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito, Diversidade Cultural e Inclusão**
Código	DIR0051
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Introdução ao estudo da sociedade, da política e da cultura. Estudo da sociedade brasileira: o povo e seus elementos culturais constitutivos. Os negros e indígenas na formação da sociedade brasileira. Relações culturais e étnico-raciais na construção da identidade nacional: questões e expectativas. Perspectivas atuais sobre a população brasileira.

III – Objetivo

O objetivo geral da disciplina é capacitar os alunos a entender e discutir os principais assuntos relacionados ao processo de formação da sociedade brasileira, percebendo seus desdobramentos históricos e atuais.

Estudar o Brasil enquanto pluralidade cultural, considerando as origens étnico-raciais que compuseram seu povo, enfocando dois grupos, indígenas e afro-brasileiros. A fim de resgatar suas múltiplas participações no processo histórico brasileiro, serão abordadas tanto as origens pré-coloniais, como a presença ao longo da consolidação do país, resgatando suas contribuições nas áreas social, econômica, cultural e política.

Desenvolver a capacidade de compreensão da realidade dos discentes, percebendo as particularidades resultantes do nosso processo de formação como nação.

Reconhecer e respeitar as diferenças, promovendo uma sociedade plural e democrática, fundamentada na defesa e aplicação dos Direitos Humanos.

Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais

previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA SOCIEDADE, DA POLÍTICA E DA CULTURA.
2. ESTUDO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: O POVO E SEUS ELEMENTOS CULTURAIS CONSTITUTIVOS.
3. OS NEGROS E INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.
3.1. História e cultura.
3.2. Contribuições sociais, econômicas e políticas.
3.3. História da África e dos africanos.
3.4. História pré-colonial dos povos indígenas.
3.5. História do Brasil: lutas, presença e legado cultural indígena e negro.
4. RELAÇÕES CULTURAIS E ÉTNICO-RACIAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: QUESTÕES E EXPECTATIVAS.
5. PERSPECTIVAS ATUAIS SOBRE A POPULAÇÃO BRASILEIRA.
5.1. Direitos Humanos
5.2. Igualdade e diversidade cultural.
5.3. Democracia e cidadania
5.4. Minorias sociais, inclusão e direitos.

VI – Bibliografia Básica

1. COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos***.* São Paulo: Saraiva.
2. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna.
3. FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar. (Livro Digital)

VII – Bibliografia Complementar

1. LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar. (Livro Digital)
2. MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, cultura e civilização. São Paulo: Global.
3. SILVÉRIO, Valter Roberto (Ed.). **Síntese da coleção história geral da África: pré - história ao século XVI. Brasília: UNESCO. v. 1**
4. SILVÉRIO, Valter Roberto (Ed.). **Síntese da coleção história geral da África: século XVI ao século XX. Brasília: UNESCO. v. 2.**
5. WITTMANN, Luisa Tombini. (Org.). **Ensino (d)e História indígena**. Belo Horizonte: Autêntica. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**DIREITO DOS ANIMAIS**
Código	DIR0052
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Introdução aos direitos dos animais. Debate sobre direitos dos animais. Direitos dos animais no Brasil. Normas internacionais e nacionais. Temas de direitos dos animais. Jurisprudência animalista.

III – Objetivo

Capacitar os acadêmicos para uma nova área de conhecimento científico e prático ao introduzir

a discussão sobre os Direitos dos Animais. Apresentar a evolução teórica da ética e dos direitos animais no mundo e no Brasil. Estudar as principais referências teóricas dos direitos animais e suas teses. Oportunizar a reflexão sobre o status moral e jurídico dos animais no Brasil. Abordar as teorias bem-estaristas e abolicionistas. Discutir noções de direitos morais e direitos positivos. Estudar as principais normas que tutelam a fauna e os animais (indivíduos). Abordar os principais problemas na relação humano-animal: experimentação animal; direitos animais X manifestação cultural; animais em zoológicos e aquários; caça e pesca; animais de “produção”; animais de companhia e a guarda compartilhada. Estudar importantes julgados sobre direitos dos animais. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)

- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO AOS DIREITOS DOS ANIMAIS
1.1. Relação humano-animal – evolução histórica
1.2. Status moral e jurídico dos animais – atualidades

2. DEBATE SOBRE DIREITOS DOS ANIMAIS
2.1. Bem-estarismo X Abolicionismo
2.2. Singer, Regan, Francione e Wise.

3. DIREITOS DOS ANIMAIS NO BRASIL
3.1. Ética e direitos animais.
3.2. Fundamentação dos Direitos Animais.
3.3. Direitos morais e Direitos legais
3.4. Felipe, Cunha, Lourenço e Gordilho.

4. NORMAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS
4.1. Declaração Universal de Direitos dos Animais – UNESCO; esclarecimentos.
4.2. Constituição da República Federativa do Brasil
4.3. Lei dos Crimes Ambientais
4.4. Lei Arouca
4.5. Outras leis relacionadas à temática.

5. TEMAS DE DIREITOS DOS ANIMAIS
5.1. Experimentação animal
5.2. Animais para entretenimento
5.3. Animais para consumo
5.4. Caça e pesca
5.5. Animais de companhia
5.6. Outras formas de exploração animal.

6. JURISPRUDÊNCIA ANIMALISTA
Julgados paradigmas dos direitos dos animais.

VI – Bibliografia Básica

1. LEITE, José Rubens Morato (Coord.) **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
2. LOURENÇO, Daniel Braga. **Direito dos animais**: fundamentação e novas perspectivas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.
3. MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiz Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago (Org.). **A Dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos:** uma discussão necessária. Belo Horizonte:

Fórum.

VII – Bibliografia Complementar

1.JOY, Melanie. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vaca**: uma introdução ao carnismo, sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não. Tradutor: Mário Molina. São Paulo: Cultrix.
2. MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; WEINGARTNER NETO, Jayme;
3.PETTERLE, Selma Rodrigues. **Animais não-humanos e a vedação da crueldade**: o STF no rumo de uma jurisprudência intercultural. Canoas, RS: Unilasalle. (Livro Digital)
4.NUSSBAUM, Martha. **Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie**. São Paulo: WMF Martins Fontes.
SINGER, Peter. Libertação animal. Tradução: Marly Winckler. Porto Alegre: Lugano.
5.TRINDADE, Gabriel Garmendia da. **Animais como pessoas:** a abordagem abolicionista de Gary L. Francione. Jundiaí: Paco Editorial.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Bioética e Cidadania**
Código	DIR0053
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Biodireito e cidadania. Elementos de direito internacional e comparado. Temas de biodireito e bioética no Brasil: tendências legais, doutrinárias e jurisprudenciais. Biodiversidade e sustentabilidade

III – Objetivo

Compreender os principais assuntos ligados ao Biodireito e aos processos de desenvolvimento naturais e científicos; compreender os elementos estruturantes da cidadania na sociedade contemporânea, nas suas características de risco e precaução; relacionar direitos humanos e biotecnologia; interpretar a legislação brasileira sobre os assuntos desenvolvidos; analisar as tendências doutrinárias e jurisprudenciais (especialmente do Supremo Tribunal Federal) relativas ao Biodireito; analisar os principais assuntos relativos à proteção da Biodiversidade. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As

atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. BIODIREITO E CIDADANIA
1.1. A construção da cidadania e os direitos humanos
1.1.1 Dignidade humana como elemento fundamental
1.1.2 Direitos humanos e o Biodireito
1.2. Biodiversidade, biotecnologia, bioética e biodireito: distinções e aproximações teórico-conceptuais
1.3. Princípios do Biodireito
1.3.1 Dignidade
1.3.2 Legalidade
1.3.3 Consentimento livre e informado
1.3.4 Cooperação científica entre países
1.3.5 Sigilo e privacidade

2. ELEMENTOS DE DIREITO INTERNACIONAL E COMPARADO
2.1. Marcos regulatórios e legais: tratados internacionais eonvenções sobre bioética e biotecnologia
2.1.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)
2.1.2 Convenção Americana de Directos Humanos – Pacto de San Jose da Costa Rica (1969)
2.1.3 Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (1972)
2.1.4 Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992)
2.1.5 Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos (1997)
2.2. Relações entre o direito internacional e o direito interno brasileiro em matéria de Biodireito e Biotecnologia
2.3. Ética em pesquisa nos sistemas comparados
2.3.1 Diretrizes Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos – Organização Mundial da Saúde (1993)
2.3.2 Conselhos Nacionais de Bioética
2.3.3 Código de Ética Médica
2.3.4 Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio

3. TEMAS DE BIODIREITO E BIOÉTICA NO BRASIL: TENDÊNCIAS LEGAIS, DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS
3.1. Transplantes, doação de órgãos e tecidos e atos de disposição do próprio corpo
3.1.1 Direito ao uso de partes separadas do próprio corpo ou de alheio
3.1.2 Importância dos transplantes de órgãos e tecidos
3.1.3 Conceito e modalidades
3.1.4 Transplante de órgãos e tecidos *post mortem*
3.1.5 Transplante de órgãos e tecidos *inter vivos*
3.1.6 O problema do comércio de órgãos e tecidos humanos
3.1.7 O problema do uso de órgãos de grupos populacionais com autonomia reduzida
3.1.8 Consentimento livre e informado do receptor de órgãos e tecidos
3.1.9 Aspectos polêmicos da Lei 9.434/97, regulamentada pelo Decreto 2.268/97 e alterada pela Lei 10.211/01
3.2. Reprodução humana assistida
3.2.1 Técnicas de fertilização

3.2.2 Quando começa a vida? Teorias sobre o início da personalidade jurídica
3.2.3 Pessoa humana, nascituro e embrião pré-implantatório
3.2.4 O destino dos embriões excedentes e o uso em pesquisas com células-tronco: o art. 5º da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05)
3.3. Aborto
3.3.1 Conceito e classificação
3.3.2 Aborto criminoso e teorias sobre sua descriminalização
3.3.3 Aborto legal
3.3.4 O problema dos fetos anencéfalos e sua (in)viabilidade
3.4. Eutanásia
3.4.1 Há um "direito a morrer com dignidade"?
3.4.2 Suicídio assistido, eutanásia e ortotanásia
3.4.3 Limites da distanásia: existe um direito ao prolongamento artificial da vida?
3.4.4 Autodeterminação do paciente terminal e a (ir)relevância jurídica da objeção de consciência
3.5. Clonagem
3.5.1 Aspectos históricos
3.5.2 Técnicas de clonagem
3.5.3 Soluções comparadas (Argentina; Japão; França)
3.6. Transexualismo e intersexualismo
3.6.1 Direito à identidade sexual ou afetiva
3.6.2 Intervenção cirúrgica no estado intersexual e transexual
3.6.3 Reflexos jurídicos da mudança de sexo
3.7. Transfusões de sangue
3.7.1 Responsabilidade civil na coleta e na transfusão de sangue
3.7.2 Recusa na aceitação de transfusão de sangue e o princípio da autonomia da vontade no Biodireito
3.7.3 Liberdade de crença religiosa *versus* direito à vida
3.8. Experiências científicas em seres humanos
3.8.1 Pesquisa com seres humanos e seus problemas
3.8.2 Princípios ético-jurídicos da experimentação científica em seres humanos
3.8.3 Engenharia genética e pesquisas com genoma humano
3.9. Terapias eugênicas
3.9.1 Eugenia positiva e eugenia negativa
3.9.2 Paternidade e maternidade responsáveis: o planejamento familiar
3.9.3 Esterilização humana artificial
3.9.4 Criminalidade genética

4. BIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE
4.1. Aspectos da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05)
4.1.1 Crise ambiental e ecodesenvolvimento
4.1.2 Diversidade biológica e constitucionalismo ecológico
4.1.3 Impacto ambiental provocado pela biotecnologia
4.2. Transgenia e organismos geneticamente modificados
4.2.1 Riscos *versus* benefícios dos organismos geneticamente modificados – OGM's
4.2.2 Biopirataria e patenteamento de organismos geneticamente modificados
4.3. Biotecnologia e globalização
4.3.1 A sociedade de risco
4.3.2 O princípio da precaução

VI – Bibliografia Básica

1. COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva.
2. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna.
3. SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. **O equilíbrio de um pêndulo**. Bioética e a lei: implicações médico-legais. São Paulo: Ícone.

VII – Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA Junior, Jesualdo Eduardo. Técnicas de reprodução assistida e o Biodireito. **Revista dos Tribunais.** v. 99 n. 838 ago. São Paulo: Revista dos Tribunais.
2. BRAUNER, Maria Claudia Crespo. Bioética: dignidade na saúde, incerteza nos tribunais. **Revista Trabalho e Ambiente (UCS).** v.3 n.4 jan./jun. Caxias do Sul: EDUCS.
3. BRAUNER, Maria Claudia Crespo. Os dilemas do avanço biotecnológico e a função do Biodireito. **Revista Trabalho e Ambiente (UCS)**. v.1 n.1 jan./jun. Caxias do Sul: EDUCS.
4. GIRON, Jerônimo. Os caminhos para o Biodireito. **Revista Trabalho e Ambiente (UCS).** v. 3 n. 5 jul./dez. Caxias do Sul: EDUCS.
5. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos, Constituições e Tratados Internacionais**. São Paulo: Juarez de Oliveira.

PLANO DE ENSINO	
I – Identificação	
Disciplina	**Autoconhecimento e Felicidade**
Código	DIR0054
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	28,8 horas/aula (80%)
Carga EaD	7,2 horas/aula (20%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa
II – Ementário	
I. O autoconhecimento e as suas manifestações exteriores. II. (Re)conhecendo os elementos da psique e transcendentais e a (re)conquista do ser. III. Irradiando consciência e amor	
III – Objetivo	
Esta disciplina visa: a) Enriquecer a cultura do estudante a respeito de conhecimentos e práticas oriundos da ciência, filosofia e espiritualidade que visam conduzir à felicidade e ao bem viver; b) Colaborar com o autoconhecimento do estudante a partir da identificação dos aspectos internos que nos influenciam a todos e da forma como atuam; c) Estudar leis universais que orientam todos os fenômenos da nossa existência e discutir a adequada utilização das mesmas; d) Diminuir a conflitualidade social na medida em que amplia a consciência dos estudantes acerca dos seus "eus inferiores" e padrões de comportamento autodestrutivos; e) Promover uma cultura da auto responsabilidade, individual e coletiva, micro e macro, que repercuta em todas as relações do indivíduo, desde as familiares, sociais e profissionais até as com o meio ambiente; f) Contribuir para a manifestação dos dons e talentos do estudante, promovendo a sua felicidade e prosperidade, beneficiando, consequentemente, toda a coletividade. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser, contribuindo, assim, predominantemente para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.	
IV – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula. • 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs) • 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum) • 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto) • 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário) • 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de	

Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1. O AUTOCONHECIMENTO E AS SUAS MANIFESTAÇÕES EXTERIORES
1.1. O autoconhecimento como ciência, filosofia, ocidental e oriental, e espiritualidade
1.2. Técnicas fundamentais para o autoconhecimento: auto-observação, meditação (em repouso
e ativa), registros e outras
1.3. O autoconhecimento, a felicidade (paz interna) e a prosperidade (manifestação do propósito)

2. (RE)CONHECENDO OS ELEMENTOS DA PSIQUE E TRANSCENDENTAIS E A (RE)CONQUISTA DO SER
2.1. O Princípio da Autorresponsabilidade
2.2. O “Eu superior” e os “eus inferiores”
2.3. Comportamentos repetitivos e autodestrutivos
2.4. Luta interior e purificação
2.5. Compreensão, não-julgamento, aceitação e/ou perdão
2.6. Liberdade, livre-arbítrio e (real) empoderamento
2.7. Leis psico-espirituais

3. IRRADIANDO CONSCIÊNCIA E AMOR
3.1. Amor e compaixão pelos outros
3.2. Consciência ambiental
3.3. Serviço desinteressado
3.4. Identificação e manifestação do propósito

VI – Bibliografia Básica

1. CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix.
2. KRISHNAMURTI, J. **A Conquistada serenidade**. Tradução Hugo Veloso. Rio de Janeiro:
Instituição Cultural Krishnamurti. (Livro Digital).
3. ROSENBLUM, Bruce; KUTTNER, Fred. **O enigma quântico:** o encontro da física com a consciência. Rio de Janeiro: Zahar (Livro Digital).

VII – Bibliografia Complementar

1. GERMER, Christopher K., SIEGEL, Ronald D., FULTON, Paul R. **Mindfulness e psicoterapia**. Porto Alegre: Artmed. (Livro Digital).
2. HELMAN, Cecil G. **Cultura, saúde e doença**. Porto Alegre: Artmed. (Livro Digital).
LEAHY, Robert L. **Vença a depressão antes que ela vença você**. Porto Alegre: Artmed. (Livro Digital).
3. RANGÉ, Bernard & colaboradores. **Psicoterapias cognitivo-comportamentais**: um

diálogo com a psiquiatria. Porto Alegre: Artmed. (Livro Digital).
4. ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora.

PLANO DE ENSINO[46]	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Digital & LGPD: aplicações e desafios**
Código	DIR0055
Carga horária Total	36 horas/aula
Carga Presencial	21,6 horas/aula (60 % da total)
Carga EaD	14,4 horas/aula (40 % da total)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Direito Digital & LGPD: aplicações e desafios. Novas tecnologias aplicadas ao Direito e às relações humanas. Marco Civil da Internet. Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira (LGPD – Lei n. 13.709/18). Aspectos teóricos e práticos da proteção de dados pessoais nos termos da LGPD. Compliance digital.

III – Objetivo

Apresentar os principais assuntos ligados ao Direito Digital. Compreender a relação e o impacto de novas tecnologias nas relações humanas e jurídicas. Interpretar a legislação brasileira sobre os assuntos desenvolvidos. Analisar os principais pontos da impactante Lei Geral de Proteção de Dados, possibilitando ao aluno uma visão teórica e prática dos procedimentos relativos à Proteção de Dados e Segurança da informação. Discorrer os principais aspectos do Compliance na seara digital.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. de Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. de Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. de Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. de Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. de Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e

[46] Disciplina aprovada, conforme Ata Nº 074 de 2020 do Núcleo Docente Estruturante e Ata Nº 196 de 2020 do Colegiado de Graduação do Curso de Direito.

alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

IV – Conteúdo Programático

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS AO DIREITO DIGITAL
1.1 O que é Direito Digital?
1.2. Releitura de temas jurídicos
1.3. Aplicações em novas relações jurídicas e fáticas
1.4. Novos desafios para o direito
1.5. Introdução à Indústria 4.0

2. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E O DIREITO DIGITAL
2.1 Introdução a questões constitucionais e o Direito Digital (liberdade de expressão, direito ao esquecimento e direito à informação)

3. ASPECTOS DO DIREITO DIGITAL NO ÂMBITO CÍVEL
3.1. Novas formas de relacionamento entre as partes
3.2. Direito do consumidor e considerações sobre novas tecnologias
3.3. Direito do consumidor e regulação das relações comerciais pela internet
3.4. Responsabilidade civil e novas relações jurídicas no âmbito digital
3.5. Documentos e novas tecnologias
3.6. Documentos digitalizados
3.7. Documentos digitais
3.8. Termos de Uso
3.9. Contratos Inteligentes (*Smart Contracts*)
3.10. Novas formas de consentimento e concordância
3.11. Assinatura Eletrônica
3.12. Assinatura Digital

4.ASPECTOS DO MARCO CIVIL DA INTERNET
4.1. Fundamentos e princípios
4.2. Da neutralidade de rede
4.3. Responsabilidade civil no âmbito da internet

5. ASPECTOS DO DIREITO DIGITAL E NOVAS TECNOLOGIAS
5.1. Blockchain
5.2. Criptomoedas
5.3. IoT (Internet Of Things)
5.4. Big Data e Machine Learning
5.5. Jurimetria
5.6. Robô Advogado/Juiz
5.7. Carros autônomos
5.8. Inteligência Artificial

6. FUNDAMENTOS E REGULAMENTAÇÃO DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE

DADOS
6.1. Definições
6.2. Definições válidas de privacidade
6.3. Relação da privacidade, em dados pessoais específicos, ao conceito de proteção de dados
6.4. Dados pessoais
6.5. Definição de dados pessoais de acordo com a LGPD
6.6. Direitos do titular dos dados com relação aos dados pessoais. Direitos previstos na LGPD
6.7 Papéis, responsabilidade e partes interessadas conforme a LGPD
6.8. Fundamentos legítimos e finalidade
6.9. Lista dos fundamentos legítimos para o tratamento
6.10. Conceito e finalidade
6.11. Necessidade
6.12. Requisitos adicionais para tratamento legítimo de dados pessoais
6.13. Requerimentos para tratamento dos dados
6.14. O propósito do tratamento dos dados
6.15. Direitos do titular dos dados
6.16. Direito à eliminação dos dados pessoais
6.17. Incidentes e procedimentos relacionados
6.18. O conceito de violação de dados

7. DIFERENTES ASPECTOS DA PROTEÇÃO DE DADOS
7.1. Importância da proteção de dados para a organização
7.2. Atividades necessárias para estar em conformidade com a LGPD
7.3. Definição de proteção de dados desde a concepção e por padrão. *Privacy by design e Privacy by default*
7.4 Obrigação de notificação de violação de dados conforme estabelecido na LGPD
7.5. Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)
7.6.1 A responsabilidade da Autoridade Nacional de Proteção de Dados
7.7. Normas Corporativas Globais e proteção de dados em contratos
7.8. Conceito de Normas Corporativas Globais
7.9. Formalização da proteção de dados em contratos escritos entre o controlador e o operador

8. PRÁTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS
8.1. Proteção de dados desde a concepção (*by design*) e por padrão (*by default*)
8.2. Benefícios da aplicação dos princípios de proteção de dados desde a concepção e por padrão.
8.3. Relatório de Impacto sobre a Proteção de Dados (RIPD)
8.4. Conceito e aplicação do RIPD
8.5. Aplicações práticas relacionadas ao uso de dados, marketing e mídias sociais
8.6. Gestão do Ciclo de Vida do Dado (GCVD)
8.7. C*ookies* e seus objetivos.

9. BREVE ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ESCOPOS PARA ESTAR ADEQUADO E

EXEMPLOS PRÁTICOS
9.1. Mapeamento de Fluxo de Dados: importância, objetivo e noções gerais de execução
9.2. Jurídico: visão geral sobre os principais documentos a serem adaptados e/ou redigidos e suas importâncias para a adequação. Bases Legais e Retenção de Dados
9.3. Técnico: visão geral sobre as principais observações e adequações no âmbito técnico (digital e físico)
9.4. Organizacional: visão geral sobre as revisões, adequações e implementações de medidas internas nos processos de tratamento de dados pessoais e importância do treinamento de colaboradores

10. COMPLIANCE DIGITAL
10.1. Compliance no Brasil
10.2. Políticas de integridade e conformidade
10.3. Compliance Officer x DPO

V – Bibliografia Básica

1. HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Teoria geral do direito digital: transformação digital: desafios para o direito. Rio de Janeiro: Forense.
2. PINHEIRO, Patricia Peck. Direito digital. São Paulo: Saraiva.
3. TEIXEIRA, Tarcisio. Direito digital e processo eletrônico. São Paulo: Saraiva Educação

VI – Bibliografia Complementar

1. ASSI, Marcos. **Controles internos e cultura organizacional:** Como consolidar a confiança na gestão dos negócios. São Paulo: Saint Paul Editora.
2. BIONI, Bruno Ricardo, Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense.
3. GARCIA, Lara Rocha; AGUILERA-FERNANDES, Edson; GONÇALVES, Rafael Augusto Moreno; PEREIRA-BARRETO, Marcos Ribeiro. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): guia de implantação. São Paulo: Blucher.
4. PINHEIRO, Patricia Peck. Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). São Paulo: Saraiva.
5. VERÍSSIMO, Carla. **Compliance:** incentivo à adoção de medidas anticorrupção. São Paulo: Saraiva.

PLANO DE ENSINO[47]	
I – Identificação	
Disciplina	**Fluência Tecnológica e Inovação**
Código	DIR0208
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	21,6 horas (60%)
Carga EaD	14,4 horas (40%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa
II – Ementário	
Fluência Tecnológica em Ambientes Digitais Institucionais. Tecnologia da Informação e Comunicação. (Re)Conhecimento de Sistemas para apoio Operacional, Tático e Estratégico do profissional contemporâneo, na nuance de hard e soft skills.	
III – Objetivo	
O objetivo desta disciplina se dá, primariamente, pela necessidade de evidenciar alguns comportamentos relacionados ao uso das sempre novas tecnologias de informação e comunicação, sensibilizando o discente para a fluência tecnológica enquanto competência urgente, emergente e contemporânea. A expectativa é articular, fundamentalmente, o (re)conhecimento de ambientes e plataformas institucionais em prol da trajetória acadêmica e, a partir de um panorama macro ambiental para o futuro profissional, ainda, apresentar a visão geral de sistemas de informação específicos e correlatos às potenciais atribuições do futuro profissional, fomentado o debate e reflexão crítica em torno das tendências vigentes. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; para uma formação voltada à utilização do processo eletrônico e outras inovações tecnológicas que venham a ser implementadas e uma formação voltada para o desenvolvimento da fluência tecnológica e da comunicação e interação nos mais diversos ambientes de aprendizagem, para a compreensão da realidade social e concretização da pesquisa, extensão e prática jurídica; e para uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.	
IV – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula. • 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs) • 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum) • 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto) • 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário) • 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa) Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As	

[47] Disciplina incluída, conforme Ata Nº 075 de 2020 do Núcleo Docente Estruturante e Ata Nº 98 de 2021 do Colegiado de Graduação do Curso de Direito.

atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

V – Conteúdo Programático

1 CONCEITOS BÁSICOS DA DISCIPLINA
1.1 Sensibilização para o Pacote Office
1.2 Internet e potencial de ferramentas colaborativas do Google e/ou similares
1.3 Ambientes, plataformas e redes institucionais
1.4 Fundamentos de tecnologias da informação e comunicação
1.3 Do Dado, informação e conhecimento à Gestão do Conhecimento: Cultura Tecnológica Organizacional

2 SISTEMAS INFORMACIONAIS
2.1 Tipologias e classificações de sistemas de apoio às operações gerenciais e especialistas
2.2 Sítios eletrônicos, softwares e aplicativos para ambiente jurídico-contábil
2.3 A Inteligência Artificial e seu reflexo na vida profissional
3.4 Análise operacional dos principais sítios em que se tem processo eletrônico e sítios de órgãos públicos, como receita federal e INSS

3 EXPERIENCIAÇÃO E INTERAÇÃO DIALÓGICA
3.1 Competência Digital
3.2 Criação de conteúdo e resolução de problemas em ações e projetos digitais
3.3 Comunicação, redes de colaboração e ampliação da viralização na exploração da genialidade do coletivo
3.4 Postura ética, segura e responsabilidade em ambientes digitais

VI – Bibliografia Básica

1. GORDON, S. R..; GORDON, J. R. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC. (Livro Digital).
2. OLIVEIRA, D. P. R. Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais. São Paulo: Atlas. (Livro Digital).
3. TAPSCOT, D.; WILLIAMS, A. D. Wikinomics: Como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Livro Digital).

VII – Bibliografia Complementar

1. BATISTA, E. O. Sistemas de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).
2. CASTELLS, M. O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2) (Livro Digital).
3. O'BRIEN, J. A; MARAKAS, G. M. Administração de Sistemas de Informação. São Paulo: Bookman. (Livro Digital).
4. REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. Tecnologia da informação: aplicada a sistemas de informação empresariais. São Paulo: Atlas. (Livro Digital).
5. STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. Princípios de sistemas de informação. São Paulo: Cengage Learning. (Livro Digital).

PLANO DE ENSINO[48]	
I – Identificação	
Disciplina	**Extensão: Caminhos para a Experienciação**
Código	DIR0306
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	21,6 horas (60%)
Carga EaD	14,4 horas (40%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa
II – Ementário	
A extensão universitária. Curricularização da extensão. Competências e habilidades individuais e em grupo. Ações e práticas extensionistas.	
III – Objetivo	
O objetivo desta disciplina se dá, primariamente, pela necessidade de sensibilizar o discente para o entendimento do conceito e importância da extensão universitária e, fundamentalmente, pelo compromisso com o seu desenvolvimento, a partir de vivências que transcendem as quatro paredes da sala de aula, inclusive sob apoio ou mediação tecnológica. A expectativa é a articulação consciente e ativa entre os pilares da teoria, da prática e da experienciação do fazer extensionista, traduzindo a exigência de formação integral, para além da capacitação técnica, ofertando espaço e lugar de fala para autonomia e construção de identidades – individuais e coletivas - dialógicas. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a ser contribuindo, assim, predominantemente, para uma formação humanística pluralista, vocacionada à busca pela justiça, pelos valores democráticos, pelo respeito às diferenças culturais, pela aceitação da diversidade e dos direitos humanos, em qualquer esfera e acima de tudo e uma formação de um profissional-cidadão ético, com responsabilidade social e profissional e com capacidade de conjugar sua atuação com as necessidades locais e regionais, como um construtor – e não operador – do Direito, apto a contribuir para o desenvolvimento político, econômico e social contemporâneos, por meio de uma atuação efetivamente transformadora.	
IV – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula. • 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs) • 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum) • 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto) • 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário) • 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa) Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.	

[48] Disciplina incluída, conforme Ata Nº 075 de 2020 do Núcleo Docente Estruturante e Ata Nº 98 de 2021 do Colegiado de Graduação do Curso de Direito.

V – Atividades de extensão

A disciplina é uma disciplina genuinamente de extensão. Sendo assim, todas as unidades abarcam atividades extensionistas, permeando programas, projetos etc.

VI – Conteúdo Programático

1 TEORIA
1.1 Conceitos e tipologias de extensão sob a vertente doutrinária
1.2 Aspectos legais da extensão universitária

2 PRÁTICA
2.1 Dinâmicas
2.1.1 Um saber saboroso
2.1.2 O pensar entrelaçado
2.1.3 A matriz tropical
2.2 Comunicação e Educomunicação como fundamento extensionista
2.2.1 Comunicação Formal e informal, verbal e não verbal
2.2.2 Comunicação intrapessoal e interpessoal
2.2.3 Dinâmica da comunicação em equipe
2.2.4 Feedback empático e trabalhos educomunicativos

3 EXPERIENCIAÇÃO
3.1 Tipos de competências
3.2 Habilidades comportamentais alinhadas às competências convergentes à extensão
3.2.1 Liderança eficiente, eficaz e afetiva
3.2.2 Cooperação e colaboração
3.2.3 Criatividade, inovação e gestão de tempo no processo de criação
3.2.4 Socialização e democratização de ações extensionistas

VII – Bibliografia Básica

1. CHRISTENSEN, C. M; EYRING, H. J. **A universidade inovadora:** mudando o DNA do Ensino Superior de fora para dentro. (Livro digital)
2. GUÉRIOS, E.; STOLTZ, T. **Educação e extensão universitária**: pesquisa e docência. Ebook: Juruá Editora, 2017. (Livro digital)
3. MACEDO, L. **Ensaios pedagógicos:** como construir uma escola para todos? (Livro digital)

VIII – Bibliografia Complementar

1. BATISTA, S. S. S.; FREIRE, E. **Educação, sociedade e trabalho**. São Paulo: Érica.
2. COLOMBO, S. S. (Org.). **Gestão educacional**: uma nova visão. Minha Biblioteca. (Livro digital)
3. FAVA, R. **Educação para o século XXII:** a era do indivíduo digital. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. (Livro digital)
5. SALVADOR, C. C; MESTRES, M. M; GOÑI, J. O.; GALLART, I. S. **Psicologia da educação.** São Paulo: Grupo A. (Livro Digital)

PLANO DE ENSINO[49]	
I – Identificação	
Disciplina	**Estágio Supervisionado I (Solução Consensual de conflitos)**
Código	DIR0805
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	21,6 horas (60%)
Carga EaD	14,4 horas (40%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa
II – Ementário	
Simulações de formas consensuais de solução de conflitos. Extensão e atividades práticas no âmbito do centro de mediação e práticas restaurativas (CEMPRE)	
III – Objetivo	
Tem por objetivo a formação de competências instrumentais atreladas às formas de solução consensual de conflitos, a partir de atividades práticas simuladas e reais. E também proporcionar ao acadêmico o contato com o público e com a realidade social, objetivando o desenvolvimento de sua independência profissional e de sua sensibilidade trato para com as pessoas, bem como de seu senso ético profissional. Dessa forma, esta disciplina tem como foco primordial fazer com que o estudante aprenda a fazer contribuindo, assim, predominantemente, para uma formação para comunicação oral e escrita com precisão, em nível interpessoal e profissional, exercendo argumentação jurídica com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; e para uma formação para exercer a cultura do diálogo, ciente da importância da prevenção de litígios e capaz de se posicionar frente aos meios consensuais de solução de conflitos; e para uma formação de profissionais empreendedores, criativos e capacitados para inovar e atuar coletivamente nas mais diversas organizações e instâncias administrativas e judiciais, sendo preparado, inclusive, para trabalhar em grupos de profissionais de outras áreas de formação.	
V – Atividades não presenciais	
As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula. • 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs) • 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum) • 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto) • 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário) • 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa) Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.	

[49] Disciplina incluída, conforme Ata Nº 075 de 2020 do Núcleo Docente Estruturante e Ata Nº 98 de 2021 do Colegiado de Graduação do Curso de Direito.

V – Atividades de Extensão

Na presente disciplina, a extensão ocorrerá através das atividades de prestação de serviços constantes da Unidade 2, podendo ocorrer através de atendimento, sensibilização ou participação nas mediações e práticas restaurativas. Tais atividades contemplarão 18 (dezoito) horas da carga horária total da disciplina.

VI – Conteúdo Programático

1 SIMULAÇÕES DE FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
1.1 Conciliação
1.2 Mediação
1.3 Justiça Restaurativa

2 EXTENSÃO E ATIVIDADES PRÁTICAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE MEDIAÇÃO E PRÁTICAS RESTAURATIVAS (CEMPRE)
2.1 Atendimento ao público, sensibilização e realização de mediações e práticas restaurativas no CEMPRE
2.2 Atendimento ao público, sensibilização e realização de mediações e práticas restaurativas em projetos mantidos com outras instituições através de convênios

VII – Bibliografia Básica

1. LEWICKI, R. J.; SAUNDERS, D.; MILTON, John W. **Fundamentos da negociação**. Bookman. (Livro Digital)
2. VOESE, I. **Mediação dos conflitos como negociação de sentido**. Curitiba: Juruá. (Livro Digital)
3. WEIL, P.; TOMPAKOW, R. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. Petrópolis: Vozes. (Livro Digital)

VIII – Bibliografia Complementar

1 FERREIRA, L. A. **Artimanhas do dizer**: retórica, oratória e eloquência. São Paulo: Blucher. (Livro Digital).
2. MARTINELLI, D. P. (Org.) (et. al.). **Negociação**: Conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).
3. PESSOA, C. **Negociação aplicada**: como utilizar as táticas e estratégias para transformar conflitos interpessoais em relacionamentos cooperativos. São Paulo: Atlas. (Livro Digital).
4. SARFATI, G. (Org.) (et. al.). **Manual de negociação**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).
5. SALLES, C. A. (Coord.) et al. **Negociação, mediação e arbitragem**: curso básico para programas de graduação em direito. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. (Livro Digital).

PLANO DE ENSINO[50]	
I – Identificação	
Disciplina	**Cultura, Política e Sociedade Contemporânea**
Código	DIR0005
Carga horária	36 horas/aula
Carga presencial	21,6 horas (60%)
Carga EaD	14,4 horas (40%)
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa

II – Ementário

Evolução histórica do pensamento social. A formação do pensamento sociológico no século XIX. A Sociologia como ciência social aplicada: objeto, métodos, relações com os demais ramos do conhecimento. Conceitos e noções básicas. A Revolução Industrial e a emergência da sociedade capitalista industrial. Trabalho: divisão social do trabalho, relações, ações e ação social. Socialização e seus processos. Desigualdade e estratificação social. Transformações nas técnicas e tecnologias. Instituições sociais, políticas e econômicas. Modernidade, pós-modernidade e mundo líquido. Cultura material e imaterial. Identidades. A construção social da realidade. Sociedade de massas: comunicação e alienação. Estrutura social e poder social. Estado moderno e burocracia. A empresa como unidade sociológica.

III – Objetivo

Realizar uma introdução a conceitos e noções fundamentais das Ciências Sociais. Compreender como o estudo das sociedades contemporâneas pode auxiliar o profissional jurídico no processo de tomada de decisão, visto que o contexto social está em constante transformação, impactando significativamente as organizações e o ambiente onde irá atuar. Tal disciplina contribui, pois para uma formação pautada no conhecimento dos fenômenos sociais e jurídicos contemporâneos locais e globais e para uma formação pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal, posto que se busca formar um graduado que tenha habilidade para dialogar entre diversos saberes, realizando uma interligação entre eles, bem como ultrapassando as esferas de cada um isoladamente.

IV – Atividades não presenciais

As atividades a seguir serão desenvolvidas de forma não presencial e terão a carga horária integralizada a partir de cronograma detalhado no Plano de Aula.

- 20% de Construção de Texto Colaborativo (Ex. Recursos: Wiki ou Google Docs)
- 30% de Reflexão e Debate Crítico-argumentativo com base em recursos audiovisuais previamente definidos (Ex. Recursos: Vídeo e Fórum)
- 10% de Leituras Complementares (Ex. Recurso: hipertexto)
- 10% de Confronto e interpretação de conceitos (Ex. Recurso: Questionário)
- 30% de Relato de Experiência e Transversalidade (Ex. Recurso: Submissão de Tarefa)

Caberá ao professor detalhar a carga horária correspondente a ser computada, levando em consideração o tempo médio de duração de cada ação ou prática didático-pedagógica. As atividades poderão ter outras representações e, por conseguinte, distribuição e recurso compatível, desde que devidamente justificadas no Plano de Aula e alinhadas ao Projeto Pedagógico de Curso.

[50] Disciplina incluída, conforme Ata Nº 075 de 2020 do Núcleo Docente Estruturante e Ata Nº 98 de 2021 do Colegiado de Graduação do Curso de Direito.

V – Conteúdo Programático

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO SOCIAL

2 A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO NO SÉCULO XIX

3 A SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA SOCIAL APLICADA: OBJETO, MÉTODOS, RELAÇÕES COM OS DEMAIS RAMOS DO CONHECIMENTO. CONCEITOS E NOÇÕES BÁSICAS

4 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE CAPITALISTA INDUSTRIAL

5 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PADRÕES SOCIAIS

6 TRABALHO: DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO, RELAÇÕES, AÇÕES E AÇÃO SOCIAL

7 SOCIALIZAÇÃO E SEUS PROCESSOS

8 DESIGUALDADE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

9 TRANSFORMAÇÕES NAS TÉCNICAS E TECNOLOGIAS. IMPACTOS NA VIDA SOCIAL

10 INSTITUIÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS

11 MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE E MUNDO LÍQUIDO

12 CULTURA MATERIAL E IMATERIAL. IDENTIDADES. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

13 SOCIEDADE DE MASSAS: COMUNICAÇÃO E ALIENAÇÃO

14. ESTRUTURA SOCIAL E PODER SOCIAL

15 ESTADO MODERNO E BUROCRACIA

16 A EMPRESA COMO UNIDADE SOCIOLÓGICA

VI – Bibliografia Básica

1. CHARON, J. M.; VIGILANT, L. G. **Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 2013.
2. DIAS, R. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.
3. BERNARDES, C.; MARCONDES, R. C. **Sociologia aplicada à administração**. Saraiva: São Paulo, 2009.

VII – Bibliografia Complementar

1. BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
2. DALLARI, D. A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.
3. MARTINS, C. B. **O que é sociologia**? São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

4. CASTRO, C. **Textos básicos de sociologia**: de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
5. METCALF, P. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2015.

PLANO DE ENSINO[51]	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito, Gênero e (Des)igualdades**
Código	DIR0059
Carga horária	36 horas/aula
Créditos	2
Bimestre letivo	Optativa
II – Ementário	
A disciplina Direito, Gênero e (Des)igualdades propõe o estudo dos elementos que possibilitam a compreensão das diferentes abordagens no que tange às questões de gênero, identificando-as enquanto padrões de comportamento advindos de construções histórico-sociais e culturais, com vistas a formação de uma consciência crítica acerca das relações de gênero, hierárquicas e dominantes na sociedade contemporânea, bem como a especificidade da condição feminina e suas intersecções com outros marcadores sociais de diferença.	
III – Objetivo	
Refletir sobre as questões de gênero e a influência que exercem na construção e mobilização de saberes, nas práticas sociais, pessoais, profissionais e demais campos de atuação dos sujeitos. A disciplina pretende sensibilizar os acadêmicos para a compreensão das estereotipias e desigualdades de gênero enquanto construções históricas com fortes raízes socioculturais, considerando a cultura de dominação gestada na sociedade patriarcal e sua interface com as violências que assolam a sociedade contemporânea, bem como a importância das políticas públicas e mecanismos legais de proteção às mulheres vítimas deste fenômeno. Promove-se, assim, uma formação multidisciplinar, com vistas a uma *práxis j*urídica mais inclusiva e humanizada, com o fortalecimento da cultura da igualdade de gênero.	
IV – Conteúdo Programático	
1. Pontuando as questões de gênero sob o viés social e jurídico: conceitos básicos 2. A cultura patriarcal, relações de poder e as dinâmicas culturais 3. Desigualdade e as implicações no fenômeno das violências de gênero 4. Direitos Humanos das mulheres e igualdade de gênero no âmbito internacional 5. Evolução e a institucionalização dos direitos das mulheres no Brasil 6. Políticas públicas sensíveis ao gênero 7. Mecanismos de transformação e enfrentamento às violências de gênero	
V – Bibliografia Básica	

[51] Modificação da divisão da carga horária do curso entre presencial e EAD, conforme Ata Nº 076 de 2021 do Núcleo Docente Estruturante e Ata Nº 203 de 2021 do Colegiado de Graduação do Curso de Direito.

1. Pinto, Alessandra Caligiuri C. **Direitos das Mulheres**. Grupo Almedina (Portugal), 2020. [Minha Biblioteca].
2. Teperman, Daniela, et al. **Gênero.** Grupo Autêntica, 2020. [Minha Biblioteca].
3. Vianna, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual**. Grupo Autêntica, 2018. [Minha Biblioteca].

VI – Bibliografia Complementar

1. Gonçalves, Tamara A. **Direitos humanos das mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, 1ª Edição.. Editora Saraiva, 2013. [Minha Biblioteca].
2. Muszkat, Malvina, Susana Muszkat. **Violência familiar**: Série O Que Fazer?. Editora Blucher, 2016. [Minha Biblioteca].
3. Oliveira, Andrade, Juliana, *et al*. **Mulheres Profissionais E Suas Carreiras sem Censura**: Estudos sob Diferentes Abordagens, 1ª edição. Grupo GEN, 2015. [Minha Biblioteca].
4. Fonte, Felipe de M. **Políticas públicas e direitos fundamentais**, 2ª edição. Editora Saraiva, 2015. [Minha Biblioteca].
5. Woolf, Virginia. **As mulheres devem chorar...Ou se unir contra a guerra**. Grupo Autêntica, 2019. [Minha Biblioteca].

PLANO DE ENSINO[52]	
I – Identificação	
Disciplina	**Leitura e Produção de Gêneros Acadêmicos**
Código	DIR0060
Carga horária	36 horas/aula
Créditos	2
Bimestre letivo	Optativa
II – Ementário	
A disciplina de Leitura e Produção de gêneros Acadêmicos compreende as relações entre a leitura e a produção de gêneros, considerando a caracterização do texto científico, as estratégias para a leitura e escrita de textos acadêmicos, autoria e a autonomia.	
III – Objetivo	
Desenvolver as práticas de leitura e de produção textual de gêneros acadêmicos, a fim articular a teoria e a prática.	
IV – Conteúdo Programático	
1. ESTRATÉGIAS DE LEITURA 2 PROCESSOS DE COMPREENSÃO 3. TEXTO, CONTEXTO E TEXTUALIDADE 4. ANÁLISE DE TEXTOS: COERÊNCIA E COESÃO 5.VOZES NO TEXTO 6. CONSTRUÇÃO DO PARÁGRAFO 7. GÊNEROS ACADÊMICOS	
V – Bibliografia Básica	
1. AQUINO, I. S. **Como ler artigos científicos**: da graduação ao doutorado. São Paulo Saraiva. (Livro Digital) 2. DAMIÃO, R. T.; HENRIQUES, A. **Curso de português jurídico**. São Paulo: Atlas. (Livro Digital) 3. FRANÇA, A. S. **Comunicação oral nas empresas:** como falar bem e em público. São Paulo: Atlas (Livro Digital).	
VI – Bibliografia Complementar	
1. ALVES, A. **Língua portuguesa**: compreensão e interpretação de textos. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. (Livro Digital). 2. DEMAI, F. M. **Português instrumental**. São Paulo: Érica. (Livro Digital). 3. FERREIA, L. A. **Artimanhas do dizer**: retórica, oratória e eloquência. São Paulo: Blucher. (Livro Digital). 4. KASPARY, Adalberto. **Português para profissionais**: atuais e futuros. Porto Alegre: Livraria do Advogado. (Livro Digital). 5. MOYSÉS, C. A. **Língua portuguesa.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).	

[52] Modificação da divisão da carga horária do curso entre presencial e EAD, conforme Ata Nº 076 de 2021 do Núcleo Docente Estruturante e Ata Nº 203 de 2021 do Colegiado de Graduação do Curso de Direito.

PLANO DE ENSINO[53]	
I – Identificação	
Disciplina	**Direito Processual Penal Militar**
Código	DIR0061
Carga horária	36 horas/aula
Créditos	2
Bimestre letivo	Optativa

II – Ementário

Estudo detalhado da lei processual penal militar e da organização e composição da Justiça Militar no Brasil, em âmbito dos Estados (e Distrito Federal) e da União, com o enfoque na persecução do delito militar, desde a investigação provisória da polícia judiciária militar até a fase processual, com os processos ordinário e especiais (deserção e insubmissão)

III – Objetivo

Proporcionar aos alunos de Direito conhecimentos específicos sobre o instrumento necessário para a aplicação do Direito Penal Militar ao caso concreto, permitindo-lhes, assim, a futura atuação na Justiça Castrense, com suas peculiaridades. Tal disciplina contribui, pois, para uma formação especializada, o que significará um forte distintivo na atuação profissional do egresso.

IV – Conteúdo Programático

1. Princípios do Processo Penal Militar
2. Polícia Judiciária Militar e seus procedimentos
3. Processo Penal Militar: denúncia
4. Processo Penal Militar: prisão preventiva e comparecimento espontâneo
5. Processo Penal Militar: processo ordinário
6. Processo Penal Militar: procedimentos especiais
7. Competência Cível da Justiça Militar Estadual

V – Bibliografia Básica

1. NEVES, Cícero Robson Coimbra. *Manual de direito processual penal militar*. São Paulo: Saraiva, 2018.
2. NETO, José da Silva Loureiro. *Processo penal militar*. São Paulo: Atlas, 2010.
3. NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Militar comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

[53] Modificação da divisão da carga horária do curso entre presencial e EAD, conforme Ata Nº 076 de 2021 do Núcleo Docente Estruturante e Ata Nº 203 de 2021 do Colegiado de Graduação do Curso de Direito.

VI – Bibliografia Complementar

1. AVENA, Norberto. *Processo penal*. Rio de Janeiro: Metodo, 2021.
2. BONFIM, Edilson Mougenot. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2019.
3. JUNIOR, Aury Lopes. *Direito Processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2021.
4. NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
5. PACELLI, Eugênio. *Curso de processo penal*. São Paulo: Atlas, 2021.

PLANO DE ENSINO[54]	
I – Identificação	
Disciplina	**Espanhol Jurídico**
Código	**DIR0062**
Carga horária	36 horas/aula
Créditos	2
Semestre letivo	Optativa
II – Ementário	
Os termos jurídicos na língua espanhola em diferentes áreas do Direito. Tradução e versão. Direito de família. Direitos humanos. Direito internacional.	
III – Objetivo	
Desenvolver as habilidades de compreensão e produção oral e escrita na língua espanhola relacionadas ao mundo jurídico.	
IV – Conteúdo Programático	
1. NOÇÕES GERAIS DA LÍNGUA ESPANHOLA. 2. ASPECTOS LINGUÍSTICOS NO ÂMBITO JURÍDICO. - 3. TEXTOS JURÍDICOS DE DIFERENTES ÁREAS DO DIREITO: COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE. 4. TRADUÇÃO E VERSÃO DE TEXTOS JURÍDICOS. 5. DIREITO DE FAMÍLIA: TERMOS JURÍDICOS E O SEU EMPREGO NOS TEXTOS ACADÊMICOS. 6. DIREITOS HUMANOS E A LINGUAGEM JURÍDICA NA LÍNGUA ESPANHOLA. 7. DIREITO INTERNACIONAL: TEMAS ATUAIS	
V – Bibliografia Básica	
1. BIZELLO, A. et al. **Fundamentos da língua espanhola.** Porto Alegre: Grupo A. (Livro Digital) 2.ESPANHA. **Diccionario de la lengua Española**. Real Academia Española. Disponível em: https://dle.rae.es/ 3. PRENSA ESCRITA. **Jornais na língua espanhol**a. Disponível em:	

[54] Modificação da divisão da carga horária do curso entre presencial e EAD, conforme Ata Nº 076 de 2021 do Núcleo Docente Estruturante e Ata Nº 203 de 2021 do Colegiado de Graduação do Curso de Direito.

https://www.prensaescrita.com/.

VI – Bibliografia Complementar

1. ACCIOLY, H.; SILVA, G.E. N.; CASELLA, P. B. **Manual de direito internacional público.** São Paulo: Saraiva. (Livro Digital).
2. BAPTISTA, L. O.; FONSECA, J. R. F. (Coord.). **O direito internacional no terceiro milênio.** São Paulo: LTr. (Livro Digital)
3. MATTOS NETO, A J. **Direitos Humanos e democracia inclusiva**. São Paulo: Saraiva. (Livro Digital)
4. MAZZUOLI, V. O. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: Gen e Forense. (Livro Digital)
5. PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** São Paulo: SaraivaJur. (Livro Digital)